

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

EDIVANIA GRANJA DA SILVA OLIVEIRA

Os indígenas Pankará, o rio São Francisco e a barragem de Itaparica (Luiz Gonzaga): movimentos identitários e relações socioambientais no Semiárido pernambucano (1940-2010)

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2022

EDIVANIA GRANJA DA SILVA OLIVEIRA

Versão corrigida

Os indígenas Pankará, o rio São Francisco e a barragem de Itaparica (Luiz Gonzaga): movimentos identitários e relações socioambientais no Semiárido pernambucano (1940-2010)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em História Social

Área de concentração: História Social

Orientadora: Professora Dra. Maria Amélia Mascarenhas Dantes
Coorientador: Professor Dr. José Otávio Aguiar

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Oliveira, Edivania Granja da Silva.

Os indígenas Pankará, o rio São Francisco e a barragem de Itaparica (Luiz Gonzaga): movimentos identitários e relações socioambientais no Semiárido pernambucano (1940-2010) / Edivania Granja da Silva Oliveira; orientadora Maria Amélia Mascarenhas Dantes. São Paulo: FFLCH, Universidade de São Paulo, 2022.

250 f.: il.

Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, 2022.

Versão original.

1. Índios Pankará – Pernambuco. 2. Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga. I. Dantes, Maria Amélia Mascarenhas, orient. II. Título.

OLIVEIRA, E.G.S. **Os indígenas Pankará, o rio São Francisco e a barragem de Itaparica (Luiz Gonzaga)**: movimentos identitários e relações socioambientais no Semiárido pernambucano (1940-2010). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História Social.

Aprovada em ____/____/____.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Amélia Mascarenhas Dantes

Instituição: USP

Julgamento: _____ Avaliação _____

Prof. Dr. Edson Hely Silva

Instituição: UFPE

Julgamento: _____ Avaliação _____

Profa. Dra. Caroline Farias Leal Mendonça

Instituição: UNILAB

Julgamento: _____ Avaliação _____

Profa. Dr. Marcos Silva

Instituição: USP

Julgamento: _____ Avaliação _____

Dedico esta pesquisa a minha avó paterna, Mariana Conceição, que se afirmava indígena, guardiã das memórias indígenas na família, influenciando minha formação acadêmica em História. Ao meu pai, Edesio Marques, habitando outro mundo desde 2017; amoroso, dedicado à família, afirmava ser indígena. Também expressava satisfação em ter filhas doutoras. Infelizmente, minha única irmã, Evandete Granja, habita outro mundo desde 2008.

Ao Pajé Pedro Limeira, habitando o Reino Sagrado dos Encantados. Atuante na afirmação da presença indígena Pankará na Serra da Cacaria e Arapuá. Ensinou que as sombras nas matas são interpretadas, são lidas por quem possui autorização dos Encantos de Luz, conhecedores da ciência do índio. Liderança Sagrada, Encantada e Encantador.

Habita também o Reino dos Encantados, desde 2019, Maria das Graças Tuxá Campos, guardiã das memórias indígenas e das relações interculturais na Velha Itacuruba.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer o compartilhamento em família e em uma rede de amigos/parceiros, alimentando a minha vida.

Minha gratidão ao povo indígena Pankará, a contribuição dos participantes nesta pesquisa: Cacica Dorinha, Cacique Ary, Luciete, Neném, os pajés Manoelzinho Caxeado, João Miguel e Pedro Limeira – em setembro/2021 foi habitar o Reino dos Encantados. Também outros povos indígenas e quilombolas, imprescindíveis para a compreensão das relações interculturais e socioambientais com os Pankará, as implicações e o rompimento das relações com e no rio São Francisco pelo rompimento provocado pela barragem de Itaparica. As lideranças quilombolas Valdeci Ana Poço dos Cavalos e Zenon Negros do Gilu. As lideranças indígenas: Lucélia Pankará Serrote dos Campos, Geraldo Kambiwá, Adriano Tuxá-Pajeú, João Guarda Pankará Brígida, Luiz Gonzaga Atikum Brígida. Zé da Cruz Pankararu, Ancelmo Libânio Tuxá, Armando Tuxá e Bidu Tuxá. A Cacica Evani Tuxá Campos, Eraldo Tuxá Campos, e Eva Tuxá Campos que, em 2019, foi habitar o Reino dos Encantados.

À orientadora, professora Maria Amélia, agradeço o acolhimento e a importante condução no caminhar deste estudo. Também ao professor Edson Silva, a generosidade e as valiosas contribuições. Aos professores e professoras participantes nas bancas de qualificação e defesa; também ao professor Iranilson Buriti, à professora Marinalva Vilar e ao professor Marco Silva, coordenadores do Doutorado Interinstitucional (Dinter).

Reconheço e agradeço a disponibilidade na viabilidade da minha licença para estudos aos colegas do IFSertãoPE: Adherbal Brito, Diedson Alves e Herlon Bezerra. Agradeço também a colega, a professora Leopoldina Veras pelas correções, leitura minuciosa e avaliação elogiosa do texto final.

RESUMO

OLIVEIRA, E. G. S. **Os indígenas Pankará, o rio São Francisco e a barragem de Itaparica (Luiz Gonzaga)**: movimentos identitários e relações socioambientais no Semiárido pernambucano (1940-2010). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História Social.

Esta Tese abordou a presença indígena Pankará nas Serras do Arapuá e Cacaria (Carnaubeira da Penha, PE), no Serrote dos Campos (Nova Itacuruba, PE), as relações com os ambientes habitados relacionados com o rio São Francisco e os fluxos de trocas socioculturais entre diversos grupos étnicos na região, localizada no Semiárido, no chamado sertão de Itaparica, Submédio São Francisco, na fronteira entre Pernambuco e Bahia. Os Pankará habitantes na Serra do Arapuá deflagraram o processo de afirmação indígena em 2003, mobilizados pela garantia de direitos territoriais, a educação e saúde específicas. Os parentes habitantes na área urbana da Nova Itacuruba se mobilizaram em 2007 pelo reconhecimento étnico ocupando uma área na zona rural, no Serrote dos Campos, antigo local de ritual e percurso dos Pankará quando desciam a Serra do Arapuá para as margens e ilhas do rio São Francisco, indo realizar plantios agrícolas ou trabalhar em fazendas, atividades de sobrevivência em períodos de estiagem. Também faziam a travessia do rio São Francisco durante várias épocas do ano, para participação em rituais com o povo indígena Tuxá, habitantes na Velha Rodelas. Buscou-se compreender as mobilizações dos Pankará e de outros grupos étnicos em busca de reconhecimento pelo SPI entre as décadas de 1940 e 1960. Com a construção da barragem de Itaparica (atual Lago Luiz Gonzaga) entre as décadas de 1970 e 1980, além dos impactos socioambientais, houve o rompimento dos fluxos de migrações sazonais, práticas agrícolas, de trabalhos e ritualísticas nas margens e ilhas no rio São Francisco e novos processos de emergências étnicas de indígenas e quilombolas, reassentados na Nova Itacuruba, PE, e no Perímetro de Irrigação Brígida (Orocó, PE). Por meio da pesquisa em fontes documentais variadas como relatórios da Chesf e o acervo do SPI, além das memórias orais dos indígenas, procurou-se discutir sobre as relações e afirmações identitárias indígenas, interétnicas e ambientais, diante dos empreendimentos governamentais para o suposto progresso e os impactos socioambientais na região, especificamente para os indígenas Pankará.

Palavras-chave: Indígenas Pankará, Mobilizações étnicas, Relações socioambientais e interculturais, Rio São Francisco.

ABSTRACT

OLIVEIRA, E.G.S. **The Pankará indigenous people, the São Francisco river and the Itaparica dam (Luiz Gonzaga)**: identity movements and socio-environmental relations in the semi-arid region of Pernambuco (1940-2010). Doctorate dissertation (Doctorate in Social History), Faculty of Philosophy, Language and Literature, Social Sciences and History, São Paulo University, São Paulo, 2021.

This Thesis addressed the Pankará indigenous presence in the Arapuá and Cacara Mountains (Carnaubeira da Penha, PE), in Serrote dos Campos (Nova Itacuruba, PE), the relationships with the inhabited environments related to the São Francisco river and the flows of sociocultural exchanges between diverse ethnic groups in the region, located in the Semiarid region, in the so-called hinterland of Itaparica, in the Submédio São Francisco, on the border between Pernambuco and Bahia. The Pankará inhabitants of Serra do Arapuá started the process of indigenous affirmation in 2003, mobilized by the guarantee of territorial rights, education and specific health. The relative inhabitants of the urban area of Nova Itacuruba mobilized in 2007 for ethnic recognition, occupying an area in the rural region, in Serrote dos Campos, ancient place of ritual and route of the Pankará when they descended the Serra do Arapuá to the banks and islands of the São Francisco river going to carry out agricultural plantations or work on farms, survival activities in periods of drought. They also crossed the São Francisco river at various times of the year to participate in rituals with the Tuxá indigenous people, inhabitants of Velha Rodelas. We seek to understand the mobilizations of the Pankará and other ethnic groups in search of recognition by the SPI, between the 1940s and 1960s. With the construction of the Itaparica Dam (currently Luiz Gonzaga lake) between the 1970s and 1980s, in addition to the socio-environmental impacts, there was a disruption in seasonal migration flows, agricultural practices, labor and rituals on the banks and islands of the São Francisco River and new processes of ethnic emergencies of indigenous and quilombolas, resettled in Nova Itacuruba, PE, and in the Brígida Irrigation Perimeter (Orocó, PE). Based on research in various documentary sources such as Chesf reports and the SPI collection, in addition to the oral memories of the indigenous people, we sought to discuss the indigenous, interethnic and environmental relations and identity assertions, in view of government undertakings for the supposed progress and impacts environmental issues in the region, specifically for the Pankará indigenous people.

Keywords: Pankará indigenous people, Ethnic mobilizations, Socio-environmental and intercultural relations, São Francisco river.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Regiões fisiográficas do rio São Francisco	29
Figura 2 –	Territórios indígenas na bacia do São Francisco	30
Figura 3 –	Territórios indígenas no Submédio e Baixo São Francisco.....	31
Figura 4 –	Povos indígenas em Pernambuco	35
Figura 5 –	Serra do Arapuá e a foz do Pajeú no rio São Francisco	46
Figura 6 –	Cachoeira de Paulo Afonso, Bahia	45
Figura 7 –	Usinas hidrelétricas no Submédio São Francisco	70
Figura 8 –	Complexo de Itaparica (Luiz Gonzaga)	70
Figura 9 –	Missões nas ilhas do Submédio São Francisco.....	83
Figura 10 –	Serra Umã e Serra Arapuá/Cacaria.....	122
Figura 11 -	Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha (PE).....	127
Figura 12 –	Limites geográficos de Carnaubeira da Penha (PE).....	128
Figura 13 –	Serras do Arapuá, Umã e Negra (PE); Rio São Francisco e Rodelas (BA).....	128
Figura 14 –	Delimitação Terra Indígena Pankará (Serra do Arapuá/Cacaria)	130
Figura 15 –	Paisagem na Serra do Arapuá.....	131
Figura 16 –	Cachoeira na Aldeia Laje.....	132
Figura 17 –	Riachos na Serra do Arapuá.....	132
Figura 18 –	Nascente de água permanente na Aldeia Tatajuba.....	133
Figura 19 –	Pajé Pedro Limeira.....	138
Figura 20 –	Cacica Dorinha Pankará.....	142
Figura 21 –	Pajé João Miguel.....	147
Figura 22 –	Nenem Pankará.....	150
Figura 23 –	Luciete Pankará.....	156
Figura 24 –	Pajé Manoelzinho Caxeado.....	162
Figura 25 –	Cacica Lucélia Pankará	164
Figura 26 –	Serrote dos Campos (Itacuruba, PE)	166
Figura 27 –	Delimitação Terra Indígena Pankará – Serra do Arapuá.....	171
Figura 28 –	Cachoeira de Itaparica	194
Figura 29 –	Indígenas e quilombolas em Itacuruba (PE)	197

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
BA	Bahia
CBHSF	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CODENO	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COPIPE	Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
ELETOBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras S/A
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
GT/FUNAI	Grupo de Trabalho/Fundação Nacional do Índio
GTDN	Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFSERTÃOPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
IR/SPI	Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PE	Pernambuco
PI	Posto Indígena
PISF	Projeto de Integração do Rio São Francisco
RCID	Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação
REBIO	Reserva Biológica Federal (Serra Negra, Floresta)
SIGSAB	Sistema de Gestão da Informação e do Conhecimento do Sertão
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUVALE	Superintendência do Vale do São Francisco
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UHE	Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 RIO SÃO FRANCISCO: RIO DE INDÍGENAS	27
1.1 Territórios Indígenas, Fisiografia e Hidrografia do Rio São Francisco	28
1.2 Descrições Socioambientais: indígenas no “rio-mar”	36
1.3 Um “Rio da Unidade Nacional”: promoção técnico-científica para o aproveitamento das águas e do progresso	41
1.4 Rio São Francisco: Usina Hidrelétrica (UHE) e a promoção do progresso	49
1.4.1 Políticas governamentais para energia elétrica.....	54
1.4.2 Criação da CVSF, Chesf e as UHE Paulo Afonso e Itaparica.....	61
1.5 O Submédio São Francisco: espaço de habitação e resistência indígena	71
2 INDÍGENAS X SENHORES DAS TERRAS: ESTADO PROMOTOR DA CIVILIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	77
2.1 Rio dos currais e da evangelização: indígenas, missionários e curraleiros no São Francisco	77
2.2 Legislações e violações aos direitos indígenas no Império brasileiro	85
2.2.1 Lei de Terras (1850)	87
2.3 A República Brasileira: legislações, políticas e agências indigenistas	89
2.3.1 A República Velha e os indígenas	89
2.3.2 Legislações, indigenismo e corrupção no SPI	93
2.3.3 A Ditadura Civil-Militar e a Funai	95
2.3.4 A década de 1980 e o processo de redemocratização	97
2.4 O SPI e o reaparecimento dos indígenas no Nordeste	98
2.4.1 As mobilizações étnicas para garantia de direitos (1930-1950)	101
2.4.2 Willian D. Hohenthal: visitas a povos indígenas na bacia são- franciscana	104
2.5 A atuação do SPI na Serra Umã: o Posto Indígena Aticum e os	

	indígenas Pancarás, Serra do Arapuá/Cacaria	111
2.6	O SPI e os indígenas Pankará habitantes na Serra do Arapuá/Cacaria	120
3	POVO INDÍGENA PANKARÁ: SERRA DO ARAPUÁ E SERROTE DOS CAMPOS, SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO	126
3.1	Serra do Arapuá: refrigerios e refúgios dos chamados caboclos, tronco Pankará	126
3.2	Serrote dos Campos: pontas de rama Pankará	136
3.3	Afirmção da presença indígena: memórias orais Pankará	137
3.3.1	Pajé Pedro Limeira.....	137
3.3.2	Cacica Dorinha Pankará.....	142
3.3.3	Pajé João Miguel.....	148
3.3.4	Neném Pankará.....	150
3.3.5	Luciete Pankará.....	156
3.3.6	Pajé Manoelzinho Caxeado).....	160
3.3.7	Cacica Lucélia Pankará.....	164
3.4	Pankará: trajetória de vidas e relações socioambientais.....	168
4	O PROGRESSO NO NORDESTE, A BARRAGEM DE ITAPARICA E AS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS INTERCULTURAIS.....	175
4.1	O chamado progresso e desenvolvimento no São Francisco.....	175
4.2	A “besta-fera” (Chesf) e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais.....	180
4.3	Geraldo Kambiwá, líder indígena sindical.....	184
4.4	A barragem de Itaparica e os indígenas Tuxá e Pankararu.....	188
4.5	Pankará: barramento das águas e dos fluxos interculturais.....	196
4.6	Afirmção da presença indígena e quilombola em Itacuruba.....	198
4.6.1	Indígenas e quilombolas: práticas socioambientais e ritualística.....	203
4.7	A barragem de Itaparica e novas afirmações étnicas em Perímetros de Irrigação.....	206
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	215
	REFERÊNCIAS	219
	ANEXO – CARTA DE LUIZ LIMEIRA	250

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa discutimos sobre a presença indígena Pankará¹ na Serra do Arapuá (Carnaubeira da Penha, PE), os Pankará Serrote dos Campos (Nova Itacuruba, PE), as relações com o rio São Francisco e o fluxo de trocas socioculturais entre diversos grupos étnicos que habitam na região. Buscamos ainda discutir os movimentos de reconhecimento étnico, a demarcação e terras e a construção de barramentos² e os impactos socioambientais ocorridos com os chamados caboclos na Serra do Arapuá e os grupos étnicos habitando áreas adjacentes, incluindo espaços inundados com a Barragem de Itaparica,³ construída entre as décadas de 1970 e 1980. A área de estudo localiza-se no Semiárido pernambucano, o denominado Sertão de Itaparica, na região do Submédio São Francisco.

O termo Caboclo expressa significados contraditórios, e para os não indígenas, foi usado para designar os habitantes nos antigos aldeamentos indígenas, como também para deslegitimar a identidade étnica. Os próprios indígenas adotaram o termo como forma de resistência ao esconder a identidade étnica diante das inúmeras formas de violência e perseguição colonial (OLIVEIRA, 2014). Ainda é amplamente usado no Nordeste. Os atuais indígenas Pankará afirmam que caboclo é sinônimo de indígena.

O Semiárido brasileiro abrange a maior área na Região Nordeste, englobando os estados de Pernambuco, Paraíba, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Bahia. No Sudeste, faz parte do norte de Minas Gerais. Caracterizado por alta incidência de insolação, temperaturas elevadas, onde anualmente as precipitações pluviométricas ocorrem em curto período, no máximo, durante quatro meses, com irregularidade ou escassez de chuvas. Em relação ao contingente populacional, o Sistema de Gestão da Informação e do Conhecimento do Semiárido (SIGSAB),

¹Nesta pesquisa usamos o nome do povo indígena em maiúscula e a letra k em concordância com a “Convenção para grafia de nomes tribais”, realizada em 1953 pela Associação Brasileira de Antropologia – ABA (GRUPIONI; VIDAL; FISCHMANN, 2001).

²Barramento ou barragem faz parte dos componentes de uma Usina Hidrelétrica, com a funcionalidade de impedimento do curso do rio para criação de carga hidráulica necessária para a geração de energia (PEREIRA, 2015). Argumentamos que o barramento de águas também resultou em barramento de gente, fluxos culturais, dos processos produtivos, caça, pesca, etc.

³Em homenagem ao músico nordestino Luiz Gonzaga, foi alterado o nome do Lago ou Barragem Itaparica para Lago/Barragem Luiz Gonzaga, mas utilizaremos a referência Lago ou Barragem de Itaparica por serem nomeações usadas pelas pessoas entrevistadas para esta pesquisa.

estimou, em 2014, mais de 23,5 milhões de habitantes, correspondendo a 34% da população nordestina e representando 12% do país. É considerado o Semiárido mais densamente povoado do mundo. O Bioma Caatinga ocupa a maior parte do Semiárido com predomínio de vegetação adaptada às condições de aridez. A Caatinga foi considerada por diversos estudos recentes como um patrimônio biológico, com importante ecossistema, exclusivo do território brasileiro, composto por flora, fauna e significativo número de espécies endêmicas (SILVA *et al.*, 2010).

O Semiárido nordestino foi e é local de excessiva exploração de recursos naturais, predominando práticas de depredação da Natureza, relações paternalistas, considerado por estudiosos como uma forma de ruralismo tradicional, resultando em forte degradação ambiental (OLIVEIRA, 2014). A área de abrangência deste estudo é o Semiárido, mas optamos por referenciar diversas nomeações de sertão: Sertão nordestino, Sertão do São Francisco, Sertão de Itaparica, Sertão pernambucano, Sertão de Rodelas, Sertão de Cabrobó, etc., por constarem em fontes documentais, expressas pelo poder público, por entrevistados para a pesquisa e pela população regional. Também fazemos referência ao conceito biogeográfico Semiárido.

Na pesquisa, o objetivo foi estudar o processo de emergência e conformação de uma coletividade etnicamente diferenciada, os indígenas Pankará, nos ambientes onde habitam. Para isso, buscamos evidenciar a presença histórica desse grupo na Serra do Arapuá (Carnaubeira da Penha, PE) e no Serrote dos Campos (Itacuruba, PE), a fim de entender o processo migratório e de reassentamento de famílias habitantes na Velha Itacuruba⁴, os chamados caboclos da Serra do Arapuá, que, com a criação do Lago de Itaparica, foram habitar na Nova Itacuruba e em agrovilas; além de ressaltar a afirmação étnica dos Pankará de Serrote dos Campos.

Além de pesquisa bibliográfica, documental, em relatórios produzidos pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), recorreremos à História Oral para pesquisas sobre as memórias dos Pankará, de outros grupos indígenas e quilombolas, buscando compreender os processos históricos, socioculturais e ambientais. As entrevistas realizaram-se presencialmente em Pernambuco com lideranças Pankará, na Serra do Arapuá/Carnaubeira da Penha e em Floresta; e na Nova Itacuruba, no Serrote dos Campos, com lideranças indígenas Tuxá Campos, quilombolas de Poço

⁴Usaremos a denominação “Velha” para designar as cidades submersas pela Barragem de Itaparica, e “Nova” em referência às cidades construídas para reassentar as populações deslocadas com a inundação provocada pela referida barragem.

dos Cavalos e os Negros do Gilu; estes, habitantes na área urbana daquela cidade. Na Bahia, entrevistamos lideranças Tuxá em Nova Rodelas, mas a pandemia impossibilitou a finalização das entrevistas no formato presencial. Realizamos entrevistas com Geraldo Kambiwá e a Cacica⁵ Evani Tuxá Campos em sala virtual no *Google Meet*. Usamos o aplicativo *WhatsApp* com o Cacique Adriano Tuxá-Pajeú.

Realizamos um exercício de reflexões para compreender a dinâmica das relações dos chamados troncos velhos e pontas de rama entre grupos na Serra do Arapuá e no Serrote dos Campos, procurando identificar os aspectos constituintes da identidade Pankará, com foco nos aspectos socioculturais e ambientais relacionados com a construção da Barragem de Itaparica que impactaram os Pankará.

Dessa forma, tentamos entender os processos socioambientais e interculturais dos indígenas Pankará. Elaboramos um roteiro com temáticas e questões relacionadas com a dimensão geográfica, climática, sociocultural praticadas por indígenas, nas viagens ritualísticas, políticas e de trocas socioeconômicas, o fluxo e o trânsito entre a Serra do Arapuá/Cacaria e o rio São Francisco no Semiárido pernambucano; as formas de trabalho, os plantios agrícolas, os caminhos, percursos, rotas, lugares sagrados na Velha Itacuruba, PE.

Procuramos, também, interpretar como os Pankará afirmam a presença indígena por meio das metáforas tronco velho e pontas de rama. Além de evidenciar a presença histórica Pankará, as relações interculturais socioambientais, envolvendo as serras Negra, Umã, Arapuá, Cacaria, às margens e ilhas do rio São Francisco na Velha Itacuruba e em Rodelas; e de que forma a Barragem de Itaparica impactou a vida dos indígenas e quilombolas na área de realização deste estudo, o Sertão de Itaparica.

Vários povos indígenas habitantes no Semiárido usam as metáforas tronco velho e casca do mesmo pau como afirmação étnica, atribuindo aos antepassados míticos ou parentais detentores das chamadas tradições. Também utilizam as expressões pontas de rama ou enxames para designar parentes migrantes que foram habitar outras regiões ou participantes de processos de novas emergências étnicas (ARRUTI, 1996; MENDONÇA, 2003).

⁵ Optamos por usar a palavra cacique no feminino.

Estudiosos apontaram expressões ou conceitos para designar os indígenas que não expressam as sociodiversidades ou reforçam estereótipos, como é o caso da palavra tribo, considerada equivocada por remeter ao conceito definido pelo campo da Antropologia, como referência a uma forma de organização social baseada no nomadismo e no poder temporário desempenhado pelo chefe tribal; liderança com prestígio e atuando na mobilização do grupo com finalidades específicas. No caso do Brasil, existe uma diversidade de organizações socioculturais de indígenas. Por isso, o conceito tribo não deve ser usado, por ser uma forma genérica não correspondente à diversidade dos atuais povos indígenas habitantes no país, sendo recomendado o uso do conceito de etnia ou povo indígena (COLLET; PALADINO; RUSSO, 2014).

No campo do Direito, também se recomenda não utilizar a denominação de tribo ou aldeia por remeter à ideia de suposta prática primitiva e homogeneidade sociocultural de todos os povos indígenas, considerados civilmente incapazes; “pelo simples fato de ter nascido no seio de uma comunidade indígena é um consectário do integracionismo, paradigma ultrapassado no atual Direito dos Povos Indígenas” (HEEMANN, 2017, p. 9).

A partir da década de 1970⁶, com o processo de mobilizações indígenas no Brasil, os povos indígenas decidiram pela utilização e manutenção do termo genérico: índio ou indígena, com o sentido de demarcação de fronteira étnica: “Afirmando as identidades enquanto ‘habitantes nativos e originários dessas terras’ como forma de diferença a aqueles com procedência de outros continentes, como os europeus, os africanos e os asiáticos” (LUCIANO, 2006, p. 30). Transformando a identidade genérica, e mesmo o termo pejorativo, como marca positiva da identidade dos diversos e distintos povos indígenas que, historicamente, têm interesses comuns na mobilização por garantia de direitos.

⁶ Evidenciamos a partir da década de 1970 novas abordagens da Antropologia sobre povos indígenas habitantes no Nordeste, através de estudos promovidos pelo Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro (PINEB), pertencente ao Departamento de Antropologia e Etnologia e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, na Universidade Federal do Estado da Bahia (UFBA). Como também pelo Projeto Estudos sobre Terras Indígenas no Brasil (PETI), do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, contribuíram com a produção sobre os processos de emergência étnica de vários povos indígenas no Nordeste, entre a segunda metade da década de 1980 e a primeira da década de 1990 (GOMES, 2017).

Neste estudo, portanto, usamos a denominação de índios ou indígenas, como também povos, e não tribos. Em relação à organização sociocultural no Território Pankará, utilizamos o termo aldeia por ser a divisão espacial relativa à habitação de núcleos familiares nas áreas da Serra do Arapuá e Serrote dos Campos, expressão adotada pelos Pankará e demais povos indígenas nos sertões do São Francisco. Também fazemos referência aos não indígenas, fazendeiros em terras indígenas, nomeados pelos indígenas Pankará como posseiros (OLIVEIRA, 2014).

A temporalidade neste estudo foi marcada por períodos marcantes na afirmação da presença indígena Pankará, envolvendo as relações interétnicas, especificamente a partir de 1940, período de mobilização dos Pankará para reconhecimento étnico perante o SPI, até 2010, diante da Fundação Nacional do Índio (Funai), com processos de novas mobilizações. Não tivemos a pretensão de pensar em uma história linear, nem de longa duração, mas nortear os processos históricos vivenciados pelos chamados caboclos da Serra do Arapuá em suas dinâmicas socioculturais, políticas e ambientais nos diversos ecossistemas habitados, a fim de compreender as novas identidades étnicas, Pankará na Serra do Arapuá em Carnaubeira da Penha e Pankará no Serrote dos Campos em Itacuruba, estado de Pernambuco.

O recorte temporal para a pesquisa considerou também os projetos desenvolvimentistas do Estado brasileiro, a partir de 1940, no setor energético com a implantação de usinas hidrelétricas e barragens no rio São Francisco, especificamente a Barragem de Itaparica (1970/1980), buscando compreender como foram afetados os chamados caboclos nos ambientes Serra do Arapuá e as margens do rio São Francisco, na Velha Itacuruba, e ainda as relações socioculturais com outros grupos étnicos.

A temporalidade, portanto, não foi pensada de forma estática. Nesse sentido evidenciamos o processo de afirmação da identidade Pankará envolvendo as complexas relações socioambientais em novas mobilizações étnicas em Itacuruba e no Perímetro de Irrigação Brígida, Orocó, Pernambuco, desdobramentos de atingidos pela Barragem de Itaparica⁷. Atualmente, famílias oriundas da Serra do

⁷ O Perímetro de Irrigação Brígida, em 1988, instalou 443 famílias atingidas pela Barragem de Itaparica; inaugurado em 1994, com pendências ainda hoje não concluídas. Foi nomeado Projeto Brígida pela população da região. Criado pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), com financiamento do Banco Mundial e a parceria da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf); com mais dois perímetros irrigados em Pernambuco e

Arapuá, estabelecidas no referido projeto, estão em processo de mobilização para autoafirmação da identidade étnica reivindicando uma área não irrigada naquele perímetro.

Na década de 1980, surgiram novos processos de afirmação da presença indígena no Nordeste, com o relevante protagonismo dos povos indígenas na afirmação de identidades, por meio de reconhecimento étnico, garantia de direitos territoriais e constitucionais, conquista de políticas públicas, especificamente nas áreas de Educação e Saúde diferenciadas. Período também em que houve novos estudos, com novas abordagens e métodos para compreensão dos processos históricos vivenciados pelos povos indígenas, evidenciando-os como protagonistas da e na História (OLIVEIRA, 2004, 2011). Com novas estratégias criadas pelo movimento indígena no Brasil, contando com a articulação e participação de indígenas garantindo o reconhecimento de direitos reconhecidos na Constituição Federal aprovada em 1988 (CUNHA, 2012).

Foi o caso dos chamados caboclos na Serra do Arapuá ao deflagrarem o processo de autodenominação como indígenas Pankará em 2003 e os parentes habitantes na área urbana da Nova Itacuruba, que se mobilizaram em 2007 pelo reconhecimento étnico ocupando uma área na zona rural. Local fazendo parte do percurso dos caboclos que desciam a Serra do Arapuá para as margens, ilhas ou travessia do rio São Francisco, como prática de sobrevivência em períodos de seca ou participação em rituais com o povo Tuxá, habitantes na Velha Rodelas, BA.

Diante desse cenário de mobilizações dos Pankará, observamos a necessidade de um aprofundamento⁸ de estudos para compreender as relações estabelecidas com os ambientes envolvendo os vínculos parentais e socioculturais, em uma concepção metafórica como afirmada pelos indígenas sobre os troncos velhos e as pontas de ramas como fulcro de uma ancestralidade. Consideramos,

outros seis no estado da Bahia, com a finalidade específica de reassentamento das populações que habitavam as áreas rurais, incluindo os indígenas Tuxá, fazendo parte do Plano de Desocupação do Reservatório do Sistema Itaparica. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/linhas-denegocio/irrigacao/sistema-itaparica>. Acesso em: 8 jul. 2019.

⁸ Em 2013 e 2014, realizamos pesquisa no Programa de Mestrado em História – PPGH/UFCG, resultando na dissertação, intitulada Os índios Pankará na Serra do Arapuá: relações socioambientais no sertão pernambucano, quando analisamos as relações entre os Pankará e a Serra do Arapuá, evidenciando as (des)continuidades desse grupo social no ambiente habitado, as práticas de sobrevivência, de produtividade nas relações e representações sobre a Natureza. Assim como os diversos usos de práticas tradicionais relacionados com a cosmologia, a presença indígena, e como os processos históricos vivenciados possibilitaram e possibilitam a resistência, a autonomia desse povo indígena (OLIVEIRA, 2014).

também, as relações socioambientais e as mobilizações empreendidas por esse povo indígena para conquista de demandas reivindicadas.

Então, este estudo se insere em um contexto de novos processos de mobilização étnica no Submédio São Francisco, sertão pernambucano. Procuramos, portanto, compreender os atuais processos de emergência indígena, relacionados com questões socioambientais, a partir do campo disciplinar da História Ambiental,⁹ por possibilitar reflexões historiográficas pautadas nas relações dos seres humanos com os ambientes habitados, envolvendo a compreensão das dimensões físicas e simbólicas dos humanos em relação à Natureza.

Além disso, as reflexões da História Ambiental possibilitaram os diálogos com outros campos do conhecimento. Em nosso estudo, dialogamos também com as pesquisas nas áreas da Antropologia, Biologia, Geografia, as ideias da Epistemologia Ambiental, da Etnoecologia, da Etnobotânica, dentre outras. Para compreender as questões socioculturais, especificamente do povo indígena Pankará, com os territórios físicos e simbólicos: a Serra do Arapuá, área de um brejo de altitude¹⁰, no município de Carnaubeira da Penha, e o Serrote dos Campos, Barragem Itaparica, na Nova Itacuruba em Pernambuco. Demarcando vinculação com os ambientes naturais a uma identidade coletiva relacionada, também, com outras localidades e outros grupos étnicos (CASTRO, 2003; LEFF, 2005).

A categoria sertão foi elaborada desde o período colonial, considerado lugar distante do litoral, espaço no interior, área inóspita, deserta, desabitada ou com pouca habitação, composta por incivilizados. A imagem do sertão colonial não era apenas de deserto físico pela não exploração econômica efetiva, mas também como um espaço considerado não civilizado. Além disso, não existia só um sertão, mas diversos: a região para além da colonização em suas fronteiras era um sertão. Esse conceito era mais geopolítico e tinha pouco de geográfico, com pouca importância às características climáticas, relevo e vegetação. Além disso, com a expansão gradativa da colonização, o chamado sertão tornou-se um espaço sempre em

⁹ Apropriamo-nos de estudos com foco nos processos históricos socioambientais, a exemplo de Arruda (2008a, 2008b, 2011); Cabral (2007); Drummond, 1991; Duarte, 2005; Leff (2005); Martinez (2011); Pádua (2009) e Worster (2008).

¹⁰ Os denominados Brejos de Altitudes são caracterizados por massas de ar úmidas expostas e relevo em altitude. O clima formado por massas de ar úmidas transformadas em chuvas de relevo ou orográficas que são formadas pelas massas de ar da vertente voltada para o lado que recebe os ventos úmidos (barlavento), barradas pelo relevo, ocasionando a elevação, condensação e precipitação de nuvens, resultando em índices pluviométricos superiores aos ocorridos no restante do Bioma Caatinga (BAPTISTA, 2005).

mutação, um espaço móvel construído por indígenas, missionários, colonos e militares (PERICÁS, 2010; POMPA, 2003; SILVA, 2005).

Sertões significando espaços vazios embora habitados por vários povos indígenas. Não se tratava do deserto físico, e sim da ausência de vassallos do rei de Portugal, dos corpos fora do domínio real, que estavam, por isso, fora da condição de existência, configurando espaço vazio (JESUS; POSSAMAI, 2006). O sertão foi pensado a partir do colonizador e seus empreendimentos aliados à noção cristã de conversão dos indígenas para participarem da colonização; inicialmente, trabalho atribuído aos missionários religiosos e, no segundo momento, aos representantes do governo; pois o processo expansionista da ocupação do interior, com a colonização portuguesa, iniciou-se na metade do século 17: “Para a instalação de fazendas de gado no Agreste e Sertão pernambucano era necessário amansar os índios ‘hostis’.” (SILVA, 2012, p. 66).

A Serra do Arapuá, território indígena Pankará, localiza-se no chamado sertão de Itaparica, lugar histórico de habitação de indígenas anterior ao período da colonização portuguesa.¹¹ Essa região e o rio São Francisco foram importantes áreas indígenas, com a presença de missionários e curraleiros.¹² Tornou-se lugar de cobiça e disputa; contemporaneamente, área estratégica governamental para usufruto das águas do rio São Francisco.

Ressaltamos que, ao longo deste estudo, são evidenciados conceitos ou palavras expressas pela sociedade não indígena ou pelo Estado, relacionados com projetos/propostas de implantação de empreendimentos ou em relação aos indígenas como definição de parâmetros de integração à sociedade para transformação em civilizados; como exemplo, no uso das expressões proteção, progresso, civilização, desenvolvimento, etc.

Em relação à afirmação da identidade étnica do povo indígena Pankará, os rituais religiosos são expressões fundamentais na dinâmica da vida sociocultural,

¹¹ Estudos arqueológicos evidenciaram a presença humana na região de Itaparica, incluindo a Serra do Arapuá/Cacaria muito anterior ao período da colonização portuguesa (SILVA, 1999).

¹² Nesta pesquisa utilizaremos a denominação dos criadores de gado bovino como “curraleiros” para expressar o acentuado processo de implantação de currais de gado, provocando, desde o século XVII, conflitos e disputas entre curraleiros, missionários e indígenas na região do sertão São Franciscano (BATISTA, 2005).

ambiental e política. O Toré¹³ é o principal ritual, “tradição mantida pelos mais velhos há mais de um século na Serra do Arapuá” (SANTOS, 2011, p. 40). Considerando, também, que a mobilização dos atuais indígenas no Nordeste, mesmo com variação na forma de organização ou nas articulações interétnicas, é primordialmente mobilização política (BARTH, 2000).

Os processos de mobilização para afirmação étnica pelos indígenas são marcados por relações parentais, motivadas por vínculos históricos, partilhados, e pelo sentimento de pertencimento, constituidores de “uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias. [...] Fomentando relações comunitárias de natureza mais diversa, mas, sobretudo, conforme ensina a experiência, as políticas” (WEBER, 1991, p. 270). Então, os processos de afirmação étnica são mobilizações sociopolíticas.

Os processos de mobilização étnica na maioria, especificamente os indígenas no sertão nordestino, foram e são em áreas na bacia do São Francisco. Por isso, também será evidenciado neste estudo um esboço da história do rio São Francisco, como local de habitação de povos indígenas, ocupação de colonos portugueses, missionários e gado bovino, bem como a apropriação dos potenciais desse rio pelo estado como fator de desenvolvimento para a Região Nordeste.

Nessa perspectiva, no capítulo 1, intitulado *Rio São Francisco: rio de indígenas*, apresentamos uma breve história do rio imbricada nas relações dos indígenas habitando nas ilhas, margens e áreas adjacentes na área do percurso semiárido do rio; esse importante local de habitação de indígenas, ocupação de missionários e colonos portugueses, para compreender o contexto atual dos indígenas na História, especificamente o povo Pankará, tema deste estudo.

Evidenciamos as apropriações realizadas pelo Estado Imperial sobre esse rio, na promoção de estudos e financiamentos sobre o rio como potencial de integração nacional, propiciador de uma unidade nacional. Também aspectos da política desenvolvimentista na República brasileira, especificamente a partir da metade do século XX, quando o rio São Francisco foi considerado por governantes e legisladores como fator principal para o desenvolvimento e propiciador da riqueza no

¹³ Ritual praticado pelos Pankará e também com sentido de afirmação da identidade étnica em espaços públicos, em mobilizações sociopolíticas e como diversão, uma “brincadeira” de índios. Para reflexão sobre os múltiplos sentidos do Toré entre os povos indígenas no Nordeste, ver Grunewald (2002).

Nordeste, por meio dos empreendimentos energéticos e a implantação de projetos irrigados, principalmente na região do Submédio São Francisco.

Utilizamos fontes bibliográficas sobre a História Ambiental e história indígena no Nordeste, como produções monográficas, dissertações, teses e textos, disponíveis na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e em outras instituições brasileiras. Analisamos produções historiográficas, antropológicas, geográficas, biológicas, das Etnociências e de outros campos do conhecimento, referentes aos estudos sobre o rio São Francisco e os povos indígenas, especificamente os ambientes habitados no Sertão de Pernambuco.

Buscamos, portanto, no capítulo 1, a escrita de uma História Ambiental do rio São Francisco, vinculada à história indígena na região estudada. Para tanto, apropriamo-nos de relatos de cronistas, viajantes, cientistas, estudos e memórias dos atuais indígenas a fim de compreender o espaço em torno do rio, como local de disputas e conflitos entre indígenas e não indígenas. Igualmente, entender as formas de apropriação e significados atribuídos ao rio e aos indígenas, com as alterações ou permanências.

No capítulo 2, *Indígenas x Senhores das terras: Estado promotor da civilização e desenvolvimento*, discutimos o processo de amansamento dos indígenas com a implantação de aldeamentos favorecendo a ocupação por colonos portugueses e gado bovino nos sertões do São Francisco. Evidenciando como a criação de Leis para garantia de terras aos indígenas atendeu os interesses do Estado e da colonização, em distintos períodos históricos, com a finalidade da suposta promoção do progresso.

Para tanto, observamos legislações, estudos e discussões envolvendo as temáticas apresentadas neste estudo. Também os estudos do antropólogo João Pacheco de Oliveira a respeito do processo de territorialização e da condição de “mistura”. Para esse antropólogo, o primeiro processo de territorialização ocorreu do século XVII ao século XIX. Definiu três processos de mistura. A primeira mistura iniciou-se com a atuação de missionários no São Francisco no amansamento de indígenas para a efetivação do empreendimento colonial.

Os missionários atuaram nos aldeamentos na perspectiva política assimilacionista, adotaram a estratégia da catequese, da disciplina, da criação e a reunião em um mesmo aldeamento de distintos grupos indígenas, contribuindo para a ocupação territorial e a produção econômica por não indígenas. Na metade do

século XVIII, a política adotada pelos missionários foi alterada, com a gestão dos aldeamentos por civis e a implantação de medidas pelo Diretório dos Índios (1755): estímulo a casamentos interétnicos, prática da pecuária e fixação de não indígenas em áreas de antigos aldeamentos, considerando-se a segunda mistura.

Na metade do século XIX, foi instituída a Lei de Terras (1850) para a regularização de áreas rurais, estabelecendo as terras em propriedades particulares ou devolutas, pertencentes ao governo. O que resultou na cobiça por áreas de aldeamentos considerados extintos por representantes das câmaras municipais e fazendeiros, para o controle sobre as áreas indígenas. Foi o terceiro momento da mistura e o período mais marcante nas memórias e narrativas dos povos indígenas no Nordeste, pela limitação das posses indígenas; uma vez que, em fins do século XIX, os povos indígenas no Nordeste desapareceram como coletividade pela desestruturação dos territórios, sendo reconhecidos de forma individualizada como remanescentes, descendentes e caboclos (OLIVEIRA, 2004).

O segundo processo de territorialização, proposto por João Pacheco de Oliveira, iniciou-se na década de 1920, com a atuação do SPI no antigo aldeamento da Missão Ipanema – atuais Fulni-ô, em Águas Belas, Pernambuco. Diante dessa situação, irromperam mobilizações étnicas, reivindicando o reconhecimento de áreas de antigos aldeamentos diante do SPI, como foi o caso dos Atikum, habitantes na Serra Umã, e a mobilização dos Pankará na Serra do Arapuá (OLIVEIRA, 2004). Esse processo ainda está em curso, ou se pensando em um terceiro processo de territorialização, com os novos processos de emergência étnica no fim do século XX, provocados por novas demandas e garantia de direitos, como é o caso dos indígenas Pankará.

Analisamos estudos e fontes documentais para compreender as ações do Estado visando à promoção do progresso com a implantação da República no Brasil, evidenciando a criação do SPI/Funai e os processos de emergência étnica no século XX; com ênfase no acervo da 4.^a Inspeção Regional do SPI/IR4 relacionado com os Atikum e Pankará.

No capítulo 3, intitulado *Povo indígena Pankará: Serra do Arapuá e Serrote dos Campos, submédio São Francisco*, evidenciamos as mobilizações e a afirmação da presença indígena na Serra do Arapuá e adjacências, os “troncos” e as “pontas de rama” na constituição identitária, as relações socioambientais no Semiárido em Pernambuco, buscando perceber a apropriação da Natureza pelos Pankará envolta

nas sociabilidades, nas expressões religiosas, conhecimentos e formas simbólicas das relações estabelecidas por esse povo nos ambientes naturais e socioculturais. Na perspectiva de uma história indígena discutida por meio das interpretações dos conhecimentos nativos sobre a flora, a fauna, os sentidos e significados atribuídos ao rio São Francisco e a nomeação dos indígenas aos diversos aspectos da Natureza.

Ressaltamos o papel das lideranças indígenas no processo de mobilizações sociopolíticas por meio das histórias de vida. Para tanto, analisamos memórias orais dos Pankará na Serra do Arapuá com base nos relatos da Cacica Dorinha, o Pajé Manoelzinho Caxeado, o Pajé Pedro Limeira, o Pajé João Miguel e os líderes Manoel Gonçalo (Neném) e Luciete Lopes; e no Serrote dos Campos, a Cacica Lucélia Leal.

Os indígenas selecionados para discorrermos sobre a sua história de vida foram aqueles que tiveram importante protagonismo no processo de afirmação da presença indígena na Serra do Arapuá e no Serrote dos Campos. Buscamos relacionar as histórias imbricadas no espaço social vivido (BOURDIEU, 2006).

Inspiramo-nos na proposta do Projeto *Os brasis e suas memórias: os indígenas na formação nacional*¹⁴, lançado em abril de 2018, coordenado pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira, para enfatizar os protagonismos dos indígenas Pankará entrelaçados com a história indígena no sertão pernambucano. Para isso, intercalamos as narrativas orais com acontecimentos históricos evidenciados nas memórias Pankará em estudos e fontes documentais. Também tomamos como base a metodologia da história oral, com foco na história de vidas enfatizando as trajetórias, as relações estabelecidas com os lugares habitados, envolvendo os fluxos migratórios e a organização sociopolítica dos indígenas Pankará (PEREIRA, 2010).

O capítulo 4 intitula-se *O progresso do Nordeste, a Barragem de Itaparica e as relações socioambientais interculturais*. Para as discussões, traçamos um

¹⁴ O projeto tem como objetivo: “abordar a história por meio da construção de biografias indígenas. Ao escrever histórias de uma vida, difundimos histórias de outras vidas às quais aquela está entrelaçada, narramos a história de um povo, de um lugar. De fragmento em fragmento, explicitam-se os encadeamentos entre biografias e eventos, podendo brotar daí uma outra história dos indígenas e do próprio país. Uma narrativa que critique os preconceitos e a intolerância, difunda os valores, tradições e estratégias dos povos indígenas, e ajude a criar pontes para um novo Brasil.” (O BRASIL..., 2019). Disponível em: <http://osbrasisesuasmemorias.com.br/o-projeto/>. Acesso em: 26 jun. 2019.

panorama do Sistema Itaparica: Usina Hidrelétrica (UHE), Lago e Perímetros Irrigados, construídos nas décadas de 1970 e 1980. Impactando na vida das populações que habitam locais inundados e áreas adjacentes, e atualmente ainda impactando na vida das populações indígenas e quilombolas no Sertão de Itaparica nos estados de Pernambuco e Bahia.

Buscamos compreender as complexas redes de troca dos Pankará e as relações socioambientais nos ambientes onde habitam, ressaltando o processo dos atingidos pelo barramento de Itaparica, as medidas governamentais e os problemas enfrentados. Evidenciamos as memórias dos Pankará e de outros grupos étnicos, especificamente os povos indígenas Atikum, Pankararu, Tuxá, Tuxá Campos e Tuxá Pajeú. Além das atuais comunidades quilombolas Negros do Gilu e Poços dos Cavalos, habitantes nas regiões circunvizinhas da Velha Itacuruba, PE, e Velha Rodelas, BA. Desse modo, pensando nas memórias indígenas Pankará com os circuitos de trocas socioculturais e o rio São Francisco, como espaço de comércio, trânsitos ritualísticos – Toré ou “brincadeiras”, de visitas a parentes. Além de tentar entender o barramento do ponto de vista socioambiental e das águas do rio.

O Toré é um complexo ritual praticado pelos indígenas no Nordeste composto por toantes, cânticos ritualísticos acompanhados por elementos sonoros (maracás, apitos, gaitas, zabumbas), performance em forma de dança circular enfileirada ou em parilha, com a invocação dos encantados, “entidades espirituais ou antepassadas”, com a finalidade de cura e de afirmação da identidade étnica (PEREIRA, 2005, p. 2). O Toré é praticado no ritual Pankará. Também é dançado para diversão, como “brincadeira”. Realiza-se o Toré para afirmação étnica em espaços públicos e mobilizações sociopolíticas por diversos povos indígenas no Nordeste (GRÜNEWALD, 1993; OLIVEIRA, 2014).

Também realizamos pesquisas no acervo documental na sede da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) em Recife, acessando estudos, projetos e relatórios, coordenados pelo Departamento de Economia e Sociologia da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e a Hidroservice Engenharia de Projetos Ltda, a serviço da Chesf (MELO, 1988). Foram considerados, ainda, outros documentos governamentais e estudos relacionados com planejamentos e ações desenvolvimentistas com foco no Nordeste, como aqueles relativos aos procedimentos de implantação e assistência técnica nos Projetos de Irrigação, criados para reassentamento da população atingida pela Barragem de Itaparica,

especificamente o Projeto de Irrigação Brígida, local onde habitam famílias indígenas Pankará e os estudos sobre os desdobramentos das ações das agências governamentais e as problemáticas resultantes dos processos de deslocamentos humanos na região.

Procuramos, portanto, evidenciar neste estudo a região do Submédio São Francisco como espaço de habitação de indígenas, a dinâmica de ocupação, as relações socioambientais dos Pankará, os circuitos e fluxos de trocas socioculturais com outros povos indígenas e negros habitantes na região. Além de evidenciar os empreendimentos promovidos pelo Estado, que modificaram o rio e a vida dos ribeirinhos, com enfoque nos grupos étnicos no Submédio São Francisco.

1 RIO SÃO FRANCISCO: RIO DE INDÍGENAS

Velho Chico, velho forte é o senhor
 Que abençoa e alimenta meu sertão
 Tanta gente tu sustentas em tuas veias
 Belas frutas se produzem por esse chão
 És o mineiro mais nordestino que já vi
 Tem sotaque de caba da peste sim senhor
 És o verde que contempla essa seca
 És o cenário da alegria e do amor
 Pai do Céu conceda vida eterna a ti
 Da nascente até o leito para o mar
 Paz as árvores que povoam tuas margens
 Que teus peixes alimentam o meu lar
 Ave Maria.

“Mineiro nordestino”,¹⁵ Gean Ramos

O rio São Francisco é o tema de estudo neste capítulo e as relações com os nativos que habitam as ilhas e terras margeando o curso do rio, localizadas em áreas adjacentes. Locais principais de grande interesse nesse sentido, a região que vem sendo nomeada, desde o período colonial, como Sertão de Rodelas, Sertão de Cabrobó ou, atualmente, como Médio ou Submédio São Francisco. Nesse contexto, especificamos no Sertão de Itaparica, situada no estado de Pernambuco,¹⁶ e no Território de Itaparica na Bahia,¹⁷ uma área ocupada por grande diversidade de grupos humanos.

Desse modo, é o rio pensado como um dos protagonistas de um percurso histórico regional brasileiro desde o período pré-colonial até nossos dias, com abundância de gente indígena. Nosso enfoque foi sobre a dinâmica de habitação dos grupos étnicos nessa região do rio. Em específico, sobre as relações socioambientais e interétnicas dos Pankará habitantes na Serra do Arapuá

¹⁵ O compositor indígena Pankararu, Gean Ramos, lançou a composição “Mineiro Nordestino” no DVD Trajetória, em 2013. Mais informações: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-de-bamba/post/gean-ramos-uma-voz-indigena-na-musica-brasileira-29-9-campo-grande-550755.html>.

Acesso em: 10 dez 2021.

¹⁶ O Sertão de Itaparica é uma das áreas criadas pelo governo do estado de Pernambuco. A área geográfica do Estado foi dividida em 12 Regiões de Desenvolvimento. O propósito governamental foi possibilitar o planejamento estratégico de políticas públicas de atração e investimentos privados. Disponível em: http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=798&Cod=1. Acesso em: 20 fev. 2019.

¹⁷ O governo da Bahia, com objetivos semelhantes a Pernambuco, dividiu aquele estado em 27 Territórios de Desenvolvimento, sendo nomeada a região baiana, Território Itaparica, objeto deste estudo. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>. Acesso em: 20 fev. 2019.

(Carnaubeira da Penha), pensando em que sentido se assume o rio São Francisco na história desse povo.

O povo indígena Pankará anunciou publicamente a identidade étnica em 2003 no I Encontro Nacional dos Povos Indígenas em Luta pelo Reconhecimento Étnico e Territorial, realizado em Olinda, Pernambuco. Na ocasião, autodenominou-se um dos “povos resistentes” no Nordeste brasileiro, conjuntamente mobilizados pelas reivindicações da garantia de direitos constitucionais ao território e expressões socioculturais, especificamente direito a políticas públicas diferenciadas em Educação e Saúde (SILVA, 2004).

Ressaltamos que o território físico e simbólico Pankará é nas Serras do Arapuá e Cacaria, uma área de brejo de altitude, espaço de habitação de grupos humanos há centenas de anos. Registros indicam que, desde o início do processo da colonização portuguesa na região, essas serras foram lugar de indígenas, servindo como espaço de refúgio e habitação (SILVA, 1999).

Os Pankará também participavam de migrações sazonais e fluxos socioculturais em áreas adjacentes às serras habitadas. Desse modo, o local deste estudo envolveu a historicidade nas Serras do Arapuá e Cacaria, as margens e ilhas do rio São Francisco, como importantes espaços de relações interétnicas e socioculturais/ambientais, de disputa entre indígenas e não indígenas desde o período colonial. O que explica, em alguma medida, a atual emergência étnica evidenciada nas mobilizações e reivindicações dos indígenas.

1.1 Territórios Indígenas, Fisiografia e Hidrografia do Rio São Francisco

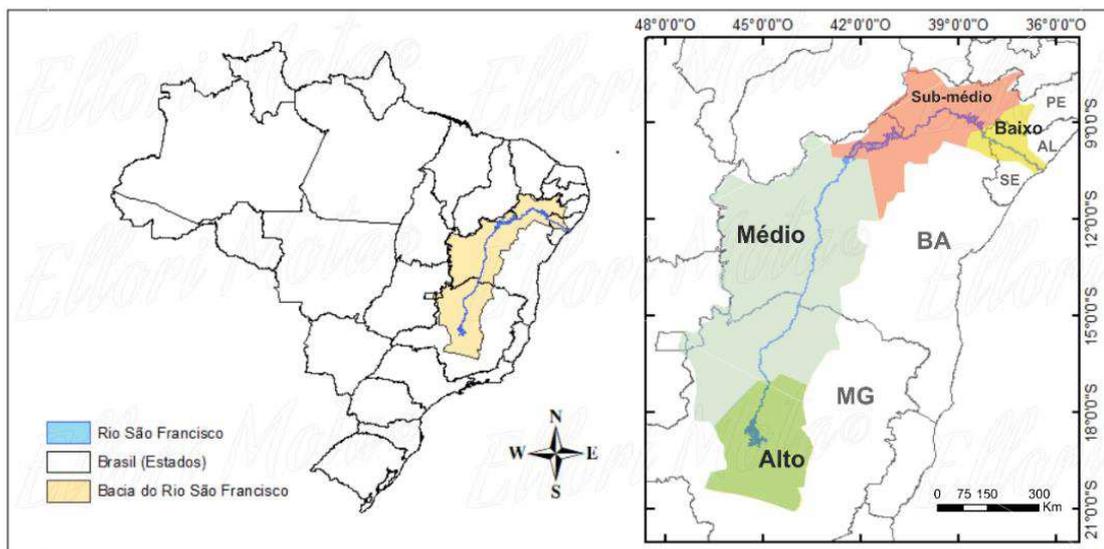
O curso de águas do rio São Francisco, desde sempre, foi importante na história dos nativos, missionários, escravizados africanos e curraleiros. Fez-se, desse modo, um rio, a um só tempo, com memórias e experiências de guerra, de expropriação de terras, de fuga e captura de negros fugidios, organização de quilombos e de projetos de empreendimentos visando ao progresso nacional. Fez-se vetor econômico, sociocultural das gentes ribeirinhas, dos habitantes de agrupamentos sociais que se foram formando ao longo do percurso e bacia do rio.

Com 638.323 km² de extensão e 168 afluentes, a bacia hidrográfica do rio São Francisco abrange uma vasta região, na qual se encontram diferentes biomas: Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica. Corresponde a 8% do continental território

brasileiro, abrigando uma população estimada em 18.218.575 habitantes, segundo o censo do IBGE (2011), distribuída em 503 municípios e sete estados da Federação: Goiás, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e o Distrito Federal. Cinco desses estados são banhados pelo rio: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Conforme observado abaixo, o curso de suas águas vincula-se a diferentes regiões brasileiras. Por isso lhe foi atribuído, no século 19, a alcunha de Rio da Integração Nacional.

A fisiografia do rio São Francisco divide-se, como se observa na Figura 1, em quatro regiões: o Alto São Francisco, com extensão de 900 km, desde as nascentes até a cidade de Pirapora, Minas Gerais; o Médio São Francisco iniciando em Pirapora e englobando as microrregiões de Minas Gerais e da Bahia, finalizando em Remanso; o Submédio São Francisco, iniciando naquela cidade, termina em Paulo Afonso, BA; o Baixo São Francisco, com 375 km de extensão, estende-se até a foz no mar, na divisa dos estados de Alagoas e Sergipe. É o único rio perene no Semiárido brasileiro.

Figura 1 – Regiões fisiográficas do rio São Francisco



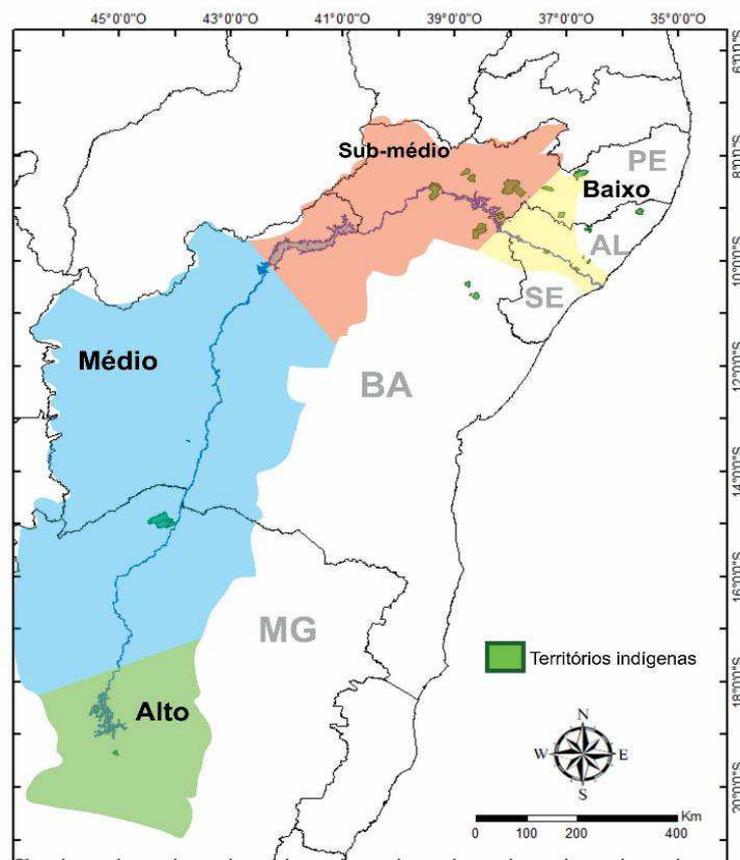
Fonte: Oliveira (2019).

O Submédio São Francisco, região fisiográfica estudada, conta com 556 km do eixo principal do rio, com as sub-bacias dos rios Pontal, Garças, Brígida, Pajeú e Moxotó, situados às margens à esquerda (Pernambuco), assim como na margem à direita (Bahia), os rios Salitre, Tourão e Vargem Grande. No estado da Bahia, é

composto por mais de 20 municípios, incluindo Rodelas que faz parte do nosso estudo. Em Pernambuco, são 69 municípios, incluindo Carnaubeira da Penha e Itacuruba, área de abrangência de nossa pesquisa. Em todo esse território, o clima é predominantemente semiárido e árido, com precipitação anual de 693 mm de chuvas, temperatura média de 27 °C e insolação média anual de 2.800 horas conforme o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF, 2004).

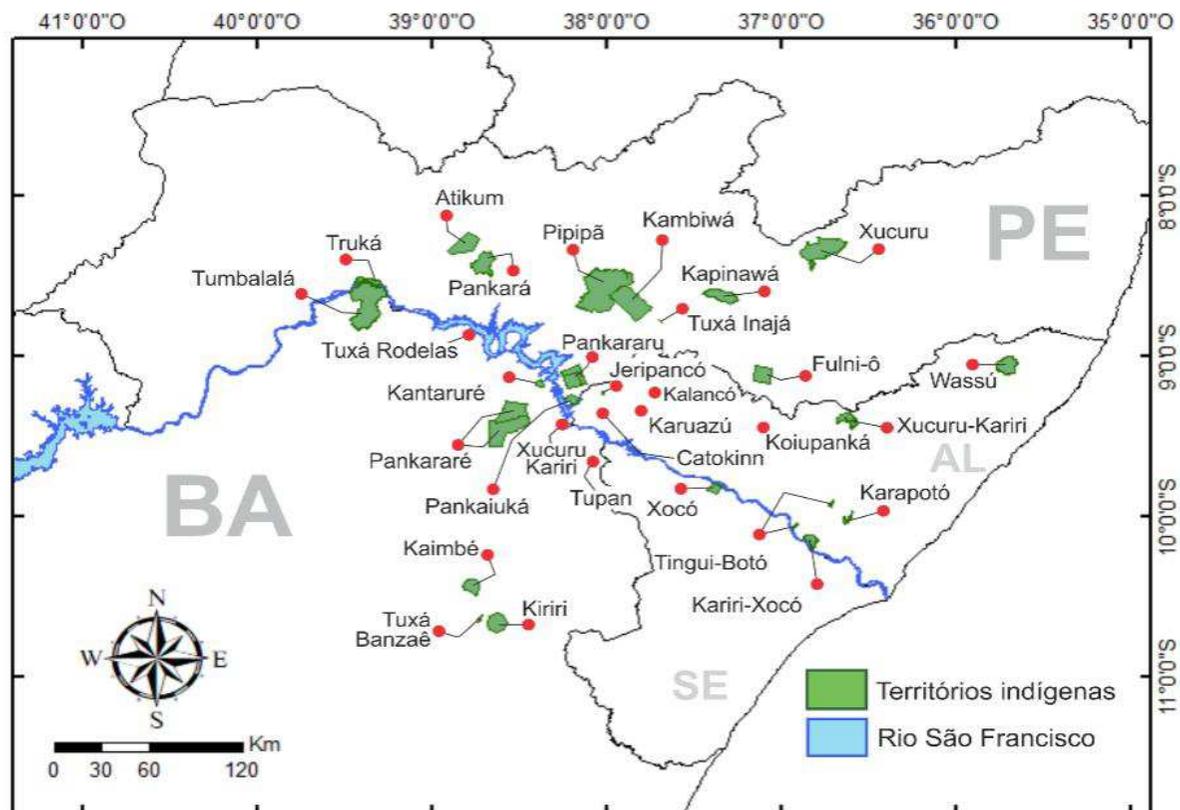
O georreferenciamento da Funai evidenciado nas Figuras 2 e 3 mostra, respectivamente, a localização dos Territórios Indígenas na região da bacia e no Submédio São Francisco. Salientamos que as novas emergências étnicas na Nova Itacuruba, em Pernambuco, constam em figuras apresentadas no último capítulo deste estudo.

Figura 2 – Territórios indígenas na bacia do São Francisco



Fonte: Oliveira (2019).

Figura 3 – Territórios indígenas no Submédio e Baixo São Francisco



Fonte: Oliveira (2019).

Evidenciamos na Figura 3 quanto o rio São Francisco é ainda um rio de índios, especialmente as regiões do Submédio e Baixo São Francisco, locais de habitação do maior número de povos indígenas nessa bacia. Salientamos também que, em nosso estudo, o rio relaciona-se com as apropriações e os significados pelos indígenas Pankará envolvendo as percepções simbólicas e religiosas, transformando em rio de história (ARRUDA, 2008a).

No Submédio São Francisco, o clima é quente, com média pluviométrica de 550 mm e sete a oito meses secos. Região composta pelo Bioma Caatinga, com característica hidrológica consistindo em águas, cujos cursos são intermitentes sazonais de drenagem exorreica (percurso em direção ao mar), tendo o único rio perene, o São Francisco, cortando os estados nordestinos da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Esse bioma tem característica meteorológica de alta radiação solar, pouca nebulosidade, temperatura alta na maior parte do ano, taxas baixas de umidade relativa, elevada evapotranspiração, irregulares e baixas precipitações na maior parte da região, ocorrendo o fenômeno de longas estiagens ou secas cíclicas.

A época das chuvas ocorre em dois períodos e em áreas distintas. Na direção oeste e sudoeste, as precipitações ocorrem nos meses de novembro a janeiro. O período de chuvas nos meses de fevereiro a abril na área norte e nordeste do Semiárido nordestino. Predomina também, na maior parte das Caatingas, a estação seca, durando em média de seis a nove meses, enquanto na região do Raso da Caatinga, na Bahia, área considerada mais seca, o período sem chuvas dura de dez a onze meses. Nas regiões de brejo úmido, a seca ocorre de dois a três meses (PRADO, 2005).

A vegetação predominante é das caatingas, com significativa biodiversidade, áreas de vegetação do tipo Cerrado, como vegetação de florestas secas e Caatinga arbórea. Nas áreas de serras denominadas de brejos de altitude, em Pernambuco, encontram-se florestas úmidas perenifólias ou semidecíduas (MACIEL, 2009).

A Caatinga na diversidade biológica vegetal quanto à morfologia, classifica-se em três tipos ou extratos: o arbóreo, o arbustivo e subarbustivo e o herbáceo. No arbóreo, predominam as árvores com cerca de oito a dez metros de altura, como a aroeira, a baraúna, o imbu e a imburana; e as cactáceas: facheiro e mandacaru. Alguns arbustos atingem o porte de árvores como bonome, quixabeira, faveleira. O arbustivo caracteriza-se por plantas de dois a quatro metros de altura, em uma vasta variedade de espécies vegetais como a catingueira, o pereiro, algumas espécies de

cróton, espécies de jurema, faveleira. O extrato subarbustivo e herbáceo é formado por plantas com o máximo de altura de 1,5 m; prevalecendo cactáceas, como o xiquexique, quipá e, com menos frequência, a coroa-de-frade. As bromélias, macambira e o caroá existem em abundância. As herbáceas com predominância de 25 malváceas e euforbiáceas, com raras ocorrências de gramíneas.

Vários estudos evidenciaram que a vegetação atual é considerada como uma espécie de capoeira, uma mata de sucessão secundária, resultado da devastação da Caatinga (MELO, 2012). A partir da colonização portuguesa, no Bioma Caatinga, houve aumento no processo de desertificação, com a prática extensiva de criação de gado bovino e posteriormente a criação de caprinos, intensa exploração da vegetação nativa, aumento do uso do fogo na limpeza da terra para plantio (prática da coivara), resultando no “aumento da degradação ambiental e das secas” (PÁDUA, 2009, p. 139).

Às margens do rio São Francisco, a vegetação ciliar é composta por “[...] angaris, vegetação espinhosa que fustigava as pernas dos tripulantes nas coxias das barcas” (NEVES, 2011, p. 47). As matas ciliares são fundamentais para a proteção do rio, evitando o aumento do volume de terras e outros sedimentos para o leito. O desmatamento dessa flora ocasiona assoreamento e obstrução de trechos navegáveis, degradando o rio. Processo ocasionado por fatores diversos, como o desmatamento para produção agrícola e industrial, além de interesse imobiliário e obras governamentais para o suposto desenvolvimento da região.

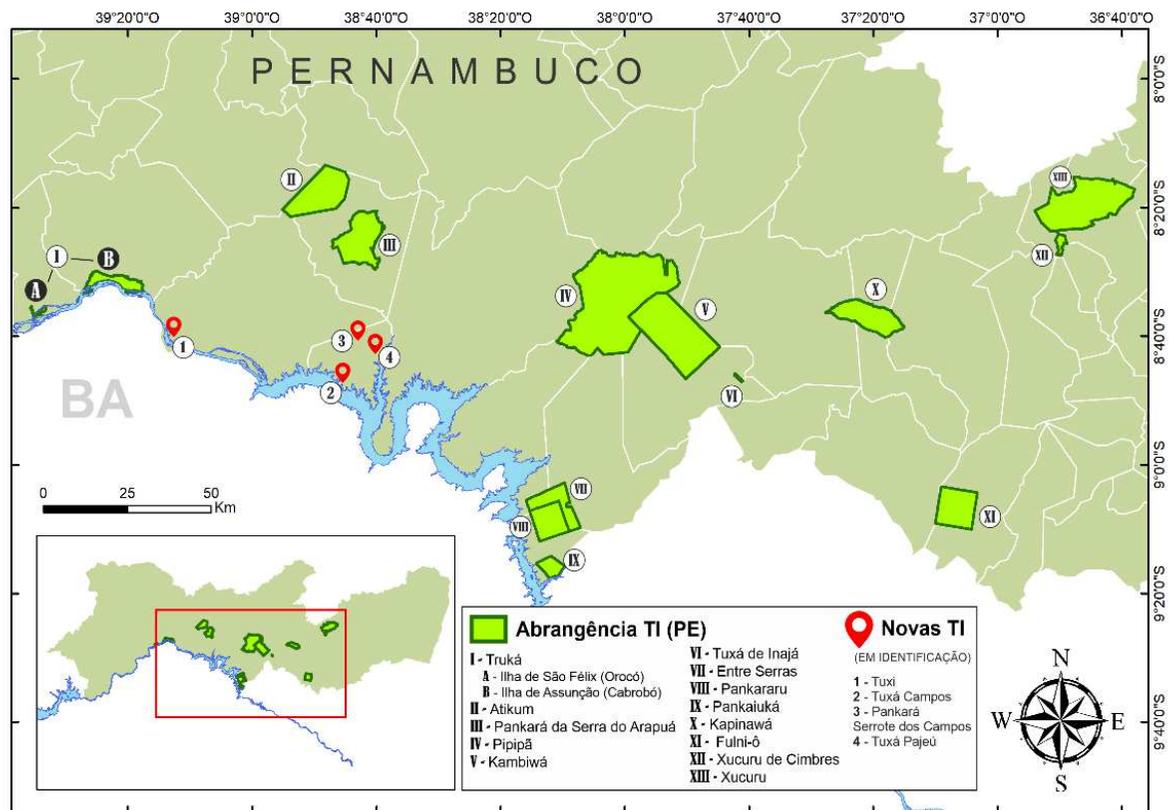
Em um estudo, evidenciou-se o papel da água na agricultura e em todas as esferas da vida humana. O historiador ambiental Donald Worster recomendou o cultivo de rios e da correnteza das águas. Enfatizou a importância da água: “Na água podemos ver toda a natureza refletida. E, no nosso uso da água natural, vemos muito de nosso passado e futuro refletido.” (WORSTER, 2008, p. 29). Denunciou o uso dos rios para produção energética transformando os rios e as correntezas de forma superficial. O uso indiscriminado de irrigação acarretando a salinização dos solos, erosões, alteração do lençol freático e diminuição das águas subterrâneas com maior evaporação, secas etc. Por isso, postulou “pensar como um rio”, com práticas sustentáveis agrícolas e usos sustentáveis para “apreender a pensar como um rio” (WORSTER, 2008, p. 29, 39).

Essa área semiárida é também denominada na literatura especializada como Sertão pernambucano, espaço de intenso processo de ocupação colonial. Tendo

como principal empreendimento a atividade pecuária, que vem sendo palco de conflitos sociais intensos, nos quais estiveram desde sempre envolvidas as diversas populações indígenas, principalmente na área de abrangência do Submédio São Francisco. Local onde várias missões religiosas foram estabelecidas para cristianizar os índios e favorecer a ocupação pelos colonos portugueses (POMPA, 2003), resultando em um significativo número de aldeamentos na região.

Na área denominada sertão, é onde habita a maior parte dos povos indígenas em Pernambuco: Atikum, Entre Serras Pankararu, Pankararu, Kambiwá, Kapinawá, Pipipã, Pankararu, Pankawiká, Pankará da Serra do Arapuá, Pankará no Serrote dos Campos, Truká e Tuxá. No Agreste pernambucano, habitam três dos povos indígenas: Fulni-ô, Xukuru do Ororubá e Xukuru de Cimbres (OLIVEIRA, 2014). Além de novos grupos em processo de afirmação da identidade indígena habitantes no Sertão de Itacuruba, Tuxi em Belém de São Francisco e na Nova Itacuruba (PE): Tuxá Campos, Tuxá-Pajeú conforme a Figura 4.

Figura 4 – Povos indígenas em Pernambuco



Fonte: Oliveira (2021).

Utilizamos as divisões do rio São Francisco em regiões fisiográficas na delimitação do recorte espacial da bacia hidrográfica. Mas a concepção de região não está sendo interpretada exclusivamente como um espaço geográfico físico, mas com historicidade, ecossistemas e uma geografia sociocultural a fim de entender as noções de identidade relacionadas com as áreas onde os grupos étnicos habitam. A área semiárida em nosso estudo também é interpretada como região fazendo parte do Bioma Caatinga (DRUMMOND, 1991; PÁDUA, 2009).

Os atuais povos indígenas no Nordeste afirmam a identidade por meio de práticas consideradas tradicionais, especificamente a ritualística. Assim, a territorialização dos povos indígenas deve ser pensada como um processo de reorganização social, envolvendo “uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora”, necessidade de aspectos políticos especializados, uma “redefinição do controle social sobre os recursos ambientais” e “a reelaboração da cultura e da relação com o passado” (OLIVEIRA, 2004, p. 22).

1.2 Descrições Socioambientais: indígenas no “rio-mar”

No Tratado Descritivo do Brasil de 1587, o português Gabriel Soares de Souza¹⁸ afirmou que o rio São Francisco era denominado pelos gentios (indígenas) de o Pará, uma vez compreendido pelo português como um braço do rio Pará. Nas descrições sobre a região do São Francisco, o autor citou um grande povoamento indígena, com referência a disputas entre várias nações indígenas em torno das ribeiras do rio, seja em razão da fertilidade das terras, seja pelos muitos peixes existentes nas águas. Onde os povos indígenas habitantes ao longo do rio não tinham comunicação com os portugueses; em uma margem:

[...] alguns Caetés, de uma banda, e da outra vivem Tupinambás; mais acima os Tapuias de diferentes castas, Tupinaés, Amoipiras, Ubirajaras e Amazonas [...]. E é tão requestado este rio de todo o gentio, por ser muito farto de pescado e caça, e por terra d’ele ser

¹⁸ O português chegou à Bahia em 1570 e viveu no Brasil por 17 anos. Foi senhor de engenho, com fazendas na região do Jaguaribe e Jiquiriçá, Bahia. Ao retornar à Europa, publicou o livro referido, cujas cópias circularam em Portugal com relativa importância. Na atualidade, é considerada uma referência fundamental por estudiosos de vários campos, como História, Geografia, Botânica, Zoologia, Antropologia, etc.

muito fértil [...] onde se dão mui bem toda a sorte de mantimentos naturais da terra (SOUZA, [1587], 1851, p. 30).

Pela descrição acima, foi possível inferir a existência no fim do século XVI de uma numerosa população de nativos na região, incluindo populações ainda sem contato com os europeus. Destacamos que a área correspondente ao espaço “mais acima os Tapuias de diferentes castas”, precisamente, são as regiões atualmente nomeadas como Submédio e Baixo São Francisco.

Sobre a afirmação do cronista português em relação à nomeação do rio, o Pará, possivelmente trata-se de uma confusão acerca do nascedouro do rio São Francisco, pois, em Minas Gerais, existe um rio nomeado de Pará, tributário do São Francisco. As pesquisas empreendidas a partir do século XIX registraram, em todo caso, o nome Opará. O rio São Francisco foi e é afirmado por diversos autores, seguindo a nomeação indígena Opará, significando Rio Torto ou Rio-Mar (MARQUES, 2008). Atualmente, os povos indígenas nessa região do Sertão e demais grupos populacionais ribeirinhos denominam o rio São Francisco como Opará.

O relato de Gabriel Soares é muito importante para a compreensão histórica do ambiente habitado pelos indígenas desde aquele período: em toda a obra, há descrições da flora, fauna, estações anuais, inclusive com referência aos índices pluviométricos e aos modos indígenas de uso de recursos naturais regionais. Possibilitando, assim, inúmeros exercícios reflexivos no campo da História Ambiental a fim de potencializar discussões sobre as (des)continuidades dos indígenas na História nessa região específica, foco do nosso estudo.

O seguinte trecho da obra citada exemplifica sua riqueza para a compreensão atual das relações estabelecidas historicamente e vivenciadas pelos povos indígenas nessa região, com os ambientes ecológicos habitados no Submédio São Francisco:

Navega-se este rio com caravelões até a cachoeira [...]. Da barra deste rio até a primeira cachoeira há mais de 300 ilhas; [...], de Outubro por diante até Janeiro, que é força do verão n'estas partes; e n'este tempo se alagam a mór parte d'estas ilhas, pelo que não criam nenhum arvoredado nem mais que canas bravas de que se fazem flechas. (SOUZA, [1587]1851, p. 31).

Outros relatos com abordagens semelhantes também possibilitam pensar as dimensões das relações entre o rio e as populações desde o período colonial. Em estudo do campo da etnobotânica sobre as práticas de cultivo dos indígenas, afirmou-se que o alemão Hans Staden fez duas viagens ao Brasil no século XVI. No litoral paulista, foi capturado por indígenas Tupinambá por cerca de oito meses. Após a liberdade, retornou à Europa e divulgou um livro com narrativas do vivenciado e sobre a cultura indígena, publicado no Brasil no início da década de 1930. Trata-se, para muitos, de uma primeira descrição etnográfica sobre os Tupinambás. Consta na obra que a planta “caniço” era usada na confecção de flechas. Segundo Pichkel: “A planta que serviu para confeccionar flechas pode ter sido a inflorescência seca de cana brava que os índios chamavam **uiba** (hoje: ubá).” (PICHKEL, 1962, p. 380, grifo no original).

Planta típica do continente americano, à exceção do Rio Grande do Sul, a cana brava é encontrada em todo o território do Brasil. As áreas com maior incidência são barrancos úmidos de rios, pântanos, áreas inundáveis e solos com grande teor de matéria orgânica. Alcançando até 10 metros de altura, suas unidades formam grandes touceiras.¹⁹ As hastes florais eram o material com o qual os indígenas construía flechas.

Na atualidade, as hastes são utilizadas na confecção de rabo de foguetes,²⁰ gaiolas, tapetes, cestos, sombreiros, pulseiras etc. Também é reconhecido um potencial farmacológico nessa planta: anti-inflamatório, analgésico, diurético e útil no combate a doenças renais, fortificante para o couro cabeludo (CORADIN; SIMINSKI; REIS, 2011). Essa planta é, até a atualidade, cultivada pelo povo indígena Pankararu,²¹ considerando-a uma planta sagrada e utilizando-a de diferentes formas, na ritualística religiosa e sociocultural, conforme afirmado por um líder Pankararu em entrevista para esta pesquisa.²²

A proximidade territorial entre os Pankará e Pankararu – que habitam terras nos municípios de Tacaratu, Petrolândia e Jatobá, no Sertão Pernambucano –, bem como as memórias e relações interétnicas historicamente estabelecidas entre esses povos em torno de mobilizações diante dos impactos socioambientais do

¹⁹ Conjunto de plantas da mesma espécie em um espaço único.

²⁰ Fogos de artifícios confeccionados com varetas de planta, preenchida com pólvora, contendo uma ponta, semelhante a uma cauda comprida de um animal. Por isso, a nomeação “rabo de foguete”.

²¹ Na documentação do período colonial, os Pankararu são nomeados, em geral, como Brancararu (SANTOS JÚNIOR, 2015).

²² José da Cruz dos Santos, liderança do Povo Pankararu. Entrevista realizada em 11 dez. 2018.

Barramento de Itaparica,²³ motivaram os primeiros a considerarem os Pankararu como troncos velhos, importantes na vida sociocultural dos Pankará.

Neste ponto, importa salientar que Frei Vicente do Salvador, baiano e religioso franciscano, descreveu em 1627 os gentios do Brasil, designando Tapuias aqueles que apresentavam comportamentos mais bárbaros, isto é, de resistência à colonização portuguesa. Esse grupo constituía-se de diferentes tribos, falantes de diversas línguas e, por vezes, em disputas mútuas. Os grupos menos resistentes, amigos dos colonos, também se constituíam de muitas nações, alguns habitantes na região do rio São Francisco (SALVADOR, [1627], 1918).

Partindo dessa distinção fundamental entre os grupos indígenas, nas descrições da vida indígena, Frei Vicente fez minuciosas referências sobre hábitos alimentares, formas de plantio, de habitação, relacionamentos parentais, etc., não apresentando especificações exatas a grupos e regiões diretamente referidas. Muito provavelmente o religioso referia-se à cana brava quando destacou o uso de caniço pelos indígenas para guardar fumo.

Fonte considerável de informações histórico-ambientais, Frei Vicente registrou outras plantas, com destaque para a cabaça, usada como utensílio de alimentação pelos indígenas no Sertão do São Francisco. Também considerada sagrada, seu fruto é utilizado pelos Pankará para o fabrico do instrumento sonoro denominado de Maracá, de uso central no Ritual do Toré na invocação dos Encantados. Bem como é amplamente disseminado o uso da cabaça no transporte de água (OLIVEIRA, 2014).

Com outras importantes informações sobre as dimensões histórico-ambientais da vida social e relações dos indígenas com o rio São Francisco, o Jesuíta João Antonil afirmou que, entre o fim do século XVII e início do XVIII, existiam fazendas e currais de gado na Bahia e em Pernambuco, em áreas de lagoas e rios nas duas margens são-franciscanas. Informou, ainda, a existência de 106 fazendas nas margens baianas do rio, estimando uma quantidade ainda maior de currais na borda pernambucana (ANTONIL [1837], 1982).

No século XIX, o pesquisador pernambucano Francisco Augusto Pereira da Costa escreveu que a conquista do rio São Francisco por Duarte Coelho ocorreu ao longo da década de 1530. Em 1560, seus filhos, Duarte Coelho de Albuquerque e

²³ Esses temas serão abordados em outros tópicos desta tese.

Jorge de Albuquerque, teriam empreendido a restauração de povoações nas suas margens e a captura de belicosos selvagens, os indígenas Cahetés. Ainda segundo o autor, no último quartel do século XVI, ocorreram ainda outras expedições de conquista do rio, cujo sertão estava todo habitado “por tribos de índios bravios, tão selvagens quanto valentes”, dificultando a empresa colonial. Somente na segunda metade do século XVII, houve efetivas ocupações das terras às margens do São Francisco, sob o patronato de Francisco Dias d’Ávila, da Casa da Torre (COSTA, 1896, p. 5).

A família D’Ávila dedicou-se à colonização dos sertões por meio da criação de gado do século XVI ao XIX, quando fizeram entrada nas áreas sertanejas dos atuais estados do Piauí, Bahia e Pernambuco. Para tanto, estabeleceram diferentes estratégias de manutenção e ampliação das áreas invadidas, inclusive no Vale do São Francisco. A mais importante delas foi o estabelecimento de representantes, ocupando a função de procurador, rendeiro e, enfim, defensor direto dos interesses da Casa da Torre, resultando em uma das maiores riquezas e domínio de terras, isto é, em uma das maiores sesmarias existentes na América colonial (FERRAZ, 2004).

Ao fim do século XIX, o historiador cearense Capistrano de Abreu destacou que os caminhos e povoamentos no Sertão do São Francisco, nos atuais estados de Pernambuco e Bahia, ou margeavam o rio São Francisco ou seguiam os percursos de rios e riachos tributários. Ainda segundo o autor, essas áreas eram habitadas por uma grande variedade de tribos indígenas, tendo sido palco de inúmeras guerras, uma vez que boa parte das populações indígenas não aceitou de forma pacífica as invasões das terras para criação de gado. Como observou Abreu, a ótica do colonizador era, por outro lado, tratar-se aquela região de uma abundância de terras devolutas cabendo aos indígenas deslocar-se para novas áreas, solucionando as desavenças com os fazendeiros e curraleiros (ABREU, 1998).

O historiador Francisco Adolfo de Varnhagen corroborou o entendimento colonial, então bem disseminado, denominando os indígenas como selvagens, incultos e incivilizados; evidenciando a força dessa imagem, produzida por cronistas e religiosos desde o início da colonização. Para o pesquisador, seria impossível informar sobre a civilização dos indígenas, uma vez que viviam em estado de barbárie e atraso. Escreveu: “De tais povos na infância não há História: há só etnografia. A infância da humanidade na ordem moral, como a do indivíduo na

ordem física, é sempre acompanhada de pequenez e de misérias” (VARNHAGEN, 2010, p. 22-23).

Varnhagen produziu estudos com a finalidade de negação dos indígenas na construção da suposta identidade nacional. Justificando que os indígenas, por causa das guerras constantes e das festas canibais cotidianas, eram bárbaros e sanguinários, “decorrentes de ódios imemoriais entre tribos rivais” (VARNHAGEN, 2010, p. 126). Resultando em negação da identidade nacional com a participação de indígenas, enaltecendo as qualidades dos europeus (raça branca) como únicos capazes de contribuir com a nação brasileira. Argumento atualmente ainda presente em nossa sociedade (VARNHAGEN, 2010).

Podemos assim dizer que a região do rio São Francisco era e é espaço de habitação de indígenas, lugar de cobiça e de muitas invasões por não indígenas. Com o entorno do rio habitado por diversos grupos indígenas, os colonos e missionários seguiram para o interior do Continente.

Evidenciamos em seguida a navegação e os projetos diversos de uso das águas e das margens do São Francisco.

1.3 Um Rio da Unidade Nacional: Promoção Técnico-Científica para o Aproveitamento das Águas e do Progresso

No Brasil oitocentista, viajantes e cientistas empreenderam expedições pelo interior do continente, os sertões. Auguste de Saint-Hilaire, botânico francês, chegou ao Brasil em 1816, compondo a Missão Francesa. Realizou pesquisas em várias províncias do Império e conheceu as nascentes do rio São Francisco, descreveu o sertão do São Francisco como espaço despovoado de civilizados e em excesso de gentios e animais. Uma concepção eurocêntrica na qual parece comparar os indígenas a animais, afirmando que aquela região do rio era desabitada de civilizados. O pensamento de Saint-Hilaire era semelhante ao de outros cientistas e estrangeiros em relação ao sertão do São Francisco, como lugar inóspito, selvagem (BRASIL, 2008).

Os naturalistas bávaros, Spix e Martius, realizaram pesquisas no período de 1817 a 1820, por diversas regiões do Brasil. Na viagem pelo rio São Francisco, registraram a fauna, a flora, aspectos geológicos, geográficos e hidrológicos. Descreveram, também, questões sobre a saúde e a cultura da população ribeirinha,

ressaltaram a hospitalidade dos ribeirinhos e a fertilidade das terras. Informaram ser a região são franciscana habitada por inúmeras etnias indígenas, que, em períodos de escassez de chuvas, época de secas, migravam para as margens do rio, vivendo da pesca e registraram a abundância de peixes no São Francisco (BRASIL, 2008).

Também no século XIX, a construção da identidade do Brasil no século XIX provocou debates e reflexões por intelectuais e políticos, considerando a civilização portuguesa a base para a construção da identidade nacional, composta pela religião católica, “patriótica, permeável a um discurso evolucionista e muito vinculado à política oficial” (SCHWARCZ, 1993, p. 117).

Após a Independência do Brasil (1822),urgia a necessidade de aspectos simbólicos na afirmação da identidade da nova nação, pois havia uma problemática em relação à formação nacional brasileira, os brancos representantes dos portugueses eram rejeitados, os negros sinônimo de coisificação e não valorizados na representação da nacionalidade, restando aos indígenas a elevação de símbolo da nacionalidade (SILVA, 2017).

Nesse período, por outro lado, o Rio São Francisco foi alvo de estudos com o objetivo de evidenciar suas potencialidades, especialmente relacionadas com a navegação. O Patriarca da Independência, José Bonifácio, propôs o deslocamento da Capital Imperial para o interior, na região do São Francisco para centralização do Império. No II Reinado, foram promovidas e estimuladas expedições científicas para estudar o Rio São Francisco (VIDAL, 2015).

A esse respeito em um estudo sobre os rios na construção do território paranaense no século XIX foi afirmado que as autoridades e os discursos produzidos na época compreendiam os rios com a função utilitária, sendo evidenciadas as características naturais como corredeiras, pedras, quedas d’água, densas matas que margeavam os rios como obstáculos ou impedimentos à navegação (ARRUDA, 2008a).

A partir da segunda metade do século XIX, o governo imperial patrocinou várias expedições para analisar o potencial de navegabilidade dos rios, como transporte para integração e exploração econômica, como vetor da comunicação entre o interior do país e os principais centros, incluindo a sede do governo imperial, o Rio de Janeiro. Nesse período a natureza era apropriada com a finalidade utilitária e exploratória dos rios, florestas e terras, “[...] a época da natureza submetida à

técnica: engenheiros, máquinas a vapor, pontes, canalização e, décadas depois, barragens” (ARRUDA, 2008a, p. 119).

O rio São Francisco foi objeto de interesse como via importante de comunicação e de transporte de mercadorias através da navegação, contexto das origens das expressões sobre o rio São Francisco como rio da integração nacional ou da unidade nacional. Em um estudo foi evidenciado as apropriações relacionadas ao meio natural do Rio São Francisco como forma de poder e prestígio para conquistas de projetos políticos. A província que conseguisse legitimar-se como caminho natural do rio teria grande respaldo para tornar-se uma praça comercial de prestígio considerável, a porta de entrada para os sertões daquele vale. Pois,

os múltiplos projetos e esquadriamentos do rio funcionaram como verdadeiras proposições de conformações territoriais para o Império brasileiro, [...] formuladas em função do conjunto a envolver uma série de elementos, como aspectos biofísicos, ambições de poder, aparato técnico-científico e capital financeiro. (OLIVEIRA, 2019, p. 71-72).

As principais expedições no rio São Francisco foram realizadas pelo engenheiro alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld, que, no período de 1853 a 1854, empreendeu navegação das nascentes em Minas Gerais até a foz, entre os atuais estados de Alagoas e Sergipe.

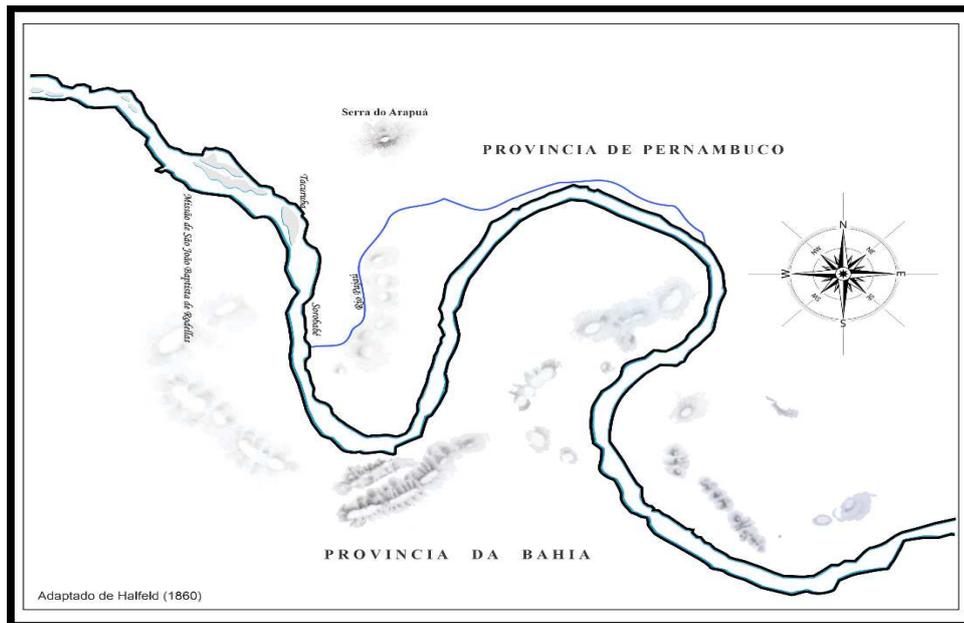
Halfeld estudou a topografia, as condições de navegabilidade e dimensões socioeconômicas, especificamente no Vale do São Francisco. Recomendou obras de desobstrução e limpeza de canais e a construção de portos. Especificou uma proposta de um canal no rio São Francisco, acima do atual município de Santa Maria da Boa Vista, PE, desviando águas em direção ao riacho dos Porcos, abrangendo a confluência ao riacho Salgado para atingir o Vale do Rio Jaguaribe e o Mar cearense. Destacou os benefícios imensos para as províncias de Pernambuco, Ceará, Piauí e Goiás, com maior vantagem para o Ceará, ligando os sertões para escoamento da produção e atividades comerciais marítimas. Além da implantação da agricultura irrigada e no combate ao flagelo das secas (HALFELD, 1860).

Também Halfeld indicou a navegação a vapor entre Pirapora, MG, e Juazeiro, BA, a partir da década de 1870. Descreveu detalhadamente o orçamento para a proposta de abertura de um canal entre a Vila de Boa Vista, PE, até Pão de Açúcar, AL, única forma de navegabilidade, com desvio entre as áreas encachoeiradas

existentes em vários trechos, como Itaparica, em Pernambuco e Paulo Afonso, na Bahia (LUNA, 2013).

A foz do rio Pajeú é em Floresta²⁴, conforme descreveu o engenheiro Halfeld, localizada um pouco acima da Cachoeira de Itaparica, sendo evidenciada a localização da Serra do Arapuá, conforme a Figura 5 adaptada do mapa original:

Figura 5 – Serra do Arapuá e a Foz do Pajeú no rio São Francisco



Fonte: Oliveira, 2021.

Halfeld registrou minuciosamente a região, identificando a flora dessa área como totalmente diferente do curso superior do rio. Também enfatizou a existência na região de muitos saltos e redemoinhos, com mudança radical na direção do rio, de sul a norte, inclinando em direção a leste, com saltos menores até a chegada à garganta da Serra de Borborema, de onde o rio corria em catapultas a uma altura de 91 metros e vai em direção ao oceano (HALFELD, 1860).

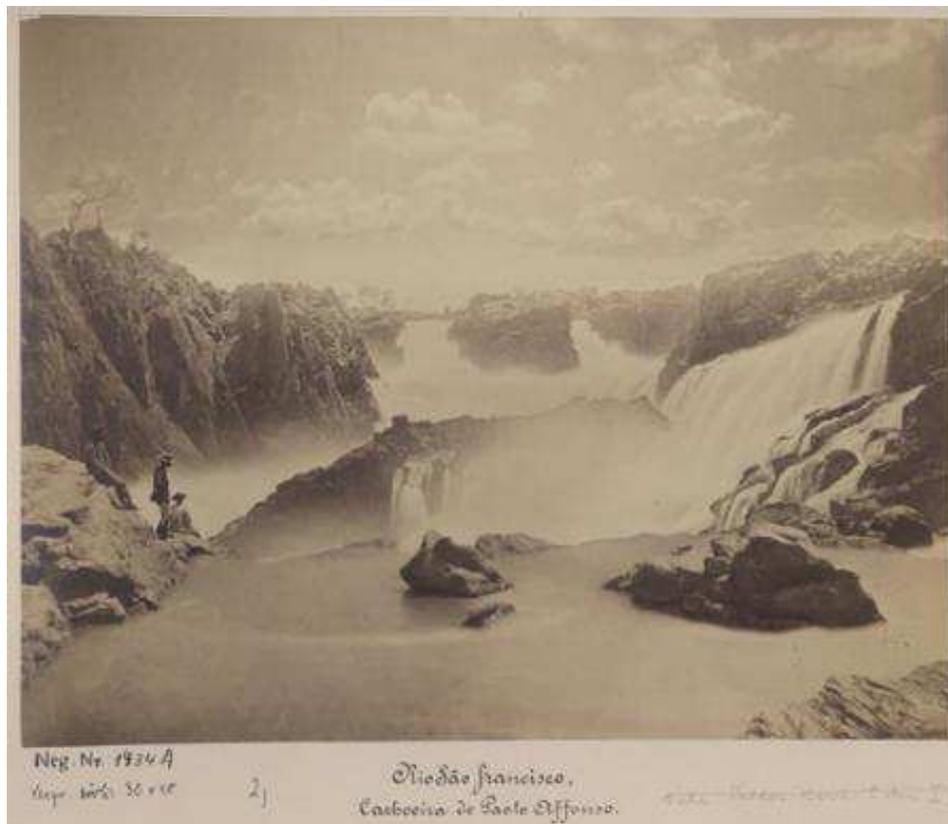
²⁴ O atual município de Floresta englobava a Serra do Arapuá, Território Indígena Pankará. Em 1991, o Distrito de Carnaubeira da Penha foi emancipado, a nova área territorial englobou as Serras do Arapuá e Cacaria, habitando os indígenas Pankará e a Serra Umã, os indígenas Atikum. E, Carnaubeira da Penha foi citada em fontes documentais e nas memórias dos indígenas, como “Sítio da Penha”, área antiga de aldeamento dos indígenas Umã, grafados também como “Umans, Umaes, Imaus ou Imans” (MENDONÇA, 2013, p. 65).

Reafirmamos que essa região faz parte do Sertão de Itaparica, conforme denomina o estado de Pernambuco, citada nas fontes documentais e popularmente conhecida também como Sertão do Pajeú, área da bacia e foz do rio Pajeú. O rio Pajeú nasce no município de Brejinho, norte do estado, “percorre uma extensão de aproximadamente 353 km [...] até desaguar no Lago de Itaparica, no Rio São Francisco” (SANTOS JÚNIOR, 2015, p. 46).

Uma outra região do rio que chamava a atenção nesta época era a Cachoeira de Paulo Afonso. Entre outubro de 1859 e fevereiro de 1860, o Imperador do Brasil, Dom Pedro II, viajou do Rio de Janeiro pela costa norte brasileira, visitando as províncias do Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Paraíba. Em viagem pelo rio São Francisco, registrou informações e fez desenhos sobre o rio e sobre os usos dos recursos naturais no Semiárido (BEDIAGA, 1999).

A Cachoeira de Paulo Afonso, BA foi retratada por Marc Ferrez em 1875, figura abaixo:

Figura 6 – Rio São Francisco, Cachoeira de Paulo Afonso



Fonte: Marc Ferrez (1875).²⁵

O Imperador viajou pelo rio São Francisco com uma cópia do mapa elaborado por Halfeld. Esteve em algumas cidades de Alagoas e foi até a cachoeira de Paulo Afonso (BA). No retorno visitou a Ilha de São Pedro, encontrou com os índios Xocó e em Porto Real do Colégio (AL) visitou os Kariri-Xokó (BEDIAGA, 1999). Um ano antes da expedição no Vale do São Francisco fizera uma visita aos Estados Unidos,

²⁵ Disponível em: <https://blogdabn.wordpress.com/2016/02/15/brasiliana-fotografica-i-as-cachoeiras-do-brasil/>. Acesso em: 9 nov. 2021.

onde na ocasião conheceu o Vale do Mississipi e os projetos de aproveitamento de recursos hídricos. Foi sob influência dessa experiência que buscou realizar estudos sobre as potencialidades do Rio São Francisco para promoção de supostas políticas públicas de desenvolvimento regional.

O potencial do Rio São Francisco foi também estudado em 1868, pelo engenheiro alemão, Carlos Krauss, com o objetivo de interligação entre navegação e sistema férreo, partindo da região da Cachoeira de Sobradinho (BA) até o porto de Piranhas, em Alagoas (ROCHA, 2004).

Também o intelectual e diplomata inglês, Richard Burton veio para o Brasil em missão diplomática no período de 1865 a 1868. Considerado um aventureiro estudioso, percorreu várias regiões do Planeta. No Brasil, empreendeu viagem pelo Rio São Francisco no período de junho a novembro de 1867. Seus relatos de viagem são considerados importantes para as áreas de Geografia, História e Antropologia. Descrevendo a chegada à Ilha da Assunção,²⁶ Cabrobó, PE, afirmou ter encontrado índios belicosos, portando facas, arcos e flechas. Os indígenas, segundo o diplomata, não eram puros, uma vez que estavam misturados com africanos. Ao visitar a aldeia indígena em Rodelas, Bahia – atual povo indígena Tuxá –, registrou que os caboclos habitavam cabanas miseráveis e as meninas eram violentadas por padres. Aproveitou a situação para tecer elogios aos jesuítas, desclassificando os padres modernos. Utilizando as teorias da Antropologia para desqualificar os indígenas no sertão do São Francisco (SÁ, 2014).

O Imperador Dom Pedro II criou em 1879, a Comissão Hidráulica, chefiada pelo engenheiro norte-americano Willian Milnor Roberts. Dentre os engenheiros brasileiros na Comissão destacou-se a atuação o baiano Teodoro Sampaio. Com detalhados registros escritos e desenhos em um diário de viagem, tratando de aspectos geomorfológicos, climáticos, fisiográficos, socioeconômicos e socioculturais da região do São Francisco. Homem de seu tempo com concepções circulantes entre a elite intelectual carioca, relacionando progresso, ordenamento social e trabalho com modernidade urbana e litorânea. O interior do continente e os habitantes representados nos escritos estavam relacionados com a ideia de atraso, desordem e sofrimento. Em vários trechos do diário, descreveu os ribeirinhos como preguiçosos e conformados com a condição adversa, desconsiderando em qualquer

²⁶ Atual Território Indígena Truká, reconhecido e demarcado na década de 1990. Grupo indígena impactado pelas obras de Transposição do rio São Francisco (MONTEIRO, 2008).

medida as práticas e lógicas – técnicas de produção, alimentação, expressões sociorreligiosas etc. – nas relações com o Rio São Francisco e Natureza circundante (SILVA; DAMÁZIO, 2009).

As descrições preconceituosas ou os registros de negação da identidade indígena por cientistas e viajantes pelo rio São Francisco estavam influenciados por teorias vigentes à época. As ideias propagadas no Brasil, entre o século XIX e XX eram vinculadas ao evolucionismo. Nesse período, pensadores difundiam dentre várias explicações a categorização dos grupos humanos em escalas inferiores e superiores. Os considerados selvagens/bárbaros estavam na escala inferior, eram os primitivos, os atrasados. Esses povos foram classificados como despossuídos e incapazes de absorver os conhecimentos técnico-científicos. Enquanto os grupos humanos considerados evoluídos, os europeus, com avançada capacidade intelectual eram por isso, detentores de todo o conhecimento produzido pela humanidade. Então, os europeus eram os promotores do desenvolvimento e do progresso da civilização (SILVA, 2016).

A adoção dos modelos evolucionistas e do darwinismo social pelos intelectuais no Brasil, evidenciado em estudo, “traziam a sensação de proximidade com o mundo europeu e de confiança na inevitabilidade do progresso e da ‘civilização’” (SCHWARTZ, 1993, p. 28). A justificativa para a ausência de pureza da raça branca europeia no Brasil foi defendida a partir da ideia da mestiçagem, discussões e debates em fins do século XIX. Os discursos sobre a mestiçagem afirmavam os indígenas e os negros como raças inferiores, além de criar uma explicação para o Brasil participar da civilização, onde a mestiçagem seria a única forma de no futuro o país atingir o branqueamento da raça, promovendo a imigração de brancos europeus pobres (SILVA, 2017).

Essas teorias formuladas objetivavam a idealização e afirmação da chamada nação brasileira, associaram o indígena ao sertão, representados como categorias relativas ao isolamento e a marginalização, opostos ao progresso e à civilização.

O sertão foi ressignificado com a implantação da República brasileira por intelectuais-cientistas, correspondendo ao ideário de lugar apto à conquista para integração ao progresso e a civilização brasileira. Com a realização de expedições científicas para diversas regiões do país, durante a Primeira República, incluindo no rio São Francisco, objetivando relacionar as ideias de atraso sobre os povos habitantes nas áreas interioranas, longe do litoral, permanecendo a dicotomia

sertão/atraso e litoral/progresso (STACHUCK; OLIVEIRA, 2018), incluindo os discursos e estudos sobre a inexistência ou desaparecimento dos indígenas.

O estímulo e financiamento às expedições científicas para a conquista do interior baseava na efetivação do chamado progresso para a civilização da República brasileira. Uma das importantes expedições ao interior foi a Comissão Rondon, liderada pelo engenheiro e militar, Cândido Rondon, objetivando a integração do interior com a civilização por meio da comunicação via construção de rede telegráfica, com início em 1891, abrangendo as regiões Noroeste e Norte do país. A Comissão Rondon realizou estudos geográficos, biológicos, antropológicos, pois,

A construção das linhas telegráficas era acompanhada por trabalhos de reconhecimento dos rios, da flora, da fauna, de conhecimentos das condições epidemiológicas e de contato com as tribos indígenas, com ênfase no conhecimento de seus costumes e das línguas faladas (LIMA, 1998, n. p).

Os trabalhos produzidos pela Comissão Construtora das Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas foram interdisciplinares, reunindo conhecimentos de Botânica, Zoologia, Geologia, Geografia e sobre as expressões socioculturais de diversos povos indígenas, com desenhos, mapas, glossários de línguas indígenas, etc., comparado aos estudos produzidos pelos naturalistas no século XIX, considerado também contributos para a ciência brasileira.

Rondon apresentava-se como sertanista e não cientista, na ideia de desbravador dos sertões brasileiro, destacando e sendo reconhecido pelas atividades realizadas de forma quase heroica. Por enfrentar todos os tipos de adversidades: excessiva dificuldade na locomoção usando tipos distintos de transporte, incluindo longos trechos a pé e usando embarcações precárias para navegação. Para disciplinar os participantes da Comissão, usou métodos rigorosos de castigos, sendo acusado de práticas violentas contra os soldados desobedientes. Além de enfatizar o árduo trabalho com os indígenas, “lidava há vinte anos, com as rudezas semibárbaras da linguagem dos caboclos e com as asperezas torturantes dos idiomas indígenas” (LIMA, 1998, n. p). Em outra parte deste nosso estudo aprofundaremos questões a respeito do órgão criado sob influência de Rondon, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

A partir de 1905 também foram realizadas expedições médico-sanitárias por cientistas do recém-criado Instituto do Manguinhos, futuro Instituto Oswaldo Cruz, pois a saúde também fazia parte das ideias de progresso e civilização, temas fundamentais na República. Essas expedições incorporaram outras áreas de conhecimentos e foram financiadas pela Inspetoria de Obras Contra a Seca, para estudos epidemiológicos, socioeconômicos, antropológicos, geográficos, botânicos, zoológicos etc., abrangendo as regiões do Rio São Francisco, Nordeste e Centro-Oeste do país. A expedição realizada pelos cientistas Adolfo Lutz e Astrogildo Machado, percorreu o rio São Francisco, de Pirapora (MG) a Juazeiro (BA), entre abril e julho de 1912, inspecionando o vale do São Francisco, com observações e coleta de espécies da fauna, objetivando pesquisas para cura de diversas doenças e práticas de higiene e sanitárias (BENCHIMOL; SÁ, 2007).

Do fim do século XIX até a década de 1980, nas regiões do Médio e Submédio São Francisco, ocorreu intensa navegação e comércio fluvial, inaugurando o uso de grandes embarcações, conhecidas como os Vapores do São Francisco. Negros livres e descendentes de africanos participaram intensamente nessas atividades de navegação, desempenhando a função de remeiros. Os chamados caboclos, por sua vez, dedicavam-se à atividade de pilotagem e aos “ofícios de carpinteiros, tanoeiro e marceneiro naval” (SILVA JÚNIOR, 2018, p. 188-189).

1.4 Rio São Francisco: Usina Hidrelétrica (UHE) e a promoção do progresso

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pela 1.^a Guerra Mundial e pela Revolução Russa, resultando em radicais mudanças sociopolíticas:

As crenças políticas estavam abaladas, os nacionalismos na ordem do dia, e as demandas pela extensão de direitos políticos e sociais cresciam, como as greves e outras agitações urbanas anunciavam, mesmo no Brasil. Os tempos eram de crise, e palavras como *decadência e atraso* passaram a circular no vocabulário político internacional de forma intensa (GOMES, 1998, p. 491).

Nesse período, os políticos e intelectuais sob impactos de novas demandas, produziram discursos e reflexões acerca da realidade econômica e sociocultural, buscando combater o chamado atraso para a promoção do progresso e

modernização do Brasil. As décadas de 1920 a 1940, a modernidade brasileira foi pensada sob a organização de um Estado centralizado e fortalecido sob a defesa das ideias nacionalistas. Período marcado também pela produção de ensaios objetivando a compreensão do país, reflexões evidenciando convergências e divergências entre a elite intelectual, discutindo e formulando ideias para combater o atraso e promover o desenvolvimento comercial e industrial (GOMES, 1998).

A produção, distribuição e comercialização da energia pública iniciou no final do Império com a iluminação pública no Rio de Janeiro. Surgiram empresas privadas nacionais e estrangeiras atuando no setor elétrico. Alterando as apropriações sobre os rios e a utilização como força hidráulica para produção de energia hidroelétrica, como demonstrado em um estudo sobre rios e a necessidade de ampliação de produção de energia hidrelétrica no Estado do Paraná na primeira década do século XX sobre os rios como recursos mais potentes do que as usinas térmicas para produção de eletricidade. Dessa forma, as características naturais, como as quedas d'água foram transformadas em mercadoria em razão da:

[...] capacidade de produção de energia a partir da transformação da força hidráulica gerada pelo movimento da água. De qualquer forma, uma das particularidades naturais de um rio, começava a obter um significado inédito. Os rios passariam a ser explorados em busca de locais propícios para produzir energia elétrica (ARRUDA, 2008b, p. 167).

Os rios foram valorizados e tornaram-se fruto de especulação monetária. Além de disputas entre as empresas de energia térmica e hidroelétrica. No caso do Nordeste, a Cachoeira de Paulo Afonso foi usada como força hidráulica anterior à Chesf. Inicialmente no empreendimento industrial do empresário Delmiro Gouveia, na região limítrofe entre o Submédio e o Baixo São Francisco, especificamente estabelecido na Fazenda Pedra, próxima ao rio São Francisco, em Alagoas e entre os estados de Sergipe, Bahia e Pernambuco, onde criou a Vila da Pedra, com infraestrutura urbana e industrial, atualmente a cidade de Delmiro Gouveia (AL). Em 1913, inaugurou a primeira Usina Hidroelétrica do Nordeste, a UHE de Angiquinho, com a produção de energia destinada a fábrica de linhas (SILVA; CORRÊA, 2017).

No início do século XX, ocorreu um significativo aumento da industrialização e urbanização, ampliando a demanda de energia elétrica, com elevado custo, pois era produzida e distribuída por empresas privadas, principalmente por multinacionais.

Na década de 1930, a crise do capitalismo internacional, resultou em maior pressão por parte de empresas brasileiras pela intervenção do Estado para diminuir os altos custos e melhorar os serviços prestados do setor elétrico. Resultando na pressão para que o Estado regulasse o setor de energia, sendo criado, pelo Governo Getúlio Vargas, o Código de Águas em 1934 (LIMA, 1995).

O código que regulamentava o uso das águas do rio São Francisco como recursos hídricos para produção de energia pelo Estado brasileiro iniciou na década de 1930 com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, para promover o exaltado desenvolvimento do país. Sendo criado em 1934 o Código de Águas, regulando o uso das águas e o aproveitamento energético, definindo que as propriedades privadas com áreas de quedas d'água e potencial de aproveitamento para construção de barragens e usinas hidrelétricas seriam considerados bens da União. Também foi estipulado que eram garantidas “salvaguardas sociais para comunidades ribeirinhas, [...] em relação às atividades econômicas (inclusive) irrigação e à proteção ambiental” (VIANNA JR, 2018, p. 11).

A região semiárida nordestina nas áreas da zona fitogeográfica das Caatingas, com características de estiagens foi alvo de políticas públicas do Governo Vargas a partir de 1936, direcionando programas específicos para os períodos de secas ou da escassez de chuvas, com área delimitada nomeada de Polígono das Secas:

Além da questão físico-climática que nos remete a essa denominação, foram as relações políticas, econômicas e sociais presentes nesse território desde a sua formação, que o levaram a condição a qual se encontra, sendo essa categoria o principal elemento de poder, visto a sua utilização pelos detentores do capital para a perpetuação do seu domínio. Ou seja, o flagelo da seca transforma-se em um meio político-econômico-eleitoral no semiárido nordestino (TRAVASSOS; SOUZA; SILVA, 2013, p. 152).

Os discursos produzidos pela elite política e intelectual sobre a seca e a criação da chamada indústria da seca, a partir da República Velha foram reforçados com a seca de 1932. Nesse período ocorreu acentuado processo migratório das populações habitantes nos sertões para as grandes cidades, como por exemplo, a cidade de Fortaleza (CE), no mesmo período em um processo de expansão industrial e comercial, empreendeu reformas e “embelezamento do espaço urbano”. A chegada de flagelados ameaçou “os ricos da capital” (FUNES; RIOS, 2018, p. 36).

O Governo federal através do Ministério de Viação e Obras Públicas, numa tentativa de isolamento dos ricos dos flagelados da seca, construiu locais para concentração dos flagelados, criou “frentes de trabalho e políticas de emigração forçada para outros estados. [...] o poder público confinou parte dos sertanejos em sete Campos de Concentração distribuídos em lugares estratégicos para garantir o encurralamento de um maior número de retirantes” (FUNES; RIOS, 2018, p. 36).

As políticas governamentais de combate as secas eram baseadas no financiamento para construção de açudes e contratação emergencial de mão de obra dos empobrecidos agricultores atingidos pela seca, os chamados flagelados da seca, responsáveis pelas obras de açudagem, recuperação ou abertura de estradas, etc. Os beneficiários de tais obras contra a seca eram os grandes proprietários, representantes do poder político local, imbricados na política nacional, pois, tais obras geralmente eram executadas nas suas propriedades e os trabalhadores das frentes de emergências eram os indicados, uma prática denominada indústria da seca (SILVA, 2018).

A partir da terceira fase da denominada Era Vargas, no Estado Novo, especificamente em 1942 foi criada uma divisão geográfica do território nacional, cortado em regiões. Em relação à delimitação da área numa nova divisão regional, o Nordeste, foi sob justificativa de uma suposta identidade nordestina, marcada por discursos afirmativos de um apego ao passado glorioso como resistência a modernidade. Para tanto, propagou-se a ideia de uma cultura nordestina com práticas religiosas extremadas e a devoção a personagens messiânicos. Além da difusão de práticas de violências. Representadas pelos coronéis e seus capangas, como também pelos justiceiros – cangaceiros, como responsáveis pela ordem e justiça no sertão. Assim, a indústria da seca surgiu como invenção produzida pelas elites políticas e intelectuais da região, como forma de pressionar o Estado para criação de políticas públicas para combater o atraso, com liberação de recursos financeiros para sanar os prejuízos provocados pelas secas. Resultando na apropriação de recursos e privilégios por parte destas elites (ALBUQUERQUE, 2006).

Em 1943, durante a 2.^a Guerra Mundial, Getúlio Vargas assinou acordo com os Estados Unidos para a instalação de uma base militar no Nordeste brasileiro e a contrapartida foi a disponibilidade de financiamentos e assistência técnica com o objetivo de melhoria do Brasil. Dessa forma surgiu o projeto de aproveitamento de

recursos hídricos atrelado ao plano de desenvolvimento, especificamente na Região Nordeste, considerada atrasada e pobre. Região conhecida como lugar de atraso, de flagelados das secas, migrantes para outras regiões do país, mais especificamente Rio de Janeiro e São Paulo. Assim, as políticas para o desenvolvimento nesta região proporcionariam o combate às desigualdades regionais, promoveria a fixação do nordestino, o povoamento com a atração de novos investidores para habitar a região, através do aproveitamento do Rio São Francisco (VIANNA JR, 2018).

A região do Sertão do São Francisco na década de 1940 era compreendida pelo Estado como lugar inabitado, mesmo que desde o século XVI fosse descrita por cronistas e por diversos religiosos como habitada por uma enorme e variada população indígena. Como também uma das áreas mais antigas de colonização, com fixação dos curraleiros, como será discutido em tópico posterior deste nosso estudo.

O governo criou metas e projetos para o chamado progresso do Nordeste, especificamente o desenvolvimento do setor energético, com maior aproveitamento das quedas d'água do Rio São Francisco para a produção energética. As cachoeiras de Paulo Afonso e Itaparica eram as maiores e por essa razão muito cobiçada para o “desenvolvimento da força hidroelétrica no Vale [...] em particular, na Cachoeira de Paulo Afonso” (PIERSON, 1972, p. 139).

Para evidenciar os empreendimentos na área de energia implantados pelo Estado brasileiro com a finalidade de desenvolvimento na Região Nordeste, apresentamos atuação de parlamentares e uma breve descrição sobre a criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), com informações a respeito do planejamento e das criações de usinas e lagos no Rio São Francisco a fim de estabelecer o citado progresso. Temática também abordada em capítulos seguintes como parte das questões propostas nesta pesquisa.

A proposta de criação da Chesf foi apresentada pelo Ministro Apolônio Sales ao Presidente Getúlio Vargas em 1944. Mas, com a deposição de Vargas, foi adiada e somente implantada em 1948, para promover o desenvolvimento do Nordeste, através do aproveitamento das águas do São Francisco na produção energética e para a melhoria da infraestrutura, a criação de projetos de irrigação e a melhoria da navegação.

1.4.1 Políticas governamentais para energia elétrica

A implementação de uma política com foco no incentivo governamental para a industrialização de bens de consumo, teve início na década de 1930, caracterizada pelo forte estímulo do Estado para o setor privado. A região Nordeste e a área nomeada de Vale do São Francisco foram advogadas como prioridade para o desenvolvimento no Brasil, carecendo de investimentos do Estado na área de infraestrutura de transporte e de produção energética. Dessa forma, o Estado era promotor e incentivador de pesquisas científicas para a formulação de políticas públicas com vistas a combater o atraso e as desigualdades regionais, através de discursos produzidos por intelectuais, parlamentares e governantes (KLUCK, 2019).

Em um estudo foi afirmado que cada projeto desenvolvimentista para a região, apresentava soluções definitivas para as questões socioambientais no Vale do São Francisco, como combate às secas ou às enchentes, implantação de saneamento, desigualdades socioeconômicas e muitas outras propostas. No entanto, evidenciou que:

Em cada novo projeto, omite-se a vasta história do que se fez ou se tentou fazer antes. Talvez a omissão de informações e a dispersão de memórias sejam também estratégias de poder, em renovadas hegemonias. O discurso de desenvolvimento em torno da 'seca' ou das potencialidades dos rios e de suas águas traz, em sua prática correlata, a recriação ou invenção de novas fronteiras de expansão de capital (PAULA, 2012, p. 234).

O governo criou metas e projetos para o chamado progresso do Nordeste, especificamente o desenvolvimento do setor energético, com maior aproveitamento das quedas d'água do Rio São Francisco para a produção energética. As cachoeiras de Paulo Afonso e Itaparica eram as maiores e por essa razão muito cobiçadas para o "desenvolvimento da força hidroelétrica no Vale [...] em particular, na Cachoeira de Paulo Afonso" (PIERSON, 1972, p. 139).

Para evidenciar os empreendimentos na área de energia implantados pelo Estado brasileiro com a finalidade de desenvolvimento na Região Nordeste, apresentamos a atuação de parlamentares e uma breve descrição da criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), com informações a respeito do planejamento e das criações de usinas e lagos no Rio São Francisco a fim de

estabelecer o citado progresso. Temática também abordada em capítulos seguintes como parte das questões propostas nesta pesquisa.

A proposta de criação da Chesf foi apresentada pelo Ministro Apolônio Sales ao Presidente Getúlio Vargas em 1944. Mas, com a deposição de Vargas, foi adiada e somente implantada em 1948, para promover o desenvolvimento do Nordeste, através do aproveitamento das águas do São Francisco na produção energética e para a melhoria da infraestrutura, a criação de projetos de irrigação e a melhoria da navegação.

No fim da década de 1940, teve início a execução do Plano de Aproveitamento das Possibilidades Econômicas do Rio São Francisco, em concordância com a Constituição de 1946, Art. 29 – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que definiu a obrigatoriedade do Governo Federal de, no prazo de 20 anos, planejar e executar projeto para aproveitar todas as “possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes, no qual aplicará, anualmente, quantia não inferior a um por cento de suas rendas tributárias” (BRASIL, 1946). Sendo assim definido que 1% do orçamento seria destinado ao aproveitamento do rio São Francisco (BALEEIRO; LIMA SOBRINHO, 2012).

A pretensão em desenvolver o Vale do São Francisco foi permeada por discursos e interesses de políticos representantes dos Estados banhados pelo rio São Francisco. Exemplificamos a seguir, a atuação e discursos de políticos nordestinos que atuaram na defesa do desenvolvimento econômico do Vale do São Francisco.

O político Manoel Novais, nascido em Floresta (PE) era membro uma das famílias tradicionais, os Novaes, grafada também Novais, que além das famílias Ferraz, Lopes, Diniz e Carvalho, desde o século XIX são representantes do poder econômico e político na região, ocupando terras na Serra do Arapuá, também foram e são acusadas de perseguições aos indígenas na Serra do Arapuá/Cacaria (MENDONÇA, 2013; SILVA, 2019).

Como filho de uma família proeminente, Manoel Novais estudou em um colégio no Recife, transferindo-se para Salvador para cursar Medicina. Durante a graduação, em 1929, iniciou a participação na política nacional na Campanha da Aliança Liberal, do Movimento chamado revolucionário em 1930, depondo o Presidente Washington Luís e ascendendo à Presidência, o candidato derrotado Getúlio Vargas, liderança da Aliança Liberal. Na Bahia sob intervenção, Manoel

Novais exerceu função de Oficial-de-Gabinete até 1933, quando foi eleito Deputado Federal baiano, pelo Partido Social Democrático (PSD), Constituinte em 1933, sendo reeleito até 1937, quando foram suspensas as Assembleias Legislativas no Brasil durante o Estado Novo (1937-45). Sendo novamente eleito Deputado Constituinte, representando a Bahia em 1945, por outro partido, a União Democrática Nacional (UDN) (NOVAIS, 2020).

Em 1946 ocupou a presidência de duas comissões: a Comissão Permanente de Transporte e Comunicação e, a Comissão Especial da Bacia do São Francisco. Em 1948 atuou na criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF)²⁷. Manoel Novais recebeu a titulação de “vice-rei” do São Francisco, mas também foi criticado pelas práticas políticas clientelistas, com o poder de nomeações de cargos na CVSF e seleção de projetos que seriam executados. Com discursos focados na ciência, no planejamento e financiamento do Estado para efetivar o desenvolvimento no Vale do São Francisco, atuou em partidos diversos, com 12 mandatos consecutivos quando perdeu a reeleição em 1986 (PAULA, 2015).

Ressaltamos também a atuação do pernambucano Apolônio Jorge de Faria Sales, agrônomo, atuando em órgão ligado à agricultura em Pernambuco: em 1924 ocupou o cargo de Auxiliar de Serviço Especial de Algodão, em 1934 foi nomeado Chefe Estadual de Cana, vinculado à Secretaria de Agricultura e no período de 1937 a 1942 foi Secretário de Agricultura do Estado de Pernambuco. Nomeado Ministro de Agricultura no Governo de Getúlio Vargas (1942-45), destacou-se pela criação de universidades, centros de estudos e institutos agronômicos, implantação de colônias agrícolas, estabelecimento de convênios com o governo norte-americano para as áreas de gênero alimentício e de educação rural. Propôs em 1944 a criação da Chesf, mas a deposição de Getúlio Vargas adiou a implantação da referida instituição para 1948.

Eleito Senador por Pernambuco em 1947 e em 1954 licenciou-se do mandato legislativo assumindo novamente o Ministério da Agricultura, mas com o suicídio de Vargas deixou a pasta da Agricultura. E em 1956 foi nomeado professor da UFRPE e Vice-Presidente do Senado. Participou intensamente da proposta de criação da SUDENE em 1958 e encerrou a vida eletiva em 1959. Assumindo a presidência da

²⁷ A CVSF foi extinta em 1967, substituída pela autarquia Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), sem mais possuir 1% da dotação orçamentária e com funções diferentes da CVSF. E em 1974 foi alterada a SUVALE para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF).

CHESF no período de 1962 até 1974, quando passou a atuar na presidência do conselho de administração da instituição (FGV-CPDOC, 2001).

O Senador Apolônio Sales em julho de 1947, em sessão no Senado Federal, ressaltou a importância da visita do Presidente Eurico Gaspar Dutra ao Nordeste para viabilizar o desenvolvimento através do “aproveitamento da Cachoeira de Paulo Afonso e demais riquezas do grande rio” (BRASIL, 1947, p. 168). Comparou a produção industrial em São Paulo no período de 1911 a 1915 com a produção industrial de cada um dos estados do Nordeste em outro período, 1937 a 1941, para demonstrar a acentuada desigualdade econômica entre São Paulo e a região. Atribuiu os principais fatores da desigualdade no Nordeste: pouca densidade demográfica, carência de investimentos de capitais estrangeiros e falta de presença de mercados locais. Além dos fatores naturais impeditores ao desenvolvimento, enfatizou a existência de um consenso no país,

[...] um homem brasileiro de Norte a Sul, igualmente armado pelos recursos da técnica, dominará com igual êxito fatores naturais semelhantes, que lhe cumpra sujeitar em benefício da coletividade. Ficariam, assim, as diferenças de naturezas mais ou menos rebeldes a subjugar, como índices de maior ou menor prosperidade das circunscrições geográficas ou agrupamentos políticos (BRASIL, 1947, p. 169).

Apolônio Sales enfatizou que as desigualdades aumentavam em locais onde a Natureza era mais hostil faltando a apropriação de técnicas e serviços para melhoria da vida no Brasil. Afirmou o combate às desigualdades socioeconômicas como fator fundamental para conter ameaças à segurança nacional. Evidenciou os ribeirinhos como beneficiários do desenvolvimento do Vale do São Francisco e todo o País. Ressaltou as ações da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOSC²⁸) no Nordeste, através de construção de grandes açudes e áreas irrigadas. E as redes de estradas para o escoamento da produção e implantação de instituições de pesquisas agronômicas, a exemplo do Instituto José Augusto Trindade, criado na década de 1930, pertencente ao IFOSC, objetivando realizar

²⁸ Criado em 1909 no âmbito do Ministério da Viação e Obras Públicas, nomeado de Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS) e em 1919 foi alterado para Inspetoria Federal da Obras contra as Secas (IFOSC), transformado em Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) em 1945 (FGV-CPDOC, 2021).

estudos sobre a região seca nordestina, relacionados ao solo, água, vegetação, clima e ecologia (BRASIL, 1947).

Citou a inauguração da Sede na cidade Sousa (PB) pelo Presidente Getúlio Vargas em visita à Região em 1940, devido as secas (OLIVEIRA, 2018). Reforçou a tese do norte-americano Morris Cook, coordenador da Missão do E.U.A em 1942 no rio São Francisco planejada com múltiplos propósitos, o rio visto como o elemento fundante para o desenvolvimento de modalidades diversas no Vale do São Francisco. A referida missão, liderada pelo citado engenheiro, objetivava planejar e organizar a economia do Brasil. Fruto do plano realizado pela Missão Cooke foram destinados investimentos para criação de órgãos e empresas estatais, como a Chesf (1948), com foco no aproveitamento hídrico no rio São Francisco, priorizando o potencial da Cachoeira de Paulo Afonso (BRASIL, 1947).

Com questionamento sobre as obras contra as secas, tendo como preocupação central a água, mas não envolvendo outras questões necessárias ao chamado desenvolvimento com foco no Vale do São Francisco, Apolônio Sales comparou gastos orçamentários com açudagens, enquanto não priorizou obras para a plena navegabilidade do São Francisco. Citando obras para melhoria da navegabilidade na região de Sobradinho e propostas de uma grande barragem com eclusagem (BRASIL, 1947).

Apolônio Sales também apresentou um estudo para ligação das bacias do São Francisco e do Tocantins. Destacou as vantagens de efetivação do rio São Francisco como unidade nacional, conectando as regiões do País. Evidenciou o potencial econômico do Vale do São Francisco e que a navegação ampliaria o comércio, o transporte e a comunicação. Enfatizou a implantação de técnicas para a agricultura irrigada e produção de energia hidroelétrica, além do aproveitamento da Cachoeira de Itaparica para produção de energia hidroelétrica e do potencial da área. Destacou estudos iniciais realizados em 1938 pela IFOCS e a participação em reuniões no Departamento de Produção Mineral, órgão à época pertencente à Divisão de Águas e Energia, e defendeu o projeto Itaparica baseado em estudos sobre a dificuldade em captação de água em Paulo Afonso (BA).

Com o apoio do Governo de Pernambuco o Ministério da Agricultura criou em 1942 o núcleo agroindustrial e uma pequena produção de energia hidroelétrica na área da Cachoeira de Itaparica. Porém, estudos mostraram que a ampliação da produção energética no local exigia elevados custos financeiros, incluindo a

construção de uma Barragem, enquanto novos estudos foram realizados para produção energética aproveitando o grande desnível (54 metros) da Cachoeira de Paulo Afonso, com a vantagem de menores custos,

[...] em Paulo Afonso as investigações cuidadosas mostraram dispensáveis ou reduzidíssimas, as obras de represamento de água, pois que os leitos efêmeros de granito existentes, puderam ser tomados como caminho das águas até as instalações de força. (BRASIL, 1947, p. 184).

Em defesa do custo orçamentário para a hidroelétrica de Paulo Afonso Apolônio Sales baseou-se em estudos e consultoria técnica de empreendimentos no Vale do Tennessee, Estados Unidos, como também exemplificou a construção de UHE para eletrificação da Rússia. Solicitou à Câmara Legislativa a conclusão da criação da Comissão do Vale do São Francisco e ao Presidente da República o empenho na realização da UHE em Paulo Afonso.

Outra liderança política, Luiz Viana Filho, filho de político baiano, nasceu em 1908 em Paris, registrado em Salvador (BA). Concluiu o curso de Direito em 1929 na Faculdade de Direito da Bahia. Atuou ao lado dos opositores de Getúlio Vargas na década de 1930. Como professor de Direito e eleito Deputado Federal em 1935 em oposição a Vargas, perdeu o mandato em 1937 com o fechamento da Assembleia Legislativa, na instauração do Estado Novo. Retornou à Bahia como professor e colaborador da Revista Seiva, considerada antifascista. Na década de 1940 foi aprovado em concursos para catedrático em várias disciplinas no Curso de Direito, reconhecido como intelectual e opositor de Vargas (FVG-CPDOC, 2021).

Defensor de usos das águas do São Francisco para o desenvolvimento econômico do Vale e do País. Em 1946 foi eleito Deputado Constituinte representando a Bahia e reeleito em 1950, com os mandatos pelo partido União Democrática Nacional (UDN). Foi opositor do segundo governo de Vargas e apoiador de Otávio Mangabeira desde a década de 1930. Participou de ementa parlamentar para o Parlamentarismo no Governo João Goulart. Apoiou e teve forte atuação durante a Ditadura Civil-Militar (1964-85). Eleito Governador da Bahia em 1966 e finalizou o mandato em 1971. Foi eleito Senador em 1975, com vários mandatos. Defendia a pacificação e reformas constitucionais (FVG-CPDOC, 2021).

Empenhado na garantia orçamentária e no fortalecimento da Comissão do Vale do São Francisco, o Deputado Federal Luiz Viana Filho em 1947 também

proferiu discurso na Câmara de Deputados sobre o São Francisco, citando a proeminente morte do rio, com a vazão cada vez menor e maior descarga de areia no leito. Citou também os estudos realizados no Império e os investimentos realizados no Vale do Tennessee, pois com os benefícios para além da região especificada, justificaria o orçamento destinado à realização de obras para o desenvolvimento da região são-franciscana e do país, possibilitando novos mercados e fontes de produção. E por isso, ressaltou a necessidade do Congresso Nacional apoiar incondicionalmente orçamentos necessários, “[...] para a realização e conclusão das obras de aproveitamento da energia hidro-elétrica, que, como sabem os Srs. Deputados, representa mais de 8% de todo o potencial brasileiro” (BRASIL, 1947, p. 5).

Defendendo que o aproveitamento do Rio São Francisco proporcionaria a contenção do processo migratório das populações no Vale são-franciscano para outros Estados brasileiros, como também atrairia migrantes para colonizar o Vale, o então Deputado Viana Filho ressaltou o benefício potencial das águas do São Francisco na produção de energia elétrica. Novamente comparou com o Vale do Tennessee e enfatizou a necessidade de minuciosos estudos para construção de barragens. E considerou todo o curso de água do rio, o aproveitamento em obras de barragem, “as de irrigação, as de reservatórios de compensação, só poderão ser realizadas com eficiência, com consciência, dentro de um plano total, que compreenda desde [...] as nascentes, até a foz do São Francisco” (BRASIL, 1947, p. 7).

Denunciou a Comissão Federal Fluvial, criada em 1932, por considerar o maior erro de engenharia, a execução de obras nas Cachoeiras de Sobradinho, quando “[...] fizeram-se obras destinadas a um leito mole. Gastaram-se milhares e milhares de contos, e afinal verificou-se que o leito do rio era duro, e então todas as obras, tudo quanto se realizou, ficou inteiramente perdido” (BRASIL, 1947, p. 8). Enfatizou a atenção e cuidado na realização de obras no São Francisco envolvendo a produção de energia elétrica, navegação e irrigação, para garantia do desenvolvimento da região e do Brasil. Retomou a preocupação com a morte do rio, afirmando que as águas estavam secando e a solução seria a criação de reservatórios nas nascentes do São Francisco para garantia da navegação, mesmo admitindo a necessidade de minuciosos estudos.

Em relação à Comissão do Vale do São Francisco propôs um aditivo para a escolha dos membros: critérios comprobatórios de eficiência e mérito, não possuir vínculos políticos ou interesses na região são-franciscana. Além de possibilitar a indicação de membros, sem direito a votos, indicados por Governadores dos Estados do Vale. Nesse quesito o colega Deputado, Hermes Lima, opinou que os membros regionais atrapalhariam os interesses nacionais na execução das obras. Outra questão proposta por Viana Filho foi à sede da CVSF localizar-se no Vale e não no Rio de Janeiro, sendo contrário a outros deputados, como Manuel Novaes e Juracy Magalhães.

1.4.2 Criação da CVSF, Chesf e as UHE Paulo Afonso e Itaparica

A Comissão do Vale do São Francisco foi criada em 1948 com o objetivo de maior planejamento, coordenação e execução de obras, fomentos nas áreas de transporte e potencial hidroelétrico (BRASIL, 1948). Em um estudo foi evidenciado os objetivos da CVSF pautados no desenvolvimento de estudos, projetos e execução de obras relacionadas ao controle do regime fluvial, priorizando as áreas de saúde – saneamento básico, transportes e comunicações, implantação de usinas hidroelétricas, com ampliação da distribuição e transmissão de energia, incremento à exploração mineral, incentivo à agricultura irrigada, estímulo ao povoamento com a instalação de colonos em áreas irrigadas (PAULA, 2012).

A primeira usina hidroelétrica (UHE) no Nordeste, a usina de Paulo Afonso I (PA) teve as obras iniciadas em 1949 e inaugurada em 1955 pelo Presidente João Café Filho. Localizada na divisa dos Estados da Bahia e Alagoas aproveitando a Cachoeira de Paulo Afonso, é considerada um marco na produção de energia hidroelétrica no Nordeste e na área de engenharia brasileira. Toda as etapas de execução da obra foram realizadas pela Chesf, “A construção da primeira grande usina do Nordeste, em local inteiramente desprovido de recursos básicos, foi uma verdadeira epopeia²⁹”. Com a geração de energia para abastecimento das grandes cidades nordestinas, como Recife, Aracaju, Maceió, Campina Grande e João Pessoa.

²⁹ <https://memoriadaeletricidade.com.br/artigos/historia-do-setor-eletrico/39262/usina-de-paulo-afonso-i-completa-66-anos>

Em um estudo sobre a instalação de energia elétrica na região do Cariri cearense como possibilidade da industrialização e do progresso almejado pela elite caririense, foram discutidas as vinculações entre industrialização e modernização, símbolo da ideia de progresso efetivado pelo Estado brasileiro com a implantação da UHE em Paulo Afonso; A partir disso, múltiplas imagens do rio São Francisco foram sendo bricoladas, transformadas e (re)inventadas. Ele saiu da condição de um elemento da natureza que promovia o material necessário ao consumo humano, a água, para fornecer, através da manipulação e dominação do homem de sua força hídrica, a energia. Esse insumo produzido pela intervenção do homem na natureza do Velho Chico era imprescindível, à época, para utilização pelo país de objetos ditos modernos e à industrialização da região Nordeste, considerada pobre e atrasada tecnicamente (GOMES, 2014, p. 173).

Nesse sentido, merecem destaque as concepções teóricas e metodológicas no campo da História Ambiental. Possibilitam análises e reflexões sobre as interações entre os humanos e a Natureza, relacionando com o espaço e o tempo. Em acordo com esses pressupostos as experiências humanas ocorrem nas interações com o ambiente natural e as dinâmicas sociais historicamente situadas. Aqui exemplificadas pelos diferentes significados que foram e são interpretados a respeito da Cachoeira de Paulo Afonso.

Discursos e estudos apontavam a imponência da Cachoeira e ao mesmo tempo como obstáculo e impedimento da completa navegação, como efetiva via de comunicação e transportes. Sendo necessário o uso da ciência para correção dos defeitos da Natureza na completude da modernização do Brasil. Assim, a partir de meados do século XX, a Cachoeira de Paulo Afonso foi ressignificada como solução energética, responsável pela garantia da industrialização, do progresso e do desenvolvimento brasileiro (OLIVEIRA, 2019).

Após a 2.^a Guerra Mundial os países capitalistas implantaram o ideário de desenvolvimento com base na teoria de Keynes defendendo a ideia da existência de grandes falhas no suposto funcionamento do mercado, sendo necessária a “mão’ estatal para corrigi-las ou discipliná-las” (PAULA, 2012, p. 254). Dessa forma, a partir de 1950 as políticas desenvolvimentistas implementadas no Brasil, contaram com fomento de agências internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, defensores da industrialização e de ampliação

do mercado consumidor, através de apoio e financiamento prioritário na produção energética para consolidação do desenvolvimento industrial e econômico.

Em ação foram postas ideias e propostas circulantes desde a década de 1930, pautadas na exploração do potencial hídrico para construção de UHE, compondo os planos de desenvolvimento econômico sob a intervenção do Estado para proporcionar a industrialização do país. No Brasil, o governo Dutra (1945-1951), instituiu o plano SALTE³⁰ e priorizou o desenvolvimento econômico do País, sob inspiração da missão Cooke (1942), realizada no último período do Governo Vargas (1937-1945). No Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) ocorreu o primeiro movimento expansionista na área da indústria, priorizando investimentos nas áreas de transporte, infraestrutura e energia. Para a geração de energia foi ampliada a Barragem em Paulo Afonso e construída novas UHE, Furnas e Três Marias (OLIVEIRA, 2018).

O discurso político reforçava a ideia da região semiárida são-franciscana como lugar habitado por desajustados, considerados os flagelados da seca. O Senador Abelardo Jurema (PB) em sessão no Senado Federal em 1957,³¹ destacou que em sessão anterior havia denunciado a problemática relacionada aos flagelados nordestinos, migrantes para as cidades na Região Sul. Para solução requereu “ao Instituto de Imigração e Colonização no sentido de ampará-los, não com medidas de emergência ou de socorro, mas no aproveitamento de suas forças de trabalho” (BRASIL, 1957, p. 8).

Ressaltando a informação recebida sobre o recrutamento de operários na cidade Corinto (MG), pela Comissão do Vale do São Francisco para a construção da barragem de Três Marias, teceu elogios pela priorização de são-franciscanos nesses serviços. Reforçou que a CVSF continuasse priorizando as populações da região na execução de obras no Vale do São Francisco e no Nordeste. Destacou a importância da barragem de Três Marias para o desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco. E solicitou a CVSF e ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização realizarem,

³⁰ O plano SALTE objetivava o estímulo e melhorias de condições nas áreas de saúde, alimentação, transporte e energia, significado da sigla SALTE. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-salte>. Acesso em 2 jan. 2022.

³¹ Discurso do Senador Abelardo Jurema na 70ª Sessão/3ª Sessão Legislativa/3.ª Legislatura, 1 jul. 1957, Presidência do Senhor Victorino Freire. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1957/1957%20Livro%206.pdf. Acesso em 15 fev. 2021.

[...] levantamento dos desajustados nas grandes cidades, a fim de que possam eles voltar ao interior, fixando suas atividades no empreendimento que representa, realmente, uma das grandes obras levadas a t ermo pelo Gov erno em benefício do povo. Senhor Presidente, quero crer que chegou a hora de o I.N.I.C. atuar no sentido da ameniza o do drama dos flagelados das grandes cidades. E   esta hora quando surge um empreendimento desta natureza, quando milhares de braços poderão e deverão ser convocados para a conclusão, em 1960 da barragem de Três Marias. (BRASIL, 1957, p. 10).

Ainda relacionou flagelo a desajustados, afirmando que as obras contribuíram para diminui o da miséria e do desespero. Portanto, a grande preocupa o descrita pelo Senador dizia respeito a a o dos órgãos referidos para instituir a disciplina e o ordenamento a fim de evitar as correntes migratórias para as grandes cidades ou favorecer o retorno aos locais de origem, as zonas rurais.

A política adotada pelo Presidente Juscelino Kubistchek para a região Nordeste foi enfatizada tendo como prioridade o “projeto de sobrevivência no semiárido em que a acumula o da água era uma das primeiras preocupa es” (SILVA, 2018, p. 75). Uma das propostas de combate   seca constava em documento produzido pelo economista Celso Furtado em 1956, foi “A opera o Nordeste” que ressaltou o atraso no Nordeste como fruto da desigualdade e concentra o de renda, recomendando o desenvolvimento através da atua o de a es do Estado.

Também foi criado em 1957 o Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), “documento base da cria o da SUDENE”. E em 1959 o “Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) para articular as primeiras a es, enquanto a lei de cria o da Superintendência era concluída”. Celso Furtado coordenou o Codeno e a Sudene (KLUCK, 2019, p. 210).

Dessa forma, os investimentos e a cria o de grandes empreendimentos no setor energético naquele período foram marcados por vários fatores,

[...] dinâmicas geopolíticas internacionais, como a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria tiveram impactos importantes, principalmente ligados ao acesso ao capital estrangeiro e   importa o de tecnologias; o desenvolvimento de técnicas e a presença de técnicos definiu, muitas vezes, as possibilidades de constru o; as dinâmicas locais impulsionaram ou bloquearam a cria o e a implanta o de novas empresas; e a natureza impôs seu

ritmo à geração hidrelétrica, como visto na preponderância dos fenômenos de estiagem para a definição de políticas no setor. (OLIVEIRA, 2018, p. 342).

Nos anos seguintes, observou-se as implicações no mundo sob a polarização entre os Estados Unidos, representante do Capitalismo e a União Soviética, o Comunismo, sendo a América Latina um dos espaços de disputas entre as duas superpotências. Neste contexto, em Pernambuco surgiu o movimento das Ligas Camponesas no início da década de 1960, em franca expansão no País, “[...] Os mais de 10 mil associados ao movimento em aproximadamente 40 sedes municipais estavam distribuídos em pelo menos 10 estados da nação” (SILVA, 2018, p. 158).

Ocorreu a instabilidade política nos governos Jânio Quadro e João Goulart. Com a renúncia do Presidente Jânio Quadros (1961), assumindo o vice, João Goulart (1961-64), sendo deposto por tentar implantar um projeto com base em reformas populares, culminando na instauração de um golpe com a participação de civis e militares, instituindo uma governança com foco na autocracia burguesa que consolidou o capitalismo financeiro no país (BIELSCHOWSKY, 2012).

No período da Ditadura Civil-Militar, ocorreu ampliação da extensão da cobertura energética. Investimento financiado pelo Banco Mundial, com a ideia de proporcionar maior desenvolvimento em áreas carentes de infraestrutura, onde a maioria da população era de baixa condição socioeconômica, como na Região Nordeste.

O rio São Francisco foi apropriado como ideal para recortar e construir barramentos na produção energética, a solução de progresso para o desenvolvimento nordestino, proposta por governantes, elite política e intelectual, ampliando a geração de energia com a construção de outras usinas. Em 1961 entrou em funcionamento a usina de Paulo Afonso II. No ano seguinte foi criada a empresa Eletrobrás e a CHESF, até então a única empresa pública de energia elétrica do país, como subsidiária da Eletrobrás. E em 1967 foi construído o reservatório de Três Marias em Minas Gerais, para contribuir com o processo de geração de energia nas Usinas de Paulo Afonso.

Assim, a ampliação da extensão da cobertura energética gerada a partir das usinas em Paulo Afonso atingiu grandes distâncias, com a cobertura de Fortaleza, Capital do Ceará e no Piauí até a cidade de Parnaíba. Com a continuidade da ampliação da malha energética a partir do Rio São Francisco, entrou em operação a

usina de Paulo Afonso III em 1971. Em 1974 foi iniciada a construção da UHE e a Barragem do Moxotó, sendo inaugurada em 1977 vinculada ao complexo de Paulo Afonso.

Em paralelo foi construído e inaugurado em 1978 o reservatório de Sobradinho, na área que inicia a região do Submédio São Francisco, a montante de Paulo Afonso. O lago de Sobradinho é considerado um dos maiores lagos artificiais do mundo, com 420 mil hectares. Provocou grandes impactos socioambientais, com uma extensa área de Caatinga e de áreas urbanas submersas e deslocando compulsoriamente cerca de 70 mil pessoas (MARQUES; WAGNER; MENEZES, 2018). E em 1979 entrou em operação a UHE de Sobradinho e a usina Paulo Afonso IV, maior usina subterrânea do Brasil.

Estudos sobre o povo indígena Tumbalalá, evidenciaram os impactos socioambientais provocados pela construção da UHE de Sobradinho (BA):

Em outras épocas o São Francisco já foi mais generoso; as desastrosas intervenções ao longo de seu curso alteraram o potencial piscoso e interferiram na navegabilidade, desfazendo hidrovias que outrora foram os principais meios de comunicação entre regiões e de escoação de produção agrícola. A barragem de Sobradinho [...], é responsabilizada pela diminuição do pescado rio abaixo ao impedir o livre trânsito dos cardumes e reter os peixes maiores em seu imenso lago. Além disso, o nível do rio ficou sujeito às flutuações inesperadas conforme a manipulação das comportas da barragem ou a demanda crescente por água dos inúmeros projetos de irrigação. (ANDRADE, 2009, p. 38-39).

O povo indígena Truká, habitante na Ilha de Assunção, Município de Cabrobó, em Pernambuco, também foi impactado pela Barragem de Sobradinho, denunciando escassez de peixes e a desativação das práticas agrícolas em áreas de vazantes, como também alteração na cosmologia dos indígenas. Sendo afirmado pelos Truká que as relações socioambientais intrinsecamente relacionada ao rio São Francisco, “em consonância com a vida *daqueles que vivem dentro do rio* [...], é que dentro desse rio, há uma *outra*, mas compositora da mesma realidade, é ‘um outro mundo’ [...]”. E como fundamental a preservação do rio, “tanto dos que vivem dentro do rio como também dos que vivem dele. Tanto o rio, como as ilhas que o circundam, [...]”. Portanto, o rio São Francisco é central nas experiências cotidianas e socioculturais do povo Truká (MONTEIRO, 2008, p. 110).

Outro estudo sobre a comunidade negra habitante na Ilha do Massangano, Município de Petrolina, região do Submédio São Francisco, ressaltou que a ilha caminhava “arrastada pelas forças das correntezas” do rio, atribuindo à Chesf a responsabilidade pela ilha caminhar menos a “falta de movimento” das águas. Pois, a partir da Barragem de Sobradinho, distante cerca de 40 quilômetros a montante da Ilha do Massangano, foram provocados impactos socioambientais na comunidade, com alteração do “tempo”.

[...] ‘de primeiro’ é o tempo de ‘antes da barragem’, de quando as águas corriam, é o tempo das histórias de suas avós e de quando suas mães ‘se entendem por gente’. [...]. O fim da Quaresma coincide com o começo de um tempo outro, o tempo da seca e da estiagem. É o tempo em que não chove, época em que o rio, quando tinha vazante, ‘baixava’, de modo que podiam fazer as colheitas (OLIVEIRA, 2019, p. 28, 40).

Os impactos socioambientais resultantes da implantação da UHE e Barragem de Sobradinho concretizaram o protesto feito através da composição “Sobradinho”, produzida pelos músicos Sá e Guarabira em 1977. Inspirados na profecia propagada no fim do século XIX pelo beato Antônio Conselheiro e no processo de expulsão das populações habitantes na região, área inundada pelo Lago de Sobradinho:

O homem chega e já desfaz a natureza
Tira gente, põe represa, diz que tudo vai
mudar
O São Francisco lá pra cima da Bahia
Diz que dia menos dia vai subir bem devagar
E passo a passo cai cumprindo a profecia
Do beato que dizia que o Sertão ia alagar
O sertão vai virar mar, dá no coração
O medo que algum dia o mar também vire sertão
Adeus Remanso, Casa Nova, Sento-Sé
Adeus Pilão Arcado, vem o rio te engolir
Debaixo d’água lá se vai a vida inteira
Por cima da cachoeira o gaiola vai subir
Vai ter barragem no salto do Sobradinho
E o povo vai-se embora com medo de se afogar
Remanso, Casa Nova, Sento-Sé
Remanso, Casa Nova, Sento-Sé
Pilão Arcado, Sobradinho
Adeus, adeus (SÁ; RODRIX; GUARABIRA, 2001).

A composição em destaque insere-se no processo de contestação do Regime Civil-Militar e no movimento emergente de defesa da Natureza. Transformando a música em um hino de protesto e defesa do rio São Francisco.

A década de 1980 foi marcada por uma crise financeira no setor de energia, principalmente na Chesf, com a paralisação ou adiamento de obras, resultando no maior racionamento de energia ocorrido na Região Nordeste, entre março de 1987 e janeiro de 1988, devido também a estiagens e atrasos nas obras da Usina de Itaparica. Pois, a construção da Barragem de Itaparica foi iniciada no final da década de 1970, mas a forma como a Chesf planejou o deslocamento de cerca de 36 mil pessoas, provocou descontentamento e mobilizações de agricultores, com o envolvimento de grupos étnicos (VIANNA JR, 2018).

A década de 1990 teve início a efetivação de políticas públicas com a participação da sociedade em “[...] conselhos, conferências e comissões [...]. A partir dos anos 2000 a ampliação desse cenário de implantação de políticas sociais se deu a partir da eleição do presidente Lula³² [...]”. Em contraposição, foram financiadas obras de infraestrutura para a atração de grandes empresas nas regiões Norte e Nordeste (CAMARGO, 2018, P. 100).

Considerado o principal projeto desenvolvimentista do século XXI, o Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecido como transposição do São Francisco foi criado em 2007, no segundo mandato do Presidente Lula. A captação de águas no rio São Francisco feita em dois canais nos eixos Norte e Leste. O eixo Norte o canal inicia no rio em Cabrobó (PE) em direção ao Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. E, o eixo Leste, o canal principal é de Floresta (PE) a Monteiro (PB), com interligação de reservatórios, estação de bombeamento e usinas hidroelétricas. Obra hidráulica, considerada de maior infraestrutura do Brasil, alardeada como a solução para a crise hídrica nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. E, o atual governo de extrema direita, Jair Bolsonaro, eleito em 2019, anunciou a finalização do canal da transposição Eixo Norte no final de 2021³³.

Também a partir da década de 1990 surgiram novos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento dos

³² Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, governou o País de 2003 a 2011

³³ <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/governo-federal-finalizou-mais-de-60-obras-para-seguranca-hidrica-e-investiu-r-1-1-bilhao-em-2021>.

Atingidos por Barragens (MAB), mobilizados contra a obra de transposição do rio São Francisco, na defesa dos direitos e garantias ao acesso à terra, a água, a vida. Contra as violações ou restrições de direitos com a implantação de

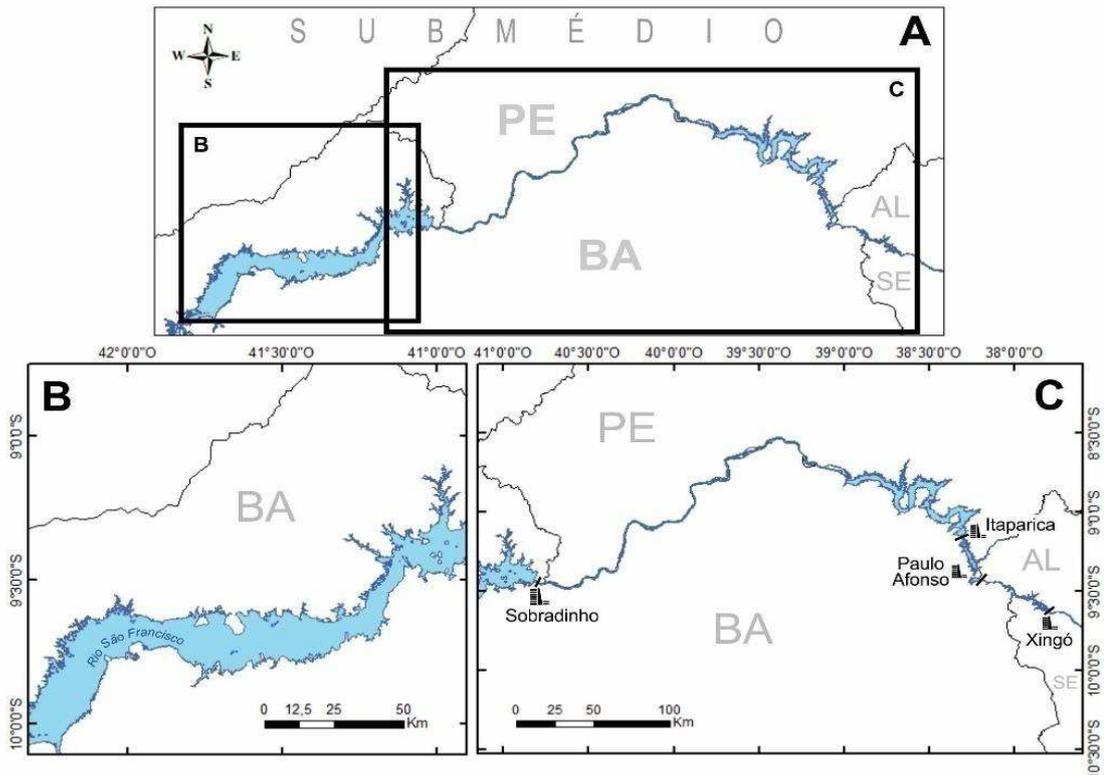
[...] grandes empreendimentos capitalistas situados nos cursos dos rios e às suas margens. Transposições, hidrelétricas, monocultivos, mineradoras, siderúrgicas, provocam enorme expulsão das comunidades de seu lugar de origem, inclusive, muitas que outrora já haviam sido assentadas e/ou reassentadas. Tais empreendimentos resultam na precarização da força de trabalho do sujeito do campo que, não raro, é submetido a condições análogas à escravidão. (ARAÚJO, 2012, p. 38).

As mobilizações envolvendo os diversos grupos sociais contra o projeto de transposição do rio acentuaram ou revelaram complexas conexões e interesses dos representantes do agronegócio e hidronegócio, imbricados em outros empreendimentos existentes no Vale do São Francisco conectados a megaempreendimentos possuidores “de grandes interesses político-econômicos que também disputam essa água” (ARAÚJO, 2012, p. 38).

Na região do Submédio, portanto, foram construídas nos anos 1970 duas importantes barragens (Figura 7): Sobradinho na Bahia e Luiz Gonzaga, antes nomeada Itaparica, entre Pernambuco e Bahia – barramento³⁴ parte do nosso estudo. Nos capítulos seguintes, apresentaremos estudos e pesquisas de campo, com reflexões sobre as relações socioambientais dos Pankará e outros grupos étnicos, habitantes na área da Barragem de Itaparica.

Figura 7 – Usinas Hidroelétricas no Submédio São Francisco

³⁴ É uma barreira artificial criada para contenção do rio com a finalidade de produção de energia elétrica.



Fonte: Oliveira (2019).

O empreendimento de Itaparica faz parte do nosso estudo. As obras foram iniciadas em julho de 1979 e começou a operar em junho de 1988. A instalação do complexo sistema de Itaparica contou com a criação da UHE de Itaparica, nomeada posteriormente UHE Luiz Gonzaga. A área inundada que formou o lago de Itaparica, sua superfície corresponde a 83.400 hectares, no chamado Sertão de Itaparica, PE e no Território de Itaparica, BA. A área física e simbólica habitada por diferentes grupos étnicos atingidos pelo barramento (BRASIL, 2019). Conforme demonstrado na figura 6 acima, o Submédio é área de grandes barramentos e complexos hidroelétricos. Abaixo a localização e a Usina Hidroelétrica de Itaparica.

Figura 8 – Complexo de Itaparica (Luiz Gonzaga)



Fonte: Brasil (2019).

A área semiárida estudada foi e é alvo de empreendimentos governamentais para o chamado desenvolvimento do Nordeste. Como também foi e permanece local de habitação de grupos étnicos. Os barramentos criados na região do Submédio e Baixo São Francisco resultaram em impactos socioambientais com sequelas irreversíveis. Sendo inundados espaços habitados por uma população estimada em torno de 150 mil pessoas. Eram locais cheios de gentes, de histórias, de afetividades e sacralidades. Os reservatórios das Usinas Hidroelétricas alagaram e submergiram as vidas, restando memórias traumáticas (FERREIRA, 2020).

Além disso, as políticas públicas desenvolvimentistas transformaram a região num importante centro socioeconômico de agronegócio irrigado e energético, acirrando disputas, provocando surgimento de novos processos de mobilizações étnicas por garantia de direitos e acesso às terras, temática aprofundada também em capítulos posteriores.

1.5 O Submédio São Francisco: espaço de habitação e resistência indígena

A região Submédio, também conhecida como Vale do São Francisco, é habitada por grupos humanos há pelos menos 7.000 anos. Pesquisas arqueológicas realizadas pelo Projeto Itaparica de Salvamento Arqueológico, evidenciaram nos vestígios encontrados em Pernambuco, entre as serras, serrotes³⁵ e o rio, uma quantidade densa e extensiva de material lítico em sítios abertos ao longo do rio.

³⁵ Pequenas serras.

Supondo uma grande concentração de grupos humanos na região de Itaparica, em ilhas férteis, como também nas áreas da Bacia do São Francisco (MARTIN, 1998).

Outro estudo, parte do referido Projeto, destacou que “o vale do São Francisco era habitado por diversos grupos autóctones e na região de Itaparica [...] várias tribos que ali viviam” (SILVA, 2003, p. 43). Também foi registrado que o interior nordestino era povoado antes do início da colonização por uma grande quantidade de grupos étnicos, com diversidade sociocultural e adaptada ao ambiente da Caatinga (OLIVEIRA, 2002). Especificamente, envolvendo as Serras do Arapuá, Cacaria e áreas adjacentes, que engloba nosso estudo, foi registrada a existência de inúmeros artefatos arqueológicos, principalmente de material cerâmico (PIERSON, 1972).

Para períodos mais recentes também foi evidenciada a existência de diversas etnias habitantes no Vale do São Francisco, especificamente na área de confluência do tributário Rio Pajeú com o São Francisco, local de refúgio de indígenas e de escravizados africanos, fugidos da colonização litorânea. Além de espaço de ocupação de “aventureiros e exilados políticos ou criminosos, de origem europeia” (PIERSON, 1972, p. 234). Na metade do século XIX na ilha da Assunção, na Aldeia Assunção, atual Território do povo indígena Truká, habitavam os índios nomeados canoeiros, cerca de 600 indígenas. E em ilhas próximas existiu o Aldeamento de Santa Maria, extinto em 1870 e com as terras tomadas pela Câmara Municipal. Os indígenas Tushás, habitaram nas ilhas destas missões e eram também conhecidos como indígenas canoeiros. Os atuais indígenas Tuxá consideram essa área como espaços de seus ancestrais.

A expulsão dos indígenas das terras nas ilhas nesta região após a extinção dos aldeamentos resultou na migração de muitos indígenas para viver com os “selvagens nômades de Serra Negra, em Pernambuco” (PIERSON, 1972, p. 261). A Serra Negra é referenciada como espaço sagrado e ancestral dos povos indígenas habitantes no Sertão do São Francisco.

O Sertão do São Francisco no século XIX foi citado como um local de muitos conflitos entre missionários e colonos, provocando uma nova dinâmica no domínio do espaço pelos colonizadores, alterando a paisagem com a prática extensiva da pecuária. Em relação às populações indígenas que antes dominavam o espaço, algumas foram dizimadas outras subalternizadas, ou ainda, fugiram para áreas de menor influência dos colonos como as serras, espaços de difíceis acessos, áreas de

brejos de altitudes, descritas como “verdadeiras ilhas verdes no Sertão”. Assim, nesses espaços ocorreu o favorecimento de “relações de união, inclusive familiares entre índios e negros, bem como a instalação de aldeias indígenas e quilombos”. Com o predomínio da ocupação do espaço rural e a forte miscigenação entre a população, composta de índios, brancos e negros, escravos ou livres (MAUPEOU, 2008, p. 40).

Com a construção da UHE, a região do nosso estudo, o nomeado Sertão de Itaparica, teve grande parte da área inundada ou compondo a área de abrangência da chamada cota de segurança da inundação. Às margens do lado pernambucano do rio São Francisco, foram englobadas áreas serranas, territórios indígenas e diversos municípios,

[...] atual cidade de Jatobá, Reserva Indígena Pankararu, serrote Vermelho, cidade de Floresta, Reserva Indígena Atikum, na Serra Umã e a cidade de Belém de São Francisco, incluindo as ilhas [...]. Abrangeria, portanto, a maior parte do território do município de Itacuruba e parcela das áreas dos municípios de Petrolândia, Floresta e Belém de São Francisco, localizados no trecho descendente da Grande Curva do São Francisco (SILVA, 2003, p. 44).

Ressaltamos que o estudo citado acima não faz referência à Serra do Arapuá e nem tampouco aos indígenas Pankará, mesmo sendo essa Serra vizinha à Serra Umã, local do Território Indígena Atikum. E, historicamente os atuais Pankará estabeleceram relações parentais e ritualísticas com os Atikum. Provavelmente, devido ao desconhecimento por parte da pesquisadora do processo de mobilizações étnicas nas Serra do Arapuá e Cacaraia, uma vez que os Pankará somente afirmaram publicamente a identidade étnica no mesmo ano da publicação do estudo, em 2003.

O povo indígena Atikum habita a Serra Umã, Território Indígena Atikum. No final da década de 1940 foram reconhecidos e assistidos pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), com a instalação de um Posto Indígena (P.I.). Nesta mesma época os conhecidos como caboclos da Serra do Arapuá/Cacaraia também participaram do processo de mobilizações para reconhecimento étnico e garantia territorial perante o SPI (GRÜNEWALD, 2004; MENDONÇA, 2003). Temática abordada ao longo do nosso estudo.

É importante destacar que os grupos indígenas no sertão nordestino afirmam as identidades a partir das memórias e as histórias vivenciadas de forma coletiva

(HALBWACHS, 2004; REESINK, 2011). Neste sentido, os indígenas Pankará expressam as memórias e histórias imbricadas com a Serra do Arapuá/Cacaria e áreas adjacentes, relacionadas com outros grupos étnicos habitantes nas margens do Rio São Francisco, como os Tuxá em Rodelas/BA.

Esse processo histórico também foi marcado por migrações, pois no passado devido aos esbulhos das terras e as constantes ameaças dos fazendeiros locais, um grupo habitante na Serra do Arapuá/Cacaria deslocou-se para a região que atualmente faz parte do município de Itacuruba, onde também se autodenominam povo Pankará (SANTOS, 2011, p. 40). Praticando atividades de plantios e pescas nas margens e ilhas do Rio São Francisco, como também participando nos fluxos do Rio São Francisco, com os circuitos de trocas rituais e políticas com outros grupos étnicos na região de Itaparica.

Como vimos, a implantação de usinas hidrelétricas no Rio São Francisco envolveu financiamentos e gestão de empreendimentos públicos e privados na perspectiva da lógica do mercado, onde os territórios ocupados pelas populações possuem valorização monetária em relação às terras, com valor definido pelo mercado e governo, não considerando nenhuma relação sociocultural e socioambiental de tais populações com seus territórios.

Enquanto as populações ribeirinhas, especificamente, os grupos étnicos exerciam e exercem relações socioambientais com o território e com o rio, pois a terra e as águas compõem o patrimônio familiar e comunitário, defendido através da memória coletiva, da afetividade, nos usos e partilhas dos recursos naturais e simbólicos, acionados e afirmados pelas identidades com o território e com o Rio São Francisco.

No Brasil, houve um aceleração na construção de barramento de rios a partir da década de 1970, com a construção de “mais de 5.000 represas. No ano de 2017, existiam [...] 24.092 barragens de usos diversos”. Inúmeras pessoas foram afetadas, principalmente “as que dependem dos recursos dos rios para sua sobrevivência, como indígenas e pescadores” (ARRUDA, 2020, p. 348).

Destacamos que esse campo de disputas de diferentes perspectivas e lógicas de compreensões sobre o território, com forças desiguais, resultou e resulta em impactos socioambientais, provocando injustiças sociais, ambientais e socioculturais indelévels (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007).

Em um estudo na área de história ambiental sobre os rios, mas numa perspectiva interdisciplinar com as Ciências Naturais, enfocando nas formas de interação e relações estabelecidas entre as sociedades humanas e os rios, considerou nas reflexões além do rio, os afluentes, por pertencerem ao mundo natural, sob o prisma de uma construção histórica relacionada com as memórias forjadas por homens e mulheres (ARRUDA, 2006).

O aproveitamento de rios faz parte da trajetória da espécie humana, pois, desde a antiguidade, inúmeras tecnologias foram elaboradas para represamento e armazenamento de águas de rios. No entanto, somente a partir do uso das águas dos rios para produção energética, considerada a

[...] era das grandes barragens', as intervenções humanas nos rios não tiveram o poder de provocar alterações substanciais em algumas dinâmicas naturais dos rios. O surgimento dessa era foi, então, um marco significativo nas relações dos humanos com os rios. O nível de intervenção, a partir desse momento, com o aprimoramento da tecnologia de produção, de distribuição e de utilização da energia elétrica, alcançou padrões inimagináveis (ARRUDA, 2020, p. 347).

Desse modo, a História Ambiental e a história indígena, em nosso estudo, foram relacionadas como forma de compreender as afirmações étnicas na bacia hidrográfica do São Francisco, com apropriações geomorfológicas para evidenciar os processos espaciais e temporais envolvendo as alterações das dinâmicas do rio, as divisões das regiões fisiográficas, as paisagens, as áreas de vazantes e os processos produtivos, relacionando tanto com a historicidade dos processos naturais, quanto socioculturais na região estudada (CABRAL, 2007).

Evidenciamos as historicidades e as relações socioambientais dos indígenas habitantes na região do sertão são-franciscano, espaço de uma grande quantidade e diversidade de povos indígenas, alvos da evangelização missionária, de interesse dos curraleiros pelas terras indígenas e pela força de trabalho nativa. Além disso, buscamos descrever propostas para aproveitamento do rio São Francisco por cientistas, parlamentares e governos. Como também os indígenas apropriaram e representam as relações históricas, ambientais, religiosas e socioculturais com o Rio São Francisco.

As relações socioambientais dos indígenas Pankará com outros grupos étnicos na região de Itaparica, com destaque para questões socioambientais provocadas pelos barramentos, especificamente a Barragem de Itaparica e os

impactados nas vidas dos grupos étnicos e da população ribeirinha, discussões e pesquisas evidenciadas nos próximos capítulos.

2 INDÍGENAS X SENHORES DAS TERRAS: ESTADO PROMOTOR DA CIVILIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo enfatizamos os processos de resistência e a atuação dos indígenas para afirmação da presença em diversos espaços, especificamente o sertão são-franciscano, discutindo e refletindo sobre os conflitos de interesses por parte dos não indígenas e o papel do Estado como suposto protetor dos indígenas, ao mesmo tempo promotor do progresso e do desenvolvimento, da colônia a República brasileira.

Para tanto, utilizamos estudos e fontes documentais buscando compreender o protagonismo dos indígenas nos processos de resistência e nas mobilizações por garantias de direitos. Além das ações do Estado visando a promoção do progresso com a implantação da República no Brasil, evidenciando a criação do SPI e da FUNAI e os processos de emergências étnicas no século XX, bem como as políticas desenvolvimentistas para o progresso do Nordeste, especificamente no Sertão de Itaparica, com ênfase nos indígenas Pankará, nas relações interétnicas e no processo de afirmação da presença indígena.

2.1 Rio dos currais e da evangelização: indígenas, missionários e curraleiros no São Francisco

A atuação dos missionários nos sertões do Rio São Francisco ocorreu na mesma lógica do empreendimento colonizador, ocupando a região por meio da instalação de fazendas de criação de gado bovino. A história de colonização da região do médio e baixo São Francisco está intimamente ligada “a história da expansão da pecuária no Nordeste brasileiro”. Portanto, em fins do “século XVII, o sertão do São Francisco já estava totalmente explorado, ainda que ocupado por uma rara população” (POMPA, 2003, p. 200, 217).

Tratando-se o rio de importante via de interiorização da empresa colonial, viabilizando também o projeto de aldeamentos para evangelização dos indígenas, tanto nas margens e ilhas são franciscanas, resultando num projeto de grande sucesso na transformação de indígenas considerados bravos e hostis em obedientes tementes servos de Deus. Contribuindo para o amansamento dessas

populações, marcado por atividade de missões religiosas, contribuindo sobremaneira para a implantação de fazendas de gado, resultando numa intensa atividade econômica, bem como em conflitos e disputas entre curraleiros, missionários e indígenas (OLIVEIRA, 2004).

Por isso, consideramos também as concepções do antropólogo João Pacheco de Oliveira para entender os processos de territorialização dos povos indígenas no Nordeste, pensando-os a partir do processo colonizador na América Portuguesa e as relações com a sociedade nativa. A presença colonial inaugurou novas relações dos povos indígenas com o território habitado, a partir de complexas transformações socioculturais. Exigindo reflexões acerca desses povos e seus territórios para compreendermos as mudanças ocorridas das organizações sociais, os sentidos atribuídos às expressões socioculturais indígenas (OLIVEIRA, 2004).

No Sertão do São Francisco a atuação dos missionários no amansamento dos índios adotando estratégias de reunião em um mesmo aldeamento de distintos grupos indígenas aliado a práticas homogeneizantes disciplinares e de catequese, contribuiu para a ocupação dos territórios indígenas pelos curraleiros. Esse período foi denominado pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira como o primeiro processo de territorialização (OLIVEIRA, 2004).

Não por coincidência, portanto, o interesse demonstrado pela Coroa Portuguesa, desde o início da colonização, na conversão pacificadora dos gentios. Foi, decerto, nesse sentido que o Rei cuidou em incluir no Regimento de 1548, destinado ao 1º Governador-Geral, Tomé de Souza, a organização jurídica relativa às aldeias missionárias, fazendo nela constar a necessária separação dos indígenas convertidos ao Cristianismo e daqueles ainda vistos como pagãos. Nesse sentido importava que os aldeamentos estivessem próximos às primeiras áreas urbanas. A medida foi, é certo, revogada em função da má influência dos colonos sobre os indígenas, optando-se pela implantação de aldeamentos em áreas distantes de povoações de europeus. Numa ou noutra situação, visava-se, porém, o sucesso da evangelização, capaz de transformar indígenas em cristãos a serviço da Coroa católica (REGNI, 1988).

A política indigenista desenvolvida no período colonial foi marcada por dois projetos conflitantes. De um lado a atividade missionária, atuando pela reunião de indígenas em aldeamentos e no trabalho de catequização, contribuindo para o projeto colonizador para defesa e ocupação territorial. E, por outro lado, a ação dos

colonos que queriam utilizar a mão de obra indígena no cultivo da terra e na defesa territorial, de inimigos externos como também de outros grupos indígenas.

A garantia do direito originário dos indígenas às próprias terras foi também compreendida desde o início da colonização, como evidenciaram as publicações de Leis e Alvarás. Assim, o Alvará expedido em julho de 1596, reconhecia os indígenas como os “senhores das terras da aldeia, como o são na terra”. Também a Lei Régia de 1609, proibia a escravização e reconhecia o direito dos indígenas ao território, mas apenas queles sob administração e catequese de religiosos. O Alvará de 1680, confirmado e ampliado pela Lei de 1755, também garantiu o direito às terras das aldeias. A referida legislação regulamentou as sesmarias, “garantindo o direito dos índios às suas terras no interior das concessões, por serem ‘primários’ e naturais senhores delas” (FREITAS, 2007, p. 21, 57).

No período colonial era garantida, por legislações diversas, a liberdade dos indígenas aldeados, mas permitida a escravização indígena dos gentis bravios como medida coercitiva. Objetivava também a civilização e salvação das almas dos selvagens. Sendo permitida a escravização indígena após as guerras justas ou resgates. Uma guerra justa podia ser deflagrada por autoridades contra indígenas que “não aceitassem ou quebrassem alianças com eles, fosse por hostilidades cometidas, pela prática da antropofagia ou pela não aceitação dos dogmas religiosos” (SILVA, 2019, p. 3).

Enquanto os resgates referiam à escravização de indígenas, oriundos da captura por outros indígenas, permitida a compra e venda desde que autorizados por governantes. Os indígenas considerados mansos não poderiam ser objetos de resgate, exceção dos fugidos dos aldeamentos (CAVALCANTI, 2009).

Em 1605, foi estabelecida uma lei com a expressa proibição da prática de violências aos indígenas pelos colonos e garantia do recebimento de terras aos aldeados, isentos de qualquer imposto ou pagamento de foro. Sob a responsabilidade do Governador e anuência dos missionários, a iniciativa visava garantir o sustento e a fixação dos indígenas em locais determinados pelo Governo. Tais garantias eram expressas no ato de doação das Cartas de Sesmarias, que

obrigavam seus donos a destinar áreas, medindo uma légua em quadra³⁶ de terra para cada aldeamento implantado (REGNI, 1988).

Durante a década de 1640, chegaram a Pernambuco religiosos franceses, da ordem franciscana denominada Capuchinhos. A atuação desses missionários ocorreu de forma sistemática na colônia até o século seguinte, com destacado empenho na busca de contato com os grupos de indígenas considerados hostis, brabos. Com o fim do domínio holandês, em 1654, e a Restauração portuguesa em Pernambuco ocorreu o reestabelecimento econômico-político, resultando num incentivo à evangelização no sertão que acompanhou a expansão da pecuária: “[...], a penetração nos sertões tornou-se mais ativa e sistemática, num duplo movimento, de missionários e curraleiros, divergentes nos fins e nos métodos [...], mas que sabiam bem encontrar momentos de mediação, conforme as circunstâncias.” (POMPA, 2003, p. 215).

Ocorreram novas reorganizações em aldeamentos a partir do final do século XVII, através de Alvará expedido em fins de 1700 determinando a doação de terras com a dimensão de uma 01 légua em quadra, com o objetivo de prover o sustento dos missionários e indígenas, contendo a obrigatoriedade de habitação de 100 casais indígenas. Tal medida provocou a união de aldeias com menor número populacional, como também a repartição de aldeias com quantidade de indígenas superior ao estipulado, provocando novos deslocamentos, de forma obrigatória ou espontânea. Neste caso, os deslocamentos objetivavam a busca de novos espaços com melhores condições de vida (DANTAS, 2010).

Os jesuítas também foram responsáveis pela criação de alguns aldeamentos na atual região do Submédio São Francisco, nas margens e ilhas do Sertão de Rodelas. Na década de 1660 foram implantadas por padres jesuítas várias aldeias, inclusive na Ilha de Zorobabel. Após desavenças com a Casa da Torre foram expulsos da região e substituídos por outras ordens religiosas (LIMA; MEDEIROS; CASTRO, 2016).

Missionário na região do São Francisco entre os anos de 1673 e 1686, o frei Capuchino bretão Martinho de Nantes³⁷ atuou na Aldeia de Aracapá e adjacências, constituída por ilhas e terras às margens do rio. O religioso elaborou uma importante

³⁶ A légua em quadra faz parte das memórias dos indígenas no Sertão do São Francisco, a exemplo, o povo indígena Pankararu habitante no Sertão de Itacuruba, afirmando a área territorial recebida pelo Imperador Pedro II equivalente a quatro léguas em quadro (ATHIAS, 2002).

³⁷ Chegou ao Brasil em 1671 e regressou à Europa por motivo de saúde.

documentação relativa ao período de sua atuação no Brasil. Intitulada “Relação de uma missão no rio São Francisco”, foi publicado pela primeira vez, na Europa, no início do século XVIII. No Brasil, apenas em 1979. Trata-se de uma privilegiada fonte de informações a respeito dos aldeamentos na específica região do São Francisco a que dedicamos nosso estudo (NANTES, 1979).

Os registros de Nantes fazem referências a diversos grupos indígenas em intensa parceria com missionários de aldeamentos próximos e colonos de áreas circunvizinhas. O religioso afirmou que sob a gestão de Francisco Dias d’Ávila, a Casa da Torre tornou-se proprietária de praticamente todas as terras no Médio São Francisco. O missionário apresentou detalhes das terras numa área desde o Rio Pajeú até a foz do Rio Grande, na Barra, então pertencente à família D’Ávila, relatando os avanços do criatório dessa família sobre ilhas pertencentes a aldeamentos, denunciando ainda a violência e brutalidade enfrentada pelos indígenas no contexto de afrontas e investidas da Casa da Torre, provocando a expulsão dos missionários.

O missionário Martinho de Nantes foi substituído por Bernardo de Nantes, que chegou ao Brasil por volta de 1677 e atuou por 23 anos na região. Foi sob sua supervisão que, em fins do século XVII, foi realizado um trabalho missionário de grandes dimensões em Aracapé e áreas de abrangência, com a realização de 1.200 batismos e de 200 casamentos religiosos de indígenas. Para tanto, frei Bernardo de Nantes não hesitou em reprimir grupos nativos que se mantiveram resistentes e arredios à conversão – caso dos Irapuá³⁸ habitando área próxima à Aldeia de Aracapé –, com apoio do bandeirante Domingos Jorge Velho em sua repressão. Contribuindo também nesse sentido o frei José de Châteaugontier, responsável último pela conversão dos Irapuá e criação do aldeamento Irapuá (REGNI, 1988).

A referência ao aldeamento Irapuá, nos leva a inferir tratar-se da Serra do Arapuá, como é também nomeada pelos indígenas Irapuá, foi possível inferir a Serra do Arapuá ter sido nomeada pelos referidos indígenas. No século XVIII esta Serra era conhecida como área de refúgio de indígenas não aldeados ou que retornaram a viver de corso³⁹. Como registrado pelo Sargento-Mor Jerônimo Mendes da Paz, líder

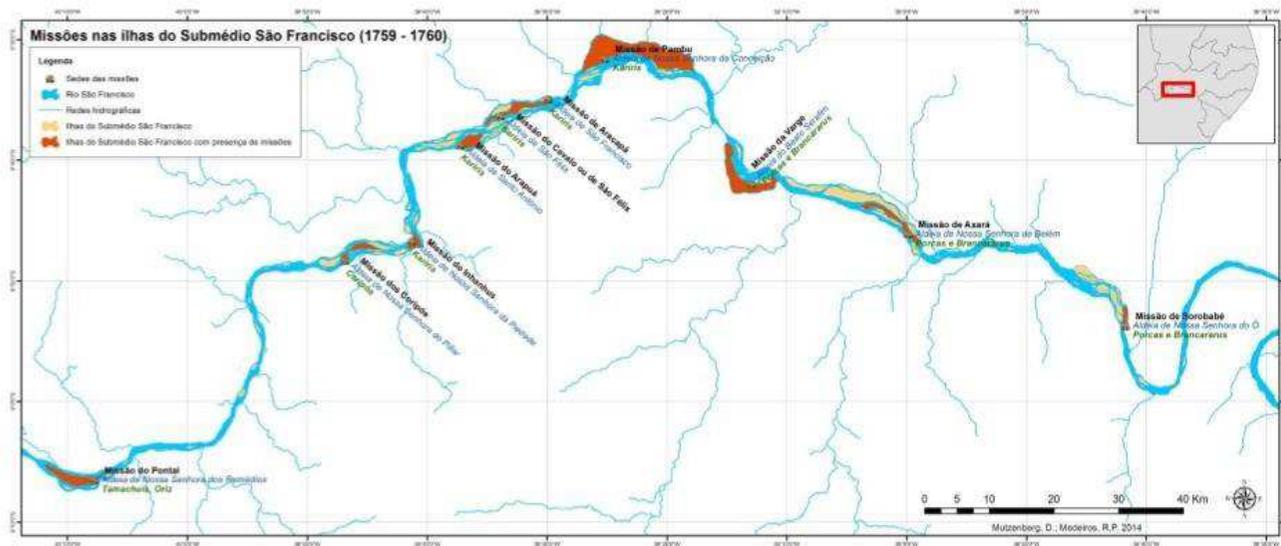
³⁸ Nas variações em Língua Tupi para nomeação da abelha sem ferrão, nativa do Brasil foi classificada como “Eirapuam, irapuam, irapuã ou arapuá”. E, o mel cujo significado é “eira” ou “ira”, também denominado “apuam”, o mesmo que redondo (LIMA; MOREIRA, 2005, p. 9).

³⁹ Denominação atribuída aos indígenas “hostis”, aqueles que resistiam às invasões e apropriações de territórios onde habitam, resistentes ao sistema colonial (SALDANHA, 2011).

de uma bandeira que objetivou o apaziguamento dos indígenas a fim de consolidar a invasão do sertão pernambucano pelos colonos, bem como promover a civilização dos indígenas que, em correspondência ao Governo de Pernambuco, descreveu vários índios bravios fugidos para a Serra do Arapuá (SALDANHA, 2011).

Em relação à escolha do local para criação de aldeamentos, o principal critério era a proximidade com povoações, objetivando a facilidade de uso da mão de obra indígena e a integração com os colonos. Além de áreas estratégicas para a defesa do território. A reunião de indígenas em aldeamentos tinha o objetivo de conversão, “[...] o aldeamento constituiu a política estatal mais marcante do período colonial” (FREITAS, 2007, p. 24). Especificamente no Submédio São Francisco, área deste estudo, na metade do século XVIII, as missões religiosas implantadas para o amansamento de índios são apresentadas na Figura 9.

Figura 9 – Missões nas ilhas do Submédio São Francisco



Fonte: Lima; Medeiros; Castro (2016, p. 46).

Novas medidas políticas administrativas foram implantadas pelo governo português com a finalidade de integração dos indígenas à sociedade colonial brasileira, através da criação dos Diretórios dos Índios (1757), inicialmente nas regiões do Pará e Maranhão. Em 1758 foi criado em Pernambuco, a Direção, adaptação do Diretório, sendo semelhante em relação ao estímulo da extração de vegetais e da prática da pecuária. E com a proibição de tratamento pelo não índio ou índio, dos termos, “cativo, caboclo e tapuia” (MEDEIROS, 2011, p. 118).

Ressaltando que a partir da criação do Diretório dos Índios ou da Direção em Pernambuco foi alterada a gestão e ações de ordens religiosos nos aldeamentos por civis indicados por governantes. Incentivo a casamentos interétnicos, com obtenção de vantagens de terras em área do aldeamento a colonos casando com índias. Aldeamentos foram transformados em vilas sob administração de funcionários governamentais, com a proibição de escravização de indígenas, criação de câmaras de vereadores e a obrigatoriedade de adoção de nomes e sobrenomes portugueses pelos índios. Além da coibição da suposta promiscuidade com a adoção de vestuário e construção de casas com divisões de cômodos (FREITAS, 2007; MEDEIROS, 2011).

Esse período foi o segundo momento da mistura, com predomínio da estratégia de integração dos indígenas à sociedade. Mas, o impacto dessas medidas não foi suficiente para a retirada total das populações indígenas dos antigos aldeamentos, pois essas áreas continuaram sendo ocupadas pelos “descendentes dos índios, das missões, ao mesmo tempo, que se identificavam coletivamente mediante referências às missões originais, a santos padroeiros ou acidentes geográficos” (OLIVEIRA, 2004, p. 25).

A criação da tutela ocorreu no final do período colonial, objetivando a garantia da mão de obra indígena, conforme Carta Régia de 1798, sendo considerados tutores os Ouvidores da Comarca, “[...] os juízos conservadores dos bens dos índios: tratava-se, em primeiro lugar, de suas terras. Esta era uma tutela especial, exercida pelo Poder Público, independentemente daquela que disciplina o trabalho” (CUNHA, 1987, p. 112).

Portanto, a política indígena promovida em todo o período colonial objetivou a promoção de amansamento dos índios e os aldeamentos foram importantes ações políticas do Estado. Como também levou a dinâmicas de mobilidades indígenas para diversos espaços. Os indígenas habitantes na Bacia do São Francisco desde o

período colonial foram/são participantes de dinâmicas de mobilidades e de relações socioculturais entre diversos grupos indígenas, como também com não indígenas. Inclusive, as áreas fronteiriças de muitos aldeamentos foram locais de fluxos socioculturais, proporcionando a diversos grupos indígenas a participação de “um contínuo processo de reconstrução identitária a partir das relações que vivenciaram” (SALOMÃO, 2010, p. 39).

2.2 Legislações e violações aos direitos indígenas no Império brasileiro

O século XIX no Brasil foi marcado por debates e discussões com base nas teorias evolucionistas, apresentando os indígenas na posição mais inferior da escala evolutiva, considerados povos ainda na infância da humanidade. A legislação brasileira do período Imperial foi influenciada por estes ideários, os quais defendiam que os grupos humanos participaram de estágios culturais. O primeiro estágio, primitivo, classificava as comunidades com pouca capacidade intelectual e sociocultural e o último estágio, as comunidades com maior capacidade intelectual e sociocultural, as de maior aptidão, as comunidades civilizadas, consideradas superiores em relação às primitivas (FREITAS, 2007). Também as teorias evolucionistas evidenciadas no primeiro capítulo, influenciaram pesquisadores(as) de distintas expedições científicas e viajantes no rio São Francisco.

Em relação aos indígenas, propagava-se a defesa do evolucionismo unilinear com a incorporação dos indígenas à nação com brandura, como defendia José Bonifácio. O primeiro período Imperial (1822/31) foi marcado por intensos debates entre cientistas e políticos. Apesar disso, a Constituição de 1824 não fez nenhuma referência aos indígenas.

O período regencial teve em início em 1831 e durou até 1840, com antecipação da maioridade de D. Pedro II aos 15 anos de idade. Neste período ações favoráveis à civilização e aos esbulhos de terras indígenas foram criadas através de legislações e ações políticas. Uma Lei criada em 1831 instituiu a tutela dos indígenas libertados de escravização ou oriundos de guerras justas, que passou aos cuidados dos Juizes de Órfãos. Os quais seriam responsáveis pela proteção dos bens de todos os indígenas, incluindo os isolados. O regime de tutela considerava a incapacidade de indígenas até a sua incorporação à civilização (FREITAS, 2007).

Durante a regência foi instituído o Ato Adicional em 1834, ampliando os poderes das Assembleias Legislativas Provinciais, que passaram a legislar sobre os povos indígenas. Resultando na total descentralização e esbulhos das terras indígenas. Em 1845, foi criado o Regulamento das missões, definindo aldeamentos como espaços imprescindíveis para favorecer a total assimilação de indígenas. O referido Regimento foi baseado na política pombalina relativa à administração dos aldeamentos por não religiosos, incluindo a presença de médicos e missionários nos aldeamentos, na prestação de assistência religiosa, educacional e de saúde. A administração nas aldeias foi definida no Regulamento com objetivo de defesa dos indígenas através da domesticação, catequização e combate aos indígenas resistentes. Estabelecendo a necessidade de construção de presídios “[...] praças-fortes com destacamentos militares [...] embriões para futuros povoados” (FREITAS, 2007, p, 45, 47).

Na primeira metade do século XIX, a atual região do Sertão de Itaparica foi palco de conflitos e disputas por terras e águas entre indígenas e não indígenas. Portanto, à medida que avançava a ocupação no sertão do São Francisco com fazendas de gado, novas áreas eram requisitadas pelos curraleiros, gerando o descumprimento da legislação e a ocupação das áreas de aldeamentos ou áreas consideradas de difícil acesso, como a Serra do Arapuá. Merece destaque a grafia, em alguns documentos oficiais relacionados à Serra do Arapuá, como Serra do Irapuá. E para os indígenas a expansão da pecuária impactou no sustento e nas práticas socioculturais, com diminuição dos recursos naturais, como escassez de sementes, plantas e animais usados na alimentação, limitação das práticas de cura com uso de ervas (SANTOS JÚNIOR, 2015).

Assim ocorreu acentuada mobilidade de indígena, pressionados pela ocupação dos espaços, por meio da expansão dos empreendimentos agropastoris, obrigando os nativos a buscarem refúgios em locais de difíceis acessos, como áreas serranas, principalmente nas Serras Negra, Umãs e Arapuá, áreas de brejos de altitudes, consideradas ilhas verdes no Sertão, favorecendo nesses espaços relações interétnicas, bem como a instalação de novos aldeamentos.

2.2.1 Lei de Terras (1850)

Após a extinção do sistema de sesmarias em 1822 até 1850 as concessões de terras eram submetidas ao regime de apossamento para o reconhecimento ou aquisição. Em 1850 aprovada a Lei de Terras foram estabelecidas novas exigências, com a obrigatoriedade de demarcações e registros de terras. Somente possível a administração das terras por herança, compra ou venda (OLIVEIRA, 2014). As áreas territoriais foram classificadas em dois tipos, terras pertencentes a particulares e as terras devolutas pertencentes ao governo imperial.

A Lei de Terras garantiu a criação de aldeamentos em terras devolutas para o assentamento dos povos indígenas denominados de selvagens. Essas áreas eram consideradas terras inalienáveis, com o usufruto pelos indígenas. Os aldeamentos tinham a finalidade de amansamento para a civilização de indígenas que, dependendo do atribuído estágio civilizatório, poderiam usufruir de pleno gozo das terras do aldeamento. Nesse sentido,

A partir da Lei de Terras, o Estado expandiu significativamente a política de aldeamento. Frequentemente, as terras das aldeias eram subtraídas dos índios com base em duplo critério, qual seja, a presença significativa [de] população não índia naquele território, combinada com a constatação de que a população indígena tinha sofrido *assimilação*. Trata-se de um primeiro esboço do critério de identidade étnica, que viria a ser desenvolvido e valorizado no século XX. (FREITAS, 2007, p. 51).

Os processos resultantes de expropriação dos territórios indígenas atingiram as áreas mais antigas de colonização, a exemplo da atual região Nordeste e apropriação de territórios indígenas em áreas ainda não colonizadas como também a região entre o Pará e o Mato Grosso (CUNHA, 1987). No caso do Nordeste, região deste estudo, foi área de esbulhos de terras, “nas regiões de povoamento antigo, trata-se mesquinamente de se apoderar das terras dos aldeamentos” (CUNHA, 1992, p. 133).

As áreas de aldeamentos no Sertão do São Francisco foram esbulhadas, principalmente pelas câmaras municipais. Em 1858 foram realizados registros de terras no Cartório em Floresta, local que englobava a Serra do Arapuá, em uma evidente demonstração da preocupação dos fazendeiros em garantir o direito de propriedade, no qual o proprietário declarava os limites físicos e muitas vezes não

destacava a metragem da área do imóvel e nem a origem de aquisição. Prática favorável aos fazendeiros, detentores de poder político e econômico na região, na expansão de suas propriedades (FERRAZ, 2004, p. 55-56).

Exemplificamos esbulhos de terras ocorridos em dois grandes aldeamentos em ilhas no rio São Francisco, em Pernambuco, instalados no século XVII: o aldeamento da Assunção, na Ilha de Assunção, atual Município de Cabrobó, e o aldeamento de Santa Maria, na Ilha de Santa Maria, atual Santa Maria da Boa Vista. Em 1861, o Diretor Geral dos Índios da Província de Pernambuco, o Barão de Guararapes, em relatório denunciou os esbulhos de terras na Aldeia de Assunção. E, em 1863 os indígenas reclamaram o direito às terras das ilhas habitadas. O referido Diretor dos Índios afirmou que as ilhas estavam sendo disputadas entre as Câmaras Municipais de Cabrobó e de Boa Vista. Também registrou a invasão da Aldeia de Santa Maria “por fazendeiros que expulsaram os índios refugiados nas serras próximas” (SILVA, 2011, p. 144). Em Pernambuco em 1870, foram extintos oficialmente a maioria dos aldeamentos. Citamos no primeiro capítulo as referidas ilhas habitadas por indígenas canoeiros (PIERSON, 1972).

Ressaltamos que desde o início da colonização os indígenas submetidos às regras estabelecidas pelos governos tinham direito à própria terra. No período Imperial, legislações definiram a inalienação de terras indígenas. Sendo proibido considerar terras indígenas como devolutas, com exceção das terras de indígenas nas guerras justas. Em muitos casos, os esbulhos de terras foram praticados com a escravização de indígenas, sob o argumento de guerras justas. Também a catequização religiosa foi substituída pela ideia de civilização, a integração do índio à sociedade, significando sua submissão ao Estado, implicando, entre outras questões, no entendimento da aptidão dos indígenas ao trabalho, que resultou em várias formas de resistências, como as fugas. Além disso, várias formas de violências foram e são praticadas por não indígenas, como a negação dos direitos indígenas às terras e identidades (CUNHA, 1992).

Como vemos, a cobiça e o esbulho das terras indígenas foram acentuados pela política indígena estabelecida no Brasil Imperial. O século XIX foi marcado por ações políticas relacionadas ao aproveitamento dos indígenas como mão de obra. E por usufruto e ocupação das terras indígenas. E, em fins do século XIX, os aldeamentos indígenas no atual Nordeste foram extintos por decretos expedidos por governos provinciais (CUNHA, 1992).

2.3 A República Brasileira: legislações, políticas e agências indigenistas

O advento da República produziu discursos de valorização das práticas técnico-científicas, vistas como promotoras de modernidade e progresso. Casos emblemáticos como a Guerra de Canudos e a Revolta da Vacina foram exemplares da corrida das novas elites para romper com práticas pensadas como atrasadas e que mostram “formas extremas de opressão quando voltadas para as populações destituídas de qualquer educação formal e alheadas dos processos decisórios” (SEVCENKO, 1998, p. 27). A República era representada como símbolo da modernidade, significando progresso, privilegiando a industrialização e a urbanização, em contraste com um passado escravagista e atrasado, combatendo a tradicionalidade e em defesa de novos costumes, novas sociabilidades, baseadas nas modernas sociedades norte-americanas e europeias.

2.3.1 A República Velha e os Indígenas

A primeira Constituição republicana promulgada em 1891 não tratou dos indígenas. Mas, indiretamente os atingiu, quando definiu as áreas de terras devolutas como pertencentes aos Estados republicanos, competindo à União, áreas territoriais em regiões de fronteiras para construções de fortificações e de atuação de militares (BRASIL, 1891).

No início da República na Comarca de Floresta foram registrados conflitos entre indígenas e não indígenas. Os moradores solicitaram reforços policiais para combater “criminosos” – indígenas, localizados na Serra Negra. Os moradores organizaram uma numerosa expedição no ano de 1894 para combater os indígenas. Estes, ofereceram resistência, armados de “bacamartes, arcos e flechas”. Após esse episódio cessaram as notícias de indígenas atacando fazendas na região (SILVA, 2006, p. 194).

Reafirmamos que, em Pernambuco, no último quartel do século XIX, os aldeamentos indígenas foram extintos pelos governos provinciais (SILVA, E., 1995). Os indígenas foram chamados de caboclos com a negação da sua identidade étnica e territorial. Mas, criaram estratégias diversas de resistências, como os indígenas habitantes na região deste estudo, que às escondidas, mantiveram os rituais e as práticas socioculturais. Assim, se enquanto coletividades desapareceram no último

quartel do século XIX, reapareceram a partir do final da década de 1920 (OLIVEIRA, 2004).

Como evidenciado no primeiro capítulo, Cândido Rondon, participou de expedições científicas com a finalidade de promoção do progresso e da civilização, pilares da República recém-criada. Rondon participou de expedições para implantação de linhas telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, promovendo também conhecimentos interdisciplinares envolvendo diversos povos indígenas. Rondon, autointitulado sertanista, no sentido de desbravador dos sertões e protetor de indígenas. Foi posteriormente considerado patrono e patrocinador da criação de um órgão republicano com a finalidade de proteção aos indígenas para a conquista da civilização.

No início da República, realizaram-se várias ações políticas para a modernização do Brasil (LIMA, 1995). Dentre as ações, a criação em 1909 do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) e o Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPIILTN), objetivando o controle de indígenas e não indígenas para transformá-los em trabalhadores nacionais nas áreas agrícolas e disponibilidade de força de trabalho. O SPIILTN foi gestado junto com a criação do MAIC, a partir das demandas de uma elite agrária. Inserido no domínio do mundo rural e das populações habitantes nos denominados sertões e pelas ideias de progresso e civilização.

O SPIILTN foi criado com o objetivo de controlar, integrar e obter disponibilidade de força de trabalho de indígenas e nacionais - não indígenas, habitantes em áreas rurais, fronteiriças ou de expansão agrícola, localizadas nos sertões do Mato Grosso, Santa Catarina e São Paulo. Posteriormente foi incluída a região Amazônica (BRASIL, 1910; OLIVEIRA, 2011).

As ações públicas destinadas aos indígenas e nacionais estavam imbricadas com o trabalho e o acesso à terra. O MAIC e o SPIILTN duas categorias foram consideradas para a ampliação das áreas agrícolas, os indígenas e os nacionais, como força de trabalho. Em relação aos indígenas a partir da República as retóricas de salvação, de primeiros senhores da terra e a catequese religiosa são alteradas para a proteção, predominando a laicização dos serviços e recursos disponíveis pelo Estado. Em 1918 o SPIILTN foi alterado para Serviço de Proteção aos Índios (SPI), atuando com os indígenas, retirando a obrigação de localização dos trabalhadores nacionais para a área de Povoamento. Mesmo assim, permaneceu a concepção de

transformação dos indígenas em civilizados através da domesticação dos espaços e dos indígenas, com o objetivo de integrar os nativos à sociedade nacional (LIMA, 1995).

As ideias positivistas circulantes no Brasil naquele período tinham como base a ordem, a ciência, a racionalidade e a laicização da sociedade brasileira. Os defensores das ideias positivistas, principalmente militares, foram responsáveis pelo SPI durante muito tempo. Desde a criação do órgão indígena as inspetorias regionais desempenharam importante papel na mediação entre o Estado e os indígenas. Com a sede geral no Distrito Federal/Rio de Janeiro e a instalação de sedes regionais em cada Capital dos estados onde foram criados Postos Indígenas, ocorrendo exceções, com Postos Indígenas instalados em Estados diferentes e a Sede numa única Capital. Também competia às inspetorias efetivar a mediação entre os governos, federal, estadual e municipal. Além disso, com autonomia para a gestão de recursos na contratação de serviços, compras e contratação de funcionários. Dessa forma, os inspetores realizavam articulações políticas nas áreas estabelecidas (LIMA, 1995).

Os postos indígenas foram categorizados em postos de proteção, assistência, vigilância e pacificação. As instalações de postos não implicavam em demarcação das terras indígenas. O objetivo dos postos era a transformação dos índios em trabalhadores nacionais através de “processos pedagógicos para a formação do futuro pequeno produtor agrícola” (LIMA, 1995, p. 239).

O SPI estabeleceu estratégias diferentes de gestão para os indígenas. Para os considerados isolados, sem contato com a sociedade não indígena, eram implantados núcleos de atração. Para os indígenas com alguma forma de contato, a caminho da assimilação, foram criadas as povoações para atração destes grupos. Enquanto para os grupos indígenas assimilados à sociedade implantou-se centros agrícolas (OLIVEIRA, 2011).

Para a efetivação dos centros agrícolas foi definida a necessidade de doações de terras pelos governos estaduais ao governo federal. Sendo as terras selecionadas, demarcadas e divididas em lotes, objetivando a produção agropecuária. O conhecimento técnico-científico do engenheiro agrônomo era fundamental para o sucesso dos centros agrícolas. Além do importante papel atribuído ao engenheiro militar pelo órgão indigenista, considerado o mais habilitado para a conquista dos espaços dos sertões, no exercício da proteção, da tutela e no

uso de força para intermediação entre indígenas e nacionais, devido à sua formação interdisciplinar, envolvendo as áreas de engenharia, cartografia, militar etc. (LIMA, 1995).

O estabelecimento de uma nova interpretação da tutela, definiu aos indígenas a relativa incapacidade, constando no Código Civil (1916), instrumento necessário para a considerada missão civilizadora (BRASIL, 1916). O poder tutelar foi uma forma de poder, parte de uma política de Estado para a integração de indígenas, não indígenas habitantes em áreas rurais – sertanejos e a garantia ao território. Portanto, “o exercício do *poder tutelar* implica em obter o monopólio dos atos de definir e controlar o que seja a população sobre a qual incidirá” (LIMA, 1995, p. 74).

Em 1928 publicado o Decreto 5484, intitulado “Regula a situação dos índios nascidos no território nacional”, considerou todos os indígenas nascidos em território brasileiro, sujeitos à emancipação de tutela orfanológica, independente do grau de civilização. Os indígenas foram classificados em nômades, arranchados ou aldeados, pertencentes a povoações e em centros agrícolas, vivendo com civilizados. Ao mesmo tempo definiu a tutela para indígena ainda não adaptados à sociedade, sendo o SPI responsável pela representação dos interesses e direitos dos indígenas perante órgãos competentes, incluindo a justiça. Expressamente definido o respeito a

qualquer meio tradicional de herança ou secessão adaptado pela tribo interessada, nunca a esse respeito intervindo autoridade alguma senão o inspector do Serviço de Proteção aos Índios ou seus auxiliares, e só para apaziguar os ânimos, porventura desavindos (BRASIL, 1928).

Em relação às terras indígenas, o Decreto determinou o domínio da União sobre as terras consideradas devolutas, habitadas por indígenas, incluindo as áreas de extintos aldeamentos pertencentes aos Estados. Respeitando a posse e usufruto das riquezas naturais das terras ocupadas por indígenas. E cabendo ao Governo Federal a promoção de povoações ou localização de indígenas nas referidas terras. O Decreto especificou também vários procedimentos de controle para a administração dos indígenas, como a obrigatoriedade de seu registro de civil pelo órgão indigenista. Com exceção dos indígenas pertencentes aos centros agrícolas considerados civilizados, submetidos ao regime geral. Além de instituição de

penalidades diversas a civis que cometessem crimes contra indígenas, como invasão de áreas e destruição de bens indígenas. Já as penalidades impostas aos indígenas dependiam do considerado grau de civilização, estipulando punições disciplinares ou reclusões em colônias correcionais. Os bens pertencentes aos indígenas também estavam condicionados a dispensas ou pagamentos de impostos relacionado ao chamado grau de civilização (BRASIL, 1928).

Portanto, consideramos que o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPIILTN), alterado para Serviço de Proteção aos Índios (SPI), foi um projeto para transformar os indígenas em trabalhadores nacionais. Tendo o principal criador e primeiro diretor geral, Rondon, ocupado o cargo mais de forma figurativa, sem atuação efetiva durante todo o período de 1910 a 1930, período da denominada República Velha. Durante todo este período, o SPI foi vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. E, a partir do Governo Vargas (1930), foi transferido para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (LIMA, 1995), dando continuidade à ideia do uso da mão de obra dos indígenas para o desenvolvimento e o progresso do Brasil.

2.3.2 Legislações, indigenismo e corrupção no SPI

A Constituição republicana de 1934 foi a primeira a especificar direitos indígenas, garantiu respeito à posse permanente das terras habitadas pelos nativos e proibiu aos indígenas a alienação de suas terras. Definiu a União como único poder competente para legislar a respeito da incorporação dos indígenas à sociedade nacional. Com a instauração do Estado Novo pelo governo de Getúlio Vargas, foi elaborada uma nova Carta Magna, a Constituição de 1937. Em relação aos direitos dos indígenas foi mantido o texto de igual teor relativo à posse e à proibição da alienação das terras. Sendo suprimido o artigo relacionado à competência exclusiva da União para legislar sobre a incorporação dos indígenas à sociedade nacional.

Após o fim do período Vargas, uma nova Constituição foi promulgada em 1946, mantendo o teor relativo à posse e proibição de venda de terras pelos indígenas, retornando a cláusula constante na Constituição de 1934, competindo exclusivamente à União a legislação a respeito da incorporação dos índios à sociedade brasileira (FREITAS JÚNIOR, 2010).

Evidenciamos neste estudo breves considerações sobre a atuação de Darcy Ribeiro para a compreensão do papel dos pesquisadores e do SPI na constituição do campo do indigenismo no Brasil. Antropólogo, político e intelectual, atuou no SPI de 1946 a 1956. Ressaltamos que Rondon e gestores do SPI eram postulantes ou influenciados pelas ideias positivistas, tais como a assistência e proteção aos indígenas para garantia da integração à sociedade nacional.

O antropólogo Darcy Ribeiro reelaborou uma perspectiva positivista exclusiva para o Marechal Rondon, como um positivista humanista. Também foi fundamental para a compreensão do campo do indigenismo e para a análise antropológica nascente a partir do órgão indigenista oficial no Brasil republicano. Na década de 1950, Darcy Ribeiro, atuou na Seção de Estudos no SPI, com outros colegas, como Eduardo Galvão e Roberto Cardoso de Oliveira, realizando estudos sobre “a problemática teórica do contato interétnico” (OLIVEIRA, 2002, p. 412). A ciência produzida neste período no SPI,

[...] representou uma virada metodológica e institucional importantes no que tangia ao trabalho de pesquisa de campo junto às comunidades indígenas assistidas pelo SPI e ao papel dos cientistas/antropólogos nesse processo. [...] as pesquisas realizadas pelo SPI orientariam as pesquisas sobre a questão indígena sob novo ponto de vista, não mais analisando os índios como objetos de estudos antropológicos e sim direcionadas para problematizar o processo de adaptação das comunidades indígenas à sociedade nacional. Este, portanto, seria o tema de maior debate nos estudos de Darcy Ribeiro no SPI, ao longo de sua carreira (BRITO, 2017, p. 91-92).

O projeto do Parque Indígena Xingu é considerado uma grande contribuição de Darcy Ribeiro para o indigenismo a partir da elaboração de argumentos e concepções sobre a importância para a reprodução sociocultural dos territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas (OLIVEIRA, 2002). O antropólogo também advogou contra as relações interculturais, incluindo matrimoniais entre indígenas e brancos. Além disso, denunciou em correspondências ao colega Eduardo Galvão a falta de estrutura e compromisso do SPI ao processo de assimilação de indígenas com a sociedade envolvente. Realizou estudos e demonstrou a relação entre redução demográfica e precariedade na saúde indígena. Sua demissão do SPI em 1956 foi motivada pelas queixas a ineficiência administrativa do órgão de administração ineficiente e pela “falta de verbas para

pesquisas, denúncias de corrupção de chefes de postos e outros [...]” (BRITO, 2017, p. 124).

As violações e corrupções praticadas por agentes públicos do SPI ou por grupos privados foram denunciadas desde a metade da década de 1950, provocando a criação pelo Senado Federal de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em 1955. Nesse período ocorreu aumento acentuado no quantitativo de populações indígenas assistidas e, ao mesmo tempo, escassez de orçamento financeiro, com atrasos nos salários dos servidores e dificuldade de verbas para manutenção dos Postos e de outras esferas administrativas do órgão indigenista. Resultando no aumento da prática de exploração da mão-de-obra indígena, extração de recursos naturais e no arrendamento das terras indígenas pelos servidores do SPI. Além do aumento da política partidária na nomeação de servidores indicados por políticos.

Assim, a partir da segunda metade da década de 1950 ocorreram acentuadas acusações de violações de direitos indígenas e de corrupções no SPI, com a abertura de inúmeros inquéritos a partir de 1956, mas poucas conclusões. Em 1963 foi aberta investigação pela Câmara dos Deputados, através da Comissão Parlamentar de Inquérito, sem conclusão. Em 1964 foi instaurado o regime ditatorial Civil-Militar com permanência das práticas de corrupção e de ingerência no SPI (BARBOSA, 2016).

2.3.3 A Ditadura Civil-Militar e a Funai

Por conta das graves denúncias, o SPI foi extinto em 1966, sendo substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967, com a mesma política indigenista, tendo como demandas prioritárias do Estado brasileiro o progresso e desenvolvimento, enquanto os índios foram considerados empecilhos as tais demandas.

Em 1967 foi aprovada uma nova Constituição que, em relação aos índios, mantinha a competência da União para legislar sobre a incorporação dos índios à sociedade. Como também o direito dos indígenas às terras habitadas, ampliando garantias deste direito no usufruto exclusivo dos recursos naturais (BRASIL, 1967). A referida Constituição também incluiu as terras indígenas como bens pertencentes à União, somente passíveis de desalienação com autorização legislativa, diferindo das Constituições anteriores. Sendo considerada medida de proteção adicional aos

direitos dos indígenas as terras por eles habitadas, proibindo a alienação por parte de Estados e Municípios, como também esbulhos de terras por posseiros e representantes das oligarquias rurais. E em 1969 foi aprovada uma Emenda Constitucional reafirmando os direitos dos indígenas aos seus territórios, extinguindo e anulando qualquer efeito jurídico de atos que lesionassem o direito dos índios aos seus territórios (CAVALCANTE, 2016).

Na década de 1970, os governantes militares foram pressionados pela sociedade brasileira e pela comunidade internacional, inclusive por financistas do capital mundial, devido ao descaso com os indígenas, especialmente pela repercussão dos processos de violência e de corrupções praticadas por agentes públicos, principalmente ligados ao extinto SPI e assim a FUNAI nasceu desacreditada. Além disso, a implantação de projetos desenvolvimentistas resultou em formas diversas de impactos socioambientais a diversas populações indígenas.

Nesse contexto foi criado o Estatuto do Índio em 1973, interpretado como tentativa governamental de apresentar à comunidade interna e externa que protegia os indígenas. É explicitado como objetivo final do Estatuto a integração dos indígenas à sociedade brasileira, conferindo aos indígenas a proteção legal, preservando “a sua cultura e integrá-los, progressivamente e harmoniosamente, à comunhão nacional” (BRASIL, 1973).

A base do Estatuto era o Código Civil de 1916, à época em vigor, e o Decreto de 1928, como destacado em outro tópico, objetivando a regularização dos indígenas nascidos em território brasileiro e a possível emancipação de tutela orfanológica. A FUNAI definida como o órgão indigenista oficial de assistência aos indígenas, responsável pela defesa das terras e concessão de poder de polícia. Portanto, a FUNAI foi pensada como órgão de representação oficial de proteção e de tutela, objetivando a integração dos indígenas à sociedade. Merece destaque a problemática persistente relacionada às interpretações do Estado e dos interessados nos territórios indígenas a respeito da integração dos índios à sociedade, entre liberação da tutela e a consequente perda das terras indígenas. A negação do direito originário à terra é recorrente entre os não indígenas contrários aos interesses indígenas, além de demonstrar o quanto a tutela foi mal interpretada pelo Estado brasileiro (BICALHO, 2020).

O Estatuto de 1973 considerou as terras e as riquezas naturais existentes como patrimônio indígena e o direito a usufruto exclusivo. Estabeleceu definições e

categorizações a respeito das diversas condições dos povos indígenas, isolados, em vias de integração e quando integrados à sociedade com direitos civis, considerada um avanço relativo ao direito à diferença através de distinção sociocultural, ao mesmo, desconsiderando os processos interétnicos ocorridos desde o período colonial (OLIVEIRA, 2004). Além de considerar coletividades indígenas somente aquelas não integradas à sociedade. E vistos na perspectiva da aculturação, predominando a ideia do desaparecimento dos indígenas no processo de integração com a sociedade não indígena.

2.3.4 A década de 1980 e o processo de redemocratização

Desde a década de 1970 a temática indígena passou a compor a agenda da sociedade brasileira contra o regime civil-militar, as práticas de corrupção e as violências existentes no órgão oficial indigenista. E, nos anos iniciais da década de 1980, a questão indígena passou a ser considerada pelas Forças Armadas como um risco à segurança nacional. O período foi marcado pela eclosão de movimentos sociais, incluindo as mobilizações dos indígenas em busca de garantia de direitos e o apoio de grupos organizados da sociedade civil, “a questão indígena também ganha maior visibilidade em termos de avanços normativos pela significativa atuação do movimento indígena, que ganha força no período da redemocratização política do Brasil pós-1980” (SILVA, 2018).

Ocorreu a significativa ampliação da atuação de organizações não governamentais de apoio aos índios, mobilizados nacionalmente, com a organização do Movimento Indígena Nacional. Esta mobilização garantiu direitos na Constituição Federal de 1988, sendo ressignificada a categoria índios ou indígenas, da perspectiva colonial e positivista para o reconhecimento da identidade a partir da diferença e especificidade de cada povo indígena. A Constituição de 1988, ao longo do texto, destacou direitos indígenas, especialmente no título VIII, no capítulo “Dos Índios”, que definiu como bens da União as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas (CUNHA, 2012).

No artigo 231 reconheceu organizações e expressões socioculturais dos povos indígenas e direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas. A conquista de direitos e garantias constitucionais relacionados à posse permanente das terras, o usufruto exclusivo sobre o solo, rios e lagos. Competindo à União a

demarcação e a proteção dos territórios indígenas. Exigência de autorização do Congresso Nacional para escuta dos povos indígenas afetados. Além do usufruto por indígenas sobre rendimentos de atividades exploradas no Território. Reafirmou os direitos históricos à posse da terra dos indígenas, considerados os primeiros senhores (CUNHA, 2012).

O artigo 232 tratou de garantir autonomia e legitimidade aos indígenas para defesa própria de direitos com ingresso em juízo, com a assistência do Ministério Público Federal na atuação e no acompanhamento de todas as etapas processuais (BRASIL, 1988). A Carta Magna é denominada Cidadã devido aos avanços relativos aos direitos sociais. Em relação aos direitos indígenas foram reconhecidas as expressões socioculturais indígenas como componentes da história do país, os direitos específicos e diferenciados à educação e saúde. Além do direito à posse das terras habitadas pelos indígenas.

No Nordeste, especificamente no Sertão do São Francisco, área deste estudo, a promulgação da Constituição Cidadã motivou novos grupos autodeclarados indígenas, constituindo uma rede de solidariedade entre organizações indigenistas, como Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Universidades, parlamentares, o Movimento Indígena Nacional e os “caboclos” habitantes na região, principalmente mobilizados por garantia de direitos à terra e à saúde, diferenciadas.

2.4 O SPI e o reaparecimento dos indígenas no Nordeste

Em relação ao Nordeste, por ser considerada área de antigo contato de indígenas com a sociedade não indígena, predominava a negação das identidades e da existência de territórios indígenas. O reaparecimento dos índios no Nordeste ocorreu com o início da atuação do SPI na região nos anos 1920, atuação essa provocada pelos indígenas Fulni-ô habitantes em Águas Belas/PE com apoio e mediação de personalidades de influência sociopolítica na época (BEZERRA, 2020).

Diferentemente de outras regiões, os próprios indígenas habitantes na região Nordeste “foram em busca do órgão solicitar o seu reconhecimento e a assistência do Estado”. Afirmavam a identidade indígena, na busca por garantia de acesso às terras, proteção e a presença do poder tutelar, representado pela instalação de Posto Indígena (P.I.) (OLIVEIRA, 2011, p. 58).

A conquista dos indígenas habitantes no antigo aldeamento de Ipanema, Águas Belas/PE, do reconhecimento étnico perante o SPI foi efetivada em 1924, com a instalação do Posto Indígena General Dantas Barreto, sendo nomeado de unidade de assistência aos índios Fulni-ô.

Em 1925 foi estabelecido o regime de arrendamento das terras indígenas, com controle e regras de acesso às terras por não indígenas, com interdição ou proibição de extração de madeiras de lei e de áreas cultivares. Como também desapropriação de áreas sem uso e benfeitorias, ocupadas pelos não indígenas na condição de arrendatários. Estas medidas provocaram o acirramento de conflitos fundiários entre os arrendatários, representantes do poder local, e o SPI, resultando na transferência do Inspetor Jacobina para a povoação indígena em Passo Fundo (RS). A partir de 1928 a nomeação do novo Inspetor do SPI em Pernambuco, o engenheiro Antonio Martins Vianna Estigarribia, passou a controlar a arrecadação dos arrendamentos no P. I. dos Fulni-ô, transformados em significativa fonte de renda, predomínio no agenciamento de conflitos “agrários, como instância distributiva de recursos fundiários a partir do reconhecimento oficial de grupos e terras indígenas” (PERES, 2000, p. 66). Além de criação de normas e processos de controle também sobre os não indígenas, na condição de arrendatários.

O arrendamento instituído em Águas Belas também existiu em outros Postos Indígenas, como o posto Paraguaçu, Itabuna/BA. Esse modelo predominou até a década de 1940. Com o aumento das tensões entre indígenas e arrendatários, críticas, denúncias e propostas de extinção do sistema de arrendamento, com indenizações aos arrendatários ou diminuição das áreas indígenas (PERES, 2000). A chegada do SPI no Nordeste através da instalação da 4ª Inspeção Regional (IR4/SPI) em Recife/PE, estabeleceu uma nova reconfiguração de forças políticas, no papel de intermediário na distribuição de terras entre indígenas e não indígenas. Além da autoatribuição como a única autoridade com poder de reconhecimento dos Fulni-ô.

Assim, o SPI atuou na dinâmica dos conflitos fundiários, na valorização das terras indígenas, transformando os antigos invasores em arrendatários nas terras indígenas, transferindo o pagamento foral ao Estado de Pernambuco para o SPI, alterando as relações de poder,

Pretendia-se [...] estender a malha tutelar do SPI à população sertaneja a instituir-se a figura do arrendatário, e o endividamento constituiria uma fonte de recursos econômicos e políticos fundamentais nas mãos de chefes de posto em face de índios e foreiros (PERES, 2000, p. 66).

O SPI fazia parte do chamado projeto civilizador da República. E, para o sucesso da sua atuação fazia também uso de controle do comportamento dos índios e não índios. Por isso, foi criado um serviço policial composto por indígenas Fulni-ô para atuar no disciplinamento de indígenas e não indígenas, no combate às práticas consideradas imorais, como alcoolismo, prostituição, práticas de jogos de azar e todo tipo de desordens nas aldeias ou na cidade. Dessa forma, o SPI atuou para efetivar a civilização dos indígenas e não indígenas, os transformando em trabalhadores nacionais.

A garantia de êxito na integração dos indígenas ao Estado brasileiro, competia ao SPI habilitar os nativos na aprendizagem de técnicas agropecuárias. E no fornecimento de sementes e ferramentas agrícolas, lotes para os indígenas colocarem em prática todo o apoio e assistência fornecidos pelo órgão. Além disso, o trabalho dos indígenas nos cultivos ou criação de animais ocorria sob vigilância e controle de funcionários do órgão. Caso o índio não cultivasse a área do lote recebido por um período de um ano, perdia as terras e eram repassadas a outro índio. Nesse sentido, o Estado estabeleceu uma relação entre trabalho e terra, envolvendo tanto indígenas, arrendatários, colonos e trabalhadores nacionais, partícipes de uma nova lógica de colonização, valorização e nacionalização do espaço da República brasileira (PERES, 2000).

A atuação do SPI junto ao povo indígena Fulni-ô, que teve como foco a mediação e o estímulo às práticas de arrendamentos por terceiros, levou a uma posterior apropriação das terras indígenas, acentuando o conflito entre índios e não índios, resultando ao longo do tempo na expropriação das terras indígenas por não índios e pelo poder municipal. No entanto, é importante ressaltar que a instalação do SPI junto ao povo Fulni-ô foi marcante para o reaparecimento dos indígenas no Nordeste, para garantir o reconhecimento perante o órgão oficial indigenista, na intenção de garantir o domínio das terras indígenas e a liberdade para práticas socioculturais. Sendo elaboradas estratégias e compartilhamento de práticas socioculturais entre grupos indígenas reconhecidos perante o SPI e assim mobilizando outros grupos como conquistar o reconhecimento étnico. A 4IR/SPI

estabeleceu como o principal critério de sinal diacrítico de indianidade no Nordeste saber dançar o Toré (ARRUTI, 1996; OLIVEIRA, 2004).

O antropólogo João Pacheco de Oliveira evidenciou a atuação do SPI no Nordeste no combate à pobreza e outras mazelas sociais, mas sem considerar as diversidades na composição étnica. Em relação aos indígenas e o território, sua atuação acabou desrespeitando também as relações socioambientais, demandas específicas quanto a um certo espaço geográfico, como é o caso dos Kambiwá com a sua intrínseca relação com a Serra Negra (OLIVEIRA, 2000). O povo Kambiwá desde a década de 1950 participa do processo de afirmação da identidade étnica e do direito ao território, envolvendo a Serra Negra, temática abordada em outros capítulos desta pesquisa.

O processo demarcatório das terras Fulni-ô foi retomado somente na década de 1970, sob a gestão da FUNAI. Sendo motivo de reclamação destes indígenas, questionando a área definida em 11.505.71 ha. Nos anos seguintes, o poder municipal permaneceu avançando pelo território indígena e em 1983 a FUNAI designou a criação de um grupo de trabalho para execução de levantamento topográfico e laudo antropológico, mas a questão fundiária não foi resolvida (COUTINHO JÚNIOR; MELO, 2000).

2.4.1 As mobilizações étnicas para garantia de direitos (1930-1950)

O processo de mobilização para a afirmação da presença indígena no Sertão do São Francisco, acentuado a partir da década de 1930, teve como aspecto vinculante a prática ritualística com o território, marcado pelas relações históricas, parentais, religiosas e territoriais, numa concepção nativa que considera a verdadeira tradição da aldeia (GRIMALDI, 2013).

A partir do reconhecimento do Povo indígena Fulni-ô em 1924, os indígenas chamados de caboclos habitantes em áreas de antigos aldeamentos no Nordeste realizaram mobilização em busca de afirmação da identidade, realizaram viagens, incluindo viagens metafóricas. São retomadas as memórias sobre a história dos caboclos e do território habitado. Ampliando os circuitos de trocas ritualísticas e políticas entre os indígenas, considerados parentes (OLIVEIRA, 2004). As viagens representavam a necessidade de fortalecimento do Toré, apoio para garantia de direitos territoriais e identitários.

O atual Território Pankararu é parte do último aldeamento que reuniu várias etnias, o Aldeamento Brejo dos Padres. A afirmação da identidade étnica dos Pankararu, com o reconhecimento pelo órgão indigenista (SPI) ocorreu em 1941. Mas somente na década de 1980 foi finalizado em parte o processo de demarcação do Território deste povo indígena. Atualmente as áreas reivindicadas são marcadas por intenso processo de violência por parte de posseiros que não aceitam a remoção do território indígena. O fortalecimento do povo indígena ocorre por meio do ritual do Toré, conectando o mundo físico ao mundo onde habitam os Encantados. Sendo considerados sagrados locais do ambiente natural, como as cachoeiras, os serrotes, os terreiros etc. (ARRUTI, 2001).

Os indígenas Pankararu praticavam diferentes formas de territorialização e reterritorialização, evidenciando a existência de famílias habitando em cidades ou temporariamente trabalhando às margens do rio São Francisco. Mas, “Em todos esses casos, no entanto, a aldeia continuava sendo a referência fundamental para onde os índios voltavam semanalmente”. Portanto, a identidade étnica é um compósito de fronteiras étnicas envolvendo aspectos jurídicos e territorial (ARRUTI, 2001, p. 227).

A subversão da imposição da mistura no povo Pankararu ocorreu através de nomenclatura memorial, contendo nomes dos principais troncos velhos da aldeia “*Pancarú Canabrava Geritacó Cacalancó Umã Tatuxi de Fulô*”, reconhecendo a identidade compósita formada desde o tempo dos chamados troncos velhos indígenas. A memória é acionada para afirmar a presença de diferentes grupos num mesmo aldeamento, uma das estratégias de sobrevivência. Atualmente usam a mesma lógica no surgimento de novos grupos, denominados enxames, sendo as novas dispersões e territorializações do povo Pankararu (ARRUTI, 2001, p. 229).

As relações dos indígenas com o Ambiente envolvendo os usos diversos dos recursos naturais são expressos na afirmação étnica Pankararu, através da nomenclatura memorial Canabrava, planta usada por indígena desde tempos imemoriais conforme evidenciamos no primeiro capítulo.

Dessa forma, a identidade étnica é constituída por sobrenomes de grupos indígenas distintos, resultante na afirmação legitimadora dos Pankararu, considerado tronco velho indígena, num sentido positivo e potencializado.

Estudo recente chama a atenção para a diferença na atuação dos indígenas e das populações negras, para as quais a ancestralidade negra é vista como,

[...] um sinal negativo, não por qualquer incompatibilidade ritual ou proibição nas trocas matrimoniais, mas em função daquilo a que os seus 'direitos' fazem referência. [...] marcadas pelo jogo entre puro e impuro, objeto de uma mitologia faccional e crivo que busca distinguir as fronteiras daqueles que devem ter acesso ao conjunto dos recursos escassos de natureza estatal (ARRUTI, 2001, p. 230, 247).

Neste caso, a complexidade da afirmação étnica não é uma simples negativa ou afirmativa de uma ancestralidade negra, ao contrário, compondo uma história e uma identidade.

O povo indígena Tuxá participou também do processo de mobilização para afirmação da identidade e reconhecimento perante o SPI. Sendo oficializada a atuação do SPI em 1944 quando instalado o Posto Indígena Felipe Camarão, sendo a Ilha da Viúva a área definida para as práticas socioculturais e econômicas. A constituição da identidade Tuxá relaciona-se ao Rio São Francisco envolvendo Ilhas e os fluxos de águas, pois realizam atividades de pesca, de transporte, agropastoril e ritualística. Conforme evidenciado no primeiro capítulo, os ancestrais dos Tuxá habitavam ilhas no São Francisco, sendo nomeados indígenas canoeiros (PIERSON, 1972). Definem seu território composto por áreas de terras na parte continental e em Ilhas do São Francisco:

Ao ser esbulhado da vida no seu território tradicional, as práticas ritualísticas foram fortemente alteradas, uma vez que fomos impedidos de transitar nos espaços e passagens onde nossos ancestrais viveram no passado e viviam no presente junto conosco. A história do povo Tuxá faz parte do território que se encontra hoje alagado e viver lá significava sempre estar conectado com o passado e o presente (VIEIRA, 2017, p. 24-25).

Esse povo indígena foi diretamente atingido pela Barragem de Itaparica, objeto deste estudo, provocando profundos impactos socioambientais na vida dos Tuxá, tema do capítulo 4.

Os indígenas Xukuru do Ororubá relacionam a Serra do Ororubá, em Pesqueira e Porção (PE), como espaço ancestral comum, vinculando o ambiente natural à identidade étnica. Deflagaram o processo de reivindicação por direitos no início da década de 1950, “quando buscaram os benefícios da lei para familiares de ex-combatentes na Guerra do Paraguai e o reconhecimento oficial para a instalação de um Posto do SPI na Serra do Ororubá” (SILVA, 2014, p. 335).

Como também elaboraram diversas estratégias de organização e mobilizações para a afirmação étnica Xukuru, na garantia de direitos indígenas na Serra do Ororubá (SILVA, 2019). Ocorreram inúmeras viagens motivadas por invasões das terras indígenas na Serra do Ororubá. Em períodos de secas migravam para trabalhar em áreas urbanas. Realizaram viagens ao Rio de Janeiro e a Recife, para reivindicações junto ao SPI. Também como participantes do movimento indígena na década de 1980, nas articulações políticas durante a Assembleia Nacional Constituinte e pós Constituição na busca de garantias por direitos constitucionais (SILVA, 2014).

Nas buscas pela proteção e reconhecimento étnico perante o SPI foram acionadas diferentes estratégias e recursos diversos com mobilizações instituídas por uma rede de circuitos ritualísticos e conhecimentos para garantia de direitos territoriais e étnicos. Além da importância das memórias para a afirmação da identidade étnica relacionando com a história dos aldeamentos com o Ambiente.

2.4.2 Willian D. Hohenthal: visitas a povos indígenas na bacia são-franciscana

Na década de 1950 foram realizadas viagens ao Nordeste por agentes governamentais ou estudiosos patrocinados pelo Estado, com interesses diversos. A exemplo do antropólogo norte-americano Willian D. Hohenthal⁴⁰ que no período entre outubro de 1951 a março 1952, visitou alguns grupos indígenas na área de abrangência da IR4/SPI, localizados em Pernambuco, Alagoas e Sergipe, incluindo grupos não assistidos pelo SPI. O antropólogo realizou estudos etnológicos e produziu importante relatório⁴¹ destinado à Universidade da Califórnia e à Diretoria do SPI no Rio de Janeiro. Registrando observações a respeito da administração e da situação dos P.I, dos grupos visitados, em atendimento a pedido feito pelo SPI, através do Diretor do órgão e dos antropólogos, Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão. Devido ao Relatório conter denúncias e acusações sobre funcionários e indígenas, o autor pediu confidencialidade. Além disso, o pesquisador enviou ao Museu de Antropologia da Universidade da Califórnia artefatos recolhidos entre grupos

⁴⁰ William Dalton Hohenthal Jr, norte-americano, pesquisador da Universidade da Califórnia em Berkeley.

⁴¹ Inspetorias Regionais. IR4 Nordeste. Microfilme no. 379, Foto 814-817. RELATÓRIO, Califórnia 14/07/1952.

indígenas visitados e publicou artigo na Revista do Museu Paulista em 1960 (SILVA, 2007).

Hohenthal e a esposa passaram a maior parte do tempo, hospedados no P.I. General Dantas Barreto, no território habitado pelo povo indígena Fulniô⁴², em Águas Belas. Justificou a dedicação e o tempo maior a esse grupo indígena por possuir idioma próprio, pelos costumes, mitologia e quantitativo populacional, acima de 1.200 índios. Afirmou que a maior problemática existente na área indígena estava relacionada ao arrendamento de terras. Pois, desde o início da implantação do Posto indígena foi estabelecido pelo Chefe do Posto, Dr. Estigarribia, o sistema de arrendamento das terras indígenas para os chamados neo-brasileiros, gerando uma renda financeira para os indígenas e para o Posto, resultando em obtenção de vantagens no arrendamento dos próprios lotes e a ausência de prática de cultivos agrícolas por parte dos indígenas. Além da falta de disposição para trabalhar em benefício próprio e qualquer atividade realizada pelos Fulniô exigiam em troca pagamentos pelo SPI. O antropólogo evidenciou a existência de um antagonismo muito forte entre os Fulniô e os não indígenas.

Na visita realizada em janeiro de 1952 aos índios Shocó (atuais Kariri-Xocó) no Posto Indígena Padre Alfredo Dâmaso, em Porto Real do Colégio/AL, encontrou indígenas Pancaru (Pankararu) e Fulniô (Fulni-ô), habitando na área indígena Shocó devido a relações matrimoniais. Afirmou que o objetivo da viagem foi a participação no ritual do Ouricuri. Registrou a predominância de mestiços, que a maioria dos Shocó não eram descendentes de índios, mas de negros e brancos, com quase inexistência de palavras e práticas culturais indígenas. Além de condenação da localização do Posto, às margens do rio São Francisco, mas numa área de pobreza, uma favela na periferia da cidade. Também citou outros grupos indígenas habitantes em Alagoas, na localidade nomeada de Olho d'Água do Meio. E em Sergipe: São Pedro e Pacatuba.

E em Alagoas visitou também indígenas habitantes na Serra da Cafurna, Palmeira dos Índios, afirmou a atribuição do nome Shucuru-Cariri (atuais Xukuru-Kariri) ter sido invenção do Pajé. Evidenciou a mobilização dos Shucuru-Cariri para instalação de um posto indígena e a visita em 1951 de um inspetor do SPI. Ressaltou a situação fundiária semelhante a índios e agricultores no Nordeste,

⁴² Optamos por manter a grafia de etnônimos indígenas registrado pelo antropólogo norte-americano e em parênteses a atual grafia.

predominando perseguições e explorações por parte de latifundiários a pobres agricultores. Por isso, não recomendou criação de posto indígena naquela área.

O referido antropólogo registrou a visita ao Posto Indígena Pancaru (atuais Pankararu e Pankararu Entre Serras), em março de 1951, elogiou a localização do Posto com acesso ao escoamento da produção e proximidade de potenciais mercados. Evidenciou o bom clima, o solo favorável, a disponibilidade de água, a disposição ao trabalho dos indígenas e a competência de funcionários do SPI. Além de descrever inúmeros cultivos agrícolas e prática de pecuária. Enfatizou os presentes recebidos, diferentemente de outros lugares em que os indígenas importunavam pedindo esmolas.

Por outro lado, noticiou a difícil situação dos indígenas Pancararé (atual Pankararé), habitantes na outra margem do rio São Francisco, num local chamado Brejo dos Burgos, nas proximidades do antigo Curral dos Bois e atual Glória (BA). Sendo estimado de 300 a 500 indígenas, sem posto indígena e com grandes perseguições por latifundiários, conforme informou um indígena Pancararé ao Encarregado do Posto Pancarus. Após denúncias por latifundiários acusando os indígenas de práticas de macumbas, o Delegado de Polícia convocou apresentação na Delegacia de lideranças indígenas Pancararé para informações sobre as práticas cerimoniais e danças. Sendo a situação resolvida com uma carta do Encarregado do Posto Pancarus enviada ao Delegado, com informações e a legislação vigente.

Durante a estada no Brejo dos Padres o antropólogo norte-americano soube do outro grupo indígena, os Cambioá (atual Kambiá), habitantes na área Oeste da Serra Negra, enfrentando muitas perseguições pelos neo-brasileiros, enfatizando a quase extinção deste grupo e vários Cambioá habitantes na área Pancararu. O pesquisador deixou o Posto Pancarus para o Posto Indígena em Rodelas atravessando o rio São Francisco para a Bahia. Citou a localização do Posto e a rua em que os indígenas habitavam, às margens do rio. Destacou a pobreza do posto, estimou a população em torno de 200 indígenas, sendo a Ilha da Viúva, única área agricultável disponibilizada aos Tushá (indígena Tuxá). Afirmou que no passado esses indígenas praticavam agricultura em diversas ilhas localizadas nas margens baianas e pernambucanas, da Ilha de Sorobabel até a Ilha de Assunção⁴³

⁴³ Inspetorias Regionais. IR4 Nordeste. Microfilme no. 379, Foto 814-817. RELATÓRIO, Califórnia 14/07/1952.

Ressaltou a necessidade de ampliação de áreas agricultáveis para os indígenas, pois a Ilha da Viúva não comportava a produção suficiente para manutenção dos índios. Além disso, presenciou uma enchente que inundou as plantações e parte das terras foram levadas pelas águas. Evidenciou a falta de peixes na região, pois segundo informações prestadas pelos neobrasileiros e os Tushá, a escassez de peixes ocorreu anos antes, não sabendo informar os motivos. E, sugeriu a realização de pesquisas.

Enquanto estava em Rodelas informou a chegada de um telegrama ordenando a transferência do Encarregado do Posto, Manoel Novaes, para o Posto Alfredo Dâmaso (Alagoas). Citou que o motivo foi relatado pelo servidor que, estando numa festa indígena, quando provocado por índios e não índios, originando discussão, foi intempestivo, atirou com revólver atingindo um neobrasileiro e três indígenas. O pesquisador analisou o comportamento do Agente do Posto, descrevendo-o como tendo acentuado sentimento de perseguição e nervosismo exacerbado.

Para o antropólogo a condição dos Tushá era pior do que antes do reconhecimento como indígenas perante o SPI, pois antes conseguiam trabalhar nas fazendas e após o reconhecimento não conseguiam mais trabalhos temporários. O pesquisador evidenciou a crença dos Tushá de que, com a instalação do Posto o governo fosse proporcionar terra para trabalharem e obteriam renda suficiente para sustento. Como não aconteceu, restou como opção de sustento familiar a migração dos chefes de famílias indígenas para São Paulo.

Registrou ainda que os indígenas Tushá possuíam boas relações com os Neo-brasileiros em Rodelas. Tinham como inimigos principais os moradores da cidade de Jatinã (atual Belém do São Francisco/PE), citando representantes públicos: o delegado, o juiz, o promotor e o prefeito, oriundos das principais famílias de latifundiários, resistentes à cessão de terras para os indígenas.

Evidenciou relações interétnicas entre os Tushá (Tuxá) e os Trucá (atuais Truká), habitantes na Ilha de Assunção (Cabrobó/PE), no passado falantes da mesma língua ou semelhante, que descendiam da “nação Próca”, conforme registros de missionários. Foi informado sobre a realização de uma viagem em 1948, por dois índios Trucá, passando por Rodelas (atual Território Indígena Tuxá) e pelo Brejo dos Padres (atual T.I. Pankararu) com destino à 4ª Inspeção Regional do SPI/Recife, para prestar queixas contra perseguições de Neo-brasileiros.

Ainda em Rodelas, o pesquisador obteve conhecimento sobre usos dos recursos naturais do Bioma Caatinga pelos indígenas Tushá, que da planta Caroá fabricavam roupa cerimonial. O Cocar, elemento da indumentária cerimonial era confeccionado com penas da ave Ema, capturadas na região da Serra do Arapué/Cacaria ou obtidas por meio dos índios habitantes nestas serras, os Pacará ou Pacarais (atuais Pankará).

A partir das informações sobre os índios Pacará, o antropólogo conseguiu com o Chefe do Posto que um Tushá fosse até a Serra Cacaria e retornasse com uns indivíduos para a realização de entrevistas. Após as informações obtidas pelos entrevistados, o antropólogo atravessou em uma canoa o Rio São Francisco. E, em Pernambuco percorreu 12 léguas a cavalo até a Serra da Cacaria. Afirmou a existência de indígenas Pacará habitando as duas serras 31 famílias, totalizando 225 indígenas, sem instalação de posto indígena.

Denunciou e nomeou os perseguidores dos Pacará, representantes de latifundiários da região do Riacho do Navio e da cidade de Floresta, área de “antigo centro de cangaceirismo⁴⁴. Afirmou que representantes ou membros da família Leite eram os perseguidores dos Pacarás e habitantes no Sítio Esperança/Serra da Cacaria eram pistoleiros a serviço da família Leite. Também descreveu os indígenas perseguidos e dispostos a testemunhar contra os perseguidores, Luiz Antonio dos Santos e a esposa Luiza, habitantes na Serra da Cacaria. Indígenas Aticum (atuais Atikum), Joaquim Amanso e Domingo Amanso, como também outros indígenas pertencentes às famílias Rosa e Nascimento.

Além disso, evidenciou o índio mais perseguido, Luiz Antonio dos Santos (Luiz Limeira), pai do atual Pajé Pankará, Pedro Limeira e avô da atual Cacica Dorinha Pankará. Exemplificou uma das perseguições pela família Leite à família de Luiz Limeira, um episódio ocorrido no ano anterior (1951), quando a polícia de Floresta a serviço da família Leite, expulsou a família de Luiz Limeira, derrubando a casa de moradia, ficando a mulher grávida e os filhos menores sem abrigo e sem comida. Tomaram a posse do sítio, bens, árvores frutíferas e confiscaram a colheita: “300 cuias de farinha de mandioca⁴⁵”. O pesquisador destacou que a família Leite não possuía título legal das terras na Serra, mas poder político na região.

⁴⁴ Inspetorias Regionais. IR4 Nordeste. Microfilme no. 379, Foto 814-817. RELATÓRIO, Califórnia 14/07/1952, p. 17.

⁴⁵ Inspetorias Regionais. IR4 Nordeste. Microfilme no. 379, Foto 814-817. RELATÓRIO, Califórnia 14/07/1952, p. 17.

Questionou: “Se alguém tem direito a um sítio, na falta de títulos de posse, deve ser o homem que ocupa, derruba e queima o mato, e que lavra?”. O pesquisador afirmou que as terras deveriam pertencer aos índios.

O pesquisador atribuiu a maior perseguição empreendida pelos Neo-brasileiros ao índio Luiz Limeira, por ele ser um dos mais resistentes à escravização, pela sua liderança religiosa e atuação nos ritos cerimoniais dos Pacará. Os não indígenas proibiam as práticas cerimoniais, incluindo o ritual do Toré e a celebração da Jurema, como tentativa de esquecimento da identidade étnica, garantindo a negação de existência de índios na Serra da Cacaria,

[...] que são índios, pois os latifundiários tem grande medo que o governo federal, através do SPI, talvez vá estabelecer um posto lá, ou pelo menos garantir aos índios seus direitos as terras ocupadas por eles por centenas de anos.⁴⁶

Relatou a ocorrência de uma invasão de Neo-brasileiros numa noite durante um baile indígena, quando tentaram aterrorizar os indígenas. O pesquisador agiu energicamente e conseguiu fazer com que o grupo de não indígenas evadisse do local. Fez queixa ao Encarregado do Posto Aticum, que prometeu abrigo ao índio Luiz Limeira e os demais indígenas habitantes nas Serras, Arapuá e Cacaria, caso fosse necessário. Descreveu a distância de uma légua entre as citadas Serras. E a distância de cerca de quatro léguas da Serra do Arapuá a Serra Umã.

Hohenthal em visita à Serra Umã enfatizou a grande dificuldade de água no Posto Indígena Aticum, teceu críticas sobre a implantação de um posto naquela localidade, área muito seca, sem recursos disponíveis de água, escassez de elementos arqueológicos, indicando a não permanência de indígenas na Serra Umã. Afirmou como locais mais favoráveis para a localização do Posto as Serras Cacaria e Arapuá, com disponibilidade de recursos hídricos, mesmo na estação seca e as evidências abundantes de artefatos arqueológicos demonstrando a antiga presença indígena.

Durante a estadia na Serra Umã foi registrado pelo pesquisador a visita de alguns indivíduos afirmando pertencer a um grupo indígena denominado de Baishóta, composto de cerca de 180 pessoas, habitantes na Serra do Catolé, no

⁴⁶ Ibid, p. 18.

Município de Maniçobal (atual Mirandiba/PE), com práticas culturais semelhantes aos Atikum, sendo perseguidos por neobrasileiros.

Ao fim do relatório, Hohenthal, analisou a situação dos postos indígenas, evidenciou a falta de recursos financeiros para manutenção dos postos indígenas, provocando dificuldade na gestão financeira. Destacou que a melhor situação era do posto indígena Pancararu, podendo servir como modelo-piloto e sugeriu investimentos para aumentar e incrementar a produção agrícola com destino ao mercado regional, com possibilidades de geração de renda para a autonomia do posto e excedente para a IR4. E em segundo lugar o Posto General Dantas Barreto, localizado no povo Fulniô, desde que ocorressem investimentos na implantação de cultivos agrícolas etc. Ao final do relatório pediu emprego ao Diretor do SPI para o indígena Fulniô que o acompanhou na viagem de estudos no Sertão do São Francisco.

Destaques no relatório: o antropólogo questionou a identidade indígena e evidenciou a miséria entre os indígenas Shocó e Shucuru-Cariri. Também comparou a Serra Umã, Território dos indígenas Atikum com a Serra do Arapuá/Cacaria, local de habitação dos Pacarás, condenando a instalação do Posto Indígena na Serra Umã pela falta de água e por não existirem comprovações arqueológicas de local antigo de habitação de índios, enquanto a Serra do Arapuá/Cacaria era local favorável, com disponibilidade de água e possuir artefatos arqueológicos, comprovando área antiga de habitação de indígenas. Dos Postos Indígenas visitados, o Posto Pancaru foi o mais elogiado, pela gestão, pelo trabalho e produção agrícola realizados pelos indígenas. E recomendou investimentos para o Posto Indígena Fulniô, a exclusão das práticas de arrendamentos, incentivo aos indígenas lavrarem as terras e atuarem no trabalho coletivo na área indígena.

Por fim, o pesquisador ressaltou o predomínio na região de pequenos grupos ricos, abastados, usufruindo da justiça e da estrutura estatal. Enquanto a maioria da população no interior nordestino era composta por pessoas pobres, analfabetas, carentes de justiça, de direitos e proteção do Estado. Nesse sentido, o órgão indigenista oficial, o SPI, atuava como protetor das injustiças em que viviam as populações indígenas no Nordeste.

2.5 A atuação do SPI na Serra Umã: o Posto Indígena Aticum e os indígenas Pancarás, Serra do Arapuá/Cacaria

Neste item, utilizamos estudos e documentos produzidos pelo SPI para realizarmos análises e reflexões sobre a atuação do órgão indigenista na região, com a instalação e informações a respeito do P.I. Aticum⁴⁷. Além de tratarmos do processo de mobilização dos chamados caboclos habitantes nas Serras do Arapuá e Cacaria. Registrando assim a presença indígena Pankará desde a década de 1940, objeto deste estudo, e sua relação aos fluxos ritualísticos e políticos, envolvendo os índios na Serra Umã, Arapuá/Cacaria e os Tuxá, tendo o Rio São Francisco como espaço central nestas relações socioambientais.

Reafirmamos que o “segundo momento do processo de territorialização”, teve início na década de 1920, com o reconhecimento pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) dos descendentes dos Carnijós e por meio da criação de Posto Indígena (P.I.) na área do antigo aldeamento da Missão Ipanema, onde atualmente habitam os Fulni-ô, no município de Águas Belas/PE. E quando posteriormente ocorreram várias articulações interétnicas nas décadas de 1930 a 1950, quando outros povos indígenas passaram a reivindicar junto ao SPI o reconhecimento de áreas de antigos aldeamentos e a instalação de postos indígenas, como foi o caso dos Atikum, na Serra Umã e das mobilizações dos Pankará na Serra do Arapuá. O ritual do Toré foi o aspecto propulsor, mediador e legitimador étnico conectando o passado e o presente por meio dos Encantados⁴⁸, no afastamento da condição de mistura, numa reconstrução identitária relacionada aos antepassados míticos citados de forma metafórica, chamados troncos velhos para redescobrirem-se nas pontas de ramas (ARRUTI, 1996; OLIVEIRA, 2004).

É importante ressaltar que a partir do reconhecimento dos indígenas Fulni-ô foi deflagrado um movimento de articulação com outros grupos indígenas, formando uma rede de emergências dos grupos étnicos no Nordeste. Com lideranças destes grupos que empreenderam viagens ritualísticas, formando uma rede de circuitos de trocas, de rememoração ritualística e de viagens em busca do reconhecimento

⁴⁷ Usamos a grafia Aticum como citada na documentação ou estudos realizados no período de atuação do SPI e quando tratar-se da contemporaneidade será escrito com K, Atikum, conforme recomendação da Associação Brasileira de Antropologia/ABA.

⁴⁸ Os Pankará afirmam metaforicamente a presença dos ancestrais em rituais e habitando as cachoeiras, as pedras e as matas nas Serras do Arapuá e Cacaria (OLIVEIRA, 2014).

perante a IR4/SPI, em Recife (PE) ou na Sede na Cidade do Rio de Janeiro (RJ). Além de viagens de fugas, “migrações de grupos familiares em função de perseguições, escassez de terras de trabalho, migrações por tempo indeterminado” (ARRUTI, 2004, p. 244).

O ritual do Toré tornou-se o sinal diacrítico da indianidade dos indígenas no Nordeste sendo reconhecido pela agência governamental Regional, sob a chefia de Raimundo Dantas Carneiro, que estabeleceu o Toré como um “rito sumário na legitimação da preservação do SPI” (ARRUTI, 1996, p. 58). Portanto, critério fundamental para reconhecimento étnico diante dos agentes públicos, representantes daquele órgão.

Os indígenas habitantes na Serra Umã na primeira metade do século XX vivenciaram ameaças e invasões de terras promovidos por fazendeiros criadores de gado. Além da insatisfação com a cobrança de impostos pela Prefeitura Municipal de Floresta. Na década de 1940 os indígenas foram buscar informações com outros grupos indígenas, especificamente, o povo indígena Pankararu habitante no Brejo dos Padres (PE), e o povo indígena Tuxá habitante às margens do rio São Francisco, na Velha Rodelas (BA). E, acionaram o SPI para o reconhecimento étnico, reivindicando a “criação da reserva indígena [...] a construção do posto indígena [...]” (GRÜNEWALD, 1993, p. 45).

Os caboclos da Serra Umã receberam orientação do Inspetor do SPI em Recife, Raimundo Dantas Carneiro, para organizarem os índios “prá dançar o toré, que ele ia mandar um fiscal fiscalizar” (GRÜNEWALD, 1993, p. 46). Os caboclos ao retornarem à Serra Umã passaram a organizar o solicitado. Mas, acreditavam estarem “fracos do toré”. Foram em busca de ajuda com os indígenas Tuxá, “Foram oito os ‘Tuxá que foram ajudar os Atikum’. Entre eles, ‘Roque Tuxá, Mestre Antonio, cabocla Nádia, Adolfo, etc” (GRÜNEWALD, 1993, p. 46). Nesse sentido, os indígenas Tuxá passaram a atuar como professores de Toré nas Serras do Umã, Arapuá e Cacaria. O povo Pankará também afirma ter contribuído com os Atikum no processo de fortalecimento do Toré. E as suas memórias são acionadas para afirmar a ajuda recebida dos índios Tuxá, conforme evidenciado neste estudo.

O acervo documental do Posto Indígena Atikum, disponível em microfilmes, contém novas informações sobre a criação e atuação do posto, suas atividades e os processos de mobilização indígena, observados nos relatórios, ofícios, inventário patrimonial, frequência escolar, abaixo-assinados etc. Predominando registros sobre

seca, escassez de água, com solicitações de verbas para construção de caixas d'água, poços e açudes para armazenagem hídrica e outras construções como prédios, cercas, estradas. Também contém pedidos de verbas para compras de medicamentos, sementes, roupas e alimentos.

Enfatizamos a seleção de alguns documentos para demonstrar as problemáticas vivenciadas no Posto Aticum, como também a influência de um órgão federal instalado na região. Pois, mesmo diante da falta de recursos financeiros e de políticas públicas para as populações indígenas no Nordeste, a presença do SPI representava a garantia de reconhecimento étnico e territorial, como também melhoria na infraestrutura, assistência à saúde e educação. E ainda a produção de alimentos, através da distribuição de sementes e ferramentas agrícolas.

Em telegrama de 1949⁴⁹, o Auxiliar do Sertão solicitou nova data e a relação de autoridades para inauguração do posto. Também pediu urgência para solucionar desordem surgida entre índios na Serra Umã. E, em relatório⁵⁰ produzido por outro servidor do SPI, José Brasileiro da Silva, cerca de um mês após o referido telegrama, citava conflito entre dois irmãos (Livino e Urbano Pinto) descritos como mestiços e não indígenas. Portanto, a instalação do posto não garantiu ordem e diminuição de conflitos. Como também não ocorreu o reconhecimento da condição indígena por parte de representante do SPI, quando descreveu os indígenas como mestiços.

Em texto⁵¹ produzido pelo chefe da IR4, Raimundo Dantas Carneiro, afirmou ser a Serra Umã, lugar habitado pelos descendentes dos Umãs, “tribo que habita naquelas paragens, em tempos imemoriais”. Evidenciou a área da Chapada a 960 metros acima do nível do mar e a fertilidade do solo em toda a área serrana, bastando a ocorrência de chuvas regulares. Citando o clima agradável, enfatizou a localização do posto em um espaço de “um panorama belíssimo. A vista alcança várias serras, como a do Arapuá, Negra, Cacara e Grande”⁵².

Também destacou Aticum como a primeira nomeação do posto, significando a mesma palavra Araticum, sendo os indígenas provavelmente “[...] remanescente das hordas selvagens que vagavam, perseguidos, pelas serras circunvizinhas

⁴⁹ Telegrama emitido em 31/10/1949. MI-RJ; IR04. Posto Governador Estácio Coimbra, caixa 181. Microfilme 0001.

⁵⁰ Relatório 12/1949. MI-RJ; IR04. Posto Governador Estácio Coimbra, caixa 181. Microfilme 0019 e 0020.

⁵¹ Os Umãs (sem datação), MI-RJ; IF04. Posto Padre Nelson, caixa 142. Microfilme 0198 a 0201.

⁵² Id.

principalmente a Serra Negra, onde eram caçados e de que foram sendo empurrados pelos ‘portugueses’, useiros e vezeiros em tais práticas [...]”⁵³.

A esse respeito, os Pankará afirmam a Serra Negra como o tronco velho, local de origem dos antepassados. E, devido a perseguições fugiram para outras áreas serranas, como a Serra do Arapuá, tema evidenciado no próximo capítulo.

Em documento de 1950, está registrado que os autodenominados “caboclos do Baixão Tribo, Serra da Umã⁵⁴”, enviaram um abaixo-assinado ao Chefe da 4ª Inspeção, Dr. Raimundo Dantas Carneiro, informaram a perda total da safra, solicitaram o envio de alimentos (milho, feijão e arroz), remédios e ferramentas agrícolas. Também relataram a falta de recursos e de materiais no posto indígena. Denunciaram a improdutividade das sementes enviadas pelo SPI, sugerindo a compra de sementes em Serra Talhada/PE, consideradas adequadas para o sertão.

Em resposta, o Chefe da IR4/SPI emitiu ofício⁵⁵ para o Diretor do SPI a respeito da grave seca que assolava os indígenas na Serra Umã. Reforçou o pedido de instalação de um açude, “O apelo que os índios fazem, é de menor vulto em relação ao custo do açude, mas, mesmo assim, esta Inspeção vê-se impossibilitada de atendê-los por falta de recursos”. Solicitou também o envio de ferramentas, medicamentos e sementes, com pedido urgente das sementes, devido à época propícia para o plantio e alertou que o atraso provocaria a continuidade dos indígenas na condição de flagelados:

A desagradável consequência da fome, vem os pobres selvícolas suportando, na esperança dos dias que pacientemente aguardavam e que hoje lhes fazem, sem que possam aproveitá-los a fim de redimir-se das privações em que viveram, no amargurado tempo em que o causticante sol nada deixava esperar da fecunda terra, esterilizada pelo demorado estio⁵⁶.

Finalizou o referido ofício com súplicas e pedido de urgência do envio de Cr\$ 5.000,00, para compras de sementes. As sementes foram disponibilizadas para os indígenas, conforme consta em (um) relatório⁵⁷ do Agente do posto, com uma lista de produtos, contendo 500 quilos de feijão mulatinho para semente.

⁵³ Os Umãs (sem datação), MI-RJ; IF04. Posto Padre Nelson, caixa 142. Microfilme 0198 a 0201.

⁵⁴ Abaixo-assinado 23/01/1950. MI-RJ; IR04. Posto Aticum, caixa 143, Microfilme 0083.

⁵⁵ Ofício 04/02/1950. MI-RJ; IR04. Posto Aticum, caixa 143, Microfilme 0085.

⁵⁶ Ofício 15/02/1950. MI-RJ; IR04. Posto Aticum, caixa 143, Microfilme 0087.

⁵⁷ Relatório 31/05/1950. MI-RJ; IR04. Posto Aticum, caixa 143, Microfilme 0089.

Observamos que, no documento acima foram registradas sementes de feijão mulatinho para plantio. O feijão popularmente conhecido como mulatinho ou carioquinha é um tipo de feijão de arranca, diferente do feijão de corda. Enquanto no abaixo-assinado os indígenas reclamaram das sementes enviadas pelo SPI, pedindo aquelas adaptadas ao Sertão, inclusive sugerindo a compra numa cidade no Sertão de Pernambuco.

Em um estudo sobre potenciais genéticos para melhoramento do feijoeiro em Pernambuco foram apresentadas pesquisas sobre cultivos de feijão de arranca e de corda, em regime de plantio de sequeiro, isto é, dependente de chuvas, sem irrigação, nas regiões da Zona da Mata e Sertão. Sendo indicado o feijão de corda como o melhor tipo para plantio na região do Sertão, caracterizada por elevada temperatura (COSTA; LOPES, 1999). Portanto, os indígenas Atikum como sabedores do tipo de feijão mais adaptado a região, provavelmente estavam referindo ao feijão de corda.

Ainda em 1950, o relatório referente ao mês de outubro⁵⁸ evidenciou também a seca e o pedido para solucionar a escassez de água. Destacou a visita de recenseadores na área indígena, contabilizando 163 famílias, totalizando 1.712 Atikum. Também tratou da oferta de ensino no posto, com duas turmas. No período diurno a Auxiliar de Ensino, Olívia Brasileiro da Silva, ministrava aulas para as crianças e no turno noturno, o próprio encarregado pelo posto ministrava aulas para os adultos. Constando também no formulário de frequência⁵⁹ a justificativa de dois turnos devido ao número maior de alunos, menor quantidade de bancas escolares e o tamanho pequeno da sala de aula.

Como contraponto, comparamos as informações acima, com o estudo realizado sobre a atuação do SPI em relação à educação para povos indígenas habitantes no Baixo São Francisco alagoano, os Kariri-Xokó, em Porto Real do Colégio e os Xukuru-Kariri, em Palmeira dos Índios. Nos dois povos existiam turnos distintos nas escolas. No povo Kariri-Xokó foi registrado em relatórios o termo Auxiliar de Ensino, enquanto nos Xukuru-Kariri foi registrada a denominação de professora. Sendo evidenciada

⁵⁸ Relatório 30/10/1050. MI-RJ; IR04. Posto Aticum, caixa 143, Microfilme 0021.

⁵⁹ Frequência Escolar 30/11/1950. MI-RJ; IR04. Posto Aticum, caixa 143, Microfilme 0056.

A relação desses servidores com os indígenas foi traduzida em experiências 'novas' para aquele grupo que reivindicava 'proteção' do Estado, mas ao mesmo tempo procurava proteger a si mesmo do poder que o órgão usava para transformar os indígenas em subservientes da sua tutela. Assim, a instituição assumia um papel 'paternalista', no sentido de se comportar como 'protetora', mas também controladora e coercitiva. (FERREIRA, 2016, p. 102).

A educação nos postos indígenas localizados nos sertões do São Francisco, tinha como objetivo a instrução básica, a submissão e o controle dos indígenas. Também foi evidenciado em relatórios, frequências escolares e outros documentos durante o ano de 1951⁶⁰, a grave seca na região da Serra Umã, surtos de doenças infectocontagiosas, coqueluche e a gripe coreana. Tendo a visita de um sanitarista, uso de medicamentos diversos, com providências na Escola com a instalação de uma torneira de metal e o fornecimento de "canequinha de alumínio para uso individual" para cada indígena Aticum, incluindo a interrupção das aulas pelo agravamento da coqueluche e posterior vacinação.

Uma outra questão aparece em ofício enviado pelo Encarregado do Posto Aticum⁶¹ endereçado à Chefia da IR4/SPI, se defendendo da acusação feita pelo índio Manoel Bezerra de desvio de um caminhão de sementes de feijão e outro de tecidos. Expressou o descontentamento com a calúnia recebida, justificou o recebimento e a distribuição de sementes, como também o destino dos tecidos para a confecção do fardamento escolar pela Auxiliar de Ensino. O Inspetor confirmou as informações prestadas pelo servidor do SPI e solicitou o arquivamento da denúncia.

Outro tema de interesse aparece em resposta ao memorando⁶² expedido pelo Chefe da IR, o Encarregado do Posto Aticum respondeu sobre a solicitação de aquisição de produtos fabricados pelos indígenas com fibras de plantas da Caatinga, como cestas, bolsas, cordas etc. Não consta no documento qual a finalidade de tal aquisição. Aventamos a possibilidade da referida solicitação para demonstração das práticas socioculturais dos Atikum, como evidenciado em um estudo sobre os indígenas Pankará e como os usos dos recursos naturais da Caatinga pelas populações indígenas fazem parte das práticas cotidianas, ritualísticas e socioculturais,

⁶⁰ Ofício n. 09, 19/03/1951. MI-RJ; IR04. Posto Aticum, caixa 143. Microfilme 0207.

⁶¹ Ofício no. 17, 31/08/1951. MI-RJ; IR04. Posto Aticum, caixa 143. Microfilme 0211.

⁶² Relatório 30/03/1951. MI-RJ; IR04. Posto Aticum, caixa 143, Microfilme 0116.

o uso da fibra de Caroá para confecção de vestimentas e adornos que compõe a ritualística indígena, bem como a produção de outros objetos como cestos, esteiras, bolsas, chapéus etc. que fazem parte do universo dos indígenas no Nordeste por meio de práticas cotidianas, econômicas e socioculturais relacionadas aos usos de recursos naturais do Ambiente onde habitam (OLIVEIRA; SILVA, 2015, p. 163).

Enfatizando que as relações entre os seres humanos e a Natureza foram marcadas pela criação de técnicas e produção de conhecimentos para a sobrevivência, alterando o Ambiente, interferindo também na própria forma da existência humana. Portanto, os recursos naturais no Semiárido foram intensamente utilizados a partir do processo colonial resultando em impactos socioambientais (DUARTE, 2005; PÁDUA, 2009).

Também nos anos 1950, chama a atenção o texto do Agente do P.I. Aticum relatando a objeção ao preenchimento de um item constando no Formulário de Relatório⁶³, o “item A – Índios ASSISTIDOS”, devido à existência de habitantes não indígenas sob a jurisdição do posto. Solicitando a visita de um funcionário do SPI para efetuar identificação dos remanescentes indígenas e dos não indígenas, justificando a necessidade da “classificação de quem é ou não é índio, colocando cada um no seu devido lugar”. A documentação apresenta a negação de identidades de indígenas Aticum.

Já nos anos 1960, existem registros de que os “posseiros” continuaram investindo no uso de terras indígenas na Serra do Umã, conforme informado por Nataniel Valgueiro Barros, o Encarregado do Posto Padre Nelson, que:

um civilizado, bem relacionado com parte dos índios desta tribo, mandou pedir ao índio Pedro Damas um quadro de Terra do Patrimônio Indígena [...] [para] plantar feijão de arrancar, prometendo trazer um trator e um arado, dando oportunidade para alguns índios também beneficiarem alguns terrenos com o arado. Respondi que se entendesse com o Sr. Inspetor Francisco Sampaio.⁶⁴

Em 1961 consta nova nomeação do posto localizado na Serra Umã, registrado pelos agentes públicos lotados na IR4/SPI como Posto Indígena Padre

⁶³ Ofício (sem numeração), 12/05/1962. MI-RJ; IR04. Posto Padre Nelson, caixa 142. Microfilme 0203.

⁶⁴ Ofício (sem numeração), 12/05/1962. MI-RJ; IR04. Posto Padre Nelson, caixa 142. Microfilme 0203.

Nelson. A mudança do nome do Posto Indígena Aticum para Padre Nelson⁶⁵ foi em homenagem ao ex-vigário de Águas Belas, considerado amigos dos índios Fulni-ô, o Padre Nelson Carvalho. Segundo o Ofício, foi o Padre que afirmou o direito dos indígenas às terras na Serra Umã, denunciou abusos cometidos por proprietários vizinhos, que invadiam as terras e soltavam animais nas lavouras dos Aticum. Como também pela Prefeitura de Floresta, com cobrança de impostos indevidos, considerando uma espoliação, uma vez que os Aticum eram “os verdadeiros e únicos senhores das terras, por direito de posse e por direito originário⁶⁶”.

Em 1967, merece destaque um relatório⁶⁷ elaborado por Ney Land, membro do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), órgão criado em 1939 e extinto com o SPI em 1967. Consta no documento, denúncias de invasões e cercamentos de terras na Serra Umã por fazendeiros. Sendo atribuído os esbulhos de terras dos Aticum à falta de ação do SPI na delimitação da área indígenas, além da falta de documento com descrição de tamanho da área da doação feita pelo Governo do Estado de Pernambuco à IR4/SPI, corroborando com o ofício destacado acima.

O referido representante do CNPI registrou as secas, a escassez de chuvas e de águas. Evidenciou a existência de riachos, fontes e cacimbas. Caracterizou a flora predominante constituída de vegetação de Caatinga. A fauna nativa destacada correspondente a prática de caça, citando tatus, veados e cobras. Afirmou que os indígenas Aticum praticavam agricultura destinada ao consumo familiar, vendendo o excedente na região, plantando milho, feijão, fava, mandioca, arroz e batata-doce. Produziam com fibras da flora, diversos utensílios, classificados como cestarias. Foi afirmado a não existência de atividade de pecuária por parte dos índios. As habitações eram constituídas de casas de taipas, piso de terra batida, com cobertura de telha canal ou de palha de Ouricuri, com portas e janelas de madeira. Diferentemente das construções realizadas pelo SPI para a moradia de funcionários, escola, depósito, posto de saúde, embora consideradas em algumas situações pelo Encarregado do Posto carentes de espaços e de melhorias.

Afirmou também Ney Land que a população do posto Aticum era totalmente composta de mestiços: “Os caracteres puros dos índios desapareceram em virtude

⁶⁵ Ofício (sem numeração), 12/05/1962. MI-RJ; IR04. Posto Padre Nelson, caixa 142. Microfilme 0203.

⁶⁶ Id.

⁶⁷ Relatório 23/04/1965. MI-RJ; IR04. Posto Padre Nelson, caixa 367, Microfilme 004.

de sucessivos cruzamentos com a população branca e mestiça local⁶⁸. Nesse sentido, os funcionários do SPI possuíam critério de identidade indígena a partir da ideia de pureza racial, sem considerar os processos de territorialização na região.

O uso de terras na Serra Umã por não indígenas continuou sendo registrado. Assim, em 1966, José Antônio dos Santos⁶⁹, identificado como Comissário dos Índios evidenciou a falta de Chefe no Posto Indígena Aticum, causando problemas diversos. E denunciou a autorização feita pela chefia a vários chamados civilizados usarem terras indígenas e as rendas do posto não servirem aos índios, carecendo de tudo. Solicitou o retorno ao posto do Auxiliar de Enfermagem.

Também os indígenas efetuaram denúncias de uso indevido das terras indígenas Aticum. Pois, no mesmo ano (1966) enviaram um abaixo-assinado⁷⁰ acusando o Chefe do Posto Manoel Olímpio Novaes pela liberação de terras desde ano anterior para civilizados plantarem em regime de arrendamento, no sistema de meia. Afirmaram também que metade da produção não seria destinada ao posto e sim ao próprio servidor. Solicitaram a remoção do referido denunciado, indicando para ocupar a vaga o trabalhador rural, Natiel Valgueiro Barros. Aproveitaram também para pedir o retorno do Auxiliar de Enfermagem Antônio José Torres, demonstrando a ativa atuação dos indígenas, protagonistas dos seus interesses e direitos.

Para avaliação da atuação do SPI neste período, contamos também com um Relatório publicado pelo Ministério do Interior em 1967, questionando a ideia do SPI, difundida na sociedade como única forma de proteção aos indígenas, via de integração, convivência e civilização dos indígenas na sociedade, mas objeto de inúmeras denúncias, desde maus tratos aos indígenas a corrupção no órgão. Pelo Relatório Figueiredo, o SPI possuía 130 postos indígenas instalados em todas as regiões do País, exceção nos Estados do Nordeste, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará e Sergipe. E, no Sudeste não existiam postos indígenas no Espírito Santo.

Foi evidenciado no Relatório que a corrupção existiu por mais de 20 anos no SPI, com a abertura de mais de 150 inquéritos sem nenhuma solução efetiva. Inclusive, a documentação com as denúncias foram quase todas destruídas em um incêndio. Os poucos processos administrativos salvos tiveram o mesmo tipo de

⁶⁸ Relatório 23/04/1965. MI-RJ; IR04. Posto Padre Nelson, caixa 367, Microfilme 004.

⁶⁹ Manuscrito 23/04/1966. MI-RJ; IF04. Posto Padre Nelson, caixa 142. Microfilme 0104.

⁷⁰ Abaixo assinado (Protocolo datado 13/06/66), MI-RJ; IF04. Posto Padre Nelson, caixa 142. Microfilme 0192 a 0194.

tratamento, anulação ou arquivamento. Impossibilitando a exata averiguação de todos os crimes cometidos por agentes do SPI contra indígenas. A documentação coligida contém muitos delitos e crimes, sendo considerado pelo Relator que no SPI ocorreu “o maior escândalo administrativo do Brasil” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1967, p. 5).

No período da ditadura civil-militar o SPI foi militarizado, com demissão de antropólogos. Após a constatação de diversos crimes contra o Estado e o Patrimônio Indígena, falta de assistência e proteção nas áreas de saúde e educação, como escassez de servidores especializados, demarcação e legalização das terras indígenas. Também foram evidenciadas acusações à exploração do trabalho indígena, extração de minérios, madeiras e esbulhos das terras indígenas (BARBOSA, 2016). Com inúmeras denúncias sobre funcionários de postos indígenas pertencentes a diversas Inspetorias Regionais.

Em relação à 4^a. Inspetoria Regional constam no Relatório denúncias de três servidores. Contendo várias acusações contra Boarnerges Fagundes de Oliveira: sedução de uma índia, responsável pela tentativa de suicídio de uma funcionária acusada indevidamente, usurpação de dinheiro público, uso indevido e viagens desnecessárias com apropriação de verbas de postos indígenas, acusação de recebimento de cargo comissionário no SPI e não exercício regular da função. Além de respaldar a venda de 10 cabeças de gado pertencentes à 4^a Inspetoria, no Posto Indígena de Palmeira dos Índios (AL), com a renda obtida usada em farras regadas a bebida. O servidor Francisco Sampaio foi acusado de recebimento das verbas dos postos indígenas e de apropriar-se de recursos oriundos de vendas do SPI, que foram depositados em conta própria (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1967).

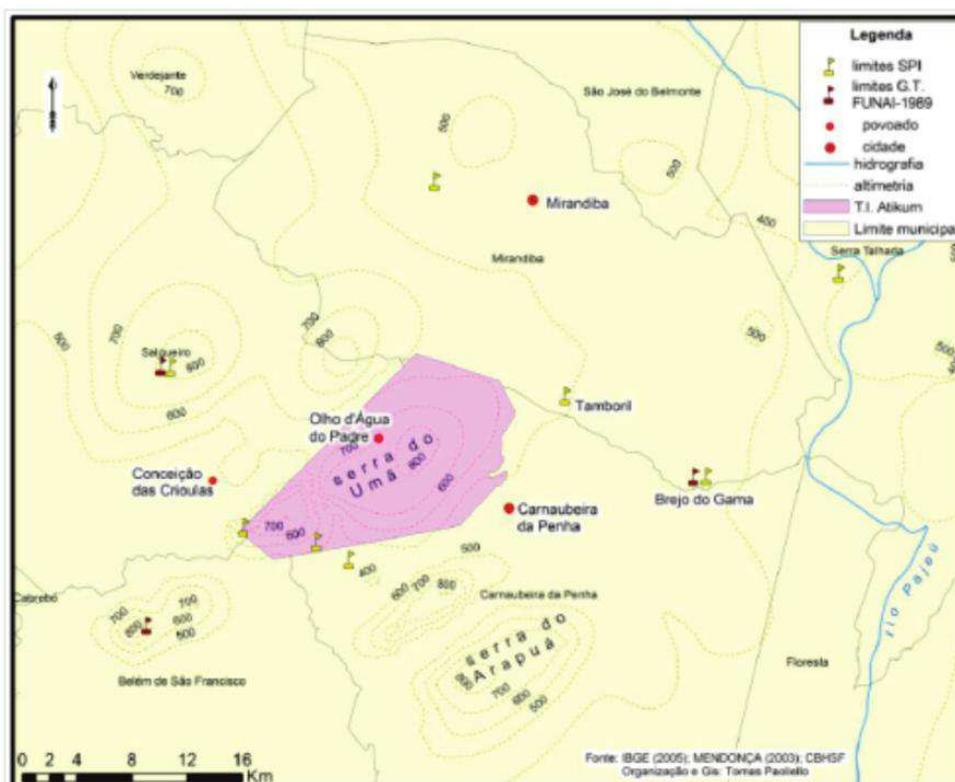
2.6 O SPI e os indígenas Pankará habitantes na Serra do Arapuá/Cacaria

O SPI também deveria ter criado um posto indígena nas Serras do Arapuá e Cacaria, pois essas serras eram habitadas por indígenas, como afirmado pela indígena Atikum, D. Rosalina Maria de Jesus, em entrevista (GRÜNEWALD, 1993). E, os indígenas habitantes nas Serras, Arapuá e da Cacaria foram chamados para dançar o Toré diante do representante do SPI, quando eles foram à Serra Umã conferir a indianidade dos Atikum. Como afirmou o indígena Atikum, Antônio Amanso em entrevista:

Quando o Dr. Tubal Viana veio para receber os índios aqui, ele mandou dançar o Toré (...) nem homem nem mulher sabia dançar o Toré. Aí ele respondeu que não tinha encontrado índio não. Foi quando Pedro Dama mandou ir num burro à Serra Arapué atrás de Joaquim Amanso, pra ele vir com a caboclagem toda. Dr. Tubal já estava de animal celado, porque achava que os índios não vinham, que queria ir embora, quando Joaquim Amanso apitou no apito dele, que era um apito de índio, aí ele entendeu, e disse: - acolá vem índio. Quando chegou, ele já chegou dando a representação dele, uns 48 índios que ele trouxe. Já vinham tudo bem fardadinho, tudo com seu maracá na mão, então ele parou e mandou desarrear os animais que ele já tinha visto tudo, o Dr. Tubal não foi mais embora. (Antônio Amanso *apud* MENDONÇA, 2003, p. 46-47).

A presença indígena na Serra do Arapué e Cacaria foi evidenciada pelo conhecimento e por aspectos da ritualística do Toré, o apito, o fardamento, o maracá etc. Enquanto na Serra Umã havia desconhecimento dos aspectos da indianidade como definida pelo SPI. Para compreender a proximidade entre a Serra Umã, Arapué e Cacaria, destacamos o mapa abaixo.

Figura 10 – Serra Umã e Serra Arapué/Cacaria



Fonte: Oliveira (2014, p. 158).

A partir do reconhecimento dos indígenas Atikum habitantes na Serra Umã, os indígenas na Serra do Arapuá/Cacaria também fizeram denúncias contra os posseiros/fazendeiros, como apresentado no Relatório elaborado pelo antropólogo Hohenthal. Também pelas viagens realizadas por lideranças, a exemplo de Luiz Limeira, pai de atuais lideranças Pankará, o Pajé Pedro Limeira e a Cacica Dorinha.

O indígena Luiz Antonio dos Santos, conhecido como Luiz Limeira, habitante na Serra da Cacaria, escreveu em 1949,⁷¹ uma carta constando a localização na Serra da Cacaria, endereçada ao Encarregado do Posto Indígena Atikum, na Serra Umã. Na carta ele cita a realização de uma viagem a Rodelas (BA), local de habitação do povo indígena Tuxá, onde

[...] conferenciei com o chefe do posto de lá e ele me disse que eu vinhesse aqui com uns Indio e dissesse ao senhor que tomasse as providências com as novidades contra os Indios que ele tem toda autorização mais fica longe para ele vim [...].⁷²

Destacou ainda o recebimento de uma intimação por parte do Delegado da Polícia de Floresta. Motivo de impedimento de comparecimento ao P.I. Atikum, por isso enviou a referida carta. Solicitou do Agente do Posto Atikum um ofício destinado ao Delegado de Floresta, “para os homens conhecerem o que é serviço proteção aos índios que eles estão pensando que não tem valor e nem prestígio [...]”⁷³. Ao final da carta se autodeclarou Índio e assinou o nome completo.

A carta do indígena Luiz Limeira evidencia a sua participação ativa no processo de mobilização dos índios habitantes na Serra do Arapuá, sua inserção no fluxo interétnico com a viagem ao povo Tuxá, na Velha Rodelas (BA), afirmando as relações socioculturais com os Tuxá, expressas pelos Pankará. Como também a busca por reconhecimento étnico perante o Estado brasileiro, representado pelo SPI com a instalação de um posto indígena e interpretado pelos índios como proteção às perseguições praticadas pelos posseiros/fazendeiros.

Em relação às solicitações feitas por Luiz Limeira o chefe da 4ª Inspetoria/SPI, Dr. Raimundo Dantas Carneiro, afirmou que à época da abertura do processo de instalação do Posto Indígena na Serra Umã, o inspetor Sampaio tomou conhecimento da existência de indígenas espalhados pelas Serras do Arapuá e

⁷¹ Luiz Limeira. Carta 29/11/1949. MI-RJ; IR04. Posto Atikum, caixa 143, Microfilme 0001.

⁷² Id.

⁷³ Luiz Limeira. Carta 29/11/1949. MI-RJ; IR04. Posto Atikum, caixa 143, Microfilme 0001.

Cacaria, área adjacente da Serra Umã, recebeu reivindicação para criação de um posto indígena nas referidas serras. Declarou ser impossível o atendimento por falta de recursos financeiros e pelas serras estarem ocupadas também por “moradores civilizados que procuram defender os seus direitos” (*apud* MENDONÇA, 2013, p. 101).

O Chefe da IR4/SPI comunicou ao Encarregado do Posto Indígena Atikum que recebeu na sede do SPI em Recife as visitas dos “índios Luís Limeira e Manuel Cirilo de Sousa”, habitantes na Serra do Arapuá/Cacaria, que denunciaram a invasão de suas terras. Recomendou o Chefe do SPI/IR4 que o Encarregado do Posto Atikum considerasse os indígenas daquelas serras pertencentes à jurisdição do posto, incorporando à área de abrangência do Posto Atikum (MENDONÇA, 2013).

O Chefe da IR4 enviou também um ofício ao Comissário de Polícia de Carnaubeira da Penha, com o seguinte teor:

Com este vos apresento o índio Luiz Antonio dos Santos, morador na Serra da Cacaria, nesse município, que veio a esta Inspetoria, acompanhado de outros índios, pedir providências no sentido de que lhes sejam permitidos utilizar a fonte de água comum existente na dita Serra, que a senhora D. Clarinha impede que os ditos índios utilizem. Tratando-se do mais necessário líquido, para a vida do homem e de tudo que existe sobre a terra, esperamos a vossa boa vontade, no sentido de resolver o assunto, satisfazendo a todos.⁷⁴

Acompanhado de outros indígenas reivindicaram reconhecimento étnico, instalação de posto indígena e proteção ao SPI. Mesmo o SPI reconhecendo a existência de indígenas nas Serras do Arapuá e Cacaria não significava atender as reivindicações dos indígenas Pacarás.

Nas dinâmicas identitárias e relações interétnicas na Serra do Arapuá/Cacaria e áreas adjacentes foram evidenciados por Faure (2017), a origem de uma liderança negra da família Gomes, no município de Mirandiba (PE), limítrofe com Carnaubeira da Penha (PE), “[...] família extensa de pessoas negras cujas origens remontavam a Serra do Arapuá e Serra Umã (hoje áreas indígenas), Conceição das Crioulas (área quilombola) e outras localidades desconhecidas dominadas por donos de fazendas” (FAURE, 2017, p. 109).

⁷⁴ Ofício 25/8/1960. MI-RJ; IR04. Posto Atikum, caixa 143, Microfilme 152.

Também as memórias das comunidades negras em Mirandiba remetem aos chamados caboclos habitantes nas Serras Catolé, Umã, Arapuá e Cacaria, como é evidenciada no relatório de Hohenthal a existência de indígenas na Serra do Catolé, praticando a mesma ritualística dos indígenas Aticum na Serra Umã. Um processo em andamento com a ascensão de novos grupos se autodeclarando indígenas ou quilombolas na mesma região.

O que contraria a afirmativa de Darcy Ribeiro sobre a perda cultural e o consequente desaparecimento dos indígenas no Nordeste, “[...]. Assim viviam os seus últimos dias os remanescentes dos índios não litorâneos do Nordeste que alcançaram o século XX. Estavam quase todos assimilados linguisticamente, mas conservavam alguns costumes tribais” (RIBEIRO, 1982, p. 56).

As afirmações do conhecido antropólogo influenciaram estudos e a visão da população em geral sobre a não existência de indígena puro no Nordeste, sendo denominados remanescentes, perdedores da cultura original, negadas as suas identidades indígenas.

Situação com mudanças nas décadas de 1970 e 1980 marcadas pelo intenso processo de mobilização dos indígenas no Nordeste,

[...] as novas abordagens acadêmicas, provocaram a elaboração de políticas públicas que beneficiaram os índios, resultando na conquista e garantia de direitos sociais específicos aprovados na Constituição Federal de 1988 e atualmente em vigor. Com reconhecimento dos direitos às terras onde habitam os indígenas, a Carta Magna apontou também para a necessidade de um atendimento à saúde e uma educação escolar diferenciadas, a valorização sociocultural e respeito às diferenças étnicas (SILVA, 2017, p. 125).

Dessa forma, os povos indígenas no Nordeste afirmam a presença indígena nesta região a partir de fontes documentais, das memórias e reinterpretação dos aspectos constituidores da identidade étnica, mobilizados pela conquista e a garantia de direitos (SILVA, 2017).

Com este capítulo buscamos discutir as dinâmicas históricas e a constituição de identidades, envolvendo processos de mobilizações indígenas para o reconhecimento perante o SPI, com destaque para o povo indígena Atikum e as investidas dos indígenas habitantes na Serra do Arapuá/Cacaria. E no próximo capítulo serão enfocadas as relações socioambientais dos indígenas Pankará

envolvendo a Serra do Arapuá e áreas adjacentes, através das memórias orais de lideranças ressaltando as histórias de vidas entrelaçadas com a afirmação da presença indígena na Serra do Arapuá e no Serrote dos Campos, numa constituição de identidade a partir das metáforas troncos e pontas de ramas.

3 POVO INDÍGENA PANKARÁ: SERRA DO ARAPUÁ E SERROTE DOS CAMPOS, SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO

Neste capítulo discutiremos o processo de mobilizações para a afirmação da presença indígena e as relações socioambientais na Serra do Arapuá e áreas adjacentes, no Submédio São Franciscano. Portanto, buscamos perceber as apropriações da Natureza pelos Pankará envolta nas sociabilidades, nas expressões da religião, conhecimentos e formas simbólicas estabelecidas por este povo nos ambientes naturais e socioculturais. Bem como, o papel das lideranças no processo de mobilizações a partir das histórias de vidas.

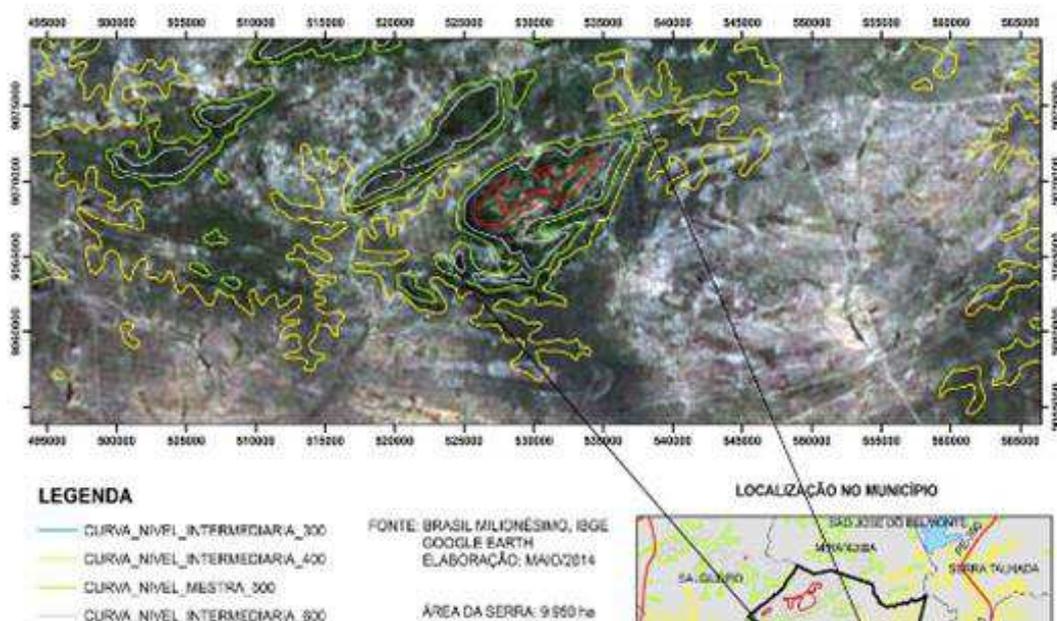
Para tanto, recorreremos às memórias orais dos Pankará na Serra do Arapuá: a Cacica Dorinha, os pajés, Manoelzinho Caxeado, Pedro Limeira e João Miguel. As lideranças, Luciete Lopes e Manoel Gonçalves (Nenem). E a Cacica Lucélia Leal, Pankará Serrote dos Campos, na perspectiva de uma história indígena discutida a partir das interpretações dos conhecimentos sobre a flora, fauna, os sentidos e significados atribuídos ao rio São Francisco e as nomeações dos indígenas para os diversos aspectos da Natureza. Em uma tentativa para evidenciar a história dos Pankará vinculada às relações parentais e ambientais que são importantes na afirmação da identidade étnica dos indígenas.

3.1 Serra do Arapuá: refrigérios e refúgios dos chamados caboclos, tronco Pankará

A Serra do Arapuá faz parte do município de Carnaubeira da Penha, englobando também a Serra Umã, no Sertão de Itaparica, estado de Pernambuco. Segundo o Censo do IBGE 2010, o município de Carnaubeira da Penha foi classificado como de pequeno porte, com uma população de 11.782 pessoas, onde 1.982 habitando a zona urbana e 9.800 na zona rural. Sendo que, 96,61% habitantes da zona rural são indígenas, equivalente a 9.468 pessoas. A população total do município é composta por 80,35% de indígenas Atikum (Serra Umã) e Pankará (Serra do Arapuá), portanto, um município predominantemente indígena. Em relação à renda, 55% da população possuía renda mensal per capita de até ½ salário mínimo, com baixo índice de Desenvolvimento Humano/IDH de 0,537 e mais de 50% da população sendo beneficiária no Programa Bolsa Família (ANDRADE,

2010; SIGAS-PE, 2013). Abaixo apresentamos Carnaubeira da Penha e a Serra do Arapuá, área do nosso estudo:

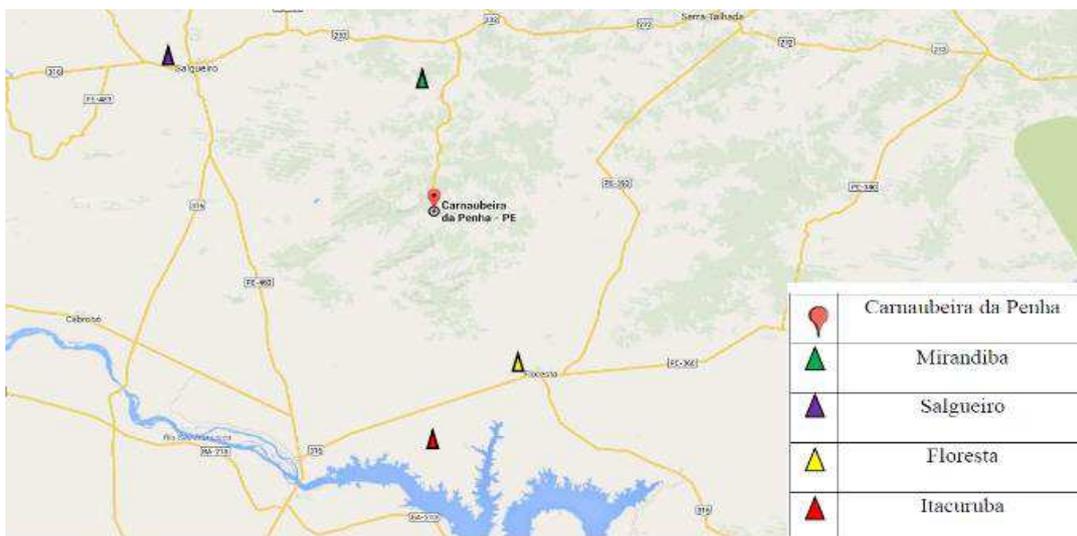
Figura 11 – Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha (PE)



Fonte: Oliveira (2014, p. 36).

O Município de Carnaubeira da Penha compõe a bacia do Rio Pajeú, limitando-se ao Norte com Mirandiba, ao Noroeste com Salgueiro, ao Sul com Itacuruba e a Sudoeste com Floresta (Figura12). As fontes documentais relativas aos séculos XVIII e XIX registraram que Carnaubeira é o antigo Sítio da Penha, local onde existiu um aldeamento indígena Uman. Ressalta-se o século XIX quando o Presidente da Câmara Municipal de Floresta expediu documento para o Presidente da Província de Pernambuco solicitando a extinção do referido aldeamento, e no texto foi confirmado que o Rei de Portugal havia doado duas léguas de terras englobando o Sítio da Penha e a Serra Umã para aldear os indígenas Uman. Mas, os indígenas haviam desaparecido completamente e pessoas sem títulos de terras, ocupavam a área. E, por isso solicitava a transferência da referida área territorial para a Câmara Municipal (MENDONÇA, 2013). Comprovando o esbulho das terras indígenas por representantes do poder local e reconhecendo a presença Indígena na região.

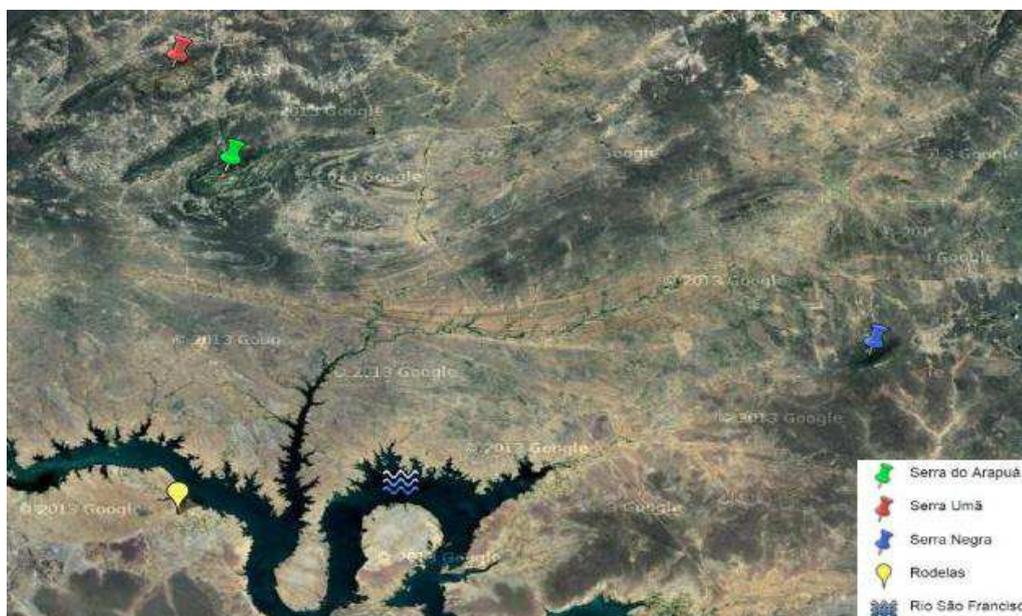
Figura 12 – Limites geográficos de Carnaubeira da Penha (PE)



Fonte: Mendonça (2013, p. 24).

A nossa pesquisa abrange a região limítrofe com o Município de Carnaubeira da Penha, especialmente as serras Umã e Arapuá, a área de Itaparica e Rodelas, conforme o mapa na Figura 13.

Figura 13 – Serras do Arapuá, Umã e Negra (PE); Rio São Francisco e Rodelas (BA)



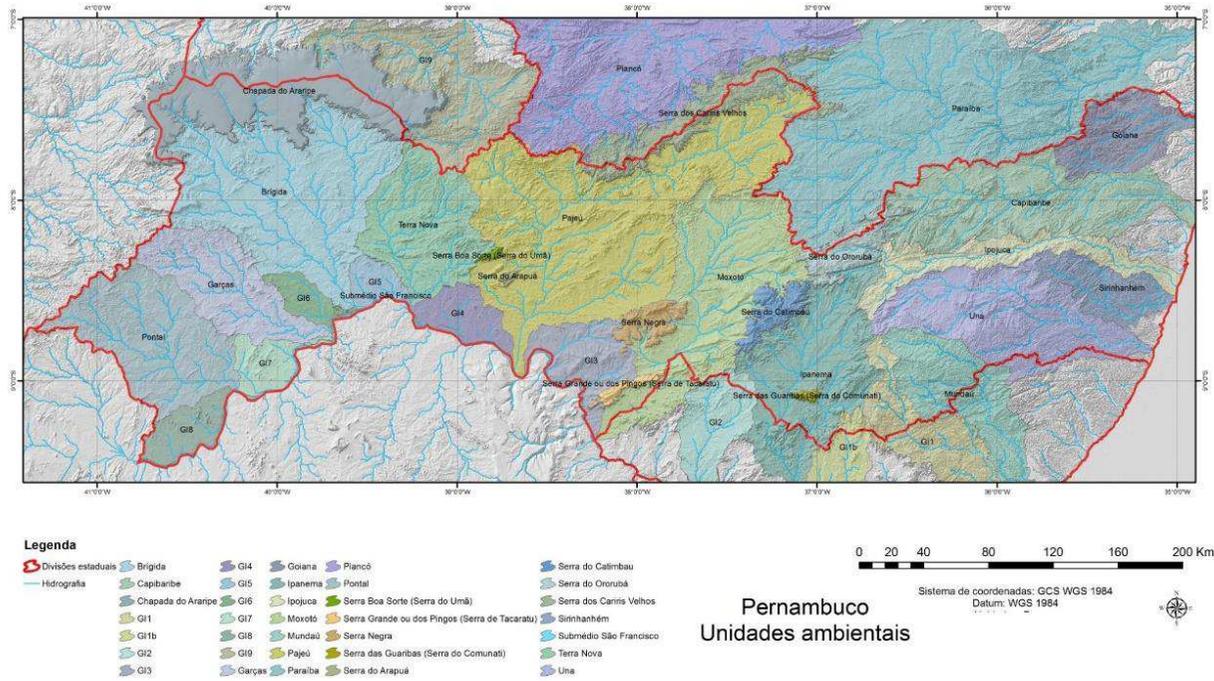
Fonte: Mendonça (2013, p. 24).

As Figuras 12 e 13 apresentadas evidenciam as conexões e aproximações espaciais entre as serras, os municípios de Carnaubeira da Penha e Itacuruba, em Pernambuco, o Rio São Francisco e Rodelas no lado baiano, áreas que historicamente são relacionadas com os grupos indígenas habitantes no sertão de

Rodelas e de Itaparica, registrado em fontes documentais e nas memórias orais dos atuais indígenas da região de abrangência deste estudo.

A Serra do Arapuá é considerada área de refrigério pelos Pankará, cujo significado é o mesmo que frescura do vento, sensação produzida pelos ventos frios. A expressão refrigério é pensada também como um local de fuga do clima bastante seco no entorno. No Semiárido pernambucano, esses locais situados em topos de serras e abundantes em água, nas épocas de secas ou estiagens prolongadas foram invadidos por curraleiros com gados, provocando perseguições, conflitos, violências contra os indígenas, habitantes nesses espaços, considerados ilhas verdes em áreas de caatingas (OLIVEIRA, 2014). Mostra-se na Figura 14 a Serra do Arapuá compondo as unidades ambientais de Pernambuco, com base em estudo que considerou a divisão do atual território de Pernambuco “em unidades ambientais: serras e bacias hidrográficas mais importantes” (MEDEIROS; MUTZENBERG, 2013, p. 8).

Figura 14 – Unidades ambientais em Pernambuco



Fonte: Medeiros; Mutzenberg (2013, p. 8).

A Serra do Arapuá é o Território Pankará, habitado por mais de 5.000 indígenas em 53 locais que denominam aldeias, numa área de Brejo de Altitude. Essas áreas são categorizadas por possuir clima mais ameno, formado por massas de ar úmidas expostas, com relevo em altitude, resultando na distribuição de temperatura e umidade no ambiente. Com índices pluviométricos anuais entre 900 e 1.300 mm, resultando em chuvas de relevo (orográficas), através das transformações de massas de ar úmidas, formadas pelos ventos úmidos barrados por ventos no relevo de altitude, lado da serra denominado de barlavento. Processo que favorece a elevação, condensação e precipitação de nuvens, ocorrendo índices pluviométricos superiores aos ocorridos nos restantes das áreas do Bioma Caatinga (BAPTISTA, 2005; OLIVEIRA, 2014). Abaixo uma paisagem na Serra do Arapuá.

Figura 15 – Paisagem na Serra do Arapuá

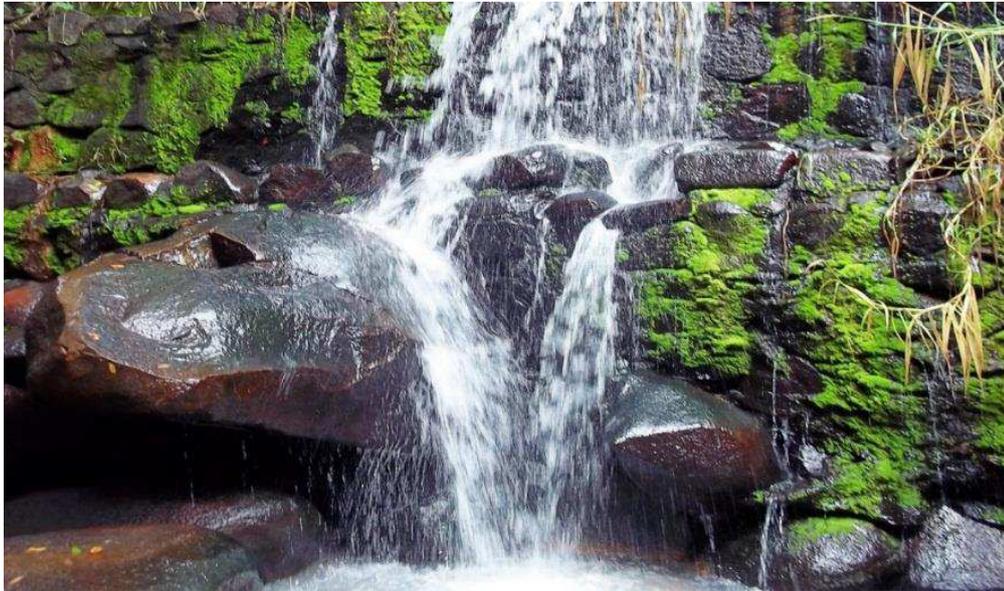


Fonte: Oliveira (2019).

Por essas razões, a Serra do Arapuá é um local de cobiça e disputas, pois nas áreas nominadas pelos Pankará como Agreste e Chapada existem “86 nascentes e reservatórios de águas naturais [...] Para uma região no Semiárido nordestino, isso representa uma fonte de poder significativa” (MENDONÇA, 2013, p. 179). E, um importante sistema de drenagem formando vários riachos, como o Riacho Panela D’água, contributo de riachos, tributários de outros riachos e do Rio

Pajeú, todos de uma forma ou de outra desaguando no Rio São Francisco (BULCÃO, 2010). Nas figuras seguintes, destacamos imagens fotográficas de cachoeira, riachos e nascente de água.

Figura 16 – Cachoeira na Aldeia Laje



Fonte: Souza (2011, p. 34).

Figura 17 – Riachos na Serra do Arapuá





Fonte: Oliveira (2019).

Figura 18 – Nascente de água permanente na Aldeia Tatajuba





Fonte: Oliveira (2019).

Os Brejos de Altitudes em Pernambuco são considerados refúgios ecológicos nas paisagens semiáridas, especificamente nas áreas de relevo com altitude favorecida por uma diversidade de recursos naturais. Também são enclaves de terrenos úmidos, possuindo muitas nascentes e armazenagem de águas no subsolo, florestas com árvores de grande porte, onde ocorre a atividade ilegal de extração de madeiras. São locais que abrigam animais nativos, como onças, veados e macacos, resultando em áreas de práticas de caças ilegais de animais silvestres em processo de extinção. Solos com maior fertilização, favorecendo maior produção agrícola. Também são classificados como oásis nas áreas secas do semiárido (MACIEL, 2009; PROENÇA, 2013).

As zonas de áreas de brejos com ambientes úmidos, foram e são locais de intensa exploração humana, resultando na alteração de ecossistemas, com grande atividade agropastoril, de caça predatória e extração de matas nativas. Dessa forma, a produção de estudos e ações socioambientais são extremamente relevantes para a preservação dos Ambientes de Brejos de Altitudes no Semiárido brasileiro. A região do sertão do São Francisco denominada de Sertão de Itaparica, abriga várias

áreas de brejos de altitudes, como é o caso da Serra Negra e abrange uma grande área formada por um complexo de serras, como a Serra Umã e a Serra do Arapuá.

A Serra Negra localiza-se entre os atuais municípios de Inajá, Tacaratu e Floresta, em Pernambuco. É atribuída aos antigos indígenas Pipipã a nomeação da Serra. Vasconcelos Sobrinho e Dárdano de Andade Lima, professores da Universidade Federal Rural de Pernambuco, referências em pesquisas sobre Ecologia e Botânica, afirmaram a importância da preservação da Serra Negra, por ser uma das principais áreas de brejos de altitude no estado de Pernambuco, requisitando ao Governo Federal a criação de uma área de preservação, uma reserva ecológica. Sendo declarada através de Decreto Federal (1950) uma Floresta Protetora da União. E em 1982 foi transformada em área protegida, tornando-se a primeira Reserva Biológica Federal (REBIO) (OLIVEIRA, 2014).

A altitude da Serra Negra varia entre 900 e 1.000 metros, considerada um dos pontos mais elevados de Pernambuco. O platô com aproximadamente 900 metros de largura e mais de 3.100 metros de comprimento. Com precipitações pluviométricas de mais de 1000 mm, em média anual. Enquanto nas áreas da região de depressão do rio São Francisco, com média de 340 mm, as precipitações pluviométricas são menores, segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Área sagrada para os indígenas Kambiwá e Pipipã que realizam rituais nas matas da Serra Negra (ICMBIO, 2012).

O Território Indígena Kambiwá com 31.495 ha foi homologado em 1998. Em um estudo a partir das memórias orais deste povo foram evidenciadas as áreas de antigas habitações dos antepassados indígenas englobando os rios Moxotó e São Francisco. Região nos arredores da Serra Negra, considerado local referência de refúgio de indígenas. Afirmando também as relações ritualísticas e parentais, com os indígenas Pipipã e o povo Pankará na Serra do Arapuá (ANDRADE, 2014).

Os indígenas Pipipã participam das mobilizações para o reconhecimento étnico desde 1998. O processo demarcatório foi iniciado em 2005 e reafirmado em 2017 pela FUNAI, com a identificação e delimitação da área acima de 63 mil hectares, compondo o Território Pipipã na região da Serra Negra, no município de Floresta, Sertão de Itaparica, no estado de Pernambuco. Atualmente os problemas vivenciados pelos Pipipã são: sem a finalização do processo de demarcação e desintrusão, envolvendo o reconhecimento de áreas na Serra Negra, parte da RESBIO, considerada Unidade de Conservação Federal, a Legislação impede o

acesso dos indígenas a locais de antiga habitação, aldeamentos e de refúgio desde o século XVII (GONÇALVES *et al.*, 2018).

Os Pipipã afirmam a existência na Serra Negra de diversos locais sagrados, bem como a disponibilidade de recursos naturais que eram e são importantes na terapêutica e na ritualística Pipipã. Mas, são impedidos aos acessos pelos agentes públicos da RESBIO, provocando diversos conflitos. Além disso, foram afetados pela Transposição do Rio São Francisco a partir de 2007, com a divisão da terra, através da construção do canal do Eixo Leste, com vários impactos socioambientais (GONÇALVES *et al.*, 2018; LEO NETO, 2015).

Os Pankará afirmam a ancestralidade na Serra Negra, que consideram como o local de origem das famílias indígenas habitantes na Serra do Arapuá e áreas adjacentes, metaforicamente o tronco velho.

3.2 Serrote dos Campos: pontas de rama Pankará

O povo Pankará Serrote dos Campos foi contabilizado em 95 famílias habitantes na área reivindicada no Serrote dos Campos, zona rural da Nova Itacuruba (PE), parte da microrregião de Itaparica, com clima semiárido, vegetação predominante de caatinga hiperxerófila. Município que segundo o Censo de 2010 (IBGE) contava com uma população de 4.369 pessoas, com Índice de Desenvolvimento Humano de 0,595, renda per capita mensal estimada em 45% recebendo até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 13% da população ocupada obtendo salário médio até 1,8 salário mínimo. Em 2006 o Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (CREMEPE) apontou “Itacuruba como a cidade brasileira que mais se utilizava de antidepressivos, detendo ainda o maior índice de suicídios, estando esses índices bem acima da média mundial”. A provável causa dos problemas relacionados à saúde mental da população seria o deslocamento compulsório, e as “perdas das terras férteis e de referenciais simbólicos” com a saída da Velha Itacuruba (SILVA, 2019, p. 36, 37).

Os indígenas Pankará Serrote dos Campos consideram e são reconhecidos pelos Pankará Serra do Arapuá como pontas de ramas. Pois, desciam a Serra do Arapuá em épocas de seca para praticarem agricultura de vazantes, trabalhando no mesmo sistema existente na Serra, diaristas ou pagando arrendamento de terras de posseiros na Velha Itacuruba. E algumas dessas famílias, nas décadas de 1960 a

1980, estabeleceram moradias em Itacuruba e com a construção da Barragem de Itaparica foram realocadas para a Nova Itacuruba e para Projetos de Irrigação, principalmente em Orocó e Santa Maria da Boa Vista/PE.

3.3 Afirmação da presença indígena: memórias orais Pankará

As histórias de vidas em destaque são relatos a partir das memórias orais das principais lideranças, partícipes no processo de mobilizações para afirmação da presença indígena na Serra do Arapuá e adjacências, as dinâmicas de construção da identidade étnica dos Pankará imbricadas nos ambientes que habitam, nas relações interculturais, com o Rio São Francisco, imprescindíveis nas redes e fluxos socioambientais. Foram entrevistados indígenas habitantes na Serra do Arapuá/Cacaria: o Pajé Pedro Limeira, a Cacica Dorinha, o Pajé João Miguel, as lideranças Nenem Pankará, Luciete Pankará e o Pajé Manoelzinho Caxeado. E a Cacica Lucélia, liderança do povo Pankará Serrote dos Campos (Nova Itacuruba/PE).

As histórias de vidas foram registradas conforme metodologia da História Oral, compreendendo que as memórias são abundantes de subjetividades e de representações formuladas a partir das vivências expressas pela compreensão do passado (ALBERTI, 2004). Assim, o passado emergindo no presente, “misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência” (BOSI, 1994, p. 9). Portanto, as histórias de vidas dos Pankará são concebidas como fontes a partir das memórias orais dos indígenas selecionados.

Buscamos compreender os relatos de vida refletindo sobre os acontecimentos, acionados para compor a história do/a entrevistado/a, “considerada como história em relação ao espaço social no qual se realizam não é em si mesma um fim” (BOURDIEU, 2006, p. 189). Portanto, as trajetórias de vida compõem aspectos da individualidade, construção social e biológica. Então, tentamos compreender as narrativas das vidas dos Pankará como afirmação da identidade na Serra do Arapuá, imbricadas nos processos mobilizadores para o reconhecimento étnico, garantias de direitos e, sobretudo, o acesso à terra.

3.3.1 Pajé Pedro Limeira

Figura 19 – Pajé Pedro Limeira

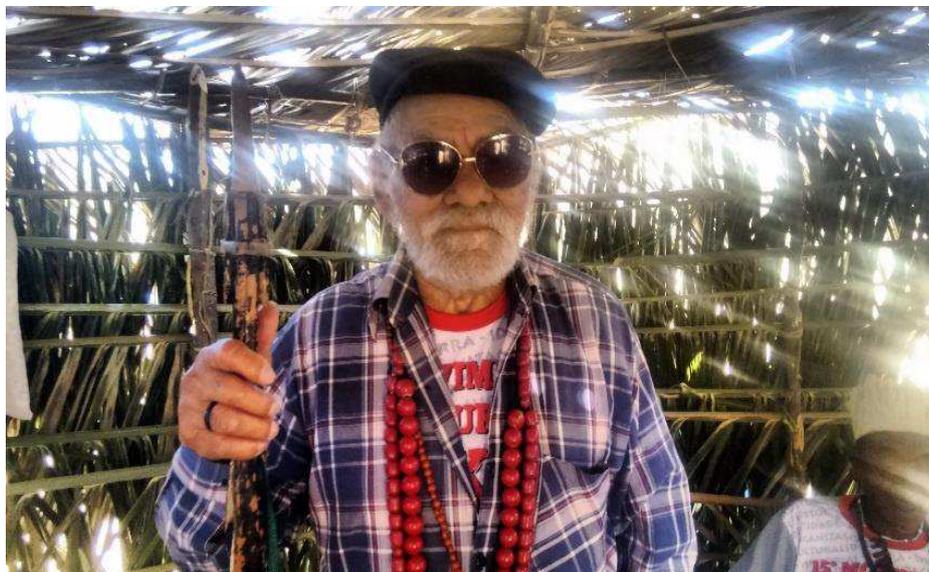


Foto: Oliveira (2019).

O indígena Pedro Luiz dos Santos, conhecido como Pedro Limeira é Pajé Pankará, nasceu em 1930. No relato enfatizou ser filho de Luiz Antônio dos Santos, “o índio mais perseguido pelos brancos”. O pai era conhecido como Luiz Limeira e era Pajé. O avô, o pai e o entrevistado não estudaram, devido à época em idade escolar não existirem escolas nas aldeias, por isso o entrevistado foi enfático na importância das mobilizações dos Pankará pela educação específica e diferenciada: “o povo mais velho não tinha estudo, para aprender alguma coisa tinha que passar uns dias nas matas, voltava e contava ou fazia as coisas.”⁷⁵

O entrevistado afirmou que “a família é toda ‘braiada’,⁷⁶ é de muita gente”. Descreveu o processo na família para conhecimento sobre a ritualística fundamental para a afirmação étnica,

Meu avô foi o primeiro que descobriu os indígenas através dos ‘Encantos de Luz’, espalhando pelo mundo. Depois foi papai, agora eu já ensinei aos filhos a trabalhar também, podem ir para as matas que já aprenderam comigo as coisas diferentes. O conhecimento da

⁷⁵ Pedro Luiz dos Santos. Liderança Pankará, conhecido como Pajé Pedro Limeira. Entrevista realizada em 25/05/2019, na Aldeia Saquinho, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha (PE).

⁷⁶ Para os indígenas Pankará a palavra “braiado” significa mistura interétnica.

‘Ciência do Índio’ tem que ser oculto. A ciência só é para indígena e tem que ter coragem, sem isso não fala com os ‘Encantos’.⁷⁷

Como evidenciado no capítulo anterior, Luiz Limeira, pai de Pedro Limeira e avô da Cacica Dorinha, foi uma importante liderança e em parceria com as lideranças, Joaquim Amanso, Antônio Rosa, Chico Amanso, Maria Grande, Joaquina, Idelfonso Rosa, João Valentin, Olímpio Barbosa, Manoel Macário, Horácio Rosa, Manoel Miguel e Amélia Caxeado, fundamentais para os processos de mobilizações na Serra da Cacaria⁷⁸/Serra do Arapuá e na Serra Umã, na década de 1940. Sendo que o ritual era realizado à noite e às escondidas, onde o “chefe ia à frente com apito para avisar quando via os brancos, apitava e o restante escondia nas matas, aqui na Serra da Cacaria, Serra do Arapuá ou indo para a Serra Umã, iam ou vinham, transitava entre as Serras para os rituais”.⁷⁹

O entrevistado afirmou que seu pai, o Pajé Luiz Limeira, morou a maior parte da vida na Serra Cacaria/Serra do Arapuá, mas “com as perseguições foi morar na Bahia com alguns parentes. Pedro Limeira e alguns irmãos permaneceram na Cacaria.

Maria Emília, filha do Pajé Pedro Limeira e neta de Luiz Limeira, informou as origens do avô Luiz Limeira, “Paizinho” – nomeação para o avô por todos(as) netos(as), “veio desse lado de Rodelas, muito pequeno. Casou-se aqui na Cacaria com Mãezinha (Luzia). A avó, Luzia, era da Cacaria, membro do “povo da Ladeira”. E destacou que o avô, Luiz Limeira, sempre manteve contato com os “caboclos de Rodelas, Jatinã, mas considerava e era considerado índio da Cacaria”.⁸⁰

O Pajé Pedro Limeira casou-se com a indígena Emília Olindina dos Santos, conhecida por D. Emília. Os filhos nasceram e foram criados na Cacaria, “local de tradição”, onde sempre dançaram o Toré no Terreiro Sagrado da Cacaria. D. Emília fez parte do projeto *Mulheres indígenas da tradição*,⁸¹ que registrou narrativas de indígenas, com domínio nos saberes e fazeres, reconhecidas pela comunidade

⁷⁷ Pedro Luiz dos Santos. Liderança Pankará, conhecido como Pajé Pedro Limeira. Entrevista realizada em 25/05/2019, na Aldeia Saquinho, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha (PE).

⁷⁸ A Serra da Cacaria também faz parte do complexo da Serra do Arapuá.

⁷⁹ Pedro Luiz dos Santos. Liderança Pankará, conhecido como Pajé Pedro Limeira. Entrevista realizada em 25/05/2019, na Aldeia Saquinho, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha (PE).

⁸⁰ Maria Emília dos Santos e Silva. Liderança Pankará. Entrevista realizada em 13/12/2019, na cidade de Petrolina (PE).

⁸¹ O projeto financiado pela Secretaria de Cultura de Pernambuco através do Funcultura, realizado no período de 2013 a 2015, resultando em uma publicação com as trajetórias de “guerreiras indígenas”, no formato de livro fotográfico (MENDONÇA *et al.*, 2019).

como constituidoras de valorosas contribuições em áreas diversas do povo que representam. Foi descrito que D. Emília nasceu na aldeia Roçado, no pé da Serra Cacaria, área da Serra do Arapuá. Os pais eram da Serra do Arapuá, chamavam Olindina Maria de Souza e Olímpio Barbosa de Souza. Desde a tenra infância aprendeu afazeres domésticos, praticando a agricultura e participando de rituais em vários terreiros existentes na Serra. Num desses rituais conheceu o esposo, o Pajé Pedro Limeira. Aos 16 anos se casou, em 1949, da união resultaram “doze filhos, todos nascidos na Serra do Arapuá, alguns com ajuda das parteiras, outros sozinha. São dez homens e duas mulheres, sendo a filha Maria das Dores [conhecida como Dorinha], nossa cacica” (MENDONÇA *et al.*, 2019, p. 51).

Enfatizado pela filha de Dona Emília, com o mesmo nome da mãe, Emília: “todos os irmãos nasceram na Serra da Cacaria”. Destacando também, “há um equívoco em englobar a Serra da Cacaria e a Serra do Arapuá como se fossem uma única Serra, são serras irmãs: foram e são territórios de ocupação tradicional, mas distintas”. Afirmou que os povos das duas serras participaram do “processo de luta e resistência dos Pankará”, mas o povo indígena habitante na Serra da Cacaria busca “evidenciar a distinção da tradição, da história, da geografia e da cultura Pankará na Serra da Cacaria”⁸².

D. Emília contou viverem de plantios. Da planta Caroá fabricam cordas e confeccionam vassouras – provavelmente de palhas da palmeira carnaúba, conhecida pelos Pankará como Catolezeiro. Enfatizou que muitas vezes ficou sozinha cuidando dos filhos durante os períodos de secas, pois o esposo precisava sair em busca de trabalho nas margens do Rio São Francisco ou em lugares mais distantes.

Em concordância com a narrativa de D. Emília, o Pajé Pedro Limeira relatou que em épocas de grandes secas era obrigado a ir trabalhar em São Paulo. Onde ficava entre quatro e cinco meses, a esposa sozinha cuidava dos filhos. Descreveu que trabalhou em várias empresas em São Paulo, como a Volkswagen, a Mercedes e a Fabbrini, na fabricação de molas. Ou descia a Serra e plantava cebola às margens do Rio São Francisco, na condição de meeiro, mas só quem ganhava eram os donos das terras. Desistiu de trabalhar em terras dos outros e resolveu plantar somente nas suas terras, na Cacaria. Destacou que em períodos de chuvas planta

⁸² Maria Emília dos Santos e Silva. Liderança Pankará. Entrevista realizada em 13/12/2019, na cidade de Petrolina (PE).

feijão de corda, batata doce, mandioca e milho. Ressaltando que “o nome indígena do feijão de corda é Caibora e o milho é Atí, na língua do Velho Ajucá”.⁸³

As relações parentais são originárias na Serra Negra, as “raízes” da família do Pajé Pedro Limeira são da Serra Negra e da Serra Umã, a bisavô era da família de “Chico Lata”. Afirmou que a Serra Negra é dele: “eu tinha as frases que veio da Serra Negra para a fazendinha, na Barra do Tarrachil. A Serra Negra é indígena, é nossa. A família da minha esposa, Emília, também tem a raiz na Serra Negra”.⁸⁴ Reafirmou sobre a origem da família Limeira, além da Serra Negra, a Barra do Tarrachil, distrito de Chorrochó/BA, localizada às margens do Rio São Francisco, inundada pela Barragem de Itaparica defronte à cidade pernambucana de Belém do São Francisco. Sendo criada uma Sede do Distrito no referido município, a Nova Barra do Tarrachil. A esse respeito foi afirmado por Maria Emília Pankará, filha do Pajé Pedro Limeira: “atualmente tem várias pessoas originárias da família Limeira morando na Barra do Tarrachil. Não pelo fato de serem de lá, mas pela necessidade de trabalho como também por terem sido expulsos da Serra da Cacara”.⁸⁵

A história sobre a ciência do índio foi explicitada por Pedro Limeira que é da segunda geração, pois antes teve os primeiros índios, os Encantos de Luz conhecedores da ciência, exercendo diversas funções,

Eram médicos, eram padres, eram essas coisas todas, [...]. Mas, a ciência que os primeiros índios têm, eu tenho também. A sabedoria de reinados, de encantados, matas preservadas que são as matas virgens. Os Encantados de Luz, os primeiros índios, eles convivem dentro das matas, porque lá é onde é a força encantada, que eu adquiri a ciência e sabedoria. As matas são onde ficam os reinados. Mas, não é toda a mata que fica os reinados, têm os locais garantidos, a gente pode trabalhar tranquilo, onde tem réstia. Então, nas matas lá, eu me sento lá nas matas e tô garantido, dentro das matas eu só vejo as réstias e o grilo cantar. Lá é onde adquiri a sabedoria e tudo que existe na face da terra eu conheço. Os ‘encantados’ vêm nos rituais (Pajé Pedro Limeira *apud* OLIVEIRA, 2014, p. 94).

Na cosmologia dos indígenas no Nordeste é fundante a ritualística do Toré e o complexo da Jurema. Afirmou o Pajé Pedro Limeira que a Jurema é usada para

⁸³ Pedro Luiz dos Santos. Liderança Pankará, conhecido como Pajé Pedro Limeira. Entrevista realizada em 25 maio 2019, na Aldeia Saquinho, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha (PE).

⁸⁴ Id.

⁸⁵ Maria Emília dos Santos e Silva. Liderança Pankará. Entrevista realizada em 13/12/2019, na cidade de Petrolina (PE).

cura, faz limpeza e fortalece o corpo. Contudo, para funcionar é necessário o ritual, cantar o toante. Além de evidenciar as intrínsecas relações dos indígenas com o Ambiente, a Serra da Cacaria e do Arapuá. Explicitou ainda que a função de Pajé não é por indicação, é escolhido pela Natureza. Nascendo diferente, a aprendizagem ocorre pelos “Encantados”, nas matas. Destacou que não sabe ler e escrever como os irmãos, mas diferentemente é o único dos irmãos possuidor da sabedoria, da “ciência do índio”. Finalizou a entrevista cantando o toante que cantam para fortalecer o ritual da Jurema:

Essa ciência é minha,
eu não dou ela a ninguém.
Essa ciência é minha,
eu não dou ela a ninguém.
Só dou a mãe Jurema
quando ela vem,
Só dou a mãe Jurema
quando ela vem.
Reina, rá, na ré,
reina, rá na ré (PEDRO DOS SANTOS, 2019).

3.3.2 Cacica Dorinha Pankará

Figura 20 – Cacica Dorinha Pankará



Foto: Gomes, 2017.

A cacica Dorinha, Maria das Dores dos Santos, nasceu em junho de 1964 na Serra da Cacaria, sendo neta de Luiz Limeira. Filha do Pajé Pedro Limeira e de

Emília Olindina dos Santos, conhecida como Dona Emília. E em companhia também dos 11 irmãos, viveu a infância e adolescência na Aldeia Cacaria, localizada na Serra da Cacaria/Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha/PE. Ressaltou na entrevista: “sempre vivi sob a orientação e no acompanhamento dos rituais praticados pela minha família, sempre estive em contato com as tradições religiosas indígenas”. Afirmou que a família sempre sobreviveu das práticas agrícolas e de artesanato produzidos pelos pais.⁸⁶

A Cacica é a representante política do seu povo. A quem a liderança Neném Pankará atribuiu qualidades e admiração, afirmando que “é uma cacique que os índios consideram destemida, uma guerreira de muita coragem, que não tem medo de nada”.⁸⁷

Em um estudo sobre a Cacica Dorinha foi destacado que o pai era pobre e criou os filhos na roça. A infância foi muito saudável, dedicada ao trabalho e às brincadeiras infantis, com bonecas feitas de barro e milho verde. Ao nascerem eram batizados no ritual da Jurema. E desde criança tinha acentuada sensibilidade espiritual e sempre gostou de participar do Toré com o pai (NOVAES, 2010). Sobre a educação iniciou os estudos na Aldeia, com poucas oportunidades, pois precisava ajudar nos afazeres domésticos, na agricultura, na criação de animais e na educação dos irmãos mais novos. Mas, mesmo sem a conclusão do então 2º Grau exerceu por alguns anos a função de professora na escola da aldeia. E aos 23 anos de idade casou-se com Heraldo Adalberto da Silva, tiveram quatro filhos: Angelina, Marcondes, Mauricélio e Lidiane. Considerando os filhos “o maior presente que recebeu na vida⁸⁸”.

Diante da necessidade de melhores condições de vida para os filhos, principalmente na área de educação, foi residir na cidade. E em Floresta/PE, priorizou a educação para toda a família, matriculou os filhos, o esposo e decidiu continuar os estudos. Morou um tempo na casa do sogro. Para a sobrevivência da família, foi prestar serviços domésticos na casa de uma vizinha e o esposo trabalhava como pedreiro, conseguindo manter os cuidados básicos dos filhos. Dorinha destacou que conseguiu concluir o antigo 2º Grau, atual Ensino Médio.

⁸⁶ Maria das Dores dos Santos é Cacica Pankará. Entrevista realizada em 25 maio 2019, na Aldeia Saquinho, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha, PE.

⁸⁷ Manoel Gonçalves da Silva (Neném). Liderança do povo Pankará Serra do Arapuá. Entrevista realizada em Petrolina, PE, em 22 abr. 2019.

⁸⁸ Id.

Decidiu fazer o Curso Técnico de Auxiliar de Enfermagem, antes de concluir o referido curso, estagiou voluntariamente na Clínica de Saúde Santa Isabel, serviço médico-hospitalar particular localizado na cidade de Floresta.

Após a conclusão do curso, começou a exercer a função remunerada nesta instituição de saúde. Também prestou concurso público, sendo aprovada. Tornou-se funcionária pública e atua como Técnica em Enfermagem no Hospital Municipal de Petrolândia/PE, cidade circunvizinha. Portanto, a Cacica através de estudos habilitou-se como técnica, profissional na área de saúde e servidora pública. Trajetória bem diferente do pai e avô, como afirmou o Pajé Pedro Limeira, que não tiveram oportunidades de estudos.

Sobre a participação no processo de mobilizações dos Pankará, a Cacica Dorinha afirmou que em 1998 começou a participar das mobilizações em defesa do seu povo,

A partir de então, eu, junto com as lideranças de meu povo alcançamos muitas conquistas, após enfrentamentos de vários desafios. Considero como um dos maiores desafios enfrentados na minha caminhada, enquanto líder do meu povo foi à luta pelo reconhecimento do povo, logo em seguida, a conquista pela Saúde e por uma educação específica, que atendessem as necessidades do meu povo. Atualmente um dos maiores desafios ainda é a demarcação do território, ainda em processo de delimitação. Considero como as maiores dificuldades na minha atuação, como líder do povo, o enfrentamento das constantes ameaças, perseguição e discriminação por parte dos políticos e posseiros que habitam o território da Serra do Arapuá. Mesmo assim, seguirei firme em defesa dos direitos do meu povo.

A década de 1990 foi considerada um período marcante para o país, com várias legislações e regulamentações relacionadas à Constituição Brasileira, promulgada em outubro de 1988. Em relação aos indígenas no Sertão do São Francisco, a referida década foi importante pela ocorrência de um acentuado processo de novas ou retomadas⁸⁹ de mobilizações étnicas. Neste sentido, a Cacica afirmou que participou de forma efetiva no processo da autodenominação dos indígenas, que em companhia do pai, o Pajé Pedro Limeira e do Pajé Manoelzinho

⁸⁹ Termo utilizado pelos indígenas no Nordeste relacionado a uma área reivindicada como território indígena. Em Pernambuco também é utilizado para designar o processo de estadualização das escolas indígenas, nas mobilizações pela autonomia e direitos a Educação escolar específica, diferenciada e intercultural (ALMEIDA; SILVA, 2014).

Caxeado, foram participar do I Encontro Nacional dos Povos Indígenas em Luta pelo Reconhecimento Étnico e Territorial, na cidade de Olinda (PE), em janeiro de 2003.

A entrevistada ressaltou que antes da viagem sonhou que andava entre as serras da Cacaria e do Arapuá, na região do Boqueirão, com muitas flores brancas, borboletas e palavras voando. Havia um jardim e no centro a palavra Pankará. Ao chegarem ao citado Encontro no momento da identificação do povo, sentiu uma forte dor no peito, lembrou-se do sonho e do nome Pakará, apresentaram o ritual e autodenominaram povo Pakará, povo resistente. Então, “alguém de Brasília que participava do evento afirmou que os indígenas na Serra do Arapuá existiam há muitos anos, que tinha registro de documento deles, com o nome Pacará, com C”. Mas, no evento foi registrado Pankará e foi escolhido para a identidade do povo.

Após o retorno, a Cacica Dorinha continuou o processo de mobilizações com os indígenas na Serra do Arapuá e em junho de 2003, através de um ritual foi escolhida cacica. Escolhida pela Natureza e por um Conselho Tribal, composto por 12 lideranças. A partir do ritual foi apresentada aos indígenas na Serra e reconhecida como liderança, como cacica (OLIVEIRA, 2014).

O processo de organização política com escolha do cacicado e de Conselho Tribal faz parte das práticas de organização sociopolítica de praticamente todos os povos indígenas no Nordeste, implantado no passado em muitos grupos pelos funcionários do SPI. Dorinha Pankará afirmou que além do cargo de cacica ocupa outros cargos e funções na organização sociopolítica do povo Pankará,

Sou Presidente do Conselho local de saúde, represento meu povo no seguimento de usuário no Conselho Distrital de Saúde de Pernambuco, membro da Comissão e Organização de Professores Indígenas de Pernambuco (COPIPE), membro do Conselho Estadual de Educação Indígena de Pernambuco. Como também represento as Mulheres Indígenas na Secretaria de Mulheres de Pernambuco via Apoime. Sinto orgulho de representar meu povo e contribuir na luta junto aos demais povos indígenas do Brasil, sinto que carrego esta luta como uma Missão de Vida⁹⁰.

Sobre a condição de mistura, a Cacica afirmou que os índios na Serra do Arapuá ao longo do tempo se misturaram com não indígenas. E, próximo a Serra existe o Quilombo Tiririca dos Crioulas com relações parentais e históricas com os

⁹⁰ Maria das Dores dos Santos é Cacica Pankará. Entrevista realizada em 25/05/2019, na Aldeia Saquinho, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha (PE).

Pankará. Para Dorinha, a afirmação da identidade “não é pela aparência física, mas pela preservação da tradição, da cultura e das mobilizações”. Ressaltando que,

Tenho as ascendências que meus antepassados deixaram cravadas com sua história aqui, na Aldeia Cacaria. Esse nome vem desde a época em que os índios eram espancados e, muitas vezes, mortos. Eles eram enterrados em jarras [urna funerária] e hoje existem muitos cacos dessas jarras (GOMES, 2017, n. p.).

A Cacica Dorinha afirmou que o avô enfrentou muitas perseguições dos posseiros, invasores das terras, entre 1940 e 1980. Os indígenas eram “tratados como escravos”, obrigados a pagar rendas.⁹¹ Denunciou a ocupação das Serras do Arapuá e Cacaria por famílias poderosas das cidades de Floresta e Carnaubeira da Penha. Os posseiros praticavam violência para submissão dos indígenas. E permanecem agindo para submissão do povo Pankará, com uma nova estratégia: a apropriação da identidade indígena para usurpar o poder do povo, para fazer a gestão do Território Indígena Pankará. Em concordância com a afirmativa do antropólogo Hohenthal registrado neste estudo e na história de vida do Pai da Cacica, o Pajé Pedro Limeira.

Também relatou a entrevistada que atualmente existe uma grande tensão na Serra do Arapuá/Cacaria devido à demora na finalização do processo de demarcação e desintrusão das terras, com ameaças e perseguições. Os não-indígenas, denominados pelos Pankará de posseiros estão fazendo investidas e ameaças para os indígenas comprarem as terras que sempre foram habitadas pelas famílias indígenas. A Cacica reafirmou a resistência dos indígenas, “[...] nunca saíram da Serra, mesmo quando proibidos, escondiam a identidade indígena e praticavam à noite, rituais sagrados nas matas nas serras da Cacaria, do Arapuá e na Serra Umã, Território indígena Atikum”⁹².

Demonstrou preocupação com o acirramento de conflitos, pois, “na finalização do processo de demarcação e desintrusão no Território Pankará não terá pagamento de indenizações a indígenas, somente aos não indígenas”. Evidenciou a existência de mais de 70 posseiros invasores no Território Pankará.

⁹¹ Maria das Dores dos Santos é Cacica Pankará. Entrevista realizada em 25/05/2019, na Aldeia Saquinho, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha (PE).

⁹² Id.

O processo de demarcação e desintrusão da Terra Indígena Pankará na Serra do Arapuá foi iniciado em 2010, com o reconhecimento do povo e do Território Serra do Arapuá como área indígena, através da emissão da Portaria 413, prevendo delimitação de 15 mil hectares. Em 2017 foi finalização o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação/FUNAI (RCID⁹³-FUNAI), realizado pelo Grupo de Trabalho (GT-FUNAI), composto por técnicos nomeados pela FUNAI e com a participação de indígenas Pankará. A Cacica afirmou que após a publicação do RCID ocorreu acentuada tensão com constantes ameaças de mortes. A legislação e os procedimentos institucionais para reconhecimento de identidade e território indígenas, especificamente o povo Pankará, são discutidos neste estudo.

Em 2010, um estudo sobre a história de vida da Cacica Dorinha evidenciou disputas e conflitos provocados por SPI/FUNAI e pelos poderes governamentais: Federal, Estadual e Municipal para o reconhecimento do povo Atikum, na Serra Umã, a negação de direitos dos indígenas na Serra do Arapuá ao reconhecimento específico. Ocorreu acentuado processo de perseguições e violências exercidas pelos posseiros relacionados com a política partidária na região, na negação dos direitos e do reconhecimento étnico dos Pankará (NOVAES, 2010).

Ressaltou a Cacica o acirramento de conflitos e disputas são estratégias dos posseiros, representantes das famílias com posses na Serra do Arapuá/Cacaria, membros do poder político local. Os Pankará foram e são envolvidos no jogo das disputas por acesso ao poder municipal. A Cacica afirmou que tem a missão de defender o povo, mesmo sendo perseguida e ameaçada cumprirá a missão até o final da vida.

3.3.3 Pajé João Miguel

Figura 21 – Pajé João Miguel

⁹³ O referido documento é parte do processo administrativo demarcatório realizado pela Fundação Nacional do Índio, definido através do Decreto n. 1775/96. É uma peça técnica objetivando o embasamento do processo de reconhecimento de um território indígena (GALLOIS, 2004).



Foto: Oliveira (2019).

O indígena Pankará João Antônio do Nascimento, conhecido por João Miguel é Pajé na chamada região do Agreste, Serra do Arapuá. Nasceu em 1962, e ao ser entrevistado estava com 56 anos. Afirmou que a família é muito boa e muito importante, os avós paternos eram Miguel Rosarinho e Maria de Miguel Rosarinho⁹⁴. Os avós maternos chamavam Manoel Branco e Antônia Branca. Sendo o entrevistado da família Amanso, originária nas Serras Umã e Arapuá.

Relatou que passou a maior parte da vida morando entre as serras do Arapuá e Umã: “passava uns tempos morando na Serra Umã e depois aqui”. Também destacou que “passava uns tempos na ‘beira’ do rio plantando arroz, feijão e cebola, na Ilha Grande, no Município de Abaré, no estado da Bahia”. Ressalto que o atual Território do povo indígena Tumbalalá é situado nos Municípios de Abaré e Curaçá, localizados no lado baiano do Rio São Francisco.

Afirmou que a família sempre foi dos rituais, que nasceu nos rituais. A mãe era Cabocla Mestre da Jurema, rezava na Serra do Arapuá, mesmo sendo da Aldeia Olho d’Água do Padre, Território Indígena Atikum. Praticavam os rituais às

⁹⁴ No sertão pernambucano, era prática usual a atribuição de nome ou sobrenome do esposo para fazer referência à esposa; também para diferenciar de outro membro da família com o mesmo nome, pois, ao passar o tempo, podia transformar em outro sobrenome da família. Costume atualmente ainda existente, principalmente na zona rural.

escondidas por causa dos brancos que não gostavam, diziam que “a gente era feiticeiro, por isso os terreiros eram todos escondidos, em cima das serras, nas matas, distantes das casas” (JOÃO ANTÔNIO NASCIMENTO,⁹⁵ 2019).

Também destacou que o pai era um Pajé, trabalhou muito curando com rezas o povo nas serras Arapuá e Umã. Mas, o pai depois de um tempo deixou de trabalhar com a planta Jurema, substituiu pela cachaça, resultou nas feituas de trabalhos espirituais fracos, como também comprometimento do corpo. E enfrentava no dia seguinte forte ressaca provocada pela cachaça, melhorando com a Jurema misturada com suco de maracujá do mato. Essa mistura sendo usada para curar problemas de saúde física e do espírito.

O entrevistado relatou ter estudado somente até a antiga 5ª série, pois “não aguentou mais, a cabeça não aguentava”. E, por não ter estudo sempre trabalhou em roças. Depois foi “encostado pelo INSS”, mas não se lembra desde quando recebe o auxílio-doença, reforçando a justificativa da “cabeça ruim que faz não se lembrar das coisas⁹⁶”. Sobre a constituição da família afirmou:

Tive uma mulher e vivi bastante tempo com ela. Tivemos 12 filhos, somente uma filha mora na ‘beira’ do rio, próximo à Nova Itacuruba. Os demais moram todos próximos a minha casa na Aldeia Marrapé. Há pouco tempo separei da mulher por conta do excessivo consumo de cachaça [dela] (JOÃO ANTÔNIO NASCIMENTO, 2019).⁹⁷

Reafirmou viverem da agricultura, plantando milho, feijão, mandioca, andu⁹⁸ e batata doce. Não usam nenhum tipo de veneno, só espera o tempo chuvoso para obter boa colheita. A partir do movimento de reconhecimento étnico, passou a ser reconhecido na região como Pajé, realizando rezas e feituas de trabalhos espirituais, quando as pessoas contribuem com valor em dinheiro, entre R\$ 50,00 a R\$ 100,00. Ressaltou que após o reconhecimento étnico ocorreu melhoria nas condições do povo e da família, com a conquista de muitos empregos, maior disponibilidade de serviços nas áreas de Educação e Saúde, “entrou agente de saúde, professor, auxiliar, merendeira, tudo perto de casa e do meu povo”.

⁹⁵ Liderança religiosa, Pajé Pankará, conhecido por João Miguel. Entrevista realizada em 25/05/2019, na Aldeia Saquinho, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha (PE).

⁹⁶ Id.

⁹⁷ Id.

⁹⁸ Leguminosa de origem africana adaptada em áreas semiáridas, conhecida também no Brasil como feijão guandu. Disponível em: http://www.agronomia.com.br/conteudo/artigos/artigos_leguminosas_tropicais_cajanus.htm. Acesso em 04 jan 2022.

Atualmente “melhorou as condições para comprar comida, antes não comprava por não ter dinheiro” (JOÃO ANTÔNIO NASCIMENTO⁹⁹, 2019).

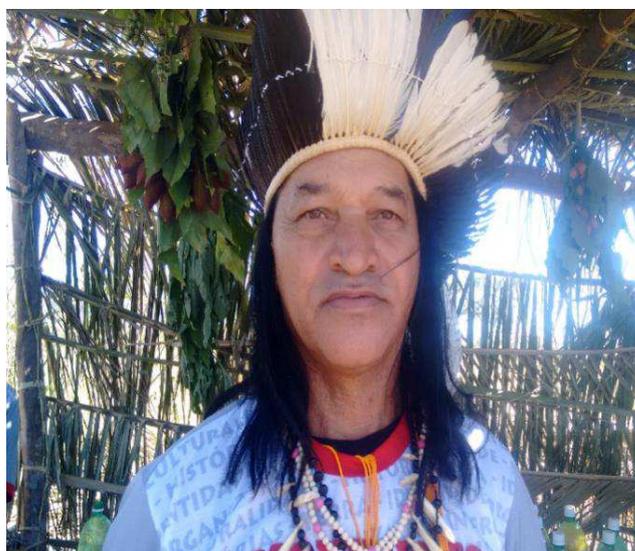
Finalizou a entrevista com o cântico do Toante da época em que praticavam os rituais às escondidas,

Oi! Pisa, pisa, meus cabocos
Torna a repisar
Que aqui não tem quem diga
Se aretire do lugar
Há tirálandôa
Rei há tirálandôa

O movimento indígena proporcionou melhorias nas condições socioeconômicas do povo Pankará, afirmou o Pajé João Miguel, e também alteração nas interdições e proibições das práticas ritualísticas.

3.3.4 Neném Pankará

Figura 22 – Neném Pankará



Fonte: Oliveira (2019).

Ser índio é respeitar a tudo quanto é de coisa. Seguir os nossos valores, seguir o que somos. Eu me orgulho do que eu sou e não tenho vergonha da minha identidade,

⁹⁹ Liderança religiosa, Pajé Pankará, conhecido por João Miguel. Entrevista realizada em 25/05/2019, na Aldeia Saquinho, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha (PE).

eu sou e vou continuar na mesma luta (MANOEL GONÇALO DA SILVA, 2019).¹⁰⁰

O indígena Manoel Gonçalo da Silva, conhecido como Neném Pankará, liderança que representa as práticas tradicionais, através do uso dos recursos naturais para a terapêutica e ritualística. Em relação aos cultivos e manejos agrícolas, pratica plantios consorciados e utiliza plantas para o combate de pragas nas roças. Dessa forma, exercendo práticas de sustentabilidade e de preservação ambiental. Sendo uma referência na Serra do Arapuá e região na indicação e fabricação de garrafadas – remédios preparados com plantas da Serra do Arapuá/Cacaria para curas de doenças. É também conhecedor das plantas sagradas usadas nos rituais.

Nasceu no Enjeitado, região entre o Agreste e a Chapada da Serra do Arapuá. Com 57 anos, enfatizou ter mais preparo físico do que muita gente mais jovem. Atribuiu a disposição e boa saúde aos usos diários de chás e garrafada, por isso “nunca foi ao médico e nunca fez nenhum exame de laboratório médico, nunca sentiu nenhum tipo de dor, sensação de mal-estar ou doença”. E que os conhecimentos é de “herança tribal”. A família sempre foi dos remédios: “meus avós laboravam com remédios, minha mãe laborava com remédio, meu pai laborava com remédio e eu nasci laborando, fazendo remédio e continuo na mesma cura” (MANOEL GONÇALO DA SILVA¹⁰¹, 2019).

Relatou que antigamente quando as mulheres e os homens adoeciam de “febre, ferida ou outras doenças, as curas e os remédios eram do mato”. Enfatizou: “todo remédio do mato nós sabia, os encantados nos ensinavam. Nós aprendemos a fazer, chegava, descia e ensinava a nós como fazer os nossos remédios, nossos médicos, nossos ‘dotôs’ eram os encantados de luz e o pajé” (MANOEL GONÇALO DA SILVA¹⁰², 2019).

Sobre a infância e a juventude narrou: “vivi no mato, nos Toré e nas matas. Era e sou muito cismado, só gosto de viver na mata”. O pai era Acino José da Silva, o avô Gonçalves e avó Maria Gonçalo. A família é toda da família Gonçalo, Gonçalão, Gonçalinho, Gonçalo Véio (Velho), João Gonçalo, Antônio Gonçalo, Neto Gonçalo, João Gonçalo, Antônio Gonçalo. Reafirmou que a Família Gonçalo,

¹⁰⁰ Liderança Pankará. Entrevista realizada em 22/04/2019, na cidade de Petrolina (PE).

¹⁰¹ Id.

¹⁰² Id.

Meus parentes, o meu povo, eles são de Serra Negra, vieram pra cá, daqui voltaram pro rio, daí do rio voltaram pra Rodela, de Rodela voltaram pra Buíque, voltaram. É muita história e muito comprida. Em todos os cantos que nós chegamos, tem nosso povo. É tudo parente (MANOEL GONÇALO DA SILVA¹⁰³, 2019).

Citou a família muito numerosa. O avô com 12 irmãos, “vieram uma meia dúzia, meu pai veio junto [Serras: Umã e Arapuá]. Todos foram e são perseguidos”. Por isso, “em todo canto que chego encontro uma ‘rama’ da família”. Citou a Serra Negra como a mãe de todos os índios na região, devido às perseguições, os indígenas fugiram da Serra Negra, uns foram se esconder na região atual do Município de Buíque. A respeito da Serra Negra, foi afirmado em uma pesquisa que, “a Serra Negra devido a sua vegetação de mata fechada, serviu durante séculos de abrigo a índios, escravos fugidos e fugitivos da justiça” (MAUPEOU, 2008, p. 40).

O entrevistado relatou que os filhos dos chamados caboclos na Serra do Arapuá, atualmente os índios Pankará:

Eram batizados no ritual da Jurema, não eram batizados na Igreja. Não podiam fazer nada, nem podiam plantar e nem fazer farinha, devido às perseguições. E o avô contava que o motivo da saída da Serra Negra foi porque desapareceu uma moça branca. Saíram caçando a moça e não encontraram. A família do avô, os indígenas da Serra negra, chegou numa maloca, era uma “loca¹⁰⁴” de pedra, habitada por Encantados de Luz e da Natureza, que avisaram para saírem da Serra Negra, pois aconteceria um derramamento de sangue. Então, uns ficaram e foram acusados de crime pelo desaparecimento da moça branca. E outros fugiram para Serra do Arapuá. Os brancos continuaram as perseguições, restando aos índios fugirem para outras serras e para Buíque. (MANOEL GONÇALO DA SILVA, 2019).¹⁰⁵

A solução para finalizar as perseguições o avô recebeu do Padre Cícero¹⁰⁶, em Juazeiro do Norte/CE. O sacerdote recomendou ao avô estabelecer relações de compadrio com o batismo de uma filha pela família perseguidora. Então, de acordo com a recomendação, o avô entregou a mãe de Neném para João Gominho Ferraz

¹⁰³ Liderança Pankará. Entrevista realizada em 25/05/2019, na Aldeia Saquinho, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha (PE).

¹⁰⁴ Termo popular no sertão, designando um esconderijo embaixo ou entre pedras.

¹⁰⁵ Liderança Pankará. Entrevista realizada em 25 maio 2019, na Aldeia Saquinho, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha (PE).

¹⁰⁶ O Padre Cícero Romão Batista (1844-1934) foi considerado “o messias do Sertão e Juazeiro do Norte é a ‘Nova Jerusalém’” (MAGALHÃES, 2012, p. 93).

batizá-la. Assim, o padrinho passou a proteger e finalizou a perseguição contra a família. Em uma pesquisa a Família Ferraz foi citada como uma das “seis famílias pioneiras no processo de ocupação de Floresta”, realizando atividade agropastoril, ocupando cargos e poder político (FERRAZ, 2004, p. 37).

O entrevistado reafirmou a Serra do Arapuá como lugar de refúgio de índios e sendo referência da identidade Pankará:

Aqui na serra é um lugar que mais se escondia índio, nunca pegavam. Foi uma persiga grande, os brancos colocaram os escravos para perseguir a gente, mas aqui eles nunca conseguiram. Mas, hoje, todos nós temos que agradecer a Buíque e a Serra Negra, a nossa identidade. Somos de lá. (MANOEL GONÇALO DA SILVA, 2019).

Descreveu também muitas das perseguições enfrentadas pelos indígenas na Serra do Arapuá eram de “negros, escravos dos brancos que diziam serem os donos das terras”. Os negros escravizados “perseguiram a mando dos brancos. Mas, agora são tudo braiado, índio com negro ou com branco”. Afirmou a mistura da sua família iniciou na chegada na Serra do Arapuá e Umã, misturando com outras famílias: com os Rosa, a mesma família dos Atikum habitantes na Serra Umã; na Serra do Arapuá, a Família Gonçalo é uma das mais antigas, misturaram-se com a Família Caxeado e com os Limeiras. Ressaltou que a sua família é a que tem a história e a verdade,

Aqui fica a pedra de Atikum, tem um terreiro. Aqui um caboclo começava dançando o Toré sozinho, com pouco tempo chegavam outros caboclos e com três dias vinham caboclos de todo lado. Aqui é a história e a raiz do povo do Enjeitado, hoje a gente continua na luta, somos fortes. (MANOEL GONÇALO DA SILVA, 2019).

Corroborando a afirmativa acima, o Pajé Pedro Limeira afirmou que no processo de reconhecimento étnico do povo Atikum, um dos Encantados era da região Agreste, local sagrado existente na Aldeia Enjeitado/Marrapé, moradia da família de Neném Pankará (PEDRO DOS SANTOS¹⁰⁷, 2019).

O indígena Neném Pankará tratou das matas e rezou: “Diga a Deus, viva a mãe de Deus. E a todos os santos do Céu e da Terra. E os Encantados. E viva as matas, viva todos os meus irmãos de luz e meus irmãos. Louvado seja Nosso

¹⁰⁷ Liderança Pankará, conhecido como Pajé Pedro Limeira. Entrevista realizada em 25/05/2019, na Aldeia Saquinho, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha (PE).

Senhor”. Após a reza afirmou: “a Serra do Arapuá era muito fria, era gelada e com muita chuva. Agora a cada dia está mais quente e com menos produção”. Narrou que o “desequilíbrio é muito grande, ou passa muito tempo nas secas ou quando chove, chove muito. Hoje tem muitos poços (artesianos) e, com certeza, será um problema” (MANOEL GONÇALO DA SILVA¹⁰⁸, 2019).

Em relação ao Rio São Francisco, Neném Pankará evidenciou que a família, os Gonçalves, possuíam relações parentais nas margens do rio: “um tio viveu nos terrenos dos Caribés, perto de Belém do São Francisco”. E, na Velha Itacuruba morava a família dos Francisco, atualmente os Pankará Serrote dos Campos, na Nova Itacuruba. Citou que os demais familiares dos Francisco foram realocados após a Construção da Barragem de Itaparica, no Projeto Brígida, onde moram seus parentes, João Guarda, Zé Francisco, Valdo e Antônio Francisco. Além de outros parentes que foram realocados na Nova Remanso, BA, onde mora o parente Joaquim Francisco e demais familiares. Enfatizou a origem da sua família na Serra do Arapuá sendo das Aldeias Enjeitado e do Mingu. Possuem relações parentais com outros grupos indígenas habitantes no sertão do São Francisco,

Os Gonçalo fazem parte da família Amanso da Serra Umã, são os Atikum. Meu tio, irmão do meu avô, Joaquim Atikum foi quem povoou aquela Serra, era um homem de poder, do ritual. A família de Chico Amanso, meu parente, tem família lá no povo Tumbalalá. Roseno era irmão do meu avô e de Amanso. Essa família Roseno tem família aqui na Serra [Arapuá], na Serra Umã, nos Kambiwá e nos Pankararu. No povo Pankararu também a família da Vêa [Velha] Guida são meus parentes, morava num Lajedo. E a filha de Joaquim Amanso, da Serra Umã foi morar em Tuxá, Rodelas, formou a Família Carmelita, parente também (MANOEL GONÇALO DA SILVA¹⁰⁹, 2019).

Descreveu as relações parentais com os negros e brancos:

Meu tio casou com uma negra. Naquele tempo era proibido casar com os negros. Os negros eram perseguidos pelos índios. Hoje moram na Tiririca, aqui no pé da Serra, na Quixaba, na Ingazeira e em Floresta. É a Família Contente. E também tem aqui na serra muitos braiados com os brancos, os índios casaram também com as

¹⁰⁸ Liderança Pankará. Entrevista realizada em 22 abr. 2019 na cidade de Petrolina (PE).

¹⁰⁹ Id.

famílias que perseguiam, com os Novaes, Ferraz e Carvalho (MANOEL GONÇALO DA SILVA¹¹⁰, 2019).

As relações entre indígenas, negros e posseiros que os Pankará fazem referência para afirmar a identidade étnica, relacionam ao domínio e prática da ciência do índio ou estratégias de resistências indígenas. Especificamente, a afirmativa expressa por Neném Pankará a respeito da união matrimonial dos indígenas com membros de famílias perseguidoras, a exemplo da família Novaes, evidenciado em estudo o poder político e econômico (FERRAZ, 2004), bem como a atuação na política nacional, caso de Manoel Novaes e ocupantes de cargos no Estado (capítulo 1), exemplificado pelo Encarregado de posto indígena, Manoel Olímpio Novaes, discutido no capítulo 2.

A história das relações parentais Pankará a partir das memórias orais expressam conhecimentos e práticas rituais terapêuticas, com diversos usos de plantas, práticas de caças de animais silvestres, extrativismo e agropastoril nos ambientes que **habitavam**. Sobre as relações socioambientais às margens do Rio São Francisco, o entrevistado afirmou que, em épocas de secas desciam a Serra para fazer trocas e plantios às margens do Rio São Francisco. Temática abordada também no próximo capítulo.

Neném Pankará concluiu a entrevista com trecho de um toante:

Esse mundo é muito grande,
ele é pesado para eu trabalhar.
Todos os meus irmãos de luz
venham me ajudar.

Neném Pankará é reconhecido por indígenas e não indígenas como conhecedor sobre os usos diversos das plantas na terapêutica e na ritualística dos Pankará. Evidenciou na entrevista as complexas relações parentais com diversos grupos étnicos habitando na região dos sertões pernambucano, nomeados desde o período da colonização no sertão de Cabrobó ou de Rodelas, formando redes através de circuitos de trocas, com fluxos e trânsitos indígenas entre diversos ambientes, influenciados pelo Rio São Francisco.

¹¹⁰ _____. Entrevista realizada em 25/05/2019, na Aldeia Saquinho, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha (PE).

3.3.5 Luciete Pankará

Figura 23 – Luciete Pankará



Fonte: Evane Manço (2019)¹¹¹.

A indígena Maria Luciete Lopes nasceu em 1967 na Aldeia Mingu, localizada na região da Serra do Catolé/Serra do Arapuá. As origens da família é a Aldeia Mingu. Afirmou na entrevista que o nome Mingu foi atribuído à mãe-avó materna, conhecida como Mãe Mingu, uma liderança tradicional,

Na Aldeia Mingu praticamos o Toré desde os nossos antepassados. Desde muito pequena com meus 6 anos praticava o Toré nos terreiros das casas, como na casa de tia Didi, tia Sergia e mãe Lainha, irmã mais velha da minha mãe que levava a gente para o Toré. Lembro-me que na casa de tia Sergia a gente dançando o Toré cantava os toantes:

Ô jureminha...cadê juremá...

Ô jureminha...cadê juremá...

Ô jureminha, jurema preta do meu congá.

E tinha outro toante que cantávamos e depois de adulta eu vejo outros povos indígenas também cantando, que é:

Olha a folha da jurema que o vento vai levando...

Olha a folha da jurema que o vento vai levando

E vai levando e vai levando e os cabocos acompanhando...

E vai levando e vai levando e os cabocos acompanhando¹¹².

¹¹¹ <http://www.alepe.pe.gov.br/2019/06/05/populacao-indigena-reivindica-acoes-para-area-de-educacao-na-assembleia/>. Acesso em 10 jun 2018.

¹¹² Liderança Pankará. Entrevista realizada em 25/05/2019, Aldeia Saquinho, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha (PE).

Ressaltou a existência de outro importante Terreiro, o de Manoel Maior, localizado na Aldeia Mingu. Aos 10 anos de idade iniciou a participação neste Terreiro. Fazendo parte das suas memórias, o toante cantado no citado Terreiro:

Mané Maior do Pé da Serra
 Mané Maior do Pé da Serra
 E ele vem triunfante, ele vem vencendo guerra
 E ele vem triunfante, ele vem vencendo guerra
 Bota na cuia que eu quero beber...
 Bota na cuia que eu quero beber
 E a depois que eu beber, eu balanço o maracá...
 E a depois que eu beber, eu balanço o maracá¹¹³.

O toante cantado por Luciete pode ser interpretado o Mané Maior como uma possível liderança na região, transformado em Encantado. Como também o uso do vinho da Jurema no ritual, solicitado para “bota na cuia que eu querer beber”, para depois “balançar o maracá”, aspectos fundamentais do ritual do Toré, elaborados com plantas e sementes da Caatinga. Como a planta Jurema onde a raiz é extraída para fabricação do vinho e o maracá confeccionado do fruto seco da planta Cabaça e suas sementes ao serem balançadas produzem sons (OLIVEIRA, 2014).

Sobre a familiar materna relatou que o pai é da Aldeia Lagoa, das Famílias Souza e Caxeado. Os avós paternos moraram na Aldeia Água Grande. Existindo ainda na atualidade a casa dos avós naquela Aldeia. Afirmou que anterior ao processo de mobilização étnica não eram nomeados os lugares como aldeias. Por esse motivo o local ou região denominada Água Grande tinha como posseiro Totonho Novaes e os avós paternos eram moradores nas terras deste posseiro, na condição de meeiros¹¹⁴ e pagavam ao posseiro a metade da produção agrícola colhida.

A parte familiar materna de Luciete Pankará é da família Gameleira. Ressaltou a entrevistada que os pais são primos. Após o casamento foram morar na Aldeia Mingu, mas continuaram mantendo plantios de mandioca na Aldeia Água

¹¹³ Liderança Pankará. Entrevista realizada em 25/05/2019, Aldeia Saquinho, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha (PE).

¹¹⁴ Meeiro ou arrendatário na região do Submédio São Francisco são termos semelhantes. São relações em que o fazendeiro destina uma área de terra para o “meeiro” morar com a família e plantar. O meeiro tem que investir na preparação, na aquisição de sementes ou raízes, no trabalho de plantios e colheitas, tendo a obrigação de destinar a metade de toda produção para o fazendeiro, como pagamento pelo uso da terra (SABOURIN; CARON, 2009).

Grande e fazendo farinhada¹¹⁵ na Aldeia Lagoa. Atualmente os parentes paternos moram na Aldeia Cumbe, próxima a Aldeia Lagoa. E sobre a adolescência relatou: “[...] íamos para a Aldeia Lagoa fazer farinhada e dançar o Toré no terreiro da casa de tia Amélia. E também íamos dançar o Toré na casa de tia Osmíndia na Gameleira”. Ressaltou que a tia Osmíndia, mãe de Marineide (apelido Pedêda), atualmente lidera um grupo de indígenas Pankará na cidade de São Paulo (SP), como também a prima paterna, Chirley Pankará é uma liderança do movimento indígena em São Paulo. Com o primeiro mandato, eleita pela Bancada Ativista do PSOL, primeira Co-Deputada Estadual Indígena¹¹⁶ em São Paulo (MARIA LUCIETE LOPES, 2019).¹¹⁷

A entrevistada afirmou possuir relações parentais com os indígenas Tuxá. Luciete afirmou que “a família sempre foi de luta”. O ativismo e a participação em mobilizações indígenas são heranças dos antepassados, pois os familiares em todas as épocas “lutaram pela terra indígena Pankará na Serra do Arapuá. A exemplo do meu tio-avô, Emiliano Gameleira, uma importante liderança no início do Século XX, na busca pelo reconhecimento como povo da tradição”. No início do século XIX foi fundada a Missão do Olho d’Água da Gameleira para aldear os indígenas Umã e os Chocó. Atualmente é uma das aldeias que compõem o T.I. Atikum, em Carnaubeira da Penha (SANTOS JÚNIOR, 2015).

Luciete Pankará descreveu a atuação profissional como docente, uma importante atividade na participação enquanto liderança no processo de mobilização étnica e no fortalecimento da Educação Escolar Indígena Pankará. Trabalhou como professora no povo Atikum no período de 1997 a 1999, buscando aliar as práticas didáticas ao fortalecimento das expressões socioculturais indígenas. E como exemplo narrou a realização de atividades com estudantes Atikum, acompanhadas por uma liderança do povo, na Serra do Arapuá, na Aldeia Mingu, região do Alto das

¹¹⁵ Farinhada significa o processo de moagem de mandioca para fabricação de goma (tapioca) e de farinha de mandioca torrada em forno de lenha. Toda o processo de transformação da mandioca em goma ou farinha exige um especialista e um espaço específico, nomeado Casa de Farinha. Geralmente um galpão, um local de armazenamento da matéria-prima e do produto pronto (goma ou farinha), com fornos a lenha. A partir da década de 1970 ocorreram transformações tecnológicas e atualmente ocorre um número reduzido de farinhadas como no passado (ARAÚJO, 2017).

¹¹⁶ Atuando no parlamento estadual paulista “com as pautas dos povos indígenas em contexto urbano, caso dos Pankararu, Pankararé, Pankará, e aldeias Guarani Mbya, como em Parelheiros e Jaraguá. Contribui também com o movimento indígena (CIMI, 2019). Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/09/representantes-indigenas-levam-experiencias-resistencia-assembleia-geral-cimi/>. Acesso em: 29 abr. 2020.

¹¹⁷ Liderança Pankará. Entrevista realizada em 25/05/2019, Aldeia Saquinho, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha (PE).

Tábuas, para coletar a planta “Caroá para a confecção de Cataiobas”¹¹⁸ considerada a farda do índio. Pois, na Serra Umã, na Aldeia Sede era difícil encontrar Caroá.

Afirmou que a atuação como professora no povo Atikum contribuiu para fazer parte desde o início do movimento de estadualização das escolas indígenas em Pernambuco, por meio da criação da Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco (Copipe), “na luta de direitos a educação específica, diferenciada e intercultural”. Como também possibilitou o processo de reconhecimento étnico e as mobilizações pela Educação e Saúde específicas na Serra do Arapuá (MARIA LUCIETE LOPES¹¹⁹, 2019).

Evidenciou a importante atuação na reorganização política e sociocultural do povo Pankará, através da participação no primeiro estudo antropológico realizado em 1999, para registro e valorização da história tradicional na Serra do Arapuá, resultando no reconhecimento étnico em 2003. Como membro da COPIPE e liderança indígena Pankará têm atuado,

De forma efetiva, e nela encontro o sentido para desenvolver uma educação que nasce no território Pankará: a Serra do Arapuá. Quando assumi o compromisso junto às lideranças e alguns educadores do Povo, professores efetivos em Carnaubeira da Penha (PE), muitas dificuldades encontradas. No território Pankará só havia 10 escolas com prédio próprio, e em péssimas condições¹²⁰.

Ressaltou que em 2004, após muitas mobilizações e decisão política no Povo Pankará foi deflagrado o movimento pela estadualização da Educação Escolar no território, pois com muita persistência e resistência perante o estado de Pernambuco, conquistaram em 2005 a estadualização de 18 escolas. E entre 2015 e 2016 foram estadualizadas mais 05 escolas, processo fundamental para autonomia do povo Pankará, com todas as modalidades de ensino administradas pelo Governo Estadual, pois no passado as escolas na Serra do Arapuá eram administradas pelo Poder Municipal, sem nenhuma prioridade e reconhecimento da Educação Escolar Indígena. Portanto, foi muito importante o processo de retomada da educação escolar, foi e é fundamental para o povo Pankará, e por isso, afirmou a entrevistada

¹¹⁸ Vestimenta feita de Caroá usada por diversos indígenas no sertão nordestino, incluindo os povos Atikum e Pankará, em rituais e em mobilizações políticas.

¹¹⁹ Liderança Pankará. Entrevista realizada em 30/06/2019, Terreiro Sagrado Gameleira, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha (PE).

¹²⁰ Id.

“merece ser relatado, apesar das dificuldades, das perseguições, continuamos na luta por uma educação do nosso jeito¹²¹”.

Sendo Luciete Pankará uma liderança Pankará, referência na Educação Escolar Indígena em Pernambuco. Com dois cursos no Ensino Superior Licenciatura em Geografia e em Educação Intercultural, com Especialização *Lato Sensu*, professora há mais de 20 anos. Com experiência docente e conhecimentos sobre currículo e gestão escolar, participante do processo de construção do projeto e professora convidada no Curso de Especialização *Lato Sensu* em Educação Intercultural: indígenas e quilombolas, promovido pelo Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IFSertãoPE, em Floresta/PE.

3.3.6 Pajé Manoelzinho Caxeado

Figura 24 – Pajé Manoelzinho Caxeado



Foto: Oliveira (2019).

O Pajé Manoelzinho Caxeado (Manoel Antônio do Nascimento) nasceu em dezembro de 1942. Na entrevista o Pajé afirmou a denominação Caxeado a partir do trabalho de construção de caixotes para mel realizado pelo bisavô, morando sazonalmente na Serra do Araripe (Ceará), como também outros membros da família. Relacionou a identidade étnica com o ambiente, a Serra do Arapuá onde

¹²¹ Liderança Pankará. Entrevista realizada em 30/06/2019, Terreiro Sagrado Gameleira, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha (PE).

habita os Pankará: “Nasci no torrão da serra, na Aldeia Lagoa. Nasci dentro da aldeia. A mãe que me pegou, a parteira era índia, tinha muita experiência na reza, oração e tenho orgulho de ser Índio Pankará” (OLIVEIRA, 2014, p. 38).

As relações míticas, parentais e interculturais foram evidenciadas pelo Pajé:¹²²

A mãe de “pegação” e de leite, a madrinha Maria Amélia Caxeado era mestre da Aldeia Lagoa, aprendi muito com ela nos rituais. Mulher que tinha muito conhecimento, disciplinou muitos índios da Serra do Arapuá. A Aldeia Lagoa é o Tronco Velho dos antigos. Madrinha Amélia vivia doente, meu avô foi atrás dos Tuxá, quem ajudou ela foi Roque Tuxá. Meu avô era parente dos Tuxá, pelo lado de Roque Tuxá, da mãe dele, Anália, era parente da gente da Serra Umã. Também o pai de tio Manoel de Souza, era aqui da Lagoa e a mãe era Tuxá. Ele da Lagoa casou com uma índia Tuxá e trouxe a índia para cá, pra Serra.

O entrevistado salientou que cada um dos indígenas tinha os conhecimentos sobre os antigos índios na Serra do Arapuá, com modo próprio de vivência. E quem “disciplinou tanto os vizinhos índios Atikum quanto os caboclos da Serra do Arapuá foram os indígenas Tuxá, que tinham guardado os primeiros conhecimentos” (MANOELZINHO CAXEADO). Em relação ao seu nome e as relações parentais, reafirmou:

Meu conhecimento de geração é Manoel Antônio do Nascimento, agora o nome indígena é Caxeado. A família nossa vem da geração desse apelido Caxeado. A gente antigamente não tinha nome, era da Baixa, era do Alto, da Ladeira, né. A nossa família, a nossa geração é Atikum, Serra Umã e Serra do Arapuá, o mesmo povo. O povo Atikum tem a Aldeia Atikum, mas nós é Atikum também. Agora com a separação já tinha os Pankará.

Filho de Antônio Manoel do Nascimento, índio Atikum e Maria de Tereza de Jesus. Manoelzinho Caxeado se casou com Adalvina Idalina do Nascimento. Tiveram cinco filhos, Imaculada Adalvina do Nascimento Santos, Eraldo Manoel do Nascimento, Iolanda Adalvina Nascimento, João Batista do Nascimento e Maria dos Desterros do Nascimento. Em outra entrevista, afirmou o Pajé Manoelzinho Caxeado:

¹²² Manoel Antônio do Nascimento. Liderança Pankará na Serra do Arapuá e no Serrote dos Campos. Entrevista realizada em 25 maio 2019, Aldeia Brejinho, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha, PE.

A minha mãe era dos índios Cariri, no Ceará. E meu pai foi trabalhar nas moagens, nos plantios de cana. Era tradição da família, os caboclos irem para o Ceará, sabiam fazer o mel e quando dava o ponto do mel colocavam em cabaças. Para facilitar inventaram caixas para colocar o mel para virar a rapadura. Por isso, meu bisavô virou conhecido como caixeiro de mel. Minha mãe teve 12 filhos e 02 morreram. Só eu nasci na Serra, os outros nasceram no Ceará. Eu tinha a mediunidade e quando acontecia isso, corria e vivia dias no mato. Era bem presepeiro. Sempre tive uma vida sofrida.¹²³

Reafirmou que a história da sua família é fundamental para afirmação da presença indígena na Serra do Arapuá. É a família que tem mais pessoas na Serra e expande por toda região do Pajeú, toda a região de Floresta. O avô, Zé Caxeado, era do Olho D'água do Padre, indígena do povo Atikum e se casou com uma parente, Maria de Souza, que habitava na Serra do Arapuá. Mas, toda família era oriunda da vizinha Serra Negra. Nessa mesma entrevista destacou a importância da Serra Negra para os indígenas no Sertão:

A Serra Negra é a mãe de todos. Todo mundo [índio] é filiado nela. É o grande tronco-velho. E a dispersão dos índios da Serra Negra foi atribuída às inúmeras perseguições dos brancos com índios e foram tomando tudo, matando os índios. Quem conseguiu não morrer, fugiu. Por isso, que tenho parentes em tantas áreas, daqui das Serras, dos Tuxá, mas tenho até parentes em Águas Belas, nos Fulni-ô e nos Kambiwá também. Viviam tudo correndo de um lado para outro, meu avô contava essa história, a avó dele contava que veio fugida da Serra Negra.

Manoelzinho Caxeado afirmou a Serra Negra como o tronco velho em concordância com a afirmativa de Neném Pankará, além de evidenciar também as relações parentais e ritualísticas em diversos ambientes ecológicos na região são franciscana.

O Pajé Manoelzinho Caxeado afirmou que desde a infância faz usos de plantas, barro e madeira extraídos da serra, produzindo “os elementos que dá força aos índios, como o cocá que são feitos de palhas de Catolé, colares feitos de sementes e os caquis [cachimbo] são feitos de madeira ou de barro”. Em entrevista durante o I Encontro Terra Toré, no Território Indígena Pankará, na Serra do Arapuá,

¹²³ Manoel Antônio do Nascimento. Liderança Pankará na Serra do Arapuá e no Serrote dos Campos. Entrevista realizada em 25 maio 2019, Aldeia Brejinho, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha, PE.

para a produção do documentário “Terra Toré¹²⁴” em 2007, demonstrou diversas formas de usos de plantas existentes na Serra do Arapuá, especificamente na terapêutica e na ritualística Pankará:

Usam para curas espirituais e medicinais [...] recomendou que só deve retirar as partes das plantas no período da manhã, pois bem cedo, ‘estão frias e estão todas contentes’ [...] não fazer nenhuma extração das plantas à tarde, pois ‘estão quentes e elas mudam o planeta, o planeta muda. E o sol está guiando, está descendo’ [...]. Afirmou ainda que aquele local era da medicina, ‘a mesma coisa de estar dentro de uma farmácia’. E que até pouco tempo nenhum índio da serra procurava médico, pois ‘todos eram criados’ na medicina da serra, na ‘ciência do índio’. [...]. Segundo o Pajé, a Jurema ‘serve para aplacar dor de dente, depois que ela é pisada até virar pó, coloca-se no dente doente até o dente cair’. A Jurema é uma planta sagrada para os Pankará, pois ‘passa o segredo para o Toré’, mas ressaltou o Pajé que somente algumas pessoas recebem o segredo da Jurema (OLIVEIRA, 2019, p. 166-167).

Evidenciou que a ciência do índio quem possui são os pajés, os mais velhos, os troncos velhos. A sabedoria e a resistência da luta são desde os ancestrais, “ensinando a cada índio, os bisavôs, os avós e em cada história vivida por cada um de nós¹²⁵”. A família é da Aldeia Lagoa, atual habitação do Pajé e familiares. O avô nunca quis fazer documento do terreno. Afirmava que o documento eram os cachimbos e os cacos de aribé¹²⁶, encontrados quando cavavam para plantar. Mas, a área da Lagoa nunca esteve nas mãos de fazendeiros/posseiros.

Segundo Manoel Caxeado, o avô narrava que a família Carvalho, oriunda da região de Água Branca, área próxima à Serra do Arapuá, com a desculpa das secas foram subindo a Serra com o gado, tomando as terras: “mas não foi através de guerras. Iludiam o povo, ofereciam carne ou cavalo e trocavam por terras. Somente não perderam as terras aqueles que não aceitaram fazer as trocas, como a sua família. Outra forma de usurpação de terras indígenas, praticada pelos posseiros ocorreriam na preparação para plantio, pois quando faziam roçados e brocas¹²⁷ aproveitavam para aumentar a área, desmatando terras além do limite da posse.

¹²⁴ “Terra Toré” com produção, roteiro, imagens e direção de Ângelo Bueno, Eliana Monteiro, Ernerto Teodósio, Geertje Van Der Pas, Júnio Tupã, Otto Mendes e Roberto Saraiva. Edição Telephone Colorido e parceria do Conselho Indigenista Missionário-CIMI/Nordeste (OLIVEIRA, 2019).

¹²⁵ Entrevista realizada em 30 jun. 2019, Território Sagrado Gameleira, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha, PE.

¹²⁶ Utensílio doméstico feito de barro. Um tipo de frigideira.

¹²⁷ Práticas de preparação da terra denominada de roçados. É o ato de retirada de ervas daninhas. A broca é a derrubada de árvores, o desmatamento da área que será usada para plantios agrícolas.

O Pajé evidenciou os esbulhos de terras que os indígenas Pankará enfrentaram ao longo do tempo, praticados por famílias representantes da oligarquia na região. Ainda ressaltou práticas socioculturais entrelaçadas com o ambiente, com a história da família e a práxis cotidiana, expressas através das memórias orais dos indígenas Pankará.

3.3.7 Cacica Lucélia Pankará

Figura 25 – Cacica Lucélia Pankará



Fonte: Lucélia Cabral (2019).

Lucélia Leal Cabral nasceu em 1977, na Fazenda Roçado, Serra do Arapuá, que à época fazia parte do município de Floresta, atualmente Carnaubeira da Penha/PE e é nomeada Aldeia Roçado. É filha de Maria José Leal Cabral e Pedro Alves Cabral. Os avós maternos são Josefa Alice da Conceição e Luiz Pereira Leal, conhecido por Luiz Preto. Afirmou possuir relações parentais com as lideranças da tradição na Serra do Arapuá, o avô, Luiz Preto, é primo do Pajé Pedro Limeira e a avó, Josefa Alice é da família Caxeado, prima do Pajé Manoelzinho Caxeado.

A entrevistada narrou que desde a tenra infância participava das migrações sazonais nos períodos de secas, quando a família descia a Serra do Arapuá para trabalhar na Fazenda Garrancho, Zona Rural da Velha Itacuruba, área conhecida como Poços dos Cavalos, atual Comunidade Quilombola Poços dos Cavalos.

Também praticavam agricultura de vazante nas margens e ilhas do rio São Francisco. Nos períodos chuvosos retornavam a Serra. Enfatizou que a infância foi muito boa: “vivi grandes momentos ao lado dos meus avós. Com maravilhosas noites no terreiro, deitados em esteiras, ouvíamos as histórias belíssimas contadas pelo meu avô” (LUCÉLIA LEAL CABRAL¹²⁸, 2019).

Lucélia estudou na Serra do Arapuá até a antiga 4ª série primária, atual 5º ano do Ensino Fundamental. E como não existiam outras modalidades de ensino na Serra, foi morar na casa do primo, Geraldo Leal, na Nova Itacuruba em 1989. Nessa época, com 12 anos começou a trabalhar nas roças, “alugada”, por diária, plantando cebola, tomate e colhendo feijão. Trabalhava durante o dia e estudava à noite, pois era necessário ajudar a família. E em 2001, a mãe com o restante da família estabeleceu também moradia na Nova Itacuruba, na área periférica, também trabalhando nas roças de “alugados”, por diárias ou vivendo de “biscates”.

Relatou que, com todo sacrifício, conseguiu concluir o Curso de Magistério,¹²⁹ graduação em Pedagogia. Aprovada em concurso público para docente e desde 2006 faz parte do quadro de professores da Secretaria Municipal de Itacuruba. Concluiu em 2016 o Curso de Especialização em Educação Intercultural, modalidade *Lato Sensu*, promovido pelo IFSertãoPE, Campus Floresta.

O processo de mobilização para o reconhecimento étnico e a ocupação do Serrote dos Campos foi motivado pela falta de terras para plantios e para práticas dos rituais, pois como moravam na zona urbana da Nova Itacuruba não possuíam trabalho e nem perspectivas de melhorias de vida. Além de enfrentarem perseguições e discriminações por praticarem os rituais, sendo denominados de feiticeiros ou macumbeiros.

Então, decidiram buscar reconhecimento étnico como também a retomada de uma área, reconhecida pelos mais velhos como Território Sagrado, fazendo parte dos locais que usavam nas travessias para o território do povo Tuxá. Para tanto, consultaram o Pajé Pedro Limeira, que “fez ritual e os ‘Encantados’ recomendaram buscar uma área serrana com antigos Cruzeiros”.¹³⁰ Eram locais sagrados e antigos

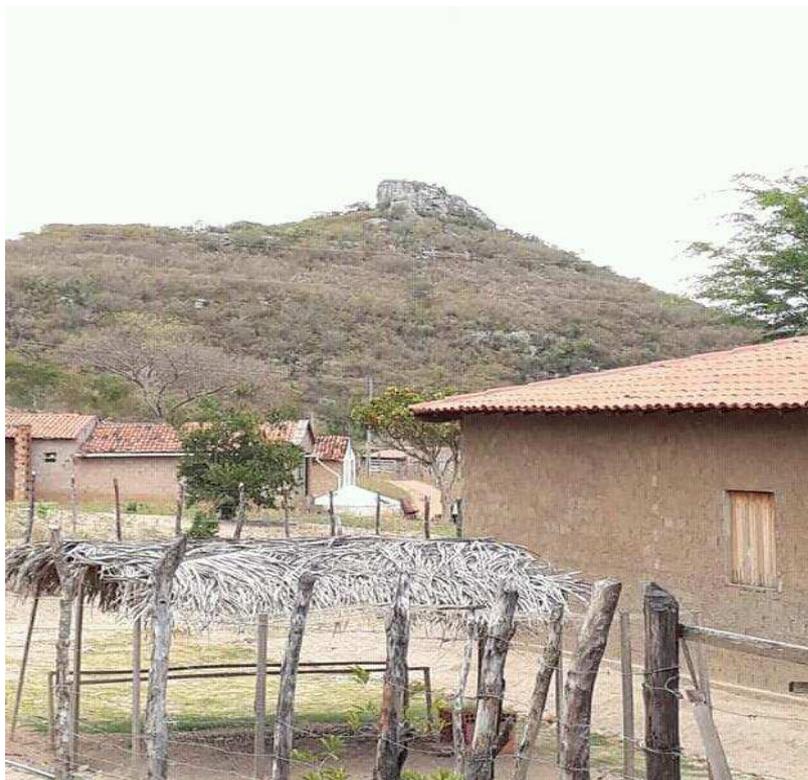
¹²⁸ Cacica Pankará Serrote dos Campos. Entrevista realizada em 12/12/2019, na cidade de Floresta (PE).

¹²⁹ Curso de docente que habilita para ministrar aulas até a modalidade de Ensino Fundamental I. Atualmente essa modalidade é praticamente inexistente na rede pública de ensino.

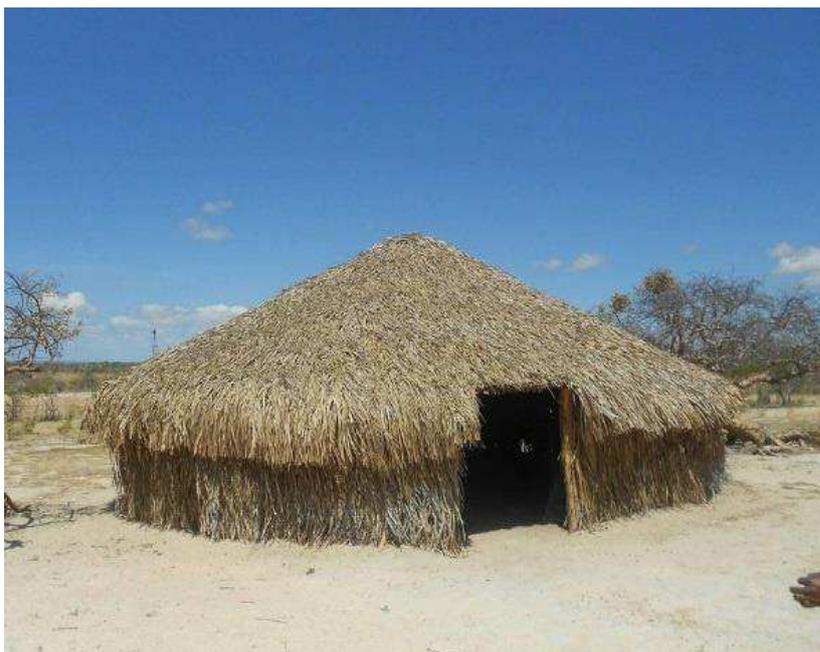
¹³⁰ Cacica Pankará Serrote dos Campos. Entrevista realizada em 12/12/2019, na cidade de Floresta (PE).

caminhos de trânsitos entre a Serra do Arapuá e a Velha Itacuruba. Dessa forma encontraram o Serrote dos Campos conforme se vê na Figura 26 (a, b, c).

Figura 26 – Serrote dos Campos (Itacuruba, PE)



a) Serrote dos Campos



b) Terreiro Sagrado



c) Caminho antigo usado pelos Pankará para Travessia no Rio São Francisco

Fonte: Oliveira (2018).

Afirmou Lucélia Leal que inicialmente a Cacica no Território Serrote dos Campos era Dorinha Pankará. E, obtiveram o reconhecimento imediato por todas as lideranças da Serra do Arapuá, por pertencerem “às linhagens das famílias dos Pajé, Pedro Limeira e Manoelzinho Caxeado”. Ressaltando o Pajé Manoelzinho Caxeado também como Pajé do povo Pankará Serrote dos Campos.

Evidenciou que após dois anos do cacicado de Dorinha Pankará, “sob orientação e indicação dos ‘Encantados’ fui escolhida a Cacica do povo”,¹³¹ compreendendo como uma missão:

Enfrentei com muita luta, primeiro por ser mulher e ter que conciliar trabalho, família e aldeia. Já passei por muitos momentos difíceis e me fortalecia no ritual para nunca desistir. Nesses 12 anos no território Serrote dos Campos tivemos muitas conquistas, desafios e perseguições, pois sou ameaçada de morte e vivo sob proteção do Programa de Defesa dos Direitos Humanos em Pernambuco.

Ressaltou também que estão mobilizados desde 2010, realizando diversas ações e denúncias contra o projeto de implantação de uma Usina Nuclear¹³² em Itacuruba/PE. Informou que a antropóloga Carolina Mendonça produziu um relatório

¹³¹ Lucélia Leal Cabral é a Cacica Pankará Serrote dos Campos. Entrevista realizada em 05/06/2018, no Território Pankará Serrote dos Campos, Itacuruba (PE).

¹³² O projeto do governo brasileiro de construção de usinas nucleares é alvo de críticas por diversos setores da sociedade, especialmente ambientalistas, afirmando que podem ocorrer graves impactos socioambientais (SILVA, 2019).

de qualificação da demanda do povo Pankará Serrote dos Campos, em 2011, protocolado na Funai com o objetivo de abertura de processo administrativo. Foi instituído o GT para início do processo de demarcação. Mas, segundo consta em Carta Aberta produzida pela Associação Brasileira de Antropologia, a Funai interferiu politicamente, destituiu a antropóloga indicada anteriormente substituindo-a por um antropólogo sem experiência e representante da bancada ruralista (CIMI, 2019).

A identidade étnica foi afirmada por Lucélia a partir das práticas tradicionais, como uso de ervas para curas, a crença nos “Encantados da Jurema”, nas rezas dos Pajés e benzedadeiras, na preservação e cuidado com a “Mãe Terra”. Reafirmou que o objetivo do povo Pankará Serrote dos Campos: “buscar viver em harmonia com todos os seres que habitam nosso território, por isso é Sagrado.” (CIMI, 2019).

3.4 Pankará: trajetória de vidas e relações socioambientais

As trajetórias de vida narradas acima evidenciaram as relações parentais e ritualística dos Pankará com outros grupos indígenas, especificamente com os Atikum, habitantes na Serra Umã, vizinha a Serra do Arapuá. Os Atikum e Pankará na década de 1940 mobilizaram para o reconhecimento étnico perante o SPI reivindicando a instalação de postos indígenas. Somente o povo Atikum conseguiu naquele momento, conforme demonstrado neste estudo, principalmente no segundo capítulo. Naquele período, as articulações e estratégias de mobilizações intra e interétnica, conforme demonstraram estudos, o Toré foi elemento fundamental na conexão entre passado e presente na afirmação da identidade étnica (ARRUTI, 1996; GRÜNEWALD, 1993; OLIVEIRA, 2004).

Os indígenas na Serra do Arapuá desde a década de 1940 reivindicam o reconhecimento indígena e o direito ao território. Por isso, as memórias orais dos Pankará afirmam as dinâmicas da construção da identidade étnica imbricada no mundo natural e na diferença a partir da condição da mistura através da expressão que são todos braiados. Condição afirmada por vários grupos indígena no Nordeste para diferenciar as antigas famílias de índios puros, com as famílias que misturaram com não índios. A condição de “mistura ou a pele braiada”, como contributo para a afirmação étnica (HERBETTA, 2012, p. 76). Nesse sentido, os Pankará usam a expressão braiado para afirmar a identidade através da mistura citando o mundo

mítico para rememorar a história dos antepassados, os troncos velhos com os atuais indígenas, as pontas de ramas, afirmados pelos Encantados (OLIVEIRA, 2004).

Estudos com fontes documentais e as memórias orais indígenas Pankará afirmaram a Serra Negra como local de habitação e refúgio de índios. Pois, no início do século XIX, aquela região recebeu novas áreas de aldeamentos, com a atuação de destaque do missionário Capuchinho italiano, Frei Vital de Frescarolo, que fundou em 1802, na Serra Negra a Aldeia Jacaré, aldeando os índios Pipipã, como citado no início deste capítulo. Além de “pacificar” os índios Umã e Chocó com a fundação do Aldeamento Olho d’Água da Gameleira, renomeado de Olho d’Água do Padre, na região da Serra Umã, área do atual Território Indígena Atikum e do Território Indígena Pankará (ARRUTI, 1996; MENDONÇA, 2003; SANTOS JÚNIOR, 2015).

Evidenciamos as memórias orais dos Pankará, afirmando as relações parentais e ritualísticas com a área do antigo aldeamento, Olho d’Água da Gameleira ou Olho d’Água do Padre, como afirmou Luciete Pankará, pertencer à família Gameleira. Como também afirmaram Serra Negra como “mãe” dos índios na região, o “tronco”, “as raízes” das famílias, Limeira, Gonçalo, Caxeado etc. Além disso, a identidade indígena Pankará é reafirmada através de práticas consideradas tradicionais, com as atividades agropastoris, curas através de rituais e usos dos recursos naturais na Serra do Arapuá e áreas adjacentes.

As memórias orais também mostraram que, nos últimos anos, vem ocorrendo um processo de cisão entre representantes de famílias que lideraram e lideram o movimento indígena Pankará.

De um lado, a Cacica Dorinha foi eleita Vereadora em Carnaubeira da Penha (PE). Tentou a reeleição em 2016 e não obteve sucesso, mesmo recebendo um quantitativo maior de votos que na eleição anterior. Atribuiu a derrota à mudança de legenda partidária que exigiu um coeficiente muito maior de votos. Afirmou “Graças a Deus não consegui ser eleita: não sei fazer a política desse povo [...]. Muitos pensam que cacique é um cargo. Não! Para mim é uma missão que eu trouxe dos meus antepassados” (GOMES, 2017, n. p.).

Uma divisão política na Serra do Arapuá, um processo de fracionamento e de cisão entre representantes de famílias que lideraram e lideram o movimento indígena Pankará, resultou na ascensão de um novo Cacique, Ary Pereira Bastos, esposo da liderança Pankará, Luciete Lopes, apoiados pelo Pajé Manoelzinho

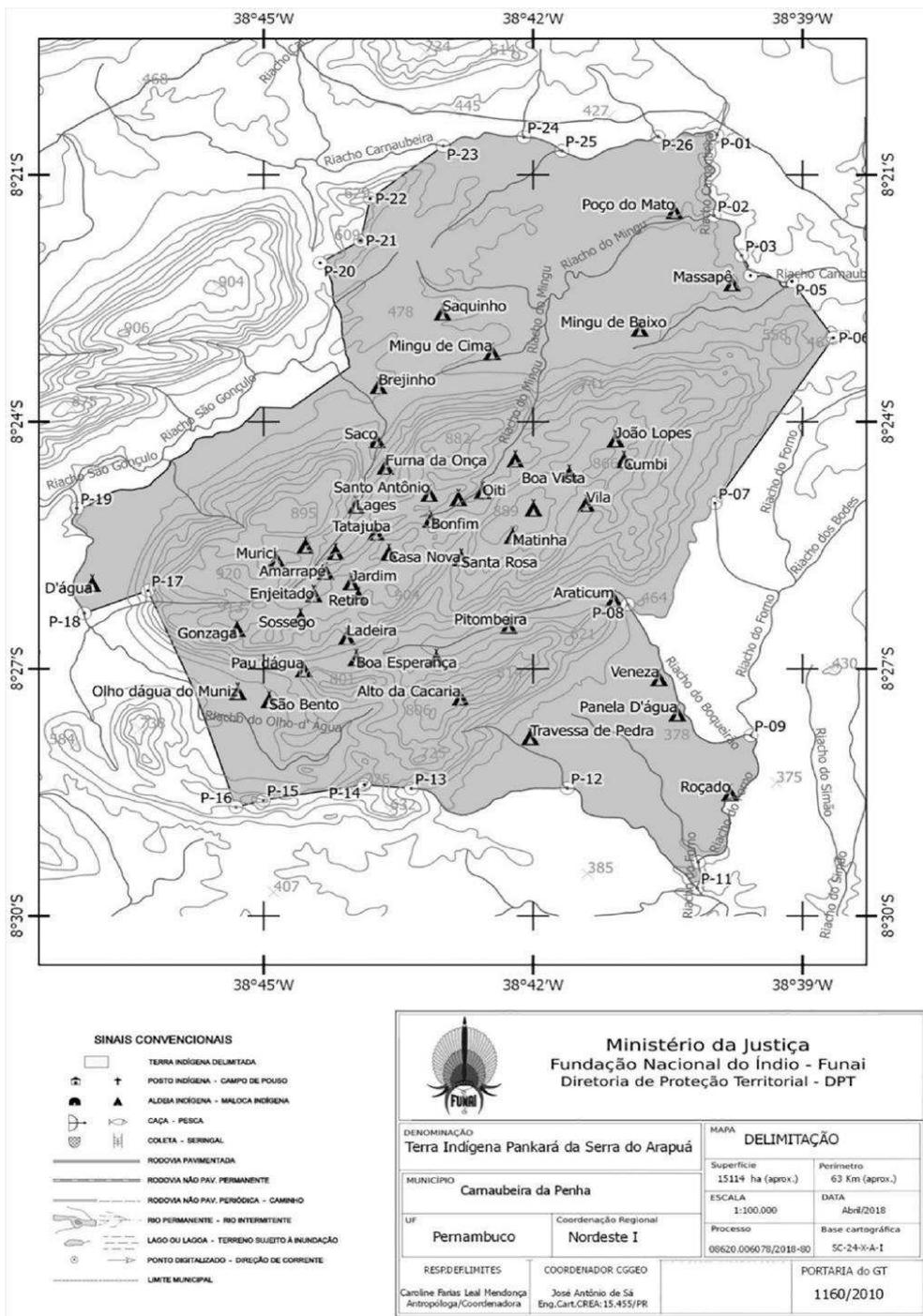
Caxeado. O novo Cacique Ary Pankará, participou do processo de mobilização dos indígenas Pankará e reconhecia o cacicado de Dorinha (MENDONÇA, 2013).

Neste período, durante o processo de mobilização para a estadualização da Educação Escolar Indígena, o Prefeito de Carnaubeira da Penha à época negou a identidade étnica dos Pankará e marcou uma reunião na Serra para afirmar que não existiam indígenas. Os indígenas Pankará sob a liderança da Cacica Dorinha cercaram os acessos à Serra (MENDONÇA, 2013; OLIVEIRA, 2014). E, no último pleito eleitoral municipal (2016), o referido Prefeito apoiou a chapa que Ary foi candidato, vitorioso no pleito. Recebeu o apoio da esposa, Luciete e outras lideranças, como o Pajé Manoelzinho Caxeado. Os Pankará são participantes das dinâmicas das relações de poder político local.

A esse respeito, em seu depoimento, a Cacica Dorinha afirmou que o motivo da divisão do povo foi provocado pelas disputas com a publicação do RCID/FUNAI, com área delimitada e uma lista dos não indígenas, os “posseiros”, que terão que desocupar as áreas na Serra do Arapuá, acirrando conflitos no processo eleitoral do município¹³³, contendo o Mapa com delimitações das aldeias Pankará, conforme a Figura 27.

¹³³ Maria das Dores dos Santos é Cacica Pankará. Entrevista realizada em 25/05/2019, na Aldeia Saquinho, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha (PE).

Figura 27 – Delimitação Terra Indígena Pankará – Serra do Arapúá/Cacaria



Fonte: BRASIL (2013).

Já a liderança Luciete Pankará afirmou que nos últimos anos havia uma insatisfação por parte de lideranças das famílias Rosa, Amâncio e Caxeado, citando, Isaías, família Rosa, Cícero, família Amâncio e o Pajé Manoelzinho Caxeado, reclamavam a exclusão do processo, inclusive afirmou a cacica Dorinha tinha conhecimento das insatisfações e tentava apaziguar, mas efetivamente essas

lideranças não obtinham reconhecimento. Afirmando que no período de 2015 a 2016 ocorreram reuniões desses representantes citados com Luciete e o esposo Ary, para a criação de um novo cacicado. E todos escolheram Ary como o novo líder do grupo, novo Cacique. E destacou que o processo eleitoral em que Ary elegeu-se Vice-Prefeito não foi o aspecto influenciador no processo de cisão, pois:

As tensões e o sentimento de rejeição por parte das famílias da tradição e da descendência na serra já existia anterior a participação de Ary na política partidária do município. As famílias antigas na Serra estavam sendo excluídas, inclusive, na participação da educação escolar indígena.¹³⁴

O fracionamento e a divisão política relacionados ao Cacicado foi também citado pelo Pajé Manoelzinho Caxeado:

Foi por causa da Serra que é muito grande e Dorinha não tava dando conta e o povo vinha me reclamar muito. Então, conversei e não teve jeito. Por isso, coloquei Ary para assumir e ajudar. Só que Dorinha é muito cabeça dura e não quer aceitar, mas ela não pode querer abarcar o mundo.¹³⁵

E o Cacique Ary Pereira Bastos, afirmou a origem na Aldeia Brejinho e na Aldeia Lajes. E, “sempre escutei dos mais velhos que nós, Pankará, somos parentes dos Tuxá e dos Atikum. Costumamos dizer aqui que todo povo Atikum tem parente Pankará e todo Pankará tem parente Atikum e quem não tem parente em nenhum desses povos é porque não é índio daqui dessa região nossa¹³⁶”. Enfatizou as relações interétnicas com exemplos de professoras atuando em Pipipã, mas são naturais da Serra do Arapuá, ressaltou, “Valdemir Pipipã, Cacique do povo Pipipã é da família Alexandra daqui da Serra do Arapuá, especificamente os Alexandre são daqui da região da Água Grande¹³⁷”.

Evidenciou os fluxos dos indígenas entre a Serra Negra, Arapuá, Umã, Ilha de Surubabel e Rodelas, devido as constantes práticas ritualísticas. Reforçou a origem

¹³⁴ Luciete Pankará. Entrevista realizada em 25/05/2019, Aldeia Saquinho, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha (PE).

¹³⁵ Liderança religiosa: conhecido como Manoelzinho Caxeado, Pajé Pankará na Serra do Arapuá e no Serrote dos Campos. Entrevista realizada em 25/05/2019, Aldeia Brejinho, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha (PE).

¹³⁶ Ary Pereira Bastos. Entrevista realizada em 25/05/2019, Aldeia Saquinho, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha (PE).

¹³⁷ Id.

indígena, expressou também relação de amizade com vários Tuxá e parental com a família de Roque Tuxá,

Com Amália mesmo, a gente descobriu que tem parentesco sanguíneo. [...]. O registro mais antigo indígena é diretamente de Alexandra, mãe de Aninha Gameleira. Realizamos um encontro dos caboclos. A história de Aninha Gameleira, foi tomada por um Carvalho [...] quando tinha mistura dava o sobrenome Barros, porque a pele era mais escura igual a barro, só os legítimos que recebiam o nome Carvalho. Aqueles que tinham sobrenome de Barros era porque era um Carvalho misturado, braiado.¹³⁸

A família Gameleira é também relacionada aos indígenas Pipipã e Atikum, pelas memórias expressarem as ancestralidades dos indígenas, no início do século XIX foram reunidos em Missões na Serra Negra e no Olho d'Água do Padre, conforme evidenciado em outro tópico deste capítulo. A região foi e continua sendo importante espaço de cobiça e disputas por terras em áreas privilegiadas, um brejo de altitude e adjacências.

A família do Cacique Ary, a família Bastos, a maioria dos indígenas Pankará em entrevista realizada pela antropóloga Sheila Brasileiro¹³⁹ afirmaram a inexistência da família Gameleira como Tronco Velho Pankará. A antropóloga evidenciou Ary Bastos possuindo o reconhecimento por seus adeptos “é suficiente para habilitá-lo como interlocutor legítimo dos Pankará, ou melhor, da parcela que ele representa, junto aos órgãos estatais”. Ainda reforçou a recomendação do GT feito em 2017, todas as pessoas indicadas por cacicado como indígenas sejam respaldados pela Cacica Dorinha e pelo Cacique Ary:

Avalio a medida como salutar e recomendo fortemente que ela seja assegurada ao longo de todo o procedimento de demarcação territorial do Povo Pankará para impedir que injunções político-partidárias, ou estratégias de aumento de prestígio através do acréscimo de adeptos possam ser utilizadas para incluir, como indígenas, pessoas estranhas, ou mesmo tradicionais inimigos desse povo indígena, circunstancialmente aliados em virtude da política eleitoral¹⁴⁰

Sheila Brasileiro registrou a urgência no processo de regularização fundiária para evitar a participação de posseiros na provocação e no acirramento de conflitos

¹³⁸ Ary Pereira Bastos. Entrevista realizada em 25/05/2019, Aldeia Saquinho, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha (PE).

¹³⁹ Antropóloga responsável pelo parecer técnico no. 1946/2018 – SPPEA, requerido pela Procuradora Federal sob no. de referência: 1.26.004.000234/2017-10.

¹⁴⁰ Id.

e disputas internas do povo indígenas Pankará. Ressaltamos a necessidade de mais pesquisas relacionadas as disputas internas na Serra do Arapuá sobre o tema específico do conflito e faccionalismo em contexto indígena Pankará.

As reflexões socioambientais neste capítulo buscaram compreender como os Pankará se relacionam, o ambiente onde habitam e de que forma a Serra do Arapuá e áreas adjacentes influenciaram os indígenas. Portanto, a abordagem histórica nesse estudo considera como os seres humanos foram e são impactados pelo Ambiente (WORSTER, 2003). Nesse sentido, as matas foram descritas pelos interlocutores das narrativas biográficas como sagradas, locais de refúgios, de curas e de aprendizagens da Ciência do Índio. O indígena Neném Pankará¹⁴¹ evidenciou a sacralidade das matas ao rezar antes de denunciar os desequilíbrios ambientais, como o desmatamento e atuais alterações climáticas que afetam a Serra do Arapuá, atribuindo ao acelerado processo de perfuração de poços artesianos na região.

Ressaltamos que a gestão de águas subterrâneas é fruto de discussões e críticas por parte de estudiosos da temática, pois não há uma fiscalização e controle para abertura de poços artesianos. Alertam que o uso indiscriminado poderá comprometer a quantidade de água extraída, prejudicando reservas aquíferas. A perfuração de poços exige adequado trabalho técnico e autorização governamental para evitar riscos de contaminação, devido a perfuração ou lacração incorretas, resultando na degradação de mananciais (VILAR, 2016).

As histórias de vidas dos entrevistados evidenciam as conexões parentais intra e interétnicas através das narrativas descritas sobre os familiares. Além da importância das práticas tradicionais evidenciadas, como as formas de plantios, os usos dos recursos naturais na terapêutica e o sentido que atribuem às práticas ritualísticas, temáticas também discutidas no próximo capítulo.

¹⁴¹ Liderança Pankará. Entrevista realizada em 22/04/2019, na cidade de Petrolina (PE).

4 O PROGRESSO NO NORDESTE, A BARRAGEM DE ITAPARICA E AS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS INTERCULTURAIS

O rio virou lago, cumprindo simbolicamente a profecia, repetida na boca do povo, do Sertão virar mar. Dezenas de milhares de habitantes da beira do Rio São Francisco tiveram a sua vida profundamente alterada em nome da melhora alheia (SCOTT, 2009, p. 9).

As políticas desenvolvimentistas para a modernização do Brasil republicano foram planejadas pelo Estado para transformação do mundo rural, visto como local de atraso ou desocupado para o progresso do mundo urbano. Dessa forma, o órgão indigenista oficial, o SPI, primordialmente pensava e agia para a integração dos indígenas à sociedade, isto é, civilizá-los, como também a política energética era propagada como caminho de modernidade e civilização do País. Nesse sentido, como demonstrado neste estudo, a partir da década de 1950 até a década de 1990, as UHE e barragens construídas no Submédio e Baixo São Francisco foram e são alardeadas pelo Estado como ícones de desenvolvimento e obras imprescindíveis para o País.

Especificamente neste capítulo buscaremos enfatizar a política de combate ao suposto atraso no Nordeste, o Rio São Francisco e o progresso para os chamados caboclos. Evidenciamos as relações entre troncos e pontas de ramos Pankará na Serra do Arapuá e áreas adjacentes, envolvendo as dinâmicas de processos migratórios sazonais entre a Serra do Arapuá e o Rio São Francisco em períodos de estiagens, as relações interculturais e ritualísticas com negros(as) e indígenas. E, como o barramento das águas afetou os fluxos socioculturais e os processos étnicos no Sertão de Itaparica. Com análises e reflexões a partir de estudos, documentos produzidos pela Chesf e as memórias dos Pankará por meio de entrevistas orais, com lideranças indígenas e quilombolas habitantes na área da Barragem de Itaparica, relacionados aos objetivos da pesquisa e deste capítulo.

4.1 O chamado progresso e desenvolvimento no São Francisco

A implantação de uma política com base no desenvolvimento industrial aliado ao papel do Estado no fomento de ações para criação de infraestrutura necessária na viabilidade deste setor, foi/é propagada como principal política para o progresso

do Vale do São Francisco. Para isso, sendo imprescindível a melhoria da infraestrutura, sendo fundamental a geração de energia elétrica, através do aproveitamento de rios. O Rio São Francisco transformado no potencial de geração de energia e para o exaltado desenvolvimento econômico evidenciado no capítulo 01 e neste capítulo.

Nas áreas dos sertões foram implantadas políticas públicas e instituições governamentais para combater o suposto atraso por meio de campanhas publicitárias nas áreas de saúde e educação. Além de articular, controlar e transformar, especificamente a população habitante em áreas rurais em trabalhadores nacionais. Dessa forma, o SPI fez parte da política de Estado, conforme demonstramos no capítulo 02. A Chesf desempenhou papel semelhante, representante do suposto progresso, a energia elétrica imprescindível para a consolidação da indústria e da chamada modernização no Nordeste.

O governo dos E.U.A criou uma política de incentivo ao crescimento dos chamados países subdesenvolvidos, para garantia da liderança e manutenção da ideologia capitalista. Especificamente, nas décadas de 1940 e 1950, no Brasil diversas missões lideradas por norte-americanos estadunidenses, realizaram análises e propuseram soluções para combater problemas socioeconômicos.

Os estudos liderados por Donald Pierson estavam dentro da proposta dos E.U.A., produção de conhecimentos sobre a região do Rio São Francisco, incluindo os estudos realizados por Hohenthal com os povos indígenas habitantes no Submédio e Baixo São Francisco, abordados no capítulo 2. Também estudos nas bacias hidrográficas dos rios Tocantins, Araguaia e São Francisco, realizados por grupo de engenheiros do *Bureau of Reclamation*, órgão ligado ao Departamento do Interior E.U.A, com larga experiência em gestão de recursos hídricos e geração de energia hidroelétrica (OLIVEIRA, 2018).

O Projeto sobre o Vale do São Francisco executado na década de 1950, sob a coordenação do norte-americano Donald Pierson, evidenciou que os grupos indígenas assistidos pelo SPI/4ª Inspeção Regional sediada em Recife/PE, eram os Rodelas (atuais Tuxá) habitantes no Norte da Bahia, nas corredeiras do rio. E na descida do rio, nas serras do Umã e do Arapuá, um pouco distante do São Francisco, habitavam os indígenas Atikum ou Umã, no município de Floresta, em Pernambuco. Além da afirmação do reconhecimento pela 4ª IR/SPI da Serra do Arapuá como local de habitação de indígenas (PIERSON, 1972). O referido

pesquisador reconheceu a presença indígena na Serra como também confirmou as relações parentais e ritualísticas entre os indígenas habitantes nessas serras.

Pierson atuou como professor na Escola de Sociologia Política de São Paulo, de 1940 a 1952. Contou com a colaboração do professor de Etnologia, Octavio da Costa Eduardo e do assistente de pesquisas, Levy Cruz, da referida instituição paulista, participaram inúmeros pesquisadores. O Projeto do São Francisco foi fruto de uma parceria entre a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, o Instituto de Antropologia *Smithsonian Institution* e a Comissão do Vale do São Francisco, complexo e extenso trabalho de pesquisa, cujos resultados foram registrados na obra intitulada “O homem no Vale do São Francisco”. O projeto surgiu como anseio do *Smithsonian Institution*, inserido no contexto das estratégias políticas adotadas pelos Estados Unidos no Pós-Segunda Guerra, para obter conhecimentos sobre a América através de pesquisas aplicadas e na área de Antropologia, com as principais temáticas: população, cultura, ambientes ecológicos, economia e educação (BOMFIM, 2006).

O referido estudo consistiu em levantamento bibliográfico e pesquisa de campo envolvendo as relações socioambientais. Iniciou com uma viagem de dois meses, usando diversos tipos de transportes: embarcações, caminhões, cavalo e avião, das nascentes do rio das Velhas (MG) - tributário do São Francisco, até a cidade de Penedo, em Alagoas, próxima a Foz do Rio São Francisco. Resultando na caracterização do Vale do São Francisco na região semiárida, local de constantes secas, vegetação nativa com pouca variação de espécies comestíveis e habitada por um número reduzido de indígenas. Evidenciando também no Submédio São Francisco diversas áreas contendo muitas inscrições rupestres, grande quantidade de artefatos arqueológicos em cerâmicas, inclusive nas duas margens do Rio São Francisco. E em Pernambuco, “especialmente a Serra de Arapuá e a Serra da Cacaria, tendo este recebido tal nome em virtude do grande número de cacos que se encontram nas suas encostas” (PIERSON, 1972, 226-227), sendo citado como lugar antigo habitado por indígenas, conforme destacado no segundo capítulo deste nosso estudo.

Estudos e discursos promotores do nomeado desenvolvimento do Vale do São Francisco priorizaram os usos diversos dos recursos naturais, incluindo projeto de colonização para povoamento de áreas consideradas vazias ao longo do rio. Em relação aos indígenas denominados também na época de caboclos, inexistia

qualquer tipo de preocupação em projetos implantados naquele período, como posteriormente. As mobilizações de políticos nordestinos para promoção do desenvolvimento e do progresso no Nordeste reivindicavam a criação de projetos e órgãos governamentais. Os discursos priorizavam combater o atraso e melhoria na vida da população nordestina, não contemplava indígenas e outros grupos étnicos, conforme evidenciado no primeiro capítulo.

O órgão federal Sudene, criado em 1959, sediado em Recife, objetivava a promoção do desenvolvimento do Nordeste. A principal justificativa para a implantação do órgão foi a inoperância do DNOCS devido a escândalos de corrupção praticados por fazendeiros contemplados com a instalação de açudes em suas terras. Para tanto, priorizava a contratação de flagelados da seca para a construção dessas obras. Os fazendeiros inflacionavam o quantitativo de trabalhadores, produziam listas de trabalhadores fantasmas em frentes de emergências, operando na chamada indústria da seca. Além de a Sudene ter como proposta o planejamento e a intervenção estatal para o combate à desigualdade socioeconômica entre o Nordeste e o Centro-Sul, efetivando o chamado desenvolvimento no Nordeste (FGV, 2020).

A Eletrobras, criada em 1961 no início do governo do Presidente João Goulart (1961-64), objetivou a realização de estudos, propostas e construções de “operação de unidades de produção assim como das linhas de transmissão e de distribuição de eletricidade, e foi um dos elementos-chaves da expansão hidrelétrica durante o regime militar” (OLIVEIRA, 2018, p. 333). No período da Ditadura Civil-Militar ocorreu um aceleração na construção de barragens hidroelétricas de grande porte. A Barragem de Sobradinho (BA), construída entre 1972 e 1979, uma obra importante para o controle de vazão de água e de produção energética, foi bastante criticada devido a área de extensão alagada, incluindo cinco zonas urbanas e o deslocamento de um grande contingente populacional. Além de problemas socioambientais que impactaram e impactam populações ribeirinhas e grupos étnicos, comunidades rurais negras e indígenas.

A partir do Governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-74) foram criados programas para planejar, estimular e financiar o considerado desenvolvimento. Em 1970 foi elaborado o Programa de Metas e Bases, implantado em 1972 o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), objetivava desenvolver o país em curto período, onde a meta estipulada propunha a duplicação da renda *per*

capita nacional até o ano de 1980: crescimento do PIB, aumento da oferta de empregos, contenção da inflação e ampliação da política econômica internacional. Além do envolvimento do setor privado, através do Programa de Promoção de Grandes Empreendimentos Nacionais em áreas fundamentais para o desenvolvimento. Os investimentos para o desenvolvimento industrial estavam atrelados ao desenvolvimento no setor energético. O referido plano foi financiado com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e outros bancos estatais (OLIVEIRA, 2018).

Em 1973 a crise mundial do Petróleo impactou bastante a economia no Brasil. No Governo Geisel (1974-79) foi criado o II PND, na tentativa de controlar a crise priorizando investimentos em implantações de indústrias nas áreas de metalurgia, petroquímica e aço, alterou a prioridade do I PND do setor da indústria de bens de consumo,

[...] para o setor de produtor de meios de produção, [...], sendo as empresas estatais o agente central destas transformações. O plano enfatizou a abertura na política externa, o mercado interno e a empresa privada nacional, o combate à inflação, a exploração do potencial hidrelétrico e a continuação do processo de substituição de importações. A principal meta do II PND era a manutenção da taxa de crescimento industrial em torno de 12% (MATOS, 2002, p. 50).

O II PND perdurou até o início do Governo Figueiredo em 1979, apesar de avanços nos setores de bens de capital e energético não atingiu as metas propostas, como não aumento do PIB, mercado consumidor, exportações e renda *per capita*. Além da dependência de financiamentos externos, aumentou o endividamento do país e as mobilizações nacionais e internacionais contra o regime autoritário, provocadores do fracasso da planificação da economia (MATOS, 2002).

A construção e finalização da Barragem e UHE de Itaparica abrangeu o II PND e a conturbada década de 1980, período caracterizado pela crise política envolvendo a transição do regime militar-civil para governos civis, ocorrendo aumento da inflação, pressão internacional para o controle do endividamento, redução na capacidade produtiva e na renda salarial. Alteração na capacidade de intervenção do Estado em políticas desenvolvimentistas implementadas desde a década de 1950, para o descrédito na capacidade do Estado em promover política desenvolvimentista por conta de fracassados planos econômicos. Resultou em

períodos de instabilidade política e econômica no Brasil (MATOS, 2002). Além de crises financeiras nas empresas estatais, a exemplo da Chesf e a UHE de Itaparica.

A exploração dos recursos naturais através de hidroelétricas foi estimulada como possibilidade para o desenvolvimento após a 2.^a Guerra Mundial, sendo fortemente incentivada e estimulada em todo o mundo. Principalmente a partir de 1950 em um contexto da ascensão dos E.U.A. e do capitalismo supostamente gerador de modernidade, catalisadores para a ascensão dos países tidos como subdesenvolvidos, em “uma dinâmica que relacionou geopolítica, tecnologia e transformações ambientais de larga escala em nome do desenvolvimento” (OLIVEIRA, 2018, p. 317). Resultou até a década de 1970 na construção de mais de 5.000 barragens de grande porte no mundo.

Os impactos socioambientais no rio São Francisco foram intensificados no século XX e nas primeiras décadas do século XXI, com a construção de usinas hidrelétricas, transformando-o no rio com maior número de hidrelétricas do país. Afetou em torno de 250 mil pessoas, provocou o desaparecimento de espécies da flora e fauna (MARQUES *et al.*, 2018). O rio e a população habitante às suas margens foram profundamente impactados pela Barragem de Itaparica “em nome da melhora alheia” (SCOTT, 2009, p. 9).

4.2 A “besta fera” (Chesf) e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais

Para a construção da Barragem de Itaparica (1979-1988) a Chesf promoveu estudos em parceria com outras instituições, como a Fundaj e a Hidroservice. Parte destes estudos encontram-se no Acervo da Chesf, disponibilizados para esta pesquisa e analisados neste capítulo. A empresa Hidroservice realizou estudos e acompanhamento de barragens no Rio São Francisco: Três Marias, Sobradinho e Itaparica. Atuou na prestação de serviços desde 1961 para a extinta. No relatório produzido em janeiro de 1975 pela Hidroservice foi afirmado a “viabilidade de executar, em um prazo limitado, a sequência de obras necessárias à implantação do Aproveitamento Hidroelétrico de Itaparica”. Recomendou prioridades para a instalação de canteiro de obras, desapropriação antecipada da cidade de Petrolândia para uso provisório como vila operária. Foi reforçada a viabilidade da execução do cronograma, técnica e de todas as operações: da logística a operacionalização do aproveitamento das águas do São Francisco para a geração e

distribuição de energia pela Chesf, na intenção de compensação do déficit energético na região. O relatório não tratou sobre questões relacionadas à população atingida pelo barramento (CHESF/HIDROSERVICE, 1975).

A área inundável que formaria o Lago de Itaparica atingia a maior faixa de terras férteis da região, localizadas nas margens e ilhas, onde era praticada a agricultura irrigada ou agricultura nas áreas de vazantes, após períodos das cheias do São Francisco. Vivendo e trabalhando a quase totalidade da população que terá seus bens desapropriados e será reassentada (CHESF, 1985, p. 5).

Em relação à força de trabalho, quase 68% desempenhavam atividades no setor primário, principalmente na agricultura, sendo que 60% dos chefes de famílias não possuíam terras, trabalhavam nas regiões em parceria, arrendamento ou como assalariados” (CHESF, 1985, p. 34). Em torno de 18% pertenciam ao setor terciário, sendo os principais serviços compostos de pequenos empreendimentos. Enquanto 11% representavam o setor secundário, composto por pequenas fábricas de tijolos, panificação, torrefação de café, beneficiamento de arroz. Somente na Antiga Petrolândia havia três indústrias de cerâmica e uma de doce. Também existia um pequeno percentual de desempregados, em torno de 3% (CHESF, 1985).

Nos municípios pernambucanos predominava a concentração de terras “nas mãos de proprietários/posseiros, que as exploram valendo-se quase sempre da parceria, no regime de meação” (CHESF, 1985, p. 34). A área explorada correspondente a 70% pertencia às Caatingas enquanto 30% correspondiam

[...] às terras da margem do rio e Ilhas, concentra-se a maior parte da produção agrícola dos municípios, em um sistema de exploração mais dinâmico, que se caracteriza pela utilização mais intensiva de capital, através da adoção de insumos modernos (fertilizantes e defensivos), equipamentos hidráulicos para irrigação, assim como um uso intensivo de mão-de-obra. Nesse tipo de cultivo estão engajados 90% das famílias (CHESF, 1985, p. 34).

Nas terras às margens e ilhas no Rio São Francisco era praticada a agricultura nas vazantes ou com irrigação, adotando técnicas modernas. A esse respeito foi afirmado pelo historiador ambiental Donald Worster (2003), que a aceleração da produção capitalista entre os séculos XVIII e XIX foi responsável pela alteração nos sistemas agroecológicos, predominando práticas agrícolas para consumo familiar, denominada de agricultura tradicional, sendo destruídas e

provocando impactos ecológicos, “a era capitalista na produção introduziu uma relação nova e distintiva das pessoas em relação ao mundo natural. A *reorganização da natureza*, não apenas da sociedade” (WORSTER, 2003, p. 34, grifos do autor).

As usinas hidroelétricas implantadas no Submédio São Francisco objetivavam a atração de capitais e força de trabalho para o “desenvolvimento e modernização pelo qual os seus recursos são explorados até a exaustão e a qualquer custo” (SILVA FILHO, 1992, p. 92). Os diversos impactos socioambientais provocados pela Barragem de Itaparica, dentre os quais, a alteração do fluxo das águas do rio, atingindo intensamente a vida de toda a população na região inundável. Com deslocamentos forçados para as áreas de reassentamento em perímetros irrigados exigindo novos conhecimentos produtivos, afetando os conhecimentos tradicionais de um enorme contingente populacional (SILVA FILHO, 1992).

Além disso, as incertezas sobre o futuro após a inundação na área da Barragem, provocou muitas inquietações na população afetada, principalmente nas pessoas mais velhas, associando a empresa Chesf com metáforas bíblicas, como o Cão, o Diabo ou a Besta-fera. A materialização da profecia contado pelos mais velhos, a partir dos barramentos realizados no rio, o São Francisco seria transformado em um poço, sem peixes, sem vida, obrigando as pessoas a viver como andarilhos (SILVA FILHO, 1992).

Desde o início da construção da Barragem de Itaparica ocorreram diversas falhas por parte da Chesf, especificamente relacionadas à ausência de definições e informações para a população atingida a respeito das áreas a serem inundadas e as soluções propostas para as áreas de reassentamento.

A maior parte da população vivia em situação de pobreza ou de extrema pobreza. A principal fonte econômica era oriunda das atividades agropecuárias em áreas de sequeiro, com concentração fundiária, realizadas em regime de dependência, no sistema de meação, como também na agricultura irrigada, praticada em ilhas e às margens do rio. Na agricultura irrigada o sistema de dependência, além do sistema de meação, incrementado pelos “donos” das bombas e outras formas relacionados a irrigação. Caracterizando a região com uma grande concentração de renda entre proprietários de terras, de bombas d’água etc. (GALVÃO, 1999).

A partir da década de 1970 foram criados sindicatos na região afetada pela construção da Barragem de Itaparica. Em Pernambuco, Sindicatos dos

Trabalhadores Rurais em Petrolândia (1970), Itacuruba (1971), Floresta (1977); e na Bahia em Rodelas (1976), Glória e Paulo Afonso em 1978. E em 1979 foi criado o Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, com a sede em Petrolândia, articulando todos os Sindicatos dos Municípios afetados em Pernambuco e Bahia, resultando no fortalecimento sindical naquele período (SANTANA, 1999).

O Polo Sindical inaugurou uma mobilização política cujos membros eram oriundos da zona rural. Os sindicalistas, atingidos pela Barragem de Itaparica, reivindicavam tratamento diferente das populações atingidas pelas Barragens, Moxotó em 1968 e Sobradinho, entre 1973 e 1978. Resultando no fortalecimento dos movimentos sociais, auxiliados por sindicatos e pela Igreja Católica Romana, conquistando maior dimensão o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Petrolândia, por reunir os sindicatos de todos os Municípios afetados, conveniados a Federações Sindicais de Trabalhadores Rurais dos Estados de Pernambuco e Bahia, vinculado também à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultores Familiares (CONTAG), criada em 1963 (RIBEIRO, 2008).

O Polo Sindical em Petrolândia tornou-se o maior representante da população atingida, agindo na intermediação e acompanhamento da realização dos trabalhos pela gestão pública envolvida, causando “inquietação” em lideranças políticas na região (RIBEIRO, 2008). A população atingida ficou muito insatisfeita com a Chesf, que era vista como representante do Estado/Governo, “[...] acumulou, ao longo de décadas, uma grande dívida social com essa população. Note-se ainda que ao lado de contínuos investimentos para o bem-estar das populações” (CHESF, 1985, p. 43).

Em Pernambuco o movimento sindical foi iniciado no litoral a partir das Ligas Camponesas, originárias na década de 1940, em

[...] associações e cooperativas de plantadores de legumes na periferia do Recife, naquela época ainda uma cidade cercada de áreas com aspectos rurais, em terras de extintos engenhos de açúcar nos outrora limites urbanos da capital. Essa experiência, da qual participavam militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), serviram de modelo para a organização das Ligas Camponesas. (SILVA, 2008, p. 250).

Na década de 1960 ocorreram denúncias e visitas de agentes do SPI e do Exército aos indígenas Xukuru para averiguações sobre o envolvimento com as Ligas Camponesas, os Comunistas e os Sindicatos (SILVA, 2008). Enquanto no Sertão de Itaparica foi evidenciado a quase inexistência de envolvimento de trabalhadores sem terras com os movimentos sindicais (RIBEIRO, 2008).

O fortalecimento Sindical na região do Submédio São Francisco foi motivado pela iminência do enchimento da Barragem, o atraso nas obras para a realocação e a ausência de informações para a população afetada, o Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco organizou em 1986 a ocupação do Canteiro de Obras da Construção da Usina, com a paralisação total das obras durante 06 dias, forçando a Chesf a planejar acordos diferentes dos realizados na década de 1970, em Sobradinho, Bahia. Resultando na conquista de um acordo definindo diretrizes básicas para o reassentamento da população rural, onde a Chesf comprometeu-se com o cumprimento de prazos, instalação de equipamentos de irrigação nos lotes e a garantia da Verba de Manutenção Temporária (VMT), com valor equivalente a 2,5 salários-mínimos por família, até a primeira safra irrigada. Como forma de compensação pelas perdas das atividades produtivas e consequentemente dos sustentos de milhares de famílias (SCOTT, 2009; SILVA FILHO, 1992).

4.3 Geraldo Kambiwá, liderança indígena sindical

Geraldo Abraão do Nascimento¹⁴², indígena Kambiwá e liderança sindical. O seu pai possuía relações parentais com os indígenas Atikum, habitantes na Serra Umã, e com os indígenas Pankará, habitantes na Serra da Cacaria. A mãe, oriunda de Palmeira dos Índios, Alagoas. Nesse Município habitam os Xukuru-Kariri. Para Geraldo Kambiwá, provavelmente sua mãe era indígena. Os pais migraram para a Baixa de Alexandra, local de nascimento de Geraldo, atual Território Indígena Kambiwá, que abrange os Municípios de Inajá, Floresta e Ibimirim, em Pernambuco.

O entrevistado iniciou a participação no movimento sindical em Floresta (PE). No período de 1974 a 1982 foi liderança sindical, atuou na articulação do movimento

¹⁴² Geraldo Abraão do Nascimento, 63 anos. É liderança indígena Kambiwá e liderança sindical. Entrevista realizada em 16/09/2021, via Google Meet.

de base em Petrolândia. Em 1982 foi morar em Juazeiro do Norte (CE), retornando em 1987, para trabalhar como encarregado pela instalação elétrica das áreas urbanas das novas cidades, na Bahia: Rodelas e Distrito de Barra do Tarrachil. Em Pernambuco, Itacuruba. Após o término das construções, foi morar na Agrovila Caraíbas, devido ao casamento com uma moradora de Belém do São Francisco, habitante de área atingida pela Barragem e reassentada numa área do Projeto Caraíbas, atual Fulgêncio¹⁴³.

Na construção de Barragem de Sobradinho não foi planejada pela Chesf nenhuma ação indenizatória para a maior parte da população habitando nos Municípios atingidos. Por isso, Geraldo Kambiwá ressaltou a necessidade de mobilização por parte dos trabalhadores rurais,

A Barragem de Itaparica teria que ser diferente da Barragem de Sobradinho. Porque a construção da Barragem de Sobradinho foi um desastre, até hoje tem pessoas que nem receberam casas, terras e nem foram relocados para canto nenhum, ficaram aí a deriva do tempo¹⁴⁴.

A população que habitava a região de Itaparica que seria atingida pela Barragem possuía conhecimento da falta de soluções para reassentados sem comprovação de titulação das terras, nas áreas em que foram construídas as Barragens do Moxotó (AL), em 1977, e em Sobradinho (BA), em 1979. Pois, “[...] no que refere à reação popular, como modelos de experiências de expulsão e fracasso, respectivamente” (SANTANA, 1999, p. 61).

A UHE e o reservatório do Moxotó/CHESF, posteriormente nomeada Apolônio Sales, atingindo parte da zona rural de Petrolândia, em Pernambuco e na zona rural do Município de Delmiro Gouveia, em Alagoas. E, na Bahia, áreas na Zona Rural de Paulo Afonso e Glória, além da Sede totalmente inundada. Ocorreu o deslocamento da população de 1.007 famílias. Situação de extrema violência a expulsão e o total descaso com a população afetada, sem nenhum critério ou criação de infraestrutura para reassentamento da população atingida, as denúncias foram feitas pela Igreja Católica através de sermões de Padres. A falta de mobilização por parte da população atingida foi atribuída ao recrudescimento do Estado brasileiro, sob o

¹⁴³ Geraldo Abraão do Nascimento, 63 anos. É liderança indígena Kambiwá e liderança sindical. Entrevista realizada em 16/09/2021, via Google Meet.

¹⁴⁴ Id.

regime civil-militar, como também a falta de Sindicato de Trabalhadores Rurais naquele contexto (SANTANA, 1999).

Em relação a Sobradinho a construção da UHE e da Barragem, conforme evidenciado no primeiro capítulo, provocou severos impactos socioambientais. A maior parte da área inundável era considerada terra devoluta, pertencente ao Estado, portanto passível de indenização somente das benfeitorias. Somente a partir de 1977 foi iniciado o movimento sindical. E em 1978 sendo fundamental a efetiva participação do Bispo Dom José Rodrigues, Diocese de Juazeiro, BA, no papel de articulação entre a Chesf e os atingidos. Resultou em propostas feitas pela Chesf: indenização financeira para quem optasse por sair da área, reassentamento na Borda do Lago e realocação para projeto de colonização na Serra do Ramalho, à época pertencente a Bom Jesus da Lapa, Oeste baiano (SANTANA, 1999).

Para Geraldo Kambiá, as mobilizações na área da Barragem de Itaparica foram influenciadas por membros da Igreja Católica Romana:

A Igreja Católica foi fundamental na atuação social. Uma importância muito grande na conquista do povo atingido pela Barragem de Itaparica. Contribuindo na articulação de associações sindicais, depois reunidos no Polo Sindical do São Francisco. O movimento sindical priorizou a conscientização social em conjunto com as negociações¹⁴⁵.

O entrevistado evidenciou que a prioridade foi reunir os trabalhadores atingidos pela Barragem de Itaparica, sem separação étnica, “Não foi feita distinção entre quem era negro, branco, indígena. Nós, colocamos todos como atingidos por Barragem”. As mobilizações feitas pelos sindicatos efetuaram cadastramento para conquista de terra para todos, independente de cor. Citou como exemplo, Itacuruba e Belém do São Francisco com uma área grande de concentração de negros(as), as ilhas do Caxoim, Missão e Curralinho de Cima, eram habitadas por população negra. Foram reassentadas no Projeto Fulgêncio, sob a liderança sindical negra, Deusdeth José¹⁴⁶.

A questão dos reassentamentos também aparece em documentos oficiais, como o Relatório Plano diretor de desenvolvimento do Vale do São Francisco/ PLANVASF, foi produzido por diversos órgãos governamentais, como Codevasf e

¹⁴⁵ Geraldo Abraão do Nascimento, 63 anos. É liderança indígena Kambiá e liderança sindical. Entrevista realizada em 16/09/2021, via Google Meet.

¹⁴⁶ Id.

Sudene, em parceria com a Organização dos Estados Americanos (OEA), realizado em outubro de 1986, e que recomendou a elaboração e execução de um projeto fundiário contemplando desde o levantamento inicial a finalização de titulação dos reassentados em novas propriedades. A sugestão foi de aquisição de áreas de terras próximas ou distantes, preferencialmente sem desapropriação, destinadas ao reassentamento da população. Também foi recomendado que as avaliações referentes às indenizações estivessem precedidas de laudos técnicos elaborados por entidades diversas. Os valores indenizatórios deveriam ser feitos com base na valoração do imóvel equivalente ao preço do mercado, antecedente ao início do reservatório, implicaria em menor custo financeiro e sociais. É evidenciado também que os representantes da Chesf continuavam usando as mesmas metodologias de outros empreendimentos, sem diálogos com a população afetada na mitigação dos diversos problemas socioculturais, resultante de mudanças compulsórias. O PLANVASF foi transformado em Lei em 1994 (BRASIL, 1994).

O Relatório diagnosticou que a maior participação entre a Chesf e o Inbra poderia minimizar os impactos socioculturais, desde que existisse um mapeamento completo contemplando todas as situações socio-fundiárias, econômicas dos habitantes da área inundável. Além de evidenciar a falta de ações efetivas do Poder Municipal, muitas vezes potencializando entraves para benefícios no aumento de valorização das terras, como também no interesse político (BRASIL, 1986).

O indígena e líder sindical, Geraldo Kambiwá, afirmou que os impactos foram muito grandes, os municípios que receberam os “projetos especiais” para reassentamento da população atingida pela Barragem de Itaparica, não possuíam estrutura básica. Santa Maria da Boa Vista, um pequeno município, carente de serviços básicos, recebeu no Projeto Caraíbas (atual Fulgêncio), 1.200 famílias. O entrevistado afirmou que em 1987, junto com a esposa foram morar no Projeto Caraíbas (Fulgêncio), sendo Geraldo escolhido representante da Agrovila, depois representante sindical de Santa Maria da Boa Vista perante o Polo Sindical, atua há 25 anos. Evidenciou que os impactos socioculturais nunca foram superados, “mesmo após 34 anos, ninguém se acostumou com o lugar¹⁴⁷”.

O governo durante 14 anos pagou a VMT aos reassentados da Barragem de Itaparica, valor equivalente a 2,5 salários-mínimos, sem conclusão da infraestrutura.

¹⁴⁷ Geraldo Abraão do Nascimento, 63 anos. É liderança indígena Kambiwá e liderança sindical. Entrevista realizada em 16/09/2021, via Google Meet.

Segundo Geraldo Kambiwá, “a Chesf afirmava que era melhor pagar a VMT do que concluir o projeto, pois o valor total equivalia a menos de 01% orçamento da Chesf¹⁴⁸”.

A VMT quando foi criada pela Chesf era provisória, até a conclusão de toda a infraestrutura dos projetos de reassentamentos. Geraldo Kambiwá evidenciou que,

A população foi transferida para as agrovilas somente com as casas prontas. Sem ter nada para fazer. As áreas destinadas aos lotes não tinham infraestrutura de irrigação e totalmente no mato. O desmatamento foi feito pelos reassentados, iniciaram plantios aguardando as chuvas¹⁴⁹.

O entrevistado enfatizou que mudaram para a Agrovila em 1987 e somente no ano 2000 é que a água começou a chegar nos lotes de irrigação. Evidenciou que a VMT foi sendo tirada aos poucos, a partir do 2006 com a titulação da terra e indenização em torno de R\$ 3.000,00. Após a entrega das escrituras a infraestrutura não terminada pela Chesf ou pela Codevasf. A função da Codevasf foi prestar assessoria aos reassentados, pois “possuía experiência em agricultura irrigada. Mas, atualmente é uma empresa desacreditada. No caso dos reassentados de Itaparica, a Codevasf deixou de saber o que sabia¹⁵⁰”. O entrevistado finalizou afirmando que desde 2000, início da irrigação a agrovila carece de infraestrutura, não teve e não tem manutenção e nem reposição, além da dívida social.

4.4 A Barragem de Itaparica e os indígenas Tuxá e Pankararu

Como demonstrado neste estudo, no Brasil na década de 1970, período do chamado “milagre” econômico foram implantados diversos projetos de infraestrutura, como a construção de estradas, prospecção mineral, construção de hidrelétricas e os barramentos, com realocação de indígenas, para facilitar o trabalho de máquinas e liberar áreas para efetivação desses projetos. A região do Submédio São Francisco foi selecionada para participação do projeto desenvolvimentista através da construção de UHEs e barramentos, como Sobradinho (BA) e Itaparica (PE). Os

¹⁴⁸ Geraldo Abraão do Nascimento, 63 anos. É liderança indígena Kambiwá e liderança sindical. Entrevista realizada em 16/09/2021, via Google Meet.

¹⁴⁹ Id.

¹⁵⁰ Id.

estudos iniciais sobre a área inundável para o barramento Itaparica consideraram o povo indígena Tuxá, o único povo indígena que seria afetado.

No relatório elaborado em 1976, o povo indígena Tuxá foi identificado como remanescentes de indígenas, corroborando a ideia de impureza étnica. Registrou os Tuxá como habitantes numa rua na cidade de Rodelas, às margens do rio e a reserva indígena na Ilha da Viúva, Rio São Francisco, pertencente ao Município de Itacuruba em Pernambuco, local onde realizavam a principal atividade produtiva, a agricultura. O documento evidencia a realização de entrevistas com diversos indígenas, quando o Pajé informou o nome originário do povo Tuxá: “Nação Rodela, tribo Tuxá, Bragagá, de pó, arco e flecha, e maracá, tribo Tuxá” (CHESF, 1976, p. 1).

As memórias dos Tuxá são marcadas por deslocamentos, pois antes habitavam a Ilha de Surubabel e, provavelmente no final do século XVII, deixaram às pressas a Fazenda Surubabel sob a liderança do Capitão Francisco Rodelas, herói mítico deste grupo. Com uma grande enchente no Rio São Francisco, cerca de 600 indígenas foram para as áreas de Caatingas, localizadas no lado direito do rio (Bahia) e após as cheias decidiram instalar a nova moradia às margens do rio, passando a receber padres missionários e em seguida a “raça civilizada”, ocuparam os espaços indígenas, restando somente uma pequena área habitada pelos Tuxá, a Rua Felipe Camarão, na Antiga Rodelas (CHESF, 1976).

Segundo o documento, o Pajé Tuxá afirmou que no tempo dos ancestrais na Ilha Surubabel ficou um pequeno grupo de índios vivendo nas matas, denominou de brabos, selvagens. Então, os mansos foram na referida ilha e amansaram os brabos. Separando em dois grupos distintos, habitando em dois Ambientes, os matos e o rio. Os matos habitados pelos índios brabos e o rio habitado pelos índios mansos. O entrevistado relacionou a identidade indígena Tuxá ao Rio São Francisco: índios do rio. Sendo também considerados os atuais Tuxá a última ponta de rama do Tronco Tuxá (CHESF, 1976, p. 07-08).

A esse respeito estudos evidenciaram aldeamentos dos ancestrais indígenas Tuxá no Rio São Francisco, em área continental e na Ilha de Surubabel (nomeada também de Sorobabé, Sorobabel e Zorobabé), próximos a Itacuruba em Pernambuco (SAMPAIO-SILVA, 1997). A existência de missões em Rodelas, abrangia as ilhas e margens do Rio São Francisco, localizadas em Pernambuco e Bahia (NANTES, 1979). Em outro estudo foi evidenciado que no século XVIII as

etnias Porca/Procás e Pankararu habitavam as Ilhas da Vargem e Sorobabel, conforme apresentado na Figura 10, Capítulo 01 deste estudo (MEDEIROS; MUTZENBERG, 2013, p. 13). Também foi afirmado no citado Relatório produzido pelo antropólogo norte-americano, Hohenthal, registrado no segundo capítulo deste trabalho, que no passado os Tuxá habitavam várias ilhas no São Francisco, incluindo a Ilha de Assunção e a Ilha de Sorobabel, próxima a Vila de Itacuruba.

Em 1975 a população Tuxá contabilizava 438 indígenas, segundo registros no P.I. Tuxá. Apesar da longa convivência dos Tuxá com a sociedade não indígena, mesmo habitando em área urbana, afirmavam uma identidade étnica, atribuída à pouca interação com a população local, inclusive os estudantes indígenas não interagiam com outros discentes não indígenas em escolas na antiga Rodelas (SAMPAIO-SILVA, 1997, p. 39).

Segundo um estudo, na década de 1970, no povo indígena Tuxá, cargos de lideranças eram exercidos por várias pessoas, “talvez seja o grupo no qual a chefia ou o exercício da liderança na sociedade apresenta o maior compartilhamento formal por várias pessoas individualmente”. Os cargos escolhidos pelo eram: Pajé, Cacique e Capitão. O último capitão foi João Gomes Apax Caramuru Tuxá, avô do atual Pajé. Havia também outras lideranças, como o compadre do Pajé, mulheres mães-de-terreiro e um indígena que exercia o cargo de Vereador em Rodelas. Além do Chefe do Posto Indígena da FUNAI (SAMPAIO-SILVA, 1997, p. 49).

Os cargos de Pajé, Cacique e Capitão foram instituídos pelo SPI. Em relação ao cargo de Capitão, o ocupante do cargo exercia a função burocrática, atribuição policial local, “devendo fiscalizar os limites das terras e manter a ordem interna. O capitão devia escolher seus auxiliares, assim como os integrantes da polícia indígena” (FLORES, 2017, p. 397).

Em relação à Barragem de Itaparica os Tuxá demonstraram preocupação com o deslocamento por serem “índios do rio, agricultores em ilhas”, por isso não podiam ir para a nova cidade de Rodelas, pois no Município não existiam terras agricultáveis fora das áreas inundáveis – margens e ilhas do São Francisco. Apontaram as possibilidades de reassentamento na Ilha de Assunção, devido ao Ambiente, local de habitação de índios Truká e pelas relações de amizade. Além da ausência de informações por parte do órgão governamental sobre os critérios de indenizações e reassentamento dos Tuxá, os indígenas expressaram o desejo em continuarem unidos em um novo local: “[...] para uma área ecologicamente

semelhante à em que habitam e que lhes possa oferecer condições de assistência educacional às que desfrutam em Rodelas". Sendo recomendado no relatório a criação de um Grupo de Trabalho (GT) com a participação de representantes dos indígenas Tuxá, Chesf, Hidroservice, Funai, Ufba (CHESF, 1976, p. 43).

Com as memórias marcadas por deslocamentos forçados, novamente os Tuxá foram obrigados a um deslocamento na década de 1980, após uma nova enchente das águas do São Francisco por conta da Barragem de Itaparica. A ineficiência por parte da Funai e o desinteresse da Chesf na solução conjunta relacionada à relocação do povo indígena Tuxá, acentuaram divergências internas e a desagregação do grupo, com a realocação destes indígenas em lugares distintos e distantes, afetando profundamente o povo indígena. Foi o povo indígena mais impactado com a construção da Barragem de Itaparica e são reconhecidos por diversos povos indígenas que afirmaram e afirmam as identidades, como os troncos velhos, por serem considerados detentores de conhecimentos da ritualística, convidados para respaldar a identidade indígena, como no caso dos indígenas Atikum e dos indígenas Pankará. Portanto, antes da Barragem os Tuxá habitavam as margens e ilhas, especialmente, a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, na região da Velha Rodelas, Norte do estado da Bahia até a metade da década de 1980 (CHESF, 1976; MARQUES, 2008; MENDONÇA, 2003; OLIVEIRA, 2014).

No processo de inundação pelo lago de Itaparica, os indígenas Tuxá, foram desterritorializados e realocados no Estado da Bahia: na Nova Rodelas, construída próxima ao lago e no Município de Ibotirama na Região Centro-Oeste, distante quase 1.000 km do local de origem. Os indígenas Tuxá habitantes na Velha Itacuruba (PE) foram alocados no Sertão de Itaparica, no Município de Inajá (PE). Um grupo Tuxá retornou de Ibotirama, mas não conseguiu se fixar na Nova Rodelas e a Funai realocou estes indígenas na zona rural do município de Banzaê, no Alto Sertão baiano (CRUZ, 2017).

Os indígenas Tuxá optantes pelo reassentamento na Nova Rodelas, após intensas negociações envolvendo a Funai e a Chesf, antes da inauguração da Barragem receberam como garantia a execução de diversas ações mitigatórias,

[...] dentre as quais a entrega de terras férteis em um prazo máximo de seis meses após a inundação. Para se ter ideia do descaso e das violações promovidas pela empresa, no presente ano completam-se trinta anos do deslocamento e a comunidade Tuxá que permaneceu

na Aldeia Mãe em Rodelas até o momento não recebeu terra alguma (CRUZ, 2018, p. 42).

As memórias orais dos indígenas Tuxá evidenciam diversos impactos socioambientais com a Barragem de Itaparica, perdendo as Ilhas no Rio São Francisco, locais fundamentais para a existência do grupo. A Ilha da Viúva era o principal local de realização de rituais, para coleta de plantas medicinais, criatório de animais, práticas agrícolas, caças de capivaras, camaleões, jacarés etc. Com profundos conhecimentos sobre o Ambiente terrestre e fluvial, praticavam a pesca em águas correntes, após a Barragem a pesca foi alterada, não sendo possível usar tarrafas, somente redes e bem maiores das usadas no rio. Em relação às caças e plantas medicinais, precisam deslocar-se para a região do Pajeú, a região de Caatingas que faz parte deste estudo.

Os impactos socioambientais provocados pela Barragem de Itaparica para o povo indígena Tuxá, evidenciam ser praticamente inexistente a reprodução dos conhecimentos acerca do Ambiente e as práticas socioculturais. Resultando no total desconhecimento pelos jovens e crianças indígenas, relativas as práticas agropecuárias, coletas de plantas medicinais, caças e pescas em águas correntes. Além disso, perderam o local sagrado e o território exclusivo, a Ilha da Viúva, onde acontecia as práticas e o segredo do ritual. Com o desuso de plantas medicinais aquáticas, das matas das ilhas do rio e das Caatingas, pois a barragem alterou a flora aquática e o excessivo desmatamento provocado pela implantação de projetos de irrigação. Após a Barragem, a desagregação do povo e a mudança para a Nova Rodelas não há mais local sagrado e exclusivo para os indígenas, nem matas sagradas. Habitam em área urbana sem opção de práticas agropecuárias, aumentando a convivência com não indígenas, abalando a fé e ameaçando o segredo do ritual (SALOMÃO, 2006).

Para o Pajé Armando Tuxá, a Chesf é a responsável pela desorganização da vida Tuxá,

Dá um ódio em falar nesse órgão, da Chesf, às vezes, gente me procura e eu nem falo, me dá uma revolta tão grande [...], o que nós tínhamos essa barragem destruiu tudo, tudo, principalmente a nossa terra, vamos dizer era nossa mãe, quem dava tudo a nós¹⁵¹.

¹⁵¹ Armando Gomes dos Santos (Pajé Armando Apako), 88 anos. Aldeia Mãe Tuxá, Rodelas/BA. Entrevista realizada no Território Tuxá Rodelas em 24/03//2018.

O Pajé Armando reafirmou que a Chesf e seus representantes enganaram o povo Tuxá e, em reunião com o Presidente da Chesf, à época, o Pajé Armando e o Cacique Bidú, receberam a garantia de terra por terra e do projeto todo em funcionamento no prazo de 06 meses. O Pajé citou o quanto o Território Tuxá, a Ilha da Viúva era produtiva, “a nossa Ilha era completa de fruteira”, enfatizou que também plantavam mandioca, arroz, cebola e muitas fruteiras. E toda semana, na sexta-feira, colhiam e iam vender na Barra do Tarrachil e em Belém do São Francisco. Possuíam renda financeira e após a barragem ficaram sem nada. Além de criação de cabras de leite, vendiam o leite em Rodelas. O entrevistado afirmou que possuía 25 ovelhas, 25 bodes e 14 bois, “hoje se eu quero comer um pedaço de carne, se eu tiver dinheiro eu compro, se eu não tiver eu não compro, tudo foi destruído pela Chesf¹⁵².

O Cacique Bidú¹⁵³ também afirmou que a Chesf enganou e destruiu a riqueza produzida pelos Tuxá na Ilha da Viúva. Além da Chesf ter prometido a entrega de um projeto de irrigação em funcionamento, o que até os dias atuais continua com pendência, sem a Chesf ter mais responsabilidade e nem a Funai, aguardando a justiça determinar o direito dos Tuxá.

O Pajé Armando e o Cacique Bidú, indígenas Tuxá, evidenciaram que antes da Barragem de Itaparica participavam de visitas aos caboclos, atravessavam o rio. Especificamente na Serra do Arapuá possuíam relações com algumas famílias. O Pajé Armando afirmou as relações parentais na Serra do Arapuá.

Os indígenas Pankararu também foram afetados pela Barragem de Itaparica, inicialmente não foram envolvidos em processos de negociações, representados pelo Polo Sindical. A Chesf considerava somente a população atingida diretamente, pois o local escolhido do acampamento para os funcionários, com infraestrutura de equipamentos e serviços foi em área fronteira “oeste da área indígena, na saída do Brejo”. Construído em terras férteis, com interrupção das passagens de vários riachos, “antes ocupada por pomares e granjas”, denominada de “cidade de Itaparica” (ARRUTI, 1996, p. 140).

Os impactos socioambientais para o povo indígena Pankararu provocados pela Barragem de Itaparica foram considerados parciais no Relatório “Avaliação dos

¹⁵² Armando Gomes dos Santos (Pajé Armando Apako), 88 anos. Aldeia Mãe Tuxá, Rodelas/BA. Entrevista realizada no Território Tuxá Rodelas em 24/03//2018.

¹⁵³ Manoel Eduardo Cruz (Cacique Bidú Arfer), 81 anos. Aldeia Mãe Tuxá, Rodelas/BA. Entrevista realizada no Território Tuxá Rodelas em 24/03//2018.

impactos socioculturais decorrentes da construção da UHE Itaparica sobre os grupos indígenas Pankararu (PE), Pankararé (BA), Tuxá (BA), Atikum (PE) e Truká (PE)”, produzido pela Hidroservice/Chesf (1988). Sendo evidenciado o aumento de invasão de não indígenas – posseiros, no Território Pankararu. Também a diminuição da fauna silvestre, devido ao uso de explosivos conhecidos como dinamites durante a construção da Barragem, afugentando os animais, como também o acesso de não indígenas nas matas sagradas Pankararu, praticando a caça indiscriminada. As práticas socioculturais e ambientais dos Pankararu relacionadas aos animais são constituídas de sacralidade, com aves, anfíbios e animais silvestres considerados sagrados, resulta em prática ecológica, por limitar “[...] o seu uso e conseqüentemente a caça e captura desses animais” (LIMA E SANTOS, 2016, s/p.).

Em outro local, no Alto da Raposa, foi destinada uma área desmatada e terraplenada para a “cidade livre”, denominada também de Vila Jatobá, destinada a abrigar trabalhadores braçais envolvidos na construção da UHE de Itaparica, como também “demais pessoas e os comerciantes atraídos pelo fluxo do dinheiro que seria gerado no local”. A “cidade-livre” surgiu “como uma monumental e instantânea favela de papelão, madeira, plástico e zinco, sem qualquer tipo de serviço público ou tratamento de água ou esgoto. [...]”. Jatobá foi elevada à categoria de cidade em 1995 (SANTOS, 2019, p. 191).

A construção do acampamento para funcionários, a “cidade de Jatobá”, exigiu a instalação de energia elétrica pela Chesf. Serviço extenso de rede elétrica até a aldeia Brejo dos Padres. A implantação e o fornecimento de energia, “foram e são gratuitos, por se tratar de uma linha exclusivamente dirigida à área indígena”. Enquanto em outras áreas do T.I. Pankararu, não obtiveram as mesmas vantagens, foram e são pagos pelos próprios indígenas (ARRUTI, 1996, p. 140).

A UHE de Itaparica provocou a inundação da Cachoeira de Itaparica (Figura 28). Onde existiam uma pequena UHE, cujas obras foram iniciadas em 1932 e finalizada em 1944. A UHE aproveitou a cachoeira de Itaparica, fluxo das águas controlados por comportas, sem necessidade de barramentos de águas, mas algumas comportas não foram construídas para o controle da vazão do rio em períodos de cheias ou de secas, ocasionando constantes interrupções no fornecimento de energia. Essa pequena UHE abastecia de energia elétrica as cidades de Petrolândia, Tacaratu e Floresta (SANTOS, 2019).

Figura 28 – Cachoeira de Itaparica



Fonte: G.Stuckert (s/d)¹⁵⁴

A Cachoeira de Itaparica, mostrada na imagem acima, era local de habitação dos Encantados, a UHE de Itaparica transformou a cachoeira “[...] numa grande barragem, que domesticou suas águas e a desencantou [...] a cachoeira de Itaparica desapareceu, carregando a fonte de novos Encantados” (ARRUTI, 1996, p.143 e 153). A professora indígena Maria da Saúde Monteiro de Souza afirmou a sacralidade do T.I. Pankararu,

Nosso Território é o local que nossos ancestrais deixaram as tradições de pertencimento, patrimônio material e imaterial de nossa cultura. Nossos antepassados foram sucumbidos e a cada pingo de água lançada pela cachoeira, hoje, Paulo Afonso-BA, era o nascimento de um indígena que daria continuidade à geração Pankararu. E, na microrregião de Itaparica, espaço da cachoeira de Itaparica, atualmente encontra-se embaixo d’água – Lago de Itaparica, eram sepultados nossos ancestrais. Sendo encontrado muitos adornos e ossos de indígenas, provavelmente que tentaram usar a gruta da cachoeira como esconderijo, quando perseguidos pelos não indígenas (SOUZA, 2019, p. 135).

¹⁵⁴ Cachoeira de Itaparica retratada em cartão postal. Disponível em: http://loja.numismaticapatacao.com.br/product_info.php?products_id=3026&osCsid=o4co3dh8oeicn72lb5frke3896. Acesso em 20 out 2021.

As relações socioambientais dos indígenas habitantes nos sertões do São Francisco são imbricadas entre os Ambientes, “os povos indígenas vivenciam seu sagrado e definem o sentido de sua existência individual, coletiva e suas relações ecológicas” (TOMAZ; MARQUES, 2019, p. 3). A indígena Pankararu Elisângela Silva (2020) evidenciou impactos socioambientais provocados pela Barragem de Itaparica para os indígenas Pankararu na antiga Petrolândia, uma das cidades inundadas, com sua população deslocada compulsoriamente, como também milhares de pessoas habitavam em outros municípios da região. Enfatizou que muitas famílias indígenas “atingidas pelo represamento da água ficaram desalojadas e desassistidas, sem indenizações e fora do plano de assentamento involuntário da Companhia Hidrelétrica do São Francisco” (SILVA, 2020, p. 143).

Os indígenas Pankararu em época de estiagem deslocavam-se para as margens do rio São Francisco onde praticavam a agricultura de vazante ou trabalhos temporários em terras alheias. Na década de 1970 algumas famílias Pankararu estabeleceram numa área pertencente a Velha Petrolândia, às margens do rio, “construíram ranchos e casas de taipa [...]”. Praticavam agricultura familiar nas vazantes e ilhas do rio, como também trabalhavam em fazendas como empregados temporários. Também famílias Pankararu habitavam na zona urbana da Velha Petrolândia, na Rua dos Caboclos, local de moradias exclusivamente Pankararu em casas de taipa ou de alvenarias alugadas. Praticavam a agricultura familiar, trabalhavam em olarias e produziam arte de palha de Ouricuri (bolsas, chapéus e vassouras) (SILVA, 2020, p. 144).

A esse respeito, evidenciou-se que o processo de migração sazonal dos indígenas Pankararu para a Velha Petrolândia ocorria em períodos de estiagem para trabalharem no regime de meação ou em olarias. A partir da implantação de projeto de irrigação em Barreiros, distrito de Petrolândia, os indígenas trabalhando nas “[...] ‘granjas’, na colheita de fruteiras e na ‘cata da algoroba’, muito utilizada como ração para o gado”. Além da área urbana, viviam em ranchos temporários ou atuavam como agregados em propriedades rurais na região (ARRUTI, 1996, p. 89).

4.5 Pankará: barramento das águas e dos fluxos interculturais

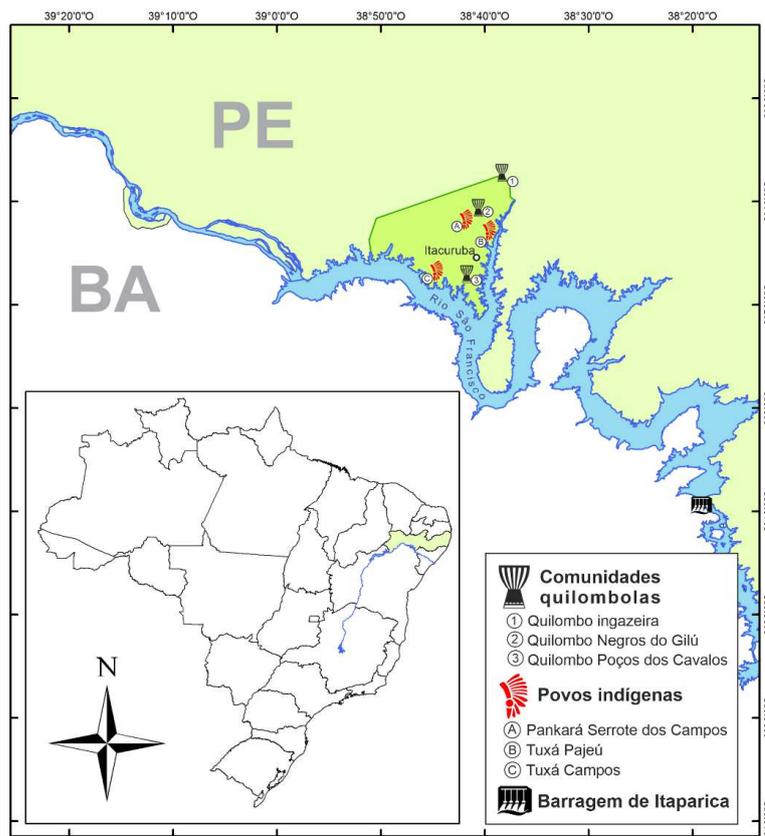
“A Barragem de Itaparica barrou tudo, acabou com tudo.”¹⁵⁵

Os indígenas Pankará afirmam a Serra Negra como o tronco velho, evidenciado no terceiro capítulo desse nosso estudo. Atribuindo também a identidade indígena nas relações socioambientais com as Serras, Arapuá e Cacaria, o Rio São Francisco, relações parentais e ritualística com povos indígenas habitantes em áreas adjacentes, como os Pankararu, Tuxá, Atikum. Expressaram atividades produtivas, participantes de redes e fluxos de trocas socioculturais com comunidades negras e indígenas na Velha Itacuruba, rompidas pela Barragem de Itaparica.

Enfatizamos estudos e entrevistas realizadas com lideranças de grupos habitantes na Velha Itacuruba com relações parentais e ritualística com os Pankará, participantes de processos de mobilizações étnicas (Figura 29), o povo indígena Tuxá Campos, o povo indígena Tuxá-Pajeú e as comunidades quilombolas: Negros do Gilu e Poço dos Cavalos. Ressaltamos que a comunidade quilombola existente Ingazeira não foi selecionada, pela inexistência de relatos dos Pankará com membros da referida comunidade:

Figura 29 – Indígenas e quilombolas em Itacuruba (PE)

¹⁵⁵ Manoel Antônio do Nascimento é líder religioso: conhecido como Manoelzinho Caxeado, Pajé Pankará na Serra do Arapuá e no Serrote dos Campos. Entrevista realizada em Floresta/PE, em 19 fev. 2018.



Fonte: Oliveira (2019).

O Pajé Pankará, Manoelzinho Caxeado, evidenciou no capítulo 03, as relações parentais e ritualística com os indígenas Atikum, Pankararu e Tuxá, com negros(as) na Velha Itacuruba. Ressaltando a Serra Negra como o tronco velho de todos os indígenas nos sertões, nas Serras, às margens e Ilhas do Rio São Francisco. O indígena Neném Pankará evidenciou a origem na Serra Negra e com todas as Serras e às margens do Rio São Francisco, onde a família se espalhou, “foram braiando, com negros e brancos”. Além de evidenciar as relações de trocas no Rio São Francisco. E, também foi afirmado por Pedro Limeira, João Miguel e a Lucélia Pankará, os processos migratórios das famílias em períodos de secas na Serra do Arapuá para as margens e Ilhas do São Francisco e que trabalhavam na condição de meeiros, conforme demonstrado no capítulo 3.

4.6 Afirmação da presença indígena e quilombola em Itacuruba

A professora aposentada Valdeci Ana dos Santos Nascimento¹⁵⁶, liderança da Comunidade Quilombola Poço dos Cavalos, em entrevista relatou o início de Itacuruba foi com a chegada de italianos, a família Cantarelli,

A minha família, a família de Negros do Gilú e todas as famílias de negros em Itacuruba trabalhavam para os Cantarelli. Todos os negros moravam em fazendas na região de Itacuruba e eram escravos. Meus bisavôs eram escravos alforriados, trabalhavam nas Casas de Farinha e nos Engenhos da família Cantarelli. Os engenhos existentes na Velha Itacuruba eram três, pertencentes a Manoel Quirino Leite, a Zé do Padre, primo de Manoel Quirino, e outro engenho a Artur Flor, família Cantarelli, meu padrinho.

Conhecido por Zenon, José Alexandre dos Santos¹⁵⁷, liderança quilombola de Negros do Gilu, em entrevista narrou a presença da família na Velha Itacuruba,

Quando minha família, os Izidoro, chegou aqui moravam em uma Fazenda pertencente a Aníbal Alves Cantarelli. A cidade cresceu e a família também, depois ficou conhecido por Rua de Baixo. Mas, a origem da minha família é do antigo Quilombo de Palmares. Migraram de lá para Tacaratu, onde um membro da família casou com um índia¹⁵⁸.

O Pajé Manoelzinho Caxeado afirmou que, em época de muita dificuldade moravam uns três anos na Fazenda dos Cantarelli, “[...], mas nunca a gente se afastou da Serra, trabalhava de aluguel e também fazia o ritual¹⁵⁹”. Enfatizou que também em Itacuruba os rituais faziam escondidos, os fazendeiros perseguiam.

Em um estudo foi evidenciado que as principais famílias de rendeiros que ocuparam a região de Floresta no século XVIII: Telles Menezes, Gomes de Sá, Souza Ferraz, Novaes Magalhães e Carvalho. Com posses de terras e de escravizados. Sendo registrada também no século XIX a família Cantarelli e outros sobrenomes, com escravizados na região de Floresta, Tacaratu e Itacuruba (BEZERRA, 2007; MAUPEOU, 2008). Conforme evidenciado em outra parte deste

¹⁵⁶ Valdeci Ana dos Santos Nascimento. Liderança da Comunidade Quilombola Poço dos Cavalos. Entrevista realizada em 10/09/2018, em Itacuruba/PE.

¹⁵⁷ José Alexandre dos Santos, (Zenon). Liderança na Comunidade Quilombola Negros do Gilu. Entrevista realizada em 10/09/2018, na Sede da Associação da Comunidade Quilombola Negros do Gilu na área urbana na Nova Itacuruba/PE.

¹⁵⁸ Id.

¹⁵⁹ Manoel Antônio do Nascimento é liderança religiosa: conhecido como Manoelzinho Caxeado, Pajé Pankará na Serra do Arapuá e no Serrote dos Campos. Entrevista realizada em Floresta em 19 fev. 2018.

estudo, algumas dessas famílias ocuparam as Serras do Arapuá e Cacaria, perseguindo os indígenas, estabelecendo relações de familiares, de compadrio e de protetor de caboclos.

No sertão do São Francisco as terras foram concedidas pela Coroa Portuguesa ou o Império brasileiro aos sesmeiros, foreiros, rendeiros. Na garantia de permanência de terras, permitiam o arrendamento ou apossamento a [...] “homens livres pobres – que podiam incluir os pretos forros ou fugidos” (ARRUTI, 2002, p. 256).

A região de Floresta no século XIX predominava a ruralidade e um elevado índice de misturas entre indígenas, brancos, negros, livres ou escravizados. Com maior incidência em registros de batismos de indígenas como escravizados, enquanto em inventários pós morte prevalecia negros(as) escravizados(as) compondo o patrimônio familiar, provavelmente devido à proibição da escravização de indígenas. Sendo ressaltadas as formas diversas de nomeação de indígenas, “[...] como *cabra, pardo, caboclo ou índios*, [...] tanto *cabra* quanto *pardo* parecem ser empregados para disfarçar uma escravidão indígena ilegal, mas comumente praticada no médio São Francisco (MAUPEOU, 2008, p. 96, grifos no original).

As relações parentais entre negros e indígenas também ocorreram na Velha Itacuruba, segundo o entrevistado Zenon Negros do Gilu,

[...]. E, aqui para Itacuruba, uma negra da família Izidoro casou o Mestre de Navegação e indígena Tuxá, Antônio Moreno, seu avô materno. Os indígenas Tuxá não aceitaram o casamento devido a esposa ser negra. Em 1945 dois primos, indígenas Tuxá, atravessaram o rio e convidaram Antônio Moreno a retornar a Rodelas, para garantia de direitos, participação na lista do Posto instalado pelo SPI, recusando o retorno e permaneceu morando na Velha Itacuruba. Nós temos direito como índios, só não reclamamos¹⁶⁰.

A memória acionada depende de diversos fatores e circunstâncias relacionadas ao contexto sociocultural do indivíduo (HALBWACH, 2004). Nesse sentido, a narrativa da liderança da Comunidade Quilombola Negros do Gilu sobre a origem do avô materno, Antônio Moreno, indígena Tuxá, possibilita interpretações, como por exemplo, a atribuição da palavra Moreno pela população na Velha

¹⁶⁰ José Alexandre dos Santos, (Zenon). Liderança na Comunidade Quilombola Negros do Gilu. Entrevista realizada em 10 set. 2018, na Sede da Associação da Comunidade Quilombola Negros do Gilu na área urbana na Nova Itacuruba/PE.

Rodelas aos descendentes de escravos. Talvez o avô materno de Zenon fosse indígena Tuxá misturado com os Morenos habitantes na Rua dos Morenos, na Velha Rodelas. Além disso, os indígenas Tuxá consideravam fundamental a contribuição do Capitão Moreno, indígena Pankararu, no reconhecimento dos Tuxá perante o SPI e na instalação do Posto Indígena Felipe Camarão (SALOMÃO, 2011). João Moreno foi uma das lideranças nas viagens políticas em busca de reconhecimento dos indígenas Pankararu perante o SPI, ocupando o cargo de Capitão Pankararu, repassado ao filho, Antônio Moreno (ARRUTI, 1996).

Duas mulheres da família Gilu contraíram relações matrimoniais com os indígenas Tuxá, Maria Firmina casou com Antônio Manoel Batista, provavelmente é o mesmo indígena descrito pelo entrevistado, Zénon Negros do Gilu. Também Dona Gilu (Maria Anunciada) casou com indígena Tuxá, Alexandre José dos Santos. Evidenciado numa entrevista de D. Gilu a contribuição dos caboclos de Rodelas aos Gilu exemplificou a Caipora, a mediunidade e a dança do Toré (BEZERRA, 2007).

A liderança e matriarca do povo indígena Tuxá Campos, Edna Campos,¹⁶¹ em entrevista afirmou “nasci no Canto, na Fazenda Magueta, próxima ao Serrote da Mãe d’Água e do outro lado ficava a Velha Rodelas”. Destacou relações parentais com os Tuxá, também participava das festas e dançava o Toré na Velha Rodelas com seus parentes, os Tuxá.

O parentesco com indígenas também afirmado pela liderança quilombola, Valdeci Ana:

Meus avós paternos e minha avó materna eram caboclos. Meu avô materno era negro. Minha bisavó chamava Mariana Preá, foi encontrada em fazendas, recusava aproximação, mas vaqueiros conseguiram convencê-la a ir morar na Cidade. Mariana Preá transformou-se na parteira de toda Itacuruba ¹⁶².

Reafirmamos que os processos de afirmação étnica, na área de estudo, são primordialmente mobilizações sociais e políticas (WEBER, 1991), relacionadas com os ambientes, como evidenciado pela Cacica Tuxá Campos:

¹⁶¹ Edna Campos. Liderança do Povo Indígena Tuxá Campos. Entrevista realizada em 10 set. 2018, em Itacuruba/PE.

¹⁶² Valdeci Ana dos Santos Nascimento. Liderança da Comunidade Quilombola Poço dos Cavalos. Entrevista realizada em 10/09/2018, em Itacuruba/PE.

O local que a Aldeia está localizada viviam nossos ancestrais. Tem um trecho que era o local onde ficavam escondidos para não serem escravizados, como o Serrote dos Campos, o Morro do Velho Campos. [...]. Ficam todos na mesma rota: Serrote dos Campos, Morro do Velho Campos e a Serra do Jatinã, forma tipo um triângulo. Os mais velhos participavam de rituais nesses locais. E, também junto os indígenas da Serra do Arapuá e de Rodelas e os negros em Poços dos Cavalos. Antes da Barragem a área da Antiga Itacuruba a Belém do São Francisco era toda minha família. A família Praxedes também era minha família. Poço dos Cavalos era de negros e índios. Nosso reconhecimento foi feito pelos indígenas Tuxá Banzaé, antes da barragem essas famílias eram das nossas relações. Na verdade, Tuxá é um povo só. Mas, quando surge um novo aldeamento acham, como se a gente fosse tirar um pedaço de alguma coisa deles. Somos família sim. [...]. Entramos com o processo em 2017 na FUNAI e estamos aguardando o andamento.¹⁶³

Outro entrevistado, o Cacique do povo indígena Tuxá-Pajeú, Adriano João, destacou a afirmação étnica, respaldo pelo povo indígena Tuxá, reassentados em Inajá (PE),

Os Tuxá de Inajá são família nossa. [...]. Somos originários da Aldeia Tacurubá, somos da velha cidade de Itacuruba. O próprio nome da cidade é indígena. A nossa etnia é Tuxá, somos originários desse povo que vivia aqui e Pajeú é o nome que nossa família possui. É a maior família do Município [...], não sei se é porque morava às margens do Rio Pajeú, mas tornou sobrenome¹⁶⁴.

A entrevistada, Valdeci Ana, destacou a identificação como quilombola a influência do processo de mobilização quilombola em toda a região. Especificamente a Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas, mobilizados desde a década de 1990 para reconhecimento como Comunidade Quilombola para garantias de direitos à terra e políticas públicas (SILVA, 2012). Mas, ressaltou o não uso de termo quilombola, “antigamente em Itacuruba ninguém identificava como quilombola e nem como indígena e sim como caboclo¹⁶⁵”.

Acionar direitos à terra e políticas públicas a partir da Constituição de 1988 acentuou processos para reconhecimento de comunidades rurais negras como remanescentes quilombolas, termo instituído por legisladores,

¹⁶³ Evani Campos de Oliveira Silva. Cacica Aldeia Tuxá Campos, Nova Itacuruba/PE. Entrevista realizada em 13/12/2021, via Google Meet.

¹⁶⁴ Adriano João da Silva. Cacique Tuxá-Pajeú, Aldeia Tuxá-Pajeú, Nova Itacuruba/PE. Entrevista realizada em 14/12/2021, via WhatsApp.

¹⁶⁵ Valdeci Ana dos Santos Nascimento. Liderança da Comunidade Quilombola Poço dos Cavalos. Entrevista realizada em 10/09/2018, em Itacuruba/PE.

As diferenças que podiam até então distingui-los da população local na forma de estigmas passam a ganhar positividade, e os próprios termos ‘negro’ ou ‘preto’, muitas vezes recusados até pouco tempo antes da adoção da identidade de remanescentes, passam a ser adotados. As fronteiras entre quem é e quem não é da comunidade, quase sempre muito porosas, passam a ganhar rigidez e novos critérios de distinção, genealogias e parentescos horizontais passam a ser recuperados como formas de comprovação da inclusão ou não de indivíduos na coletividade (ARRUTI, 1997, p. 23).

No mesmo sentido, Zenon, liderança da Comunidade Quilombola Negros do Gilu, evidenciou:

Nós sabíamos que descendiam de escravos daqui da região e misturado com caboclos, como já disse. Mas quilombola ficava sabendo do movimento quilombola em Conceição das Crioulas e uma pesquisadora veio e ajudou para reconhecimento enquanto quilombola dos Negros do Gilu. Em 2001 iniciamos o processo e conquistamos o reconhecimento como quilombola em 2004.¹⁶⁶

Os indígenas no sertão do São Francisco praticavam constantes migrações, dependendo da nova situação a condição alterava para outras categorias,

Os termos ‘índio’, ‘preto’, ‘pardo’, ‘português’, ‘negro’ ou ‘quilombola’ devem ser vistos menos como categorias descritivas do que como classificações instrumentais utilizadas para designar aqueles grupos sobre os quais os aparelhos de controle e repressão, exercerão formas diferenciadas de intervenção (ARRUTI, 2002, p. 242).

As comunidades quilombolas e indígenas em Itacuruba afirmam as identidades reafirmando a presença em antigos territórios submersos pela Barragem de Itaparica.

4.6.1 Indígenas e quilombolas: práticas socioambientais e ritualística

A indígena Edna Campos ressaltou a existência de um Terreiro de práticas ritualísticas, num local chamado Saco, próximo ao Canto, na Velha Itacuruba, “[...] reuniam no Terreiro de Maria Barros: João Gomes, Tuxá Rodelas, Manoel Martelo e

¹⁶⁶ José Alexandre dos Santos, (Zenon). Liderança na Comunidade Quilombola Negros do Gilu. Entrevista realizada em 10 set. 2018, na Sede da Associação da Comunidade Quilombola Negros do Gilu na área urbana na Nova Itacuruba/PE.

Manoelzinho Caxeado, Serra do Arapuá. Nós dançamos o Toré. Vinham caboclos da Serra do Arapuá, da Serra Negra e de Rodelas”.¹⁶⁷

A quilombola Valdeci Ana de Poço dos Cavalos, afirmou que a família não praticava uma religião específica africana, todos eram católicos. O único ritual praticado era o Toré. Mas,

Ninguém usava roupa de Caroá, usavam trajes brancos com azul. E, faziam uso do Maracá, toantes, curas e da Jurema. O Zenon, Quilombo Negros do Gilu, faz até hoje garrafadas de Jurema. Também os Pankará, principalmente D. Amélia e S. Manoelzinho Caxeado participavam dos rituais praticados em Poços dos Cavalos e nas Fazendas vizinhas. O Pajé Manoelzinho Caxeado Pankará frequentava muito a nossa casa na fazenda. Eu o chamava de Rapazote do meu pai, ficava da nossa casa para a casa dos Praxedes¹⁶⁸.

A entrevistada, concordando com os relatos de lideranças Pankará, evidenciou a migração sazonal dos indígenas Pankará entre a Serra do Arapuá e a Velha Itacuruba:

Vinha em épocas de falta de água na Serra do Arapuá, quando a seca era grande, plantavam na região da Foz do Pajeú e em Ilhas, principalmente na Ilha de Surubabel. Após a safra retornavam para a Serra do Arapuá. [...]. Eram chamados de Caboclos. [...]. Quando vinha para Poços dos Cavalos faziam muitas danças e faziam a Jurema usando um pilão. As crianças não podiam beber a Jurema, mas davam um jeito de beber escondidos¹⁶⁹

Ressaltou ter relação parental com os Pankará Serra do Arapuá, pois o esposo era primo do Pajé Manoelzinho Caxeado; também é seu compadre, afirmando: “antigamente eu era quem digitava as receitas de garrafadas e também os Cordéis, criados pelo Pajé Manoelzinho Caxeado, que vendia na região”¹⁷⁰. Ainda a esse respeito, a liderança quilombola Zenon dos Negros do Gilu, afirmou relações de amizade com o Pajé Manoelzinho Caxeado e a ritualística praticada na Comunidade Poço dos Cavalos:

¹⁶⁷ Edna Campos. Liderança do Povo Indígena Tuxá Campos. Entrevista realizada em 10 set. 2018, em Itacuruba/PE.

¹⁶⁸ Valdeci Ana dos Santos Nascimento. Liderança da Comunidade Quilombola Poço dos Cavalos. Entrevista realizada em 10/09/2018, em Itacuruba/PE).

¹⁶⁹ Id.

¹⁷⁰ Id.

Em Poço dos Cavalos existiam um local de reunião dos caboclos, participavam rezadores e dançadores, organizados por Manoelzinho Caxeado, acompanhado por outras pessoas da Serra do Arapué e também indígenas Tuxá. Mas, nenhum Pankará morava naquela região, passavam alguns dias ou períodos nas danças ou praticando plantios na condição de meeiros.¹⁷¹

Sobre o local da travessia para a Velha Rodelas ocorria pelo Porto da Madalena, no Coité, como descrito por Manoelzinho Caxeado, no capítulo 03, afirmado por Valdeci Ana em entrevista:

O Porto da Madalena ficava distante da comunidade Poços dos Cavalos, com a barragem aproximou. No Coité era onde aconteciam as brincadeiras lideradas pelo Pajé Manoelzinho Caxeado. Toda aquela região está submersa no Lago.

A entrevistada enfatizou que toda a família Matias, seus parentes, habitantes na região do Coité foram reassentados na Vila Aparecida, em Remanso (BA). Também destacou possuir relações familiares com a família Eva Campos, atualmente povo indígena Tuxá Campos. E, “os rituais realizados na casa da família Matias também eram frequentados pelos indígenas Tuxá e Truká”.¹⁷²

Foi evidenciado que nas margens e ilhas do rio, habitavam “comunidades negras cujas origens remontavam aos tempos de escravos fugidos, ainda conservavam uma identidade própria e, apenas posteriormente se tornaram referências para a atuação dos grupos de quilombolas na região” (SCOTT, 2009, p. 63). Sendo ressaltado ainda que a maior parte da população atingida não definia uma identidade étnica, pois a autoatribuição era de ordem socioecológica como habitantes às margens do rio, beradeiro e habitantes nas terras secas distantes do rio, o catingueiro. A identificação referenciada pelo nome da propriedade agrícola ou comunidades onde residiam (SCOTT, 2009).

A liderança Valdeci Quilombola de Poço dos Cavalos ressaltou a fluidez das relações interétnicas em Itacuruba,

Geraldo, tio de Lucélia Pankará, e sua mãe são da Serra do Arapué. A sua mãe casou com um tio meu, Poços dos Cavalos. Em 2004

¹⁷¹ José Alexandre dos Santos, (Zenon). Liderança na Comunidade Quilombola Negros do Gilu. Entrevista realizada em 10 set. 2018, na Sede da Associação da Comunidade Quilombola Negros do Gilu, na área urbana na Nova Itacuruba/PE.

¹⁷² Valdeci Ana dos Santos Nascimento. Liderança da Comunidade Quilombola Poço dos Cavalos. Entrevista realizada em 10/09/2018, em Itacuruba/PE.

quando juntamos as famílias de Poço de Cavalos para o reconhecimento quilombola, Geraldo Pankará Serrote dos Campos afirmou a identidade quilombola. Agora a família de Lucélia foi a mais recente da Serra do Arapuá que estabeleceu em Itacuruba. E, a família mais antiga que descia a Serra para Itacuruba era mesmo a do Pajé Manoelzinho Caxeado.¹⁷³

Em concordância com as afirmativas das lideranças indígenas e quilombolas, o Pajé Pankará, Manoelzinho Caxeado destacou,

Em Serrote dos Campos quem transitava entre a Serra e o rio era Geraldo e sua mãe, pode conhecer a história. Lucélia e outros a história é daqui da Serra ou de outros lugares [...]. A história antiga de trânsito entre a Serra do Arapuá e o Rio São Francisco, os lugares de rituais, era no Poço dos Cavalos, na Fazenda Garrancho, na casa de tio Praxedes. Lá tinha muita gente misturado com pretos, Matias mesmo era bem pretinho, mas a mulher era índia.¹⁷⁴

Nos complexos processos de territorialização, as migrações e as relações historicamente construídas entre indígenas e negros(as) nos sertões, emergem sujeitos ou grupos com autoatribuições distintas, afirmando as identidades quilombolas ou indígenas, contanto a condição para a afirmação identitária é fundamental no reconhecimento pelos outros (BORDIEU, 1989, p. 117). Nesse sentido, Geraldo Pankará foi reconhecido como participante do movimento quilombola e depois afirmou a identidade indígena Pankará Serrote dos Campos.

A Barragem de Itaparica foi e é marcante na vida da população habitante em áreas atualmente submersas, como também estão submergidos símbolos da cosmologia, como cachoeiras, pedras, plantas. O barramento promoveu também impactos com a dispersão de familiares, nas práticas produtivas e alterações ambientais, comprometendo a reprodução sociocultural das famílias habitantes na região.

4.7 A Barragem de Itaparica e novas afirmações étnicas em Perímetros de Irrigação

¹⁷³ Valdeci Ana dos Santos Nascimento. Liderança da Comunidade Quilombola Poço dos Cavalos. Entrevista realizada em 10/09/2018, em Itacuruba/PE.

¹⁷⁴ Manoel Antônio do Nascimento é liderança religiosa: conhecido como Manoelzinho Caxeado, Pajé Pankará na Serra do Arapuá e no Serrote dos Campos. Entrevista realizada em Floresta/PE, em 19 fev. 2018.

A Velha Itacuruba e o Rio São Francisco estão imbricados na afirmação da identidade dos(as) reassentados(as): “[...] transborda afetividades quando são feitas referências ao rio, às cachoeiras. [...] reverenciam a água que retira a aridez da terra ligando-os ao lugar, criando vida: ela irriga, lava; sacia a sede; diverte; ao lado do fogo transforma os alimentos” (FIGUEIREDO, 2011, p. 60).

O Cacique Tuxá-Pajeú afirmou que a Barragem de Itaparica afetou profundamente a população em Itacuruba,

A Barragem de Itaparica afetou drasticamente não só o nosso povo, mas toda a população, nos deixou numa situação de vulnerabilidade social absurda. Vieram com essa proposta da construção da Barragem de Itaparica prometendo muitas vantagens. Mas, a realidade que vimos hoje é que não foi cumprida. Afetou toda a população de Itacuruba foi praticamente exterminada, a população anterior era de mais de 18 mil pessoas e hoje 3 mil e pouco. E, algumas pessoas da nossa família receberam indenizações e foram reassentados. Mas, uma boa parte não recebeu nada, como meu pai, analfabeto assinou um documento renunciando a seus direitos e assim como outros recebeu uma mixaria de dinheiro. A maioria do povo foi reassentado fora de Itacuruba. Meu pai não quis sair daqui.¹⁷⁵

Foi evidenciado também os impactos na saúde da população reassentada na área urbana na Nova Itacuruba, “[...] o adoecimento ligado à perda de raízes, das suas origens; e vinculado à questão da ociosidade na cidade. Sem desconsiderar que estes podem ser pontos que se entrelaçam” (SIMÕES, 2017, p. 44).

Como enfatizou Dona Valdeci Ana, a Barragem de Itaparica retirou tudo,

[...] ficamos sem agricultura, sem criatório [pecuária], sem terra e sem trabalho. Não tem mais engenho e nem as casas de farinha. [...]. O pior foi perder as famílias por conta da dispersão, por conta que membros foram deslocados para lugares diferentes. Em Pernambuco, uma parte da minha família mora aqui, na Nova Itacuruba, nos projetos Brígida e Caraíbas. E outra parte da família foi reassentada na Bahia, em Remanso e em Ibotirama.¹⁷⁶

A cidade Remanso (BA) como citada no capítulo 01 foi afetada pela Barragem de Sobradinho, a Sede do Município foi alagada e uma parte da zona rural. Com a

¹⁷⁵ Adriano João da Silva. Cacique Tuxá-Pajeú, Aldeia Tuxá-Pajeú, Nova Itacuruba/PE. Entrevista realizada em 14/12/2021, via WhatsApp.

¹⁷⁶ Valdeci Ana dos Santos Nascimento. Liderança da Comunidade Quilombola Poço dos Cavalos. Entrevista realizada em 10/09/2018, em Itacuruba/PE.

construção da Barragem de Itaparica na zona rural de Remanso foi reassentada 40 famílias oriundas de Itacuruba (CORREIA, 2001). Sendo evidenciado por Neném Pankará no terceiro capítulo, parentes seus foram deslocados também para Remanso. E na área rural de Ibotirama (BA) foram reassentadas 96 famílias indígenas Tuxá, atingidas pela Barragem de Itaparica (CRUZ, 2017).

Para Dona Valdeci, em Remanso ocorre a articulação dos seus parentes para reconhecimento como comunidade quilombola. Evidenciamos o reconhecimento e certificação como Comunidade Quilombola Vila Nossa Senhora Aparecida,¹⁷⁷ em Remanso (BA), pela Fundação Cultural Palmares, em 2018.

As famílias afetadas pela Barragem de Itaparica deslocadas para projetos especiais enfrentaram problemáticas diversas, como a diminuição do poder aquisitivo com o aumento dos preços de alimentos e do baixo valor da VMT recebido por família. O atraso na implementação dos equipamentos necessários para produção agrícola irrigada, como o sistema de irrigação, gerou ociosidade e “as alternativas de trabalho fora dos projetos são reduzidas, consequência provável da inundação das terras férteis onde se concentrava a produção agrícola dos municípios atingidos pela barragem” (CORREIA, 1991, p. 182).

Após a barragem de Itaparica foi alterado o calendário, como evidenciado por Valdeci Ana,

Antes a agricultura era nas vazantes. Todo mundo sabia o tempo chuvoso e os períodos de cheias do rio, agora ninguém sabe mais. Os plantios nas vazantes e ilhas não existem mais. O acesso à água potável é através de carros pipas, o local de plantio é muito distante do Lago e as famílias não possuem condições para implantação de sistema de irrigação, predominando a ociosidade em Poços dos Cavalos e a dependência do Bolsa Família.¹⁷⁸

A área alagada pela Barragem de Itaparica atingiu a maior parte das terras férteis, alterou “o ecossistema, mudaram as correntes fluviais na área do lago. Os ventos agora têm outro regime e as chuvas são mais escassas” (BEZERRA, 2007, p. 61).

Em relação a Chesf, o papel dos Sindicatos e da Igreja Católica Romana, foi evidenciado pela entrevistada, Valdeci Ana:

¹⁷⁷ Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-ba-22042021.pdf>. Acessado em 13/12/2021.

¹⁷⁸ Valdeci Ana dos Santos Nascimento. Liderança da Comunidade Quilombola Poço dos Cavalos. Entrevista realizada em 10/09/2018, em Itacuruba/PE.

Os Sindicatos e a Igreja Católica atuaram para garantir mínimo de direitos e a Chesf passou a ter mais cuidado. Inclusive, Salete, era técnica da Chesf, falava para reunir todo mundo e não aceitar o local da Barragem, mas não conseguimos. A Chesf pressionava para todo mundo decidir ou indenização ou morar na nova cidade. Estimo que os mais prejudicados foram os moradores da zona rural, que sofreram pressão da Chesf e não sabiam o que fazer, muitos foram embora sem nada, outros não aceitaram a proposta da Chesf e resolveu morar na casa de parentes na Nova Itacuruba. Por isso, muitos dos atingidos pela Barragem não tem casa própria¹⁷⁹.

A quilombola Valdeci Ana corrobora com as afirmativas feitas por outro entrevistado, Geraldo Kambiwá, sobre o importante papel atribuído aos sindicatos e a Igreja Católica Romana. Em relação à Chesf, o discurso desenvolvimentista promovido pelo Estado/Chesf: “[...]. baseado nas razões do progresso aos poucos era incorporado às falas dos moradores, [...] aos poucos interiorizavam a ideia de inferioridade frente aos que chegavam trazendo a evolução [grifo da autora]” (FIGUEIREDO, 2011, p. 89).

No mesmo sentido, a liderança quilombola, Zenon Negros de Gilu, afirmou “[...] a chegada da Chesf e a construção da Barragem de Itaparica causaram enormes prejuízos para nós, Negros do Gilu. Em 2001 iniciamos o processo e conquistamos o reconhecimento como quilombola em 2004¹⁸⁰”. O entrevistado relacionou os impactos socioambientais provocados pela Barragem e a emergência da identidade étnica quilombola, na Comunidade Negros de Gilu.

O quilombola Zenon afirmou que para o processo de reconhecimento como comunidade quilombola, “[...] na pesquisa sobre os Negros do Gilu, o Delegado, o Padre da Igreja Católica, o Prefeito da Cidade, as professoras, todo mundo confirmou a nossa história e necessidade de demarcação de terra para nossa sobrevivência e união do grupo¹⁸¹”.

O entrevistado Zenon da comunidade Negros de Gilu, em acordo com Valdeci Ana, evidenciou problemáticas com os Pankará Serrote dos Campos,

[...] Inclusive, as terras no Serrote dos Campos haviam sido escolhidas para demarcação da área do Quilombo Negros dos Gilu,

¹⁷⁹ Valdeci Ana dos Santos Nascimento. Liderança da Comunidade Quilombola Poço dos Cavalos. Entrevista realizada em 10/09/2018, em Itacuruba/PE.

¹⁸⁰ José Alexandre dos Santos, (Zenon). Liderança na Comunidade Quilombola Negros de Gilu. Entrevista realizada em 10/09/2018, na Sede da Associação da Comunidade Quilombola Negros do Gilú, na área urbana na Nova Itacuruba/PE.

¹⁸¹ Id.

antes da finalização do processo foi ocupada pelos Pankará Serrote dos Campos. Não quisemos confusão e estamos aguardando até hoje¹⁸².

O processo de desterritorialização dos Gilus ocasionado pelo Lago de Itaparica provocou diversas problemáticas na comunidade, comprometendo “radicalmente nas formas de moradia, de produção, de trabalho, de organização social do grupo na intimidade do território que habitavam em todas as formas de reassentamentos, os Gilus deveriam se adaptar à individualização da vida e da produção (BEZERRA, 2007, p. 65).

A Barragem de Itaparica provocou a dispersão das famílias de Negros do Gilu, pois algumas famílias receberam indenizações e foram embora para lugares distintos. Outras optaram pelo reassentamento na Nova Itacuruba, no Projeto Brígida, em Orocó (PE) e no Projeto Fulgêncio Batista, em Santa Maria da Boa Vista (PE), com um sistema de irrigação com águas do Rio São Francisco. Enquanto 13 famílias foram reassentadas numa Agrovila em Jeremoabo (BA), irrigação ligada ao Rio Vaza-Barris, rio perene (BEZERRA, 2007).

As famílias reassentadas em Jeremoabo tiveram dificuldades diversas, o Vaza-Barris secava em períodos de seca, exigindo conhecimentos de agricultura de sequeiro, mas possuíam conhecimentos de práticas agrícolas nas vazantes do rio São Francisco. Além disso, a Chesf cortou a VMT paga as famílias instaladas em Jeremoabo. Por essas razões, segundo Zenon, “voltaram para a Nova Itacuruba com ajuda de familiares. Atualmente, a maioria das famílias que vive aqui, a renda é de aposentadoria ou do Bolsa-família¹⁸³”.

Os projetos desenvolvimentistas são planejados e executados por agentes públicos aliados a investidores e financiadores privados, usufruindo de benefícios tais representantes. Enquanto as pessoas habitantes nas áreas afetadas são somente componentes de mitigação. E, por isso, em projetos de desenvolvimento, a exemplo do Projeto da UHE de Itaparica predomina a desigualdade em oportunidades e em prejuízos (SCOTT, 2009).

Na região da Velha Itacuruba, os Negros de Gilu trabalhavam na condição de meeiros ou arrendatários de terras, plantavam mandioca, feijão, arroz, batata, milho

¹⁸² José Alexandre dos Santos, (Zenon). Liderança na Comunidade Quilombola Negros de Gilu. Entrevista realizada em 10/09/2018, na Sede da Associação da Comunidade Quilombola Negros do Gilú, na área urbana na Nova Itacuruba/PE.

¹⁸³ Id.

e cebola. Após a Barragem é bastante difícil obter safras, “principalmente em períodos de secas, por conta das águas paradas acumula muito sal, não chove mais e a Barragem fez a natureza mudar”.¹⁸⁴

Dentre os impactos socioambientais provocados pela Barragem de Itaparica, os indígenas Tuxá referiram-se ao aumento da temperatura e à diminuição das chuvas. Afirmaram:

[...] as construções de hidrelétricas podem alterar microclimas locais, o que teria acontecido com a diminuição na precipitação em Rodelas. Seja este o caso, ou a diminuição das chuvas estejam atribuídas a outros fatores como o aquecimento global, muitos povoadores estão sentindo os seus efeitos sobre aspectos econômicos e produtivos. (DÁVALOS, 2021, p. 156).

Portanto, os indígenas Tuxá consideram a Barragem de Itaparica provocadora da morte do Rio São Francisco, devido as águas paradas, sem correnteza, poluição, falta de oxigenação nas águas resultando na morte e a escassez de inúmeras espécies de peixes nativos. Além da Barragem receber esgotos e produtos químicos usados na agricultura irrigada (DÁVALOS, 2021). Como evidenciado no primeiro capítulo, com grandes impactos socioambientais para os povos indígenas Tumbalalá e Truká, provocados pela Barragem de Sobradinho, como escassez de peixes e alterações nas águas e nas práticas produtivas.

A liderança de Negros de Gilu, Zenon, evidenciou que as margens do Rio São Francisco foram todas ocupadas por famílias de negros misturados com caboclos e atribuiu à construção da Barragem de Itaparica o rompimento das relações interculturais, “A barragem foi uma grande desunião. Era tudo parente, misturado, negro e índio era tudo junto. Os negros também iam para Rodelas, casando negros com índias ou ao contrário, atravessavam no Porto da Madalena”¹⁸⁵.

O entrevistado, Luiz Gonzaga Pereira dos Santos, liderança Atikum, no Perímetro de Irrigação Brígida, em Orocó/PE. Afirmou as relações parentais e ritualística dos indígenas Atikum, Serra Umã, com os indígenas Pankará, Serra do Arapuá. Evidenciou a identidade indígena Atikum, “nasci na Serra Umã, tenho

¹⁸⁴ José Alexandre dos Santos, (Zenon). Liderança na Comunidade Quilombola Negros de Gilu. Entrevista realizada em 10/09/2018, na Sede da Associação da Comunidade Quilombola Negros do Gilú, na área urbana na Nova Itacuruba/PE.

¹⁸⁵ Id.

família na Aldeia Umã e na Aldeia Pankará¹⁸⁶". Em 1971 a sua família estabeleceu moradia em Itacuruba, na Ilha Surubabel. Ressaltou, "[...] a minha família descia a serra na época de seca. Meu pai todo ano ia para a beira do rio. Como continuou seco meu pai ficou morando na ilha. Em 1980 casei e meu pai voltou a morar até sua morte na Serra Umã"¹⁸⁷.

Enfatizou, Luiz Gonzaga, o trânsito entre a Serra Umã e o Rio São Francisco, na área da Velha Itacuruba, trabalhando na condição de meeiro. E, com a Barragem de Itaparica conquistou um lote de terra de 03 hectares no Projeto Brígida, em Orocó (PE). Ressaltou, a melhora na vida, antes não tinha terra e "[...] passei a trabalhar para mim, plantando inhame e macaxeira. A cebola parei de plantar para não perder dinheiro". A problemática enfatizada pelo entrevistado é relacionada ao aumento familiar e na Agrovila não há espaços para construção de novas casas e não há terras. Além da CHESF não ter concluído tudo que estava no projeto, nunca separou 10 hectares em áreas de sequeiro. Alguns moradores na Agrovila invadiram áreas de sequeiro. Então, "[...] eu peguei de um pedaço de terra, foi esse que localizei a aldeia, reuni com João Guarda, liderança Pankará, registramos na FUNAI, 250 pessoas das nossas famílias, respaldos pelo Pajé Manoelzinho Caxeado¹⁸⁸".

O entrevistado, João Batista Neto, conhecido por João Guarda, liderança Pankará, afirmou também as relações parentais com os Pankará e Atikum:

A minha família é da Lagoa, família Caxeado, meu tio é o Pajé Manoelzinho Caxeado. Francisco Limeira e os Gameleira, nós somos todos descendentes. A família e minha esposa também são daqui da Serra [Arapuá] misturada com Atikum, Serra Umã. [...] ¹⁸⁹.

O indígena João Guarda Pankará Brígida, evidenciou também os fluxos migratórios entre a Serra do Arapuá e a Velha Itacuruba em períodos de seca,

[...] meu irmão já estava lá e eu comecei a ir em busca de trabalho. A gente descia a serra na época da seca e trabalhava no terreno dos outros como meeiros, plantando cebola, feijão, milho e arroz. E, quando iniciava as chuvas subia [voltava] a Serra [do Arapuá]¹⁹⁰.

¹⁸⁶ Luiz Gonzaga Pereira dos Santos. Liderança Atikum Brígida. Entrevista realizada no Terreiro Sagrado Gameleira, Aldeia Gameleira, Serra do Arapuá, Território Pankará, em 29/06/2019.

¹⁸⁷ Id.

¹⁸⁸ Id.

¹⁸⁹ João Batista Neto. Liderança Pankará Brígida. Entrevista realizada no Terreiro Sagrado Gameleira, Aldeia Gameleira, Serra do Arapuá, Território Pankará, em 29/06/2019.

¹⁹⁰ Id.

Reafirmou a realização de rituais e práticas de cura no Projeto Brígida, onde reunimos toda a família Pankará, reassentada. Além de concordar com Luíz Gonzaga Atikum Brígida, sobre os problemas existentes na Agrovila e o direito a área de sequeiro equivalente a 10 hectares, acrescentou o registro na escritura do lote. E, afirmou o direito a área para aldeia, “sou indígena, minha condição é de migrado. [...] precisamos de uma aldeia para continuar as nossas origens indígenas¹⁹¹”.

Evidenciado pela liderança Atikum-Brígida problemas na Agrovila Brígida,

Não possuímos assistência a saúde, nem escolas específicas para as crianças. O pior é a violência e os vícios de álcool e drogas, tenho um filho viciado. Lá [Agrovila Brígida] não tem trabalho e nem terra para plantar. Em Itacuruba, todo mundo trabalhava de segunda até sábado, era tranquilo. Sinto muita falta, todo mundo sente¹⁹².

A ausência de trabalho e a ociosidade foi evidenciado pelas entrevistas e em estudos. A área inundada pelo Lago de Itaparica possuía terras férteis, uma elevada taxa de atividade econômica, apenas o percentual de 3% de desempregados,

A ideia era de que nos novos locais se casaria a tecnologia de implantação e gestão de projetos irrigados, tão bem sucedida na região de Petrolina/Juazeiro pós-barragem de Sobradinho, e investiria em reassentamento em terras identificadas com condições edáfico-climáticas de suportar agricultura irrigada. Este processo criou novos atingidos entre os que residiam anteriormente nas terras destinadas aos projetos, expandindo o impacto da obra! Panfletos distribuídos para a população e interessados no projeto clamavam uma ‘mudança para melhorar’ com imagens semi-edênicas traçadas por arquitetos, pontuadas com gaivotas voando, fincadas num ideário de estarem criando pequenos empresários rurais e erradicando trabalho assalariado e de meação (SCOTT, 2020, p. 210).

A população reassentada na Nova Itacuruba demarca o período antes da Barragem como tempo de fartura, de trabalho e de união familiar, “[...]. O tempo de hoje é um tempo ruim, tempo de perdas: emprego, espaços queridos e esperança. Vive-se o tempo em suspensão, um tempo de luto, marcado pelo ritmo do lamento” (FIGUEIREDO, 2011, p. 146).

¹⁹¹ Luiz Gonzaga Pereira dos Santos. Liderança Atikum Brígida. Entrevista realizada no Terreiro Sagrado Gameleira, Aldeia Gameleira, Serra do Arapuá, Território Pankará, em 29/06/2019.

¹⁹² Id.

O Pajé Manoelzinho Caxeado, em afirmação, também evidenciou a barragem como responsável pelo barramento das águas e das relações socioambientais, conforme evidenciado neste estudo. Além de ressaltar a importância do rio:

O Rio São Francisco a vida toda a gente teve reconhecimento que aquele rio tem os elementos, é um lugar sagrado. Mas tem gente que não sabe zelar daquele encanto, que é água. A água é da Natureza, sem zelar termina as águas sumindo. Ela tem segredo, a água foge. E, toda vez que fazia as festas na beira do rio dava oferendas [...] a rainha das águas. [...]. No tempo que o rio era normal, sem barragem, tinha cheia normal, dentro das vazantes plantava mandioca e batata [...]. [O pai] aí ele fazia rancho e tinha casas dos conhecidos, ia dormir lá, não tinha outra animação, o Toré era na frente.¹⁹³

A Chesf prometeu à população afetada pela Barragem de Itaparica melhores condições socioeconômicas. Então, os reassentados projetaram a reconstrução de sua vida para a maioria sair da condição de sem-terra para proprietários de lotes irrigados; mas o que de fato ocorreu nas agrovilas para a maioria dos reassentados foram condições piores daquelas em que viviam às margens do rio; isso pela demora de mais de 15 anos para finalizar a infraestrutura de irrigação, e alguns perímetros irrigados nunca concluídos. Além de solos inadequados para a agricultura ou o desconhecimento dos reassentados nas práticas agrícolas irrigadas. Contudo, os discursos produzidos pela Chesf e pela elite local foram e são atribuídos aos reassentados, os próprios produtores dos insucessos (SCOTT, 2013).

Além disso, os indígenas e quilombolas são novamente ameaçados por um novo projeto energético, a construção de uma usina nuclear em Itacuruba. A Cacica Evani Tuxá Campos, ressaltou que a Barragem de Itaparica provocou a desagregação familiar e o rompimento das práticas ritualísticas:

[...] depois veio a barragem. Nós perdemos muito mais, perdemos o território, ficou embaixo d'água. Depois da barragem nós começamos a ressurgir, começamos a juntar o nosso povo e juntar nossa cultura, estava se perdendo no tempo, devido ao afastamento do povo. [...]. É um caminho muito dolorido, mas estamos enfrentando. [...]. Antes da Barragem dançava o toré num cercado na roça do meu avô. Na

¹⁹³ Manoel Antônio do Nascimento (Pajé Manoelzinho Caxeado), Entrevista realizada na cidade de Floresta, PE, em 6 jun. 2018.

Fazenda no Canto. [...]. Agora a Barragem fez isso tudo com o povo, imagina uma Usina Nuclear.¹⁹⁴

A esse respeito, Adriano indígena Tuxá-Pajeú, afirmou não concordar com a implantação de uma usina nuclear,

[...] já fomos impactados pela Usina de Itaparica. Esse empreendimento [usina nuclear] é um pseudo empreendimento que não vai enriquecer a população e muito menos o nosso povo. Pode obrigar a nos retirar novamente do nosso território, da nossa cidade. Pode nos impactar, nos colocar em risco e afetar o nosso meio ambiente, o nosso rio. Então, não temos boas expectativas e vamos lutar até onde for possível para não acontecer a sua implantação.¹⁹⁵

Os povos indígenas e quilombolas partilham de situações históricas, em um espaço geográfico comum e afetados por ações do Estado, ameaçados por um novo megaprojeto: a construção da Usina Nuclear em Itacuruba, PE (SILVA, 2018). Nesse sentido, os projetos foram e são planejados e executados em benefício da melhora alheia (SCOTT, 2009).

Portanto, a Barragem de Itaparica afetou os Pankará em suas relações interculturais e provocou impactos socioambientais, como também acarretou profundamente as vidas de indígenas e quilombolas habitantes na Velha Itacuruba, na região do Submédio São Francisco.

¹⁹⁴ Evani Campos de Oliveira Silva. Cacica Aldeia Tuxá Campos, Nova Itacuruba (PE). Entrevista realizada em 13/12/2021, via Google Meet.

¹⁹⁵ Adriano João da Silva. Cacique Tuxá-Pajeú, Aldeia Tuxá-Pajeú, Nova Itacuruba/PE. Entrevista realizada em 14/12/2021, via WhatsApp.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa ciência é minha,
eu não dou ela a ninguém.
Essa ciência é minha,
eu não dou ela a ninguém.
Só dou a mãe Jurema quando ela vem,
Só dou a mãe Jurema quando ela vem.
Reina, rá, na ré, reina, rá na ré. (Pajé Pedro
Limeira).¹⁹⁶

Este estudo buscou compreender as relações entre troncos velhos e pontas de rama na afirmação da presença indígena Pankará envolvendo os lugares onde habitaram e habitam. Como construíram e constroem as relações com os ambientes naturais, especificamente as áreas serranas e o rio. Os fluxos interculturais e trocas produtivas afetados por projeto governamental de desenvolvimento, especificamente a Barragem de Itaparica. Evidenciando as relações socioambientais de indígenas e quilombolas no ambiente com um rio de histórias e memórias. Para isso, além do diálogo com a bibliografia e a documentação dos acervos do SPI e da Chesf, foram realizadas entrevistas com lideranças indígenas Pankará.

Uma das contribuições do estudo é evidenciar que o rio São Francisco foi e é um rio de indígenas. Estes pensam o rio como sagrado e provedor de vidas, assim como as comunidades negras rurais habitando as margens e em ilhas no rio. Enquanto posseiros, técnicos, governo e políticos consideram a exploração do rio para a suposta promoção do desenvolvimento e progresso. Predominando assim a dimensão utilitária com intensas alterações socioambientais a partir das construções de grandes barragens para produção energética, como enfatizou Arruda (2020). O Brasil republicano priorizou os projetos energéticos hidráulicos, sem considerar as populações afetadas. Somente a partir de mobilizações dessas populações, o Estado criou formas de mitigação, como foi o caso da Barragem de Itaparica, um descaso planejado e impactando bastante a vida da população habitante na Velha Itacuruba.

Desde a década de 1970, foram elaborados vários estudos e relatórios sobre as barragens energéticas construídas nos Sertões do São Francisco. O acervo documental na Chesf é composto por relatórios técnicos e socioambientais sobre a população em geral, especificamente os indígenas somente são citados os

¹⁹⁶ Trecho do canto de Toré pelo Pajé Pedro Limeira (OLIVEIRA, 2014, p. 101).

Pankararu, em relato de impactos da proximidade com não indígenas, sem tratar da inundação no Território e sem considerar os impactos nos fluxos migratórios sazonais, os locais sagrados e habitados nas áreas às margens do Rio, submergidos. Em relação aos indígenas Tuxá, o Território Ilha da Viúva e espaços habitados às margens do rio, as áreas alagadas e as problemáticas evidenciadas nos relatórios, com implicações indeléveis na vida deste povo indígena. Existindo ainda muitas questões para maior aprofundamento buscando compreender os impactos provocados pela barragem nas vidas dos Pankararu e Tuxá.

Ressaltamos às margens e ilhas do rio - a Velha Itacuruba, PE e Velha Rodelas, BA - os circuitos de trocas e rotas de viagens ritualísticas entre os Pankará, Atikum, Pankararu e Tuxá, como também de comunidades negras – quilombos Negros de Gilu e Poços dos Cavalos, conforme evidenciamos neste estudo. O rompimento das relações interculturais e socioambientais foi provocado pela Barragem de Itaparica. O Pajé Manoelzinho Caxeado, em entrevista destacada no capítulo 4, alertou para as questões socioambientais. Enfatizou o rio sagrado, merecedor de ofertas e cuidados: “A água é da Natureza, sem zelar termina as águas sumindo. Ela tem segredo, a água foge.”¹⁹⁷

Nesse sentido, ensinou a “pensar como um rio” (WORSTER, 2008, p. 28). A relação entre os indígenas e o rio São Francisco é fecunda para novos estudos no campo da História Ambiental, refletindo como os indígenas apreendem a Natureza, envolta nas práticas produtivas, ritualísticas, sociopolíticas, pensando como as serras, as matas e o rio. Além de pesquisas nos perímetros irrigados onde habitam os reassentados da Barragem de Itaparica, indígenas e quilombolas, aprofundando as questões socioambientais nos novos lugares de moradia.

As questões fundiárias e as perseguições aos indígenas por posseiros em áreas dos Sertões do São Francisco foram evidenciadas em documentação do SPI, pelo antropólogo Hohenthal, em relatório do SPI/Posto Indígena Atikum e nas memórias dos indígenas Pankará, o indígena Luiz Limeira aparecendo como o mais perseguido por representantes de famílias poderosas na região. Também estão registradas as mobilizações dos Pankará pelo reconhecimento perante o SPI e instalação de um posto indígena nas Serras do Arapuá e Cacaraia desde a década de 1940.

¹⁹⁷ Manoel Antônio do Nascimento (Pajé Manoelzinho Caxeado), Entrevista realizada na cidade de Floresta/PE, em 6 de junho de 2018.

Em entrevista, a Cacica Dorinha afirmou que os indígenas eram tratados como escravos e obrigados a pagar renda aos posseiros invasores, além de alvos de violência e proibidos de praticar os rituais. O Pajé Pedro Limeira também enfatizou o esbulho de terras na Serra da Cacaria, ressaltando o domínio de terras pelo posseiro: “Manoel Novaes tem da favela até lá na minha Aldeia, [...] lá no tronco da Serra, no Olho d’Água [...] é dono dessa terra toda. Mas, pelo amor de Deus, de quem ele comprou essa terra? Porque Deus não veio vender essa terra.”¹⁹⁸

Nas entrevistas também aparece que atualmente no Território Pankará, com o processo instituído de demarcação de terras, ocorre o acirramento de disputas internas, com a instituição de dois cacicados entre 2018 e 2019. Mais recentemente surgiu a informação de uma nova cisão, a ascensão de um novo Cacique na Serra do Arapuá. Também no Território Pankará Serrote dos Campos, com o início do processo de reconhecimento e demarcação da área indígena pela Funai, foi deflagrada uma nova cisão: Cícera Santos, irmã da Cacica Lucélia Santos, também se afirmou como cacica.

Ressaltamos que a pesquisa foi um exercício contínuo, finalizado quando contemplamos as principais questões e demandas propostas. Infelizmente, a pandemia da Covid-19 promoveu também um rompimento, não da barragem com as águas do rio, e sim nos registros de algumas memórias de indígenas e quilombolas, que poderiam contribuir para o entendimento da presença indígena nos Sertões do São Francisco, as relações socioambientais, interculturais, os fluxos entre ambientes distintos, o barramento e as novas emergências étnicas na Nova Itacuruba e em Perímetros de Irrigação.

O toante destacado na epígrafe no início destas considerações foi cantado pelo Pajé Pedro Limeira (*in memoriam*) e em sua homenagem, como um dos participantes na pesquisa, contribuindo para a compreensão sobre a importância da planta Jurema na ritualística e na terapêutica dos indígenas Pankará. Assim, os diversos usos de elementos sonoros e cânticos praticados nos rituais de Toré e os trânsitos socioculturais de um fluxo de intercâmbios de toantes entre os diversos povos indígenas no Nordeste e no sertão são-franciscano. Desse modo evidenciamos o toante dos indígenas Pankará, partícipes desses fluxos de redes socioculturais.

¹⁹⁸ Pedro Luiz dos Santos. Liderança Pankará, em entrevista realizada em 25 maio 2019 na Aldeia Saquinho, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha, PE.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. C. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. (Série Biblioteca Básica Brasileira). 226 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1022>. Acesso em: 5 dez. 2018.
- ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. **Invenção do nordeste e outras artes**. 3ª Ed. Recife: FJN, São Paulo: Cortez, 2006, 338 p.
- ALMEIDA, R. C. de. **Os índios aldeados no Rio de Janeiro Colonial: novos súditos cristãos do Império Português**. Campinas: UNICAMP, 2000, 336p. (Tese em Antropologia).
- ALMEIDA, P. F.; SILVA, R. F. A retomada da educação escolar pelos índios Pankará. **Polis**, n. 38, p. 1-14, 2014. Disponível em: <http://polis.revues.org/10049>. Acesso em: 28 fev. 2019.
- ANDRADE, U. M. **Um rio de histórias: a formação da alteridade Tumbalalá e arede de trocas do Sub-Médio São Francisco**. São Paulo, USP, 2002. (Dissertação Mestrado em Antropologia).
- ANDRADE, U. M. **Memória e diferença: os Tumbalalá e as redes de trocas no submédio São Francisco**. Editora Humanitas, 2009, 392 p.
- ANDRADE, L. E. A. **“Nem emergentes, nem ressurgentes, nós somos povos resistentes”**: território e organização sócio-política entre os Pankará. 2010. Monografia (Bacharelado Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.
- ANDRADE, L. E. A. **“Kapinawá é meu, já tomei, tá tomado”**: organização social, dinâmicas territoriais e processos identitários entre os Kapinawá. 2014. 192 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- ANDRADE, L. E. A. de. et al. **Etnomapeamento da Terra Indígena Entre Serras Pankararu**. Salvador: Anais, 2016. Disponível em: <https://onedrive.live.com/?authkey=%21ACcBuINpJpUeHs0&cid=BB9D9EA6BFB89988&id=BB9D9EA6BFB89988%2154954&parId=BB9D9EA6BFB89988%2154899&o=OneUp>. Acesso em: 20 ago 2018.
- ANDRADE, L. E. A. de.; DANTAS, M. S. S. Áreas protegidas e sociobiodiversidade no Semiárido brasileiro. **Anuário Antropológico**, v. 45, n.1, 2020, p. 69-96. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/4938>. Acesso em 20 set 2021.
- ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil**. [1837]. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. n. p.

ARAÚJO, C. E. **A partir das águas**: argumentações midiáticas, resistência popular e a transposição do rio São Francisco. 2012. 268 f. Orientadora: Mônica Castagna Molina. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável/UNB, 2012.

ARAÚJO, F. E. Os trabalhadores da farinha e a casa de farinha como lugar de memória. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, SC, v. 30, n. 46, p. 91-100, jun. 2017.

ARAÚJO, M. L. C. Adaptação e resistência em Itaparica. **Cad. Est. Soc.** v. 7, n. 2, p. 167-186, jul./dez., 1991. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/diogohh,+v7n2_1.pdf. Acesso em: 20 mar 2020.

ARAÚJO, M. L. C. Grandes obras... grandes impactos. **Cad. Est. Soc. Recife**, v. 17, n. 1, p. 5-30, jan./jun., 2001. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/diogohh,+v17n1_1.pdf. Acesso em: 30 nov 2021.

ARAÚJO, M. L. C. et al. (Org.). **Sonhos submersos ou desenvolvimento?** Impactos sociais da Barragem de Itaparica. Recife: Massangano, 2000.

ARAÚJO, N. A. **Navegando nas margens**: narrativas orais do Velho Chico. Salvador: UNEB/PPG em Estudos de Linguagens, 2010, 128 p. (Dissertação em Estudos de Linguagens).

ARRUDA, G. História dos rios: história ambiental? **Signos Históricos**, México, v. 16, n. 8, p. 16-44, jul./dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-44202006000200016. Acesso em: 30 maio 2019.

ARRUDA, G. Rios, navegação, ferrovias e a construção do território do Paraná. In: ARRUDA, Gilmar (org.). **A natureza dos rios**: história, memória e territórios. Curitiba: Editora UFPR, 2008a. p. 95-136.

ARRUDA, G. Rios e governos no estado do Paraná: pontes, “força hidráulica” e a era das barragens (1853-1940). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 153-175, jan./jun. 2008b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752008000100008>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ARRUDA, G. Bacias hidrográficas, territórios, paisagens e a história ambiental. **Revista Porto**, n. 1, p. 11-32, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/index.php/porto/article/view/1469>. Acesso em: 30 abr. 2013.

ARRUDA, G. Rios, barragens, matas ciliares e o mito da restauração da natureza prístina. **História Unicap**, v. 7, n. 14, p. 345-361, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25247/hu.2020.v7n14.p345-361>. Acesso em: 5 mar. 2021.

ARRUTI, J. M. P. A. Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8,

n.15, 1995, p. 57-97. Disponível em:
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1995>. Acesso em:
 30 set 2012.

ARRUTI, J. M. P. A. **O reencantamento do mundo**: trama histórica e arranjos territoriais Pankararu. 1996. 247 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, 1996.

ARRUTI, J. M. A. “A emergência dos remanescentes: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas”. **Mana** - estudos de antropologia social, n.3/2, outubro 1997, p.7-38.

ARRUTI, J. M. A. Agenciamentos Políticos da “Mistura”: Identificação Étnica e Segmentação Negro-Indígena entre os Pankararú e os Xocó. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 23, nº 2, 2001, pp. 215-254. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0101-546X2001000200001>. Acesso em: 11 fev 2019.

ARRUTI, J. M. A. 2002. “Etnias Federais”: o processo de identificação de índios e quilombolas no Baixo São Francisco. Rio de Janeiro: PPGAS do Museu Nacional, UFRJ.

ARRUTI, J. M. P. A. A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco. *In*: OLIVEIRA, J. P. (org.). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, 2004. p. 231-279.

ARRUTI, J. M. P. A. **Mocambo**: Antropologia e História do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006, 370p.

ARRUTI, J. M. P. A. Da memória cabocla à História Indígena: conflito, mediação e reconhecimento (*Xocó, Porto da Folha/SE*). *In*: SOIHET, R. *et al.*, (Org.). **Mitos, projetos e práticas políticas**: memória e historiografia. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 1, p. 249-270.

ATHIAS, R. Espaço, Fecundidade e Reprodução entre os Pankararu. *In*: **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, (ANAIS). Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002. Disponível em:
<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1238/1202>. Acesso em: 26 fev 2021.

BALEEIRO, A.; LIMA SOBRINHO, A. J. **1946**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2012. 121 p. (Coleção Constituições Brasileiras, v. 5). Disponível em:
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/139953/Constituicoes_Brasileiras_v5_1946.pdf?sequence=9&isAllowed=y. Acesso em: 19 jan. 2022.

BAPTISTA, R. V. N. **O ecossistema brejo de altitude e suas representações nos livros didáticos**: uma contribuição para programas de Educação Ambiental. 2005. Monografia (Ciências Biológicas) – Departamento de Zoologia, UFPE, Recife, 2005.

- BARBOSA, R. L. O Estado e questão indígena: crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969). Recife: UFPE/CFCH/PPG em História, 2016, 260p. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/23336/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Rodrigo%20Lins.pdf>. Acesso em: 24 abr 2021.
- BARRETO FILHO, H. T. Invenção ou renascimento? Gênese de uma sociedade indígena contemporânea no Nordeste. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2004, p. 93-137.
- BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BASTOS, R. J. de M. O índio na música brasileira. Recordando quinhentos anos de esquecimento. In: TUGNY, R. P. de. & QUEIROZ, R. C. de. (Org.). **Músicas africanas e indígenas no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 115-127.
- BASTOS, A. P. P. A diáspora africana numa trajetória geográfica, territorial e libertadora: da África ao Brasil (a liberdade em Redenção). **Cadernos de Geografia**, nº 34 – 2015, Coimbra, FLUC - pp. 65-72. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/depgeotur/publicacoes/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeo34/artigo7. Acesso em: 10 mar 2019.
- BATISTA, M. R. R. **Construindo e recebendo heranças: as lideranças Truká**. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- BEDIAGA, B. (org.). **Diário do Imperador D. Pedro II**. Petrópolis: Museu Imperial, 1999. (Publicação em CD-ROM).
- BENCHIMOL, J. L.; SÁ, M. R. (org.). **Outros estudos em zoologia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. (Adolpho Lutz Obra Completa, v. 3, Livro 4).
- BEZERRA, D. **Com os índios: Padre Alfredo Dâmaso, os Fulni-ô e as mobilizações indígenas no Nordeste**. Maceió, AL: Editora Olyver, 2020.
- BEZERRA, E. C. M. **Migrações Xukuru do Ororubá: memórias e Histórias (1950-1990)**. Recife, UFPE, 2012. (Dissertação em História).
- BEZERRA, T. M. L. B. **O Quilombo “Negros Do Gilu” em Itacuruba: emergência etnoquilombola e territorialidade**. Recife: UFPE/PPG em Antropologia, 2006, 122p (Dissertação em Antropologia).
- BICALHO, P. S. dos S. Estado autoritário, sociedade civil e aspectos sobre a emergência de Movimentos Indígenas. **História Unisinos** 24(2):296-308, maio/agosto 2020 Unisinos. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Op5TYb91AmUJ:revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/download/hist.2020.242.10/60747717+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 12 set 2020.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/F8mXfg5mkdfyjw5Y5bLXqyg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 mar 2021.

BOMFIM, E. M. O homem no Vale do São Francisco: um legado de Donald Pierson às ciências humanas e sociais no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 81-85, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3093/309326332011.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2020.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, P. (1989). A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.

BRAGANÇA, I. F. de S. **Histórias de vida e formação de professores**: diálogos entre Brasil e Portugal. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012, 312p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/f6qxr/epub/braganca-9788575114698.epub>. Acesso em: 24 mai 2019.

BRASIL. Câmara Legislativa Federal. **Lei 3.071**, 01/01/1916 - Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 abr 2020.

BRASIL. Câmara Legislativa Federal. **Decreto nº 5484**, 27/06/1928. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5484-27-junho-1928-562434-publicacaooriginal-86456-pl.html>. Acesso em 10 set 2020.

BRASIL, **Comissão Nacional da Verdade**, Volume II-Textos Temáticas, V5-Violações de direitos humanos dos povos indígenas. Dezembro, 2014, p. 203-262. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/textos-do-colegiado/586-epub.html>. Acesso em 22 mar 2021.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Portaria Nº 89, de 13 de fevereiro de 2017**. D.O.U. Nº 35 – Seção 2. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/atos-demarcatorios-administrativos/atos-demarcatorios-administrativos-2017>. Acesso em: 06 mar 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República Polo Serra Talhada/Salgueiro. **Ação civil pública n.º 02/2014 – 2.º OF** - Ref.: Inquérito Civil Público nº 1.24.001.000006/2004-47. Serra Talhada, 2013, 37 p. Disponível em:

http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/eventos/acoes-coordenadas/dia-do-indio/docs_dia-do-indio/002-2013-acp-demarcacoes-de-terras-indigena-etnia-pankar. Acesso em: 4 mar 2020.

BRASIL. Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, 24 de fevereiro de 1891. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 04 mai 2020.

BRASIL. Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 8072**, 20 de junho de 1910, cria o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de trabalhadores nacionais e aprova o respectivo regulamento. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1910. Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=8072&ano=1910&ato=0e90TSU9ENNRVT6f9>. Acesso em 01 ago 2020.

BRASIL. Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1946. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 19 dez 2020.

BRASIL, Presidência da República//Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 541**, de 15 de dezembro de 1948. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0541.htm. Acesso em: 20 jan 2020.

BRASIL, Presidência da República//Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 6.001**, de 19 de dezembro de 1973 – Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.001%2C%20DE%2019,sobre%20o%20Estatuto%20do%20%C3%8Dndio.&text=Art,e%20harmoniosamente%2C%20%C3%A0%20comunh%C3%A3o%20nacional.

Acesso em: 05 mai 2020.

BRASIL. Presidência da República//Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 05 de outubro de 1988.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 20 abr 2020.

BRASIL. Presidência da República//Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.852, de 04 de fevereiro de 1994**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8852.htm. Acesso em 20 de nov 2021.

BRASIL, Presidência da República//Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.406**, 10/01/2002. Código Civil. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 30 abr 2020.

BRASIL, Senado Federal. **Anais de Senado**. Transcrição. Livro 5. Brasília, Secretaria Especial de Editoração e Publicação/Subsecretaria de Anais do Senado Federal, 03 de julho de 1947, 540p. Discurso do Senador Apolônio Sales. Disponível em:

https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1947/1947%20Livro%205.pdf. Acesso em: 15 mai 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Anais do Senado**, livro 1. Brasília: Diretoria de Publicação, 1957. 1.096 p. Disponível em:

https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1957/1957%20Livro%206.pdf. Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL, D. R. **O mar virou Sertão**: a transposição do rio São Francisco e a comunidade quilombola de Santana. Brasília: UNB/Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2011, 159p. (Dissertação em Desenvolvimento Sustentável).

BRASIL, V. M. O rio São Francisco: a base física da unidade nacional do Império.

Revista Mosaico, v. 1, n. 2, p.133-142, jul./dez. 2008. Disponível em:

<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/572>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASILEIRO. S. **O Processo de Reassentamento do Povo Tuxá**. In Relatório de Eleição da Área a ser Destinada aos Índios Tuxá de Rodelas pela CHESF. Salvador, Agosto de 1998.

BRITO, C. A. G. de. **Antropologia de um jovem disciplinado: a trajetória de Darcy Ribeiro no serviço de proteção aos índios (1947-1956)**. Rio de Janeiro:

Fundação Oswaldo Cruz/PPG em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, 2017, 198p. Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/30983>. Acesso em: 02 mai 2021.

BULCÃO, L. L. S. **Relatório ambiental**: Grupo de Trabalho de Identificação e Delimitação da Terra Indígena da Serra do Arapuá. Funai – Salvaguarda de Comunidades Indígenas, Contrato no. CLTO 1748/2009 e IRPF: AS-4043/2009. Florianópolis, 2010.

CABRAL, A.; BARBOSA, D. Reflexões sobre a implantação de Usinas Nucleares no Rio São Francisco. **Revista Eletrônica de Energia**, v. 4, n. 1, p. 19 -37, jan./dez.

2014. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/ree/article/view/3280>.

Acesso em 28 mai 2019.

CABRAL, D. C. A bacia hidrográfica como unidade de análise em história ambiental.

Revista de História Regional, v. 12, n. 1, p. 133-162, 2007. Disponível em:

<https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2241>. Acesso em: 5 maio 2019.

CABRAL, L. L. **Índios Panlaká**: entre o Rio São Francisco e a Serra do Arapuá - história, memória e espiritualidade. Floresta: IF SERTÃO PE, 2016, 12p. (No prelo).

CAMARGO, C. S. de. Reivindicando fluxos em contextos de desigualdade: os povos indígenas do sertão de Itaparica e a transposição do Rio São Francisco. **Maloca**:

Revista de Estudos Indígenas, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 98–120, 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/maloca/article/view/13199>. Acesso em: 5 fev. 2022.

CAMPOS, C. S. **Por uma Antropologia Ecológica dos Fulni-ô de Águas Belas**. Recife: UFPE, 2006. (Dissertação em Antropologia).

CARVALHO, P. E. R.; TREVISAN, E. C. **Árvore do conhecimento: espécies arbóreas brasileiras**. EMBRAPA/AGEITEC, Brasília-DF. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/especies_arboreas_brasileiras/arvore/CONT000fud0kxn802wyiv807nyi6s7oiuw9j.html. Acesso em: 29 mar 19.

CASTRO, M. I. M. Reflexões sobre a História Ambiental. **Revista Face**, Brasília, v. 1, n. 1, 2003. Disponível em: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/face/article/view/594>. Acesso em: 27 mar 2018.

CAVALCANTI, A. F. **Aldeamentos e política indigenista no bispado de Pernambuco: séculos XVII e XVIII**. 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. (Disponível em: <https://indiosnonordeste.com.br/wp-content/uploads/2012/08/Alessandra-Figueiredo.pdf>). Acesso em: 5 mar. 2021.

CAVALCANTE, T. L. V. Terra Indígena: aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico. *História (São Paulo)* v.35, e75, 2016, p. 01-22. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/XRTp9SKrKRwMV6D4MjHPMsp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 de jan 2022.

CBHSF. **Plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio São Francisco: módulo 1, resumo executivo: proposta para apreciação do Plenário do CBHSF**. Salvador, 2004. Disponível em: https://cdn.agenciapeixevivo.org.br/files/uploads/2010/09/images_AAGB_comites_cbhsf_PlanodeRecursosHidricos.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Incêndio criminoso destrói casa sagrada do povo Pankará na Serra do Arapuá, Sertão de PE**. Assessoria de comunicação/Blog, 03/05/2016. Disponível em: <https://cimi.org.br/2016/05/38366/>. Acesso em: 28 fev. 2019.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Presidente da Funai nomeia profissionais desqualificados e ex-assessor de deputado ruralista para coordenar demarcações**. 11 nov. 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/11/presidente-da-funai-nomeia-profissionais-desqualificados-e-ex-assessor-de-deputado-ruralista-para-coordenar-demarcacoes/>. Acesso em: 14 mar. 2020.

CLARK, D.; FOX, J.; TREAKLE, K. ***Demanding accountability***: civil society claims and the World Bank Inspection Panel.: Rowman & Littlefield Publishers, 2003, 311p. Disponível em:

<https://jonathanfoxucsc.files.wordpress.com/2011/11/demandingaccountability.pdf>. Acesso em: 04 jan 2021.

COLAÇO, M. Â. da S. **Etnobotânica dos índios Pankararé no Raso da Catarina–Bahia**: uso e importância cultural de plantas da Caatinga. Feira de Santana/BA, UEFS, 2006. (Dissertação em Botânica).

COLLET, C.; PALADINO, M.; RUSSO, K. **Quebrando preconceitos**: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas. Rio de Janeiro: Contra Capa; Laced, 2014. (Série Traçados, 3). Disponível em: http://laced3.hospedagemdesites.ws/laced/arquivos/Quebrando_preconceitos.pdf. Acesso em: 27 jun. 2019.

CORADIN, L.; SIMINSKI, A.; REIS, A. (org.). **Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial**: plantas para o futuro – Região Sul. Brasília: MMA, 2011. 934 p. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade/fauna-e-flora/Regiao_Sul.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

CORREIA, R. C.; ARAÚJO, F. P. e RIBEIRO, M. **Agricultura de vazante**: opção de cultivo para o período seco. Petrolina, EMBRAPA-CPATSA, 2003. Disponível em: <http://www.cpatosa.embrapa.br:8080/noticias/noticia31.html>. Acesso em: 15 out 2014.

COSTA, A. F.; LOPES, L. H. O. Recursos genéticos e melhoramento do feijoeiro comum em Pernambuco. *In*: QUEIRÓZ, M. A.; GOEDERT, C. O.; RAMOS, S.R.R. **Recursos genéticos e melhoramento de plantas para o Nordeste brasileiro**. Petrolina: Embrapa Semiárido/Brasília-DF: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, nov. 1999. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/recursos-geneticos-e-melhoramento-de-plantas-para-o-nordeste-brasileiro.pdf>. Acesso em: 9 out. 2020.

COSTA, F. A. P. da. **Em prol da integridade do território de Pernambuco**. Recife: Instituto Archeologico e Geografico Pernambucano; Pernambuco Typ. do “Jornal do Recife”, 1896. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221743>. Acesso em: 30 mar 2019.

COUTINHO JR., W. & M.; GONÇALVES, J. 2000. Reflexões sobre a questão fundiária Fulni-ô. In ESPÍRITO SANTO, Marco Antônio do (org.): Política indigenista: Leste e Nordeste brasileiros, pp. 57-64. Brasília: FUNAI/DEDOC.

CRUZ, F. S. M. **‘Quando a terra sair’**: os índios Tuxá de Rodelas e a Barragem de Itaparica: memórias do desterro, memórias da resistência. Brasília: 2017. 143 f. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2017.

CRUZ, F. S. M. Entre índios e sertanejos: o povo indígena Tuxá e a retórica desenvolvimentista chesfiana em Itaparica. **Wamon**, v. 3, n. 1, p. 39-53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/wamon/article/view/5200>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CUNHA, M. C. da. **Os direitos dos índios**: ensaios e documentos. São Paulo: Brasiliense, 1987, 230 p.

CUNHA, M. C. da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP, Companhia das Letras, 1992, 611 p.

CUNHA, M. C. da. **Índios no Brasil: História, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CUNHA, M. C. da. Políticas culturais e povos indígenas – Uma introdução. *In*: CUNHA, M. C. da. CESARINO, P. N. (Org). **Políticas culturais e povos indígenas**. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016, 518p.

CUNHA, P. P. **Responsabilidade social corporativa**: a memória do programa de reassentamento dos atingidos pela Barragem da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga (ex-Itaparica). 2012. 118 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas; Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10963/Disserta%c3%a7%c3%a3o_RSC%20e%20Constru%c3%a7%c3%a3o%20de%20Barragens-vers%c3%a3o%20ajustada%20banca%20examinadora%2013agosto.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 8 maio 2019.

DANTAS, M. A. **Dimensões da participação política indigenista**: Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817-1848. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018, 264p.

DÁVALOS, N. E. B. **Vulnerabilidade socioambiental e os impactos do reassentamento e dos eventos climáticos extremos sobre o povo indígena Tuxá de Rodelas-Bahia**. Brasília, CDS/UNB, 2021, 258 p. (Tese de doutorado). Disponível em: <file:///C:/Users/User/Documents/tese270921/impactos%20socioambientais%20tux%C3%A1%20unb%202021.pdf>. Acessado em 09/12/2021.

DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2319/1458>. Acesso em: 30 nov. 2012.

DUARTE, R. H. **História e natureza**. Belo Horizonte: Contexto, 2005.

FAURE, X. J. C. **A vivência de um laboratório social no Sertão de Pernambuco**: lideranças, mediação e práticas sociais em Mirandiba. Campina Grande: Centro de Humanidades/UFCG, 2017. 452 p. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Disponível em: [file:///C:/Users/User/Documents/tese/XAVIER%20JEAN%20CHARLES%20FAURE%20-%20TESE%20\(PPGCS\)%202017.pdf](file:///C:/Users/User/Documents/tese/XAVIER%20JEAN%20CHARLES%20FAURE%20-%20TESE%20(PPGCS)%202017.pdf). Acesso em 20 dez 2020.

FEITOSA, I. R.; LIMA, L. S.; FAGUNDES, R. L. **Manual de licenciamento ambiental**: guia de procedimentos passo a passo. Rio de Janeiro: GMA, 2004, 23p.

FERRAZ, T. V. **A formação da sociedade no sertão pernambucano**: trajetória de núcleos familiares. 2004. 85 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de

Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7841/1/arquivo7773_1.pdf. Acesso em: 23 jan. 2015.

FERREIRA, L. de M. **São Miguel de Barreiros: uma aldeia indígena no Império**. Recife: PPG em História, 2006, 214p. (Dissertação em História). Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/arquivos/cart_sebrae.pdf. Acesso em: 05 mai 2019.

FERREIRA, G. G. **Educação formal para os índios: as escolas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nos postos indígenas de Alagoas (1940-1967)**. Recife: PPG em História/UFPE, 2016, 223p. (Tese de Doutorado). Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/23347/1/TESE-PPGH-UFPE-GILBERTO.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2020.

FERREIRA J. I. Ruptura e conflito: a prática indigenista e a questão da Terra entre os Fulniô. In: **ESPÍRITO SANTO, Marco Antonio do.** (Org.) Política Indigenista: Leste e Nordeste Brasileiros. Brasília: FUNAI/DEDOC, 2000, p.41 - 53.

FERREIRA, J. **Estudo da relação entre dimensões do nexu água-energia-alimento e a vulnerabilidade no Submédio Rio São Francisco**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável/Centro de Desenvolvimento Sustentável/UNB, 2020, 177 p. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/2020_JuliaLopesFerreira.pdf. Acesso em 20 jan 2022.

FIGUEIREDO, M. do S. F.V. **Exílios: pertencimentos e reconhecimentos em populações: o caso de Itacuruba**. Recife: PPG em Antropologia/CFCH/UFPE, 2011, p. 232. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/534/1/arquivo1398_1.pdf. Acesso em 09 de ago 2021.

FGV-CPDOC. **Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/INSPETORIA%20FEDERAL%20DE%20OBRAS%20CONTRA%20AS%20SECAS.pdf>. Acesso em: 17 fev 2021.

FGV-CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/apolonio_sales. Acesso em 15 fev 2021.

FGV-CPDOC. O Brasil de JK – A criação da SUDENE. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene>. Acesso em 20 dez 2020.

FGV-CPDOC. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-do-nordeste-sudene>. Acesso em: 15 de jan 2021.

FIALHO, V. P. e S. Economia, Artesanato e Mercado: a participação indígena na II Feira da agricultura familiar. *In*: SILVA, A. G. da.; CAVALCANTI, J. S. B. e WANDERLEY, M. de N. B. (Org). **Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil**. João Pessoa: Editora Zarinha Centro de Cultura, 2009, 389p.

FLORES, J. M. Sob o credo vermelho: índios, comunistas e revolta no sul de Mato Grosso em meados do século XX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 379-400, maio-ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-14942017000200005>. Acesso em: 14 dez. 2021.

FREITAS JUNIOR, L. de. **A posse das terras tradicionalmente ocupadas pelos Índios como um instituto diverso da posse civil e sua qualificação como um Direito Constitucional Fundamental**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza/PPG em Direito Constitucional, 2010, 247p. (Dissertação em Direito Constitucional).

FREITAS, R. B. de. **Direitos dos índios e Constituição**: os princípios da autonomia e da tutela-proteção. 2007. 210 f. Dissertação (Mestrado em Direito Público) – Programa de Pós-Graduação em Direito Público, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

FUNES, E.; RIOS, K. E o mar virou sertão. *In*: ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *et al.* (org.). **O encolhimento das águas**: o que se vê e o que se diz sobre crise hídrica e convivência com o semiárido. Campina Grande: Insa, 2018. p. 25-43.

GALLOIS, D. T. “Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? *In*: RICARDO FANY (Org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza**: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, p.38-41. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/dgallois-1.pdf. Acesso em: 02 jul 2019.

GALVÃO, O. J. A. O Projeto de Reassentamento de Itaparica e sua inserção no marco das novas políticas de desenvolvimento. **Caderno de Estudos Sociais**, Recife, v. 15, n. 1, p. 33-66. jan./jun. 1999. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1233>. Acesso em: 20 jun. 2019.

GERLIC, S. **Cantando as Culturas Indígenas**. Brasília: Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena-MEC/THYDÉWA, 2012, 44p. (Coleção Índios na Visão dos Índios, v. 18). Disponível em: <http://www.thydewa.org/wp-content/uploads/2013/12/CANTANDO-web-2013.pdf>. Acesso em: 20 mai 19.

GOMES, A. D. O “Rio Civilizador” e o “Vale do Cariri”: a eletrificação urbana do Sul do Ceará (1949-1961). **Revista Especialidades** [online]. 2014, v. 7, n. 1. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/17694-Resultados%20de%20pesquisa-56071-1-10-20190515.pdf>. Acesso em 08 abr de 2019.

GOMES, E. De como a ambição massacra um povo: depoimento Dorinha Pankará. **Revista Continente**, especial da edição 196, abr. 2017. Não paginado. Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/edicoes/196/depoimento--dorinha-pankara>. Acesso em: 25 set 2017.

GOMES, A. O. Memória e Patrimônio Cultural dos povos indígenas: uma introdução ao estudo da temática indígena. In: ANDRADE, J. A.; SILVA, T. A. A. **O ensino da temática indígena: subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades indígenas**. Recife: Edições Rascunhos, 2017, p. 111-160. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2019/08/O-ensino-da-tem%C3%A1tica-ind%C3%ADgena.pdf>. Acesso em 06 abr de 2022.

GONÇALVES, G. M. S. *et al.* A transposição do rio São Francisco e a saúde do povo Pipipã, em Floresta, Pernambuco. **Saúde Soc**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 909-921, jul-sept. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/s6SWv6M8p6YXTjDPghR3WZF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 jan. 2019.

GRIMALDI, L. Donos da história: estratégias de ação coletiva e formação da autoridade política entre os Tumbalalá. Recife: PPG em Antropologia/UFPE, 2013, 147 p. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11888/1/Lorenzo%20RF.pdf>. Acesso em 05 dez 2018.

GRÜNEWALD, R. A. “Regime de índio” e faccionalismo: os Atikum da Serra do Umã. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1993.

GRÜNEWALD, R. A. A Jurema no “Regime de Índio”: o caso Atikum. In: MOTA, C. N.; ALBUQUERQUE, U. P. (org.). **As muitas faces da jurema: de espécie botânica à divindade afro-indígena**. Recife: Bagaço, 2002. 202 p.

GRÜNEWALD, R. A. Etnogênese e “regime de índio” na Serra do Umã. In: OLIVEIRA, João P. de. (Org.) **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004, p.139-174.

GRUPIONI, L. D. B.; VIDAL, L. B.; FISCHMANN, R. (org.). **Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.

HALFELD, H. G. F. **Atlas e relatório concernente a exploração do rio de São Francisco desde a cachoeira da Pirapora até ao oceano Atlântico**: levantado por Ordem do Governo de S. M. I. O Senhor Dom Pedro II. Rio de Janeiro: Typ. Moderna de Georges Bertrand, 1860. 57 p.

HEEMANN, T. A. Por uma releitura do direito dos povos indígena: do integracionismo ao interculturalismo. **Revista de Doutrina e Jurisprudência**

53, Brasília, v. 109, n. 1, p. 1-14, jul./dez. 2017. Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Direito_PovosIndigenas.pdf. Acesso em: 28 jun. 2019.

HERBETTA, A. “Peles braiadas”: apontamentos sobre reconfigurações identitárias no sertão nordestino. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 42, n. 2, p. 63-79, jul./dez., 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/817/794>. Acesso em: 30 mar. 2019.

HOHENTHAL JR., W. D. As tribos indígenas do Médio e Baixo São Francisco. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, nova série, v. 12, p. 37-71, 1960.

IBGE. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 4 fev. 2014.

ICMBIO. Análise da Região da Unidade de Conservação. Encarte 2 – Plano de Manejo da Reserva Biológica da Serra Negra. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidadescoservacao/serra%20negra-analise.pdf>. Acesso em 28 set 2012.

JESUS, M. S.; POSSAMAI, P. C. O avanço da fronteira interna: a ocupação do sertão no século XVI. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 7., Campinas, 2006. **Anais**. Campinas, 2006. Disponível em: http://antigo.anphlac.org/sites/default/files/mirian_silva.pdf. Acesso em: 10 mar 2014.

KLUCK, E. G. J. Posseiros no Médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 22, n. 46, pp. 148-169, jan-abr, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5595>. Acesso em: 10 mar 2020.

LIMA, F. P.; MOREIRA, I. de C. Tradições astronômicas Tupinambás na visão de Claude D’Abbeville’s. **REVISTA DA SBHC**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 4-19, jan. | jun. 2005. Disponível em: http://www.sbhc.org.br/resources/download/1320065767_ARQUIVO_artigos_1.pdf. Acesso em: 14 de jul 2021.

LEFF, E. Construindo a história ambiental da América Latina. **Revista Esboços**, v. 12, n. 13, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/383/9913>. Acesso em: 26 ago. 2013.

LEFF, E. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 3, p. 17-24, set/dez, 2009, UFRGS, Porto Alegre, RS. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9515>. Acesso em: 20 fev 2014.

LEO NETO, N. A. **Dinâmicas de caça e conflitos socioambientais no sertão da Serra Negra (PE)**. 2015. 227 f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas – Programa

de Pós-Graduação em Ciências Biológicas. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

LIMA, J. L. **Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984)**. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995. 190 p.

LIMA, J. P. L.; MEDEIROS, R. P. C.; CASTRO, V. M. C. Grupos ceramistas da ilha de Sorobabel, Itacuruba-PE: continuidade mudança tecnológica. **Revista Noctua**, n. 1, p. 43-65, 2016. Disponível em: http://fundacaoparanabuc.org.br/arquivo/d62e5_viviane.pdf. Acesso em: 2 dez 2021.

LIMA, M. H. C. C. A. **Disputas hegemônicas e contexto situacional: construções de sentidos sobre a transposição do rio São Francisco**. Recife: Editora Universitária, 2012. 150 p.

LORENZO, G. **Donos da História: estratégias de ação coletiva e formação da autoridade política entre os Tumbalalá**. Recife: Editora UFPE, 2014, 179p.

LOURENÇO, J. **Elementos indígenas na construção da identidade nacional brasileira (1750-1850)**. São Paulo: PPG em História Social, 2016, 281p. (Tese em História Social). Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-09092016-123310/en.php>. Acesso em: 30 dez 2018.

LUCIANO, G. S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. 232 p. (Coleção Educação para Todos; 12). Disponível em: file:///C:/Users/USUARIO/Documents/LIVRO%20indio_brasileiro.pdf. Acesso em: 28 jun 2019.

LUNA, J. N. Ações do Império no Velho Chico: a fundação de Petrolina, a navegação no rio São Francisco e o Projeto de Transposição de José Bonifácio. **Diálogos: Revista de Estudos Culturais e da Contemporaneidade**, n. 8, p. 208-223, fev./mar. 2013. Disponível em: http://www.revistadiologos.com.br/Dialogos_8/AcoesdoImperio_Jairo.pdf. Acesso em: 18 maio 2019.

NÓBREGA DE OLIVEIRA, M. M. **Andar "mais eu": os modos de composição entre terra, correntezas e povoações na Ilha do Massangano, PE**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2019, 316 p. (Tese de doutorado). Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_4cc1d6daaaec133d71be9e5e477e0ba. Acesso em 20 mar 2020.

MACIEL, B. S. B. **Brejos de altitude do Nordeste brasileiro: valiosos "oásis" em extinção**. Recife: UFPE, 2009.

MAGALHÃES, M. F. O. **Imagens contraditórias da figura popular de Padre Cícero: mitificação e desmitificação**. 2012. 124 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Crítica) – Programa de Pós-Graduação em Literatura Crítica. Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/14701/1/Maria%20de%20Fatima%20Oliveira%20Magalhaes.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

MARQUES, J.; WAGNER, A.; MENEZES, L. (org). **Barrando as barragens: o início do fim das hidroelétricas**. 2. ed. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2018. 280 p.

MARQUES, J. S. **Cultura material e etnicidade dos povos indígenas do São Francisco afetados por barragens**: estudo de caso dos Tuxá de Rodelas. 2008. 154 f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

MARQUES, J. R. **A Constituição Federal e o direito dos povos indígenas à terra: uma análise da decisão do supremo tribunal federal sobre a demarcação da terra indígena raposa serra do sol**. Porto Alegre: PUC-RS/Faculdade de Direito, 2012, 32p. (Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais). Disponível em: https://conteudo.pucrs.br/wp-content/uploads/sites/11/2018/09/julia_marques.pdf. Acesso em: 10 set 2020.

MARTIN, G. O povoamento pré-histórico do vale do São Francisco (Brasil). **Clio Arqueológica**, n. 13, p. 2-41, 1998. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/247050-174821-1-SM.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MARTIN, G. Arqueologia nas missões religiosas do Nordeste do Brasil. **Caderno de Estudos Sociais**, v. 6, n. 1, p. 165-178, 1990, Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1077>. Acesso em: 10 jul 2019.

MARTINS COSTA, A. L. B. **Uma Retirada Insólita: A Representação Camponesa sobre a Formação do Lago de Sobradinho**. Rio de Janeiro: PPGAS-Museu Nacional, 1989 (Dissertação em Antropologia).

MARTINEZ, P. H. História ambiental: um olhar prospectivo. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v. 24, n. 1, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/14086>. Acesso em: 20 mar 2013.

MATOS, P. de O. **Análises dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND**. Piracicaba: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiros/USP, 2002, 184 p. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-08012003-110722/publico/patricia.pdf>. Acesso em: 10 de nov 2020.

MAUPEOU, E. **Cativeiros e cotidiano num ambiente rural: o Sertão do Médio São Francisco–Pernambuco, 1840-1888**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MEDEIROS, R. P. de. História dos povos indígenas do Sertão nordestino no período colonial: problemas, metodologia e fontes. **Clio Arqueológica**, n. 15, vol. 1, Recife, 2002, p. 205-233.

MEDEIROS, R. P. Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitanias do norte da América portuguesa. *In*: OLIVEIRA, J. P. (org.). **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memórias. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. p. 115-144.

MEDEIROS, R. P. de; MUTZENBERG, D. Cartografia histórica dos povos indígenas em Pernambuco no século XVIII. **CLIO Arqueológica**, v. 28, n. 2 (2013), p. 3-19. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/clioarqueologica/issue/view/3000>. Acesso em 16 de ago 2017.

MELO, M. L. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba**. 2. ed. rev. Recife: Cepe, 2012.

MELO, R. M. C. Índios e barragens: o caso Tuxá em Itaparica. **Caderno de Estudos Sociais**, Recife, 4n.2, p. 235-244, jul./dez., 1988. Disponível em: file:///C:/Users/MARIAP~1/AppData/Local/Temp/diogohh,+v4n2_6.pdf. Acesso em 10 maio 2019.

MENDONÇA, C. F. L. **Os índios da Serra do Arapuá**: identidade, território e conflito no Sertão de Pernambuco. 2003. 113 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MENDONÇA, C. F. L. **Relatório de qualificação de reivindicações do povo Pankará no Serrote dos Campos/Itacuruba-PE**. Coordenação do GT-CGID, Funai, 2011.

MENDONÇA, C. F. L. **Insurgência política e desobediência epistêmica**: movimento descolonial de indígenas e quilombolas na Serra do Arapuá. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MENDONÇA, C. L. *et al.* **Nossa serra, nossa terra**: identidade e território tradicional Atikum e Pankará. Recife: Funcultura, 2012. 203 p. Disponível em: http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/Nossa%20Serra%20Nossa%20Terra/nossa_serra_comclu.pdf. Acesso em: 20 dez 2013.

MENDONÇA, C. L.; SANTOS, C. F. Projeto Cultural –Pacará Pacarati: memória e saberes do nosso povo. Oficina: Patrimônio Histórico técnicas e metodologias na pesquisa documental acerca da História Indígena em Pernambuco. Fontes primárias – Anexo. *In*: MENDONÇA, Caroline Farias Leal. **Insurgência política e desobediência epistêmica**: movimento descolonial de indígenas e quilombolas na Serra do Arapuá. Recife: UFPE, 2013 (Tese Doutorado em Antropologia). 88p.

MENDONÇA *et al.* Povos indígenas e conflitos socioambientais: os impactos das grandes obras em Pernambuco. **Revista IDEAS**, v. 7, Ed. Especial, p. 101-132, 2013. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/120/119>. Acesso em: 09 mar 2019.

MENDONÇA, C. L. M. *et al.* **Mulheres**: indígenas da tradição. Recife: Fundarpe, 2019. 103 p. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/03/livro-mulheres-indigenas-tradicao.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2019.

MONTEIRO, E. B. “**Eu já vi água ir embora (...) com natureza não se mexe, (...) eu já vi água ir embora**” os Truká (PE), “grandes projetos” e o sentido da territorialidade no exercício da cidadania indígena contemporânea. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MONTEIRO, J. M. **Tupis, tapuias e historiadores**. Estudos de história indígena e do indigenismo. 2001. 235 f. Tese (Livre Docência) – Universidade de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/TESES/MFN-12944.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2018.

MOREIRA, V. O ofício do Historiador e os Índios: Sobre uma Querela no Império, **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, n. 59, p. 53-72, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n59/v30n59a04.pdf>. Acesso em: 14 mai 2019.

MOTA, C. N. e BARROS, J. F. P. de. O complexo da jurema: representações e drama social negro-indígena. In: MOTA, Clarice Novaes da; ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. (Orgs.). **As muitas faces da jurema**: de espécie botânica à divindade afro-indígena. Recife: Edições BAGAÇO, 2002, p. 19-60.

MOURA, A. **O sumidouro do São Francisco**: subterrâneos da Cultura Brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993, 409p.

NANTES, M. **Relação de uma missão no rio São Francisco**. Brasília: Companhia Editora Nacional, 1979. 123 p. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local-files/biblio%3Anantes-1979-relacao/Nantes_1979_Relacao_OCR.pdf. Acesso em 20 jun, 2021.

NEVES, Z. **Navegantes da integração**: os remeiros do rio São Francisco. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 304 p.

NINIO, Alberto. Organizações Internacionais e Responsabilidade: o caso do Painel de Inspeção do Banco Mundial. RDE - REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Ano III, Nº 5, Dezembro de 2001, Salvador, BA, 61-67p. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/617-1996-1-PB.pdf>. Acesso em 06 jan 2021.

NOVAES, Z. V. S. M. **Dorinha Pankará**: expressão de liderança indígena no Brasil. 2010. 38 f. Monografia (Especialização em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena) – Belém do São Francisco: Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco, 2010.

NOVAIS, Manuel. Cf. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/novais-manuel>. Acesso em 19 dez 2020.

O BRASIL e suas memórias. 2019. n. p. Disponível em:
<https://osbrasisesuasmemorias.com.br/o-projeto/>. Acesso em: 26 jun. 2019.

OLIVEIRA, B. O Instituto José Augusto Trindade e a ciência agrônômica. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica**, v. 15, n. 1, p. 35-42, 2018. Disponível em: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/issue/view/197>. Acesso em: 17 fev. 2021.

OLIVEIRA, C. A. Perspectiva etno-histórica no estado do Piauí – Brasil. **Clio: Série Arqueológica**, Recife, v. 1, n. 15, 2002. Disponível em:
<http://www.museunacional.ufrj.br/arqueologia/docs/papers/sheila/MumifCablocos2002.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

OLIVEIRA, E. G. S. **Os índios Pankará na Serra do Arapuá**: relações socioambientais no sertão pernambucano. Campina Grande, PPG em História/UFCG, 2014, 133 p.

OLIVEIRA, E. G. S. “Terra Toré Pankará”, Carnaubeira da Penha-PE. *In*: SILVA, Marcos Antônio da Silva; LIMA, Marinalva Vilar de (org.). **Narrar a história na contemporaneidade**: o cinema e a experiência histórica. São Paulo: LCTE Editora, 2019. p. 156-167.

OLIVEIRA, E.; SILVA, E. Os usos dos recursos naturais pelos indígenas Pankará na Serra do Arapuá (Carnaubeira da Penha/PE). **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science** 4 (3), 155-74. Disponível em:
<http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/1227>. Acesso em: 10 fev de 2017.

OLIVEIRA, Gabriel Pereira de. A corrida pelo rio: projetos de canais para o Rio São Francisco e disputas territoriais no Império brasileiro (1846-1886). Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2019, 260p.

OLIVEIRA, J. R. de. **Os habitantes do rio e as missões religiosas no sertão pernambucano**: uma arqueologia da paisagem fluvial do Rio São Francisco – Orocó. UFS: Laranjeiras, SE, 2016, 140 p. (Dissertação em Arqueologia).

OLIVEIRA, J. P. de. Três teses equivocadas sobre o indigenismo (Em especial sobre os índios do Nordeste). *In*: **ESPÍRITO SANTO, Marco Antonio do.** (Org.) Política Indigenista: Leste e Nordeste Brasileiros. Brasília: FUNAI/DEDOC, 2000, p.13-26.

OLIVEIRA, J. P. Darci Ribeiro: os índios e a civilização. *In*: MOTA, Lourenço Dantas Mota (Org.). **Introdução ao Brasil**. Um banquete no Trópico. 2ª edição. São Paulo, Editora Senac, 2002, p. 402-422.

OLIVEIRA, J. P. (org.). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

OLIVEIRA, J. P. (org.). **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2011.

PÁDUA, J. A. Um país e seis biomas: ferramenta conceitual para o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental. *In*: PÁDUA, J. A. (org.). **Desenvolvimento, justiça e meio ambiente**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009. p. 118-150.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142010000100009&script=sci_arttext. Acesso em: 20 out 2012.

PATRIOTA, G. **Em defesa do Projeto Fulgêncio de Santa Maria da Boa Vista**. Discurso proferido pelo Deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), Sessão da Câmara dos Deputados 13/05/2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/extraord/2015/5/EV1305151300.pdf>. Acessado em 16/08/2021.

PAULA, D. A. de. Estado brasileiro e desenvolvimento regional: o debate parlamentar na constituição da Comissão do Vale do São Francisco (1946-1948). **Revista de História Regional**, 17(1): 233-257, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/artigo%20CVSF%20desenvolvimentista.pdf>. Acesso em 10 dez 2020.

PEREIRA, C. R. A. **Processos comunicacionais Kaingang**: configurações e sentidos de identidade cultural, memória e mídia em perspectiva histórica. 2010. 273 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/CarmemRejaneAntunesPereiraComunicacao.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019.

PEREIRA, E. Benditos, toantes e sambas de coco: notas para uma antropologia da música entre os Kapinawá de Mina Grande. *In*: GRÜNEWALD, Rodrigo. **Toré: regime encantado do índio do Nordeste**. Recife: Massangana, 2005.

PEREIRA, E. “Música indígena, música sertaneja: notas para uma antropologia da música entre os indígenas do Nordeste brasileiro”. **Trans-Revista Transcultural de Música/Transcultural Music Review**, 15, 2011, p. 1-26. Disponível em: <https://www.sibetrans.com/trans/articulo/367/musica-indigena-musica-sertaneja-notas-para-uma-antropologia-da-musica-entre-os-indios-do-nordeste-brasileiro>. Acesso em: 20 fev 2017.

PEREIRA, G. M. **Projeto de usinas hidrelétricas passo a passo**. São Paulo: Oficina de Textos, 2015. 489 p. Disponível em: http://ofitexto.arquivos.s3.amazonaws.com/Projeto-de-Usinas-Hidreletricas_DEG.pdf. Acesso em: 2 ago. 2021.

PEREIRA, W. P. José Bonifácio e a questão indígena no projeto de construção do Estado nacional brasileiro: uma apresentação de “Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil” (1823). *In*: PAREDES, B. (Coord.). **O Mundo Indígena na América Latina: Olhares e Perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018, p.161-217.

PERES, S. O arrendamento como uma forma de mediação de conflitos agrários: o SPI e os Fulniô de Águas Belas. In: ESPÍRITO SANTO, Marco Antonio do. (Org.). **Política indigenista: Leste e Nordeste Brasileiros**. Brasília: FUNAI/DEDOC, 2000, p. 65-69.

PERICÁS, L. B. **Os cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010. 318 p.

PICKEL, O. S. B. D. Bento José. Etnobotânica do Primeiro Livro sobre os Ameríndios: identificação das plantas do livro de Hans Staden. **Revista de História**, São Paulo, v. 25, n. 52, 1962.

PIERSON, D. **O homem no Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Ministério do Interior/Suvale, 1972. 361 p.

PINTO, A. A. **Identidade/diversidade cultural no ciberespaço**: práticas informacionais e de inclusão digital nas comunidades indígenas, o caso dos Kariri-Xocó e Pankararu no Brasil. Brasília: Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, 2010, 273p. (Tese de Doutorado em Ciência da Informação). Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7113/1/2010_AlejadraAguilarPinto.pdf. Acesso em: 05 mai 2019.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 05 ago2013.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução**: missionários, tupi e tapuia no Brasil colonial. Bauru, SP: Edusc, 2003.

PRADO, D. E. As caatingas da América do Sul. In: LEAL, I. R.; TABARELLI, M.; SILVA, J. M. C. (Ed.). **Ecologia e conservação da caatinga**. Recife: Editora Universitária, 2005.

PROENÇA, A. L. **Ocupações pré-coloniais no Parque Nacional do Catimbau**: proposta interpretativa às paisagens arqueológicas. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

PROFESSORES PANKARÁ. **Etnologia Pankará**. Caruaru: Centro Acadêmico do Agreste/Universidade Federal de Pernambuco. (Monografia em Licenciatura Intercultural – No prelo).

PICKEL, J. B. Etnobotânica do primeiro livro sobre os ameríndios: identificações das plantas do livro de Hans Staden. **Revista de História**, v. 25, n. 52 (1962), p. 351-385. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/issue/view/9132>. Acesso em 10 jul 2019.

QUIRINO, E. G. **Memória e Cultura: os Fulni-ô afirmando identidade étnica**. Natal: PPG em Ciências Sociais/UFRN, 2006, p. 168p. (Dissertação de Mestrado).

REGNI, P. V. **Os Capuchinhos na Bahia**: Uma contribuição para a História da Igreja no Brasil. Salvador: Casa Provincial dos Capuchinhos, 1988. v. 1.

REESINK, E. Raízes Históricas: a Jurema, enteógeno e ritual na História dos povos indígenas no Nordeste. In: MOTA, Clarice Novaes da; ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. (Orgs.). **As muitas faces da jurema**: de espécie botânica à divindade afro-indígena. Recife: Edições BAGAÇO, 2002, p. 61-96.

REESINK, E. O coração da aldeia: a Ilha, dominação interétnica, expropriação territorial histórica e “invisibilidade” dos Kaimbé de Massacará. In: OLIVEIRA, Pacheco (org.). **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. p. 513-546.

RIBEIRO, A. M. M. O Pólo Sindical do Submédio São Francisco: das lutas por reassentamento à incorporação do cultivo de maconha na agenda. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFRRJ, 2008, 239 p. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Documents/tese/TESE%20POLO%20SINDICAL%20BARRAGE M%20ITAPARICA%202008.pdf>. Acesso em 18 de set 2020.

RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 510 p.

ROCHA, G. **O rio São Francisco**: fator precípua da existência do Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004. 303 p.

ROSA, J. C. **A luta pela Terra Marãiwatsédé**: Povo Xavante, Agropecuária Suiá Missú, Posseiros e Grileiros do Posto da Mata em disputa (1960-2012). 2015. Dissertação (Dissertação em História) – UFMT, Cuiabá, 2015.

SÁ, A. F. A. CANOEING DOWN: o sertão do rio São Francisco sob o olhar do estudioso-aventureiro Richard Burton. **Estudios históricos**, ano 6, n. 12, p. 1-18, jul. 2014. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/12/articulo%20sobre%20el%20rio%20san%20francisco.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2019.

SÁ, L. C.; RODRIX, J.; GUARABYRA, G. Sobradinho. In: SÁ, L. C.; RODRIX, J.; GUARABYRA, G. **Outra vez na estrada**. CD, Álbum, 2001, faixa 15.

SABOURIN, E. e CARON, P. Camponeses e Fundos de Pastos no Nordeste da Bahia. In: GODOI, Emília Pietrafesa de.; MENEZES, Marilda Aparecida de.; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias Estratégias de reprodução social. v. 2. São Paulo: UNESP, 2009, p. 89-115. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Documents/RIO%20S%C3%83O%20FRANCISCO/Hist%C3%B3ria%20social%20do%20campesinato%20no%20Brasil%20-%20Diversidade%20do%20Campesinato%20-%20v.%202.pdf>. Acesso em: 06/06/2019.

SALDANHA, S. M. Fronteiras dos Sertões em narrativa: índios, conflitos, resistências e políticas pombalinas. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo:

ANPUH, 2011. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/SNH2011/TextoSuelyMS.pdf>. Acesso em: 27 set 2012.

SALOMÃO, R. D. B. **Etnicidade, processo de territorialização e ritual entre os índios Tuxá de Rodelas**. Dissertação (Curso de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal Fluminense) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

SALOMÃO, R. D. B. **Estudo comparativo de duas populações indígenas atingidas pelas Hidrelétricas: o caso dos Tuxá de Rodelas e dos Kariri-Xocó**. In: III Encontro Latinoamericano Ciências Sociais Barragens, 2010, Belém.

SALVADOR, F. V. do. **História do Brasil: 1500-1627**. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918. 683 p. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000009122&bbm/4515#page/1/mode/2up>. Acesso em: 28 fev. 2019.

SAMPAIO-SILVA, O. **Tuxá: índios do Nordeste**. São Paulo: Annablume, 1997. 214 p.

SANCHES, R. **A avaliação de impactos ambientais e as normas de gestão ambiental da Série ISO 14000: características e subsídios à integração**. São Paulo: PPG em Ciência da Engenharia Ambiental, 2011, 268p. (Dissertação em Ciência da Engenharia Ambiental). Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/DissertacaoRobertaSanches.pdf>. Acesso em: 05 mai 2019.

SANTANA, C. M. de. **Em busca de terra molhada: ações coletivas de resistência e organização do movimento sindical em Itaparica**. Campina Grande: Centro de Humanidades, 1999, 182p. (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/4221>. Acesso em 05 abr de 2021.

SANTOS, C. A. B.; LIMA, J. R. B. **A zooterapia do povo indígena Pankararu no Semiárido pernambucano**. 1 ed. Juazeiro: SabeH, 2017, 94 p. Disponível em: <http://sabeh.org.br/wp-content/uploads/2017/06/A-ZOOTERAPIA-DO-POVOINDIGENA-PANKARARU-Versa%CC%83o-E-BOOK.pdf>. Acesso em: 05 out 2020.

SANTOS, C. C. dos. **Transformações das relações rural-urbano desencadeadas por grandes empreendimentos hidrelétricos: reflexões a partir de Petrolândia – PE**. UFPE/CFCH/Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2019, 270p. (Tese de Doutorado).

SANTOS, J. R. S. **Povos indígenas em Pernambuco: o povo Pankará e suas especificidades geográficas**. 2011. 111 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SANTOS, R. G. dos. **Impactos sócio-ambientais à margem do rio São Francisco: um estudo de caso**. São Paulo: FFLCH/USP-PPG em Geografia, 2008, 193p. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Disponível em:

file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/DISSERTACAO_REGNALDO_GOUVEIA_SANTOS.pdf. Acesso em: 05 mai 2019.

SANTOS JÚNIOR, C. F. dos. **Os índios nos vales do Pajeú e São Francisco:** historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845). Recife: UFPE/CFCH-PPG em História, 2015, 228 p. (Dissertação em História).

SANTOS JÚNIOR, R. C. Mestre Roque Moisés, o grande Cacique e Pajé do povo Tuxá Setaor Bragaga de Pirapora Minas Gerais. *In: Os Brasís e suas memórias*. 2019. Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/mestre-roque-moisés/>. Acesso em: 5 jun. 2019.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 268 p.

SCOTT, R. P. **Negociações e resistências persistentes:** agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. 290 p.

SCOTT, R. P. Projetos de desenvolvimento no rio São Francisco: administrando vocações e desigualdades. **Campos:** Revista de Antropologia, Curitiba, v. 14, n. 1/2, p. 15-36, dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/42570>. Acesso em: 13 dez 2021.

SCOTT, R. P. Etnicidade e ambiente em projetos de desenvolvimento no Sub-Médio São Francisco. **Raízes:** Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 40, n. 2, p. 204-227, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.37370/raizes.2020.v40.668>. Acesso em: 14 dez 2021.

SENE, E. de; MOREIRA, J. C. **Geografia geral e do Brasil:** espaço geográfico e globalização. São Paulo: Scipione, 2000, 503p.

SEVCENKO, N. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. *In: SEVCENKO, N. (Org.). História da vida privada no Brasil, v. 3, 1998, p. 7-48.*

SHIHATA, I. F. I. **The World Bank Inspection Panel:** In Practice. 2nd. Edition, Oxford University Press, 2000, 510p.

SIGAS-PE. Sistema de Informação e Gestão da Assistência Social de Pernambuco. Disponível em: <http://portalsocial.sedsdh.pe.gov.br/sigas/Arquivos/Tabela%20dos%20Munic%EDpio%20s.pdf>. Acesso em 09 set 2013.

SIGAUD, L. Efeitos de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. *In: ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (Org.). Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares:* aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais. São Paulo: Marco Zero, 1988. p. 83-166.

SILVA, B. B. G.; CORRÊA, D. S. Delmiro Gouveia: um empresário schumpeteriano e seu legado na organização espacial do sertão alagoano. **Geosul**, Florianópolis, v. 32, n. 65, p. 199-212, set./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2017v32n65p199/35338>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SILVA, C. T. da.; LOREZONI, P. A moldura positivista do indigenismo: A propósito do Estatuto do Índio para a proteção de povos indígenas no Brasil. **Série Ceppac**, n. 040, Brasília: CEPPAC/UnB, 2012, p. 01-33.

SILVA, E. C. de A. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. **Serv. Soc. Soc (133)**. Sep-Dec 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.155>. Acesso em 02 mai 2021.

SILVA, E. C. de A. **Índigenas Pankararu no sertão de Pernambuco: vida, deslocamentos e trabalho**. Recife: UFPE/CCSA, 2020, p. 222. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/40086/3496624/Tese+Final+-+Eliz%C3%A2ngela+Cardoso.pdf/7e568c11-0709-4e88-a577-750b73e7bc1d>. Acesso em: 20 jul 2021.

SILVA, E. H. **O lugar do índio**: conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada – PE (1860 - 1880). Recife: UFPE, 1995, 128p. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, E. H. “Os caboclos” que são índios: história e resistência indígena no Nordeste. **Portal do São Francisco**: Revista do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco, Belém de São Francisco, ano 3, n. 3, p.127-137, 2004.

SILVA, E. H. Memórias Xukuru e Fulni-ô da Guerra do Paraguai. **Ciência em Revista**, São Luís, v. 3, n. 2, p. 51-58, 2005.

SILVA, E. H. Índios organizados, mobilizados e atuantes: história indígena em Pernambuco nos documentos do Arquivo Público. **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v. 3, n. 1/2, p. 175-224, jul./dez. 2006.

SILVA, E. H. “Os restos dos índios Sukuru de Cimbres”: cultura material, história e identidade indígena no Nordeste entre os anos 1930 e 1950. **Clio**: Série Arqueológica, Universidade Federal de Pernambuco, v. 22, p. 149-176, 2007.

SILVA, E. H. **Xukuru**: memórias e história dos índios da Serra Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1989. Campinas: Universidade de Campinas, 2008, 299 p. (Tese de Doutorado em História).

SILVA, E. H. Povos indígenas no Sertão: uma história de esbulhos das terras, conflitos e de mobilização por seus direitos. **Revista Opará**: ciências contemporâneas aplicadas, v. 1, n. 1, p. 141-159, jan.-dez. 2011.

SILVA, E. H. Índios Xucuku x fazendeiros: história socioambiental no Agreste pernambucano. *In*: RODRIGUES, A. F.; SILVA, E.; AGUIAR, J. O. (org.). **Natureza e**

cultura nos domínios de Clio: história, meio ambiente e questões étnicas. Campina Grande: EDUFCG, 2012. p. 65-93.

SILVA, E. H. Xukuru: memórias e história dos índios da Serra de ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988. Recife: Editora UFPE, 2014, 357 p.

SILVA, E. H. Os índios entre discursos e imagens: o lugar na História do Brasil. In: SILVA, E. D.; SILVA, M. da P. da. **A temática indígena na sala de aula:** reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008. 2ª ed. Recife: Ed. Dos Organizadores, 2016, 177 p.

SILVA, E. H. Índios no Nordeste: por uma história socioambiental regional. **Cadernos do Ceas**, Salvador/Recife, n. 240, p. 117-136, jan./abr. 2017.

SILVA, G. **“Chama os Atikum que eles desatam já:** práticas terapêuticas, sabedores e poder. Recife, UFPE, 2007. (Dissertação em Antropologia).

SILVA, J. C. **Arqueologia no Médio São Francisco:** indígena, vaqueiros e missionários. PPG em História/UFPE, 2003, 421p. (Doutorado em História).

SILVA, J. S. M. **Samba de Véio:** interações e sentidos de uma simbologia identitária na Ilha do Massangano. Juazeiro: PPGESA/UNEB, 2016, 208p. (Dissertação em Educação, Cultura e Territórios).

SILVA, M. P.; DAMÁZIO, C. B. S. Os retratos do São Francisco e a população ribeirinha vista por Teodoro Sampaio. **Revista caminhos da História**, v. 14, n. 1, 2009, p. 115-131. Disponível em: <http://docplayer.com.br/12694377-Retratos-do-sao-francisco-a-populacao-ribeirinha-vista-por-teodoro-sampaio.html>. Acesso em: 2 maio 2019.

SILVA, L. S. Brejos de altitude, refúgios para os grupos humanos do sertão: o caso da Serra do Arapuá, Floresta, PE. **Clio Série Arqueológica**, v.1, n. 14, p. 237-244, 1999. Anais da X Reunião Científica da SAB.

SILVA, P. C. G. *et al.* Caracterização do Semiárido brasileiro: fatores naturais e humanos. In: SÁ, I. B.; SILVA, P. C. G. **Semiárido brasileiro:** pesquisa, desenvolvimento e inovação. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2010. p. 18-48. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/861906>. Acesso em: 10 fev. 2019.

SILVA, R. M. A. As políticas das águas no Semiárido brasileiro. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *et al.* (org.). **O encolhimento das águas:** o que se vê e o que se diz sobre crise hídrica e convivência com o semiárido. Campina Grande: Insa, 2018. p. 74-94.

SILVA, V. A. C. Guerras Justas na Capitania do Rio Grande: Guerra dos Bárbaros e desterritorialização. REHR, Dourados, MS, v. 13, n. 25, p. 2-18, jan./jun. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/9631-32296-1-PB.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

SILVA-FORSBERG, M. C.; FEARNSIDE, P. M. Manejo agrícola dos caboclos do rio Xingu: um ponto de partida para a sustentação de populações em áreas degradadas na Amazônia brasileira. *In: INTERNACIONAL INSTITUTE OF TROPICAL FORESTRY, USDA FOREST SERVICE. Anais....* Rio Piedras: Puerto Rico, 1995. p, 93-97. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/42286715/manejo-agricola-dos-caboclos-do-rio-xingu-philip-m-fearnside-inpa>. Acesso em: 26 jun. 2019.

SILVA JÚNIOR. L. S. Brejos de altitude, refúgios para os grupos humanos do sertão: o caso da Serra do Arapuá, Floresta, PE. **Clio Série Arqueológica**, v.1, n. 14 - Anais da X Reunião Científica da SAB. Recife: UFPE, 1999, p. 237-244. Disponível em: <http://www.ufpe.br/cliocarq/images/documentos/2000-N14/2000a16.pdf>. Acesso em: 27 nov 2012.

SILVA JÚNIOR, L. S. Brejos de altitude, refúgios para os grupos humanos do sertão: o caso da Serra do Arapuá, Floresta, PE. *In: Anais da X Reunião Científica da SAB*, 2000, Recife (PE). Revista Clio - Série Arqueológica. Recife, PE: Editora Universitária, 2000. v. 14. p. 237-244.

SILVA JÚNIOR. L. S. **Os índios nos vales do Pajeú e São Francisco:** historiografia, legislação e a política indigenista sobre os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845). Recife: UFPE, 2014. (Dissertação em História).

SILVA JÚNIOR. L. S.; OLIVEIRA, C. A. Saberes indígenas, fazeres afrodescendentes: navegadores do rio São Francisco, fins do século XIX. *In: SANTOS, C. A. B.; SILVA, E. H.; OLIVEIRA, E. G. S. História ambiental, história indígena e relações socioambientais no semiárido*. Paulo Afonso: SABEH, 2018. p. 188-209.

SIMÕES, D. R. P. **Itacuruba ontem e hoje:** novos tempos, novos espaços, uma questão identitária. Recife: UNICAP, 2017, 128p. (Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica). Disponível em: http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/881/2/deysiane_ribeiro_pessoa_simoes.pdf. Acesso em: 12 dez 2021.

SOBRINHO, P. "Línguas Tapuias desconhecidas do Nordeste, alguns vocabulários inéditos". **Boletim de Antropologia**, Ano 2, v. 1, Fortaleza, 1958. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/1334653/1334918/publicacoes_14.pdf/c62c6ee4-b4fa-460c-9290-494eb0c3845e. Acesso em: 10 abr 2019.

SOUZA, A. F. G. de. **Ser, estar, permanecer:** vínculos territoriais das gentes que povoam as margens e ilhas do Rio São Francisco. Uberlândia: PPG em Geografia/Universidade Federal de Uberlândia, 2013, 292 p. (Tese em Geografia). Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15973/1/SerEstarPermanecer.pdf>. Acessado em 10 mar 19.

SOUZA, A. L. O. P. **Ecologia sonora Tuxá.** Juazeiro: PPG EcoH/UNEB, 2018, 122p. (Dissertação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental).

SOUZA, A. L. O. P.; TOMAZ, A. de F.; MARQUES, J. dos S. A Ecologia Sonora na performance ritualística do Toré Tuxá. **Revista Digital do LAV** – Santa Maria – v. 11, n. 3, p. 20 – 46 – set./dez. 2018 ISSN 1983 – 7348
<http://dx.doi.org/10.5902/1983734832831984>. Disponível em:
<file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/31984-171213-1-PB.pdf>. Acesso em: 22 mar 19.

SOUZA, G. S. Tratado descritivo do Brasil [1587]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 40-41, 1851. Disponível em:
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242787>. Acesso em: 8 mar. 2019.

SOUZA, M. S. M. Maria da Saúde M. de Souza. *In*: OLIVEIRA; E. G. S; VIEIRA, M. S. T. C. **Memórias e vivências**: saberes e fazeres nas escolas indígenas Pankararu. Petrolina: IF SERTÃO PE, 2019. p. 135-138. Disponível em:
<https://releia.ifsertao-pe.edu.br/jspui/handle/123456789/476>. Acesso em: 30 dez 2019.

STACHUK, A.; OLIVEIRA, O. “Sertão”, indígenas e negros na construção da identidade nacional brasileira: Varnhagen e Capistrano de Abreu. *Mneme*: **Revista de Humanidades**, Caicó, v. 19, n. 42, p. 53-77, jan./jul. 2018.

TOMÁZ, A. de F.; MARQUES, Juracy. O Território Sagrado PANKARARÉ na Ciência do Amaro. **ETHNOSCIENTIA**, v. 4, 2019. Disponível em: www.ethnsocientia.com. Acesso em: 10 ago 2021.

TRAVASSOS, I. S.; SOUZA, B. I.; SILVA, A. B. Secas, desertificação e políticas públicas no semiárido nordestino brasileiro. **Okara**: Geografia em Debate, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 147-164, 2013.

VARNHAGEN, F. A. **História geral do Brasil**: antes de sua separação e independência de Portugal [1877]. São Paulo: Edusp, 2010. v. 2, p. 424. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4824>. Acesso em: 30 nov. 2018.

VIANNA JR., A. Grandes projetos e modernização compulsória no rio São Francisco. *In*: MARQUES, J.; ALMEIDA, A. W. B.; MENEZES, L. **Barrando as barragens**: o início do fim das hidrelétricas. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2018. p. 15-42.

VIEIRA, A. F. J. **Os índios Tuxá na rota do desenvolvimento**: violações de direitos. Brasília: Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais/UNEB, 2017, p. 92. Disponível em:
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/31095>. Acesso em 06 mar 2018. (Dissertação de Mestrado).

VIDAL, L. O São Francisco: um rio de muitas esperas. **Confins**: Revista Franco-Brasileira de Geografia, n. 23, p. 1-11, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.10100>. Acesso em: 10 set 2019.

VILAR, P. C. As águas subterrâneas e o direito à água: em um contexto de crise. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 83-102, jan.-mar., 2016.

Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/asoc/v19n1/pt_1809-4422-asoc-19-01-00085.pdf Acesso em: 3 jun 2019.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora UnB, 1991.

WORSTER, D. Para fazer História Ambiental. In: **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, 1991, CPDOC/FGV. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2324>. Acesso em: 20 set 2012.

WORSTER, D. Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente e Sociedade**, v. 5, n. 2, ago./dez. 2002, v. 6, n. 1, jan./jul. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2003000200003>. Acesso em: 23 ago 2013.

WORSTER, D. Pensando como um rio. In: ARRUDA, G. (org.). **A natureza dos rios: história, memória e territórios**. Curitiba: Editora UFPR, 2008. p. 27-46.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. X, n. 2, p. 119-135, jul-dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n2/a08v10n2.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2019.

Pesquisa em acervos digitais:

Ministério do Interior. Relatório Figueiredo. Disponível em: <https://midia.mpf.mp.br/6ccr/relatorio-figueiredo/relatorio-figueiredo.pdf>. Acesso em 20 de mar 2021.

Museu do Índio. acervo arquivístico/acervo SPI: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&pagfis=12800.

Senado Federal. Anais e Pronunciamentos: <http://www6g.senado.leg.br/busca/?q=RIO+S%C3%83O+FRANCISCO>.
Biblioteca Digital: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/107804>.

Pesquisa em acervo CHESF:

CHESF. **Reservatório de Itaparica**: Plano de desocupação. Recife, setembro de 1986, 127 p.

CHESF/HIDROSERVICE. **Projeto Itaparica. Pré-estudo da viabilidade construtiva do aproveitamento**. São Paulo, Janeiro de 1975, p. 01-12.

CHESF/HIDROSERVICE. **Os Tuxá de Rodelas-Bahia, índios cujas terras serão inundadas pelas águas do Reservatório de Itaparica**. São Paulo, março de 1976, 49 p.

Entrevistas:

Adriano João da Silva (Cacique Tuxá-Pajeú), 34 anos. Aldeia Tuxá-Pajeú., Nova Itacuruba/PE. Entrevista realizada em 14/12/2021, formato virtual whatsapp (cópias das gravações no google drive).

Armando Gomes dos Santos (Pajé Armando Apako), 88 anos. Aldeia Mãe Tuxá, Rodelas/BA. Entrevista realizada no Território Tuxá Rodelas em 24/03//2018.

Edna Campos, 88 anos (In memorian). (Liderança Povo Tuxá Campos). Entrevista realizada em 10/09/2018, Nova Itacuruba/PE.

Evani Campos, 54 anos (Cacica Tuxá Campos), Aldeia Tuxá Campos, Itacuruba (PE). Entrevista realizada em 13/12/2021, sala virtual no Google Meet: <https://meet.google.com/odo-fwqt-zkg>.

Geraldo Abraão do Nascimento, 63 anos. (Liderança Povo Kambiwá e Liderança Sindical). Aldeia Baixa da Alexandra, Ibimirim/PE. Entrevista realizada em 16/09/2021, sala virtual no Google Meet: <https://meet.google.com/uoy-unsz-zmt>.

João Antônio do Nascimento (Pajé João Miguel), 79 anos. Aldeia Marrapé, Serrado Arapuá, Carnaubeira da Penha/PE. Entrevista realizada na Aldeia Saquinho em 25/05/2019, Território Pankará.

João Batista Neto (liderança Pankará Brígida), 59 anos. Aldeia Atikum-Pankará Brígida, Perímetro de Irrigação Brígida, Orocó (PE). Entrevista realizada no Terreiro Sagrado Gameleira, Aldeia Gameleira, em 29/06/2019. Território Pankará.

José Alexandre dos Santos (Liderança quilombola), 79 anos. Comunidade Quilombola Negros do Gilu, Nova Itacuruba/PE. Entrevista realizada na Sede da Associação da Comunidade Quilombola Negros do Gilu, em 09/09/2018, Itacuruba (PE).

José da Cruz dos Santos (Liderança Pankararu), 51 anos. Aldeia Saco dos Barros, Jatobá (PE), Entrevista realizada no IFSertãoPE, Campus Floresta, em 18/11/2018.

Lucélia Leal Cabral, 32 anos, (Cacica Pankará Serrote dos Campos). Aldeia Pankará Serrote dos Campos, Nova Itacuruba/PE. Entrevistas realizadas no Território Pankará Serrote dos Campos em 04/05/2017, 05/06/2018 e 10/09/2018; Entrevista realizada na Aldeia Saquinho em 25/05/2019, Território Pankará, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha/PE.

Luiz Gonzaga Pereira dos Santos, 63 anos, (Liderança Atikum Brígida). Aldeia Atikum-Pankará Brígida, Perímetro de Irrigação Brígida, Orocó (PE). Entrevista realizada no Terreiro Sagrado Gameleira, Aldeia Gameleira, em 29/06/2019. Território Pankará.

Manoel Antônio do Nascimento (Pajé Manoelzinho Caxeado), 77 anos. Aldeia Lagoa, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha/PE. Entrevistas realizadas na cidade de Floresta (PE) em 19/02/2018 e em 06/06/2018; Entrevistas realizadas:

Aldeia Brejinho em 09/05/2019 e no Terreiro Sagrado Gameleira em 30/06/2019, Território Pankará.

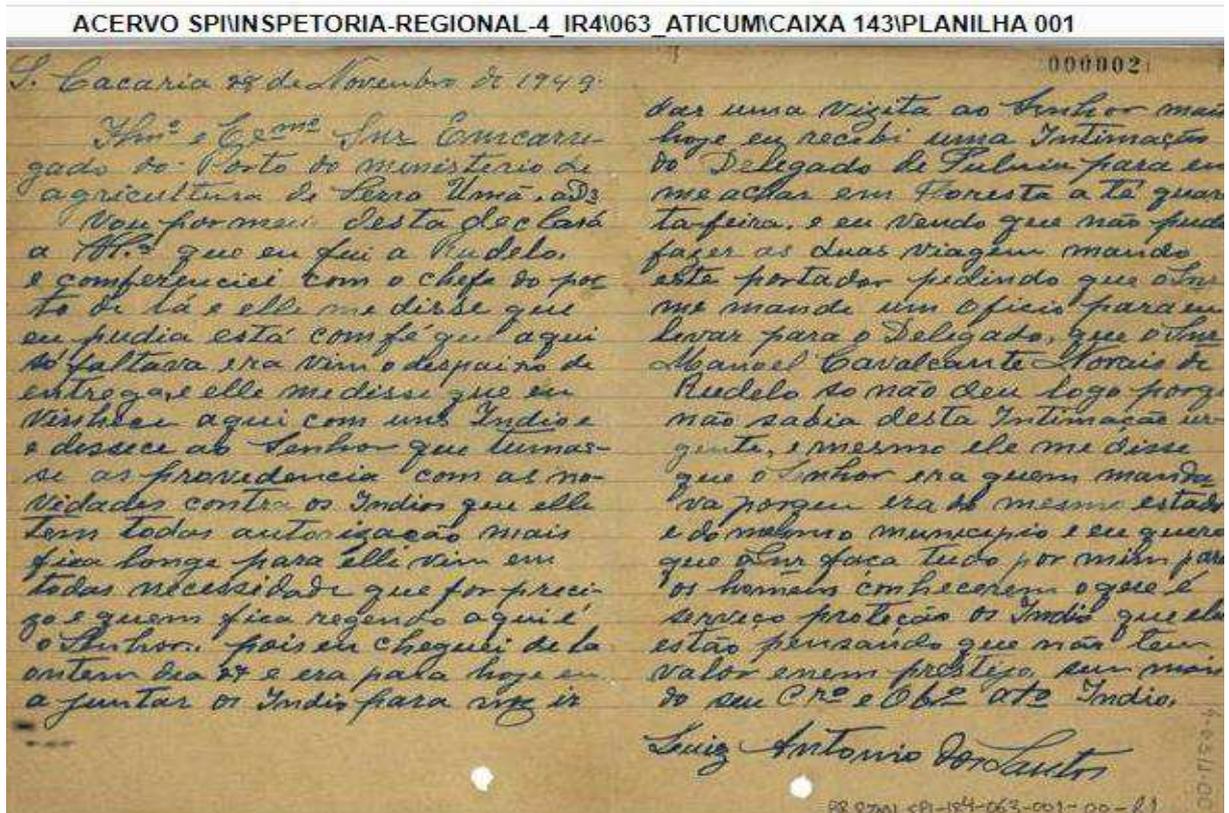
Manoel Eduardo Cruz (Cacique Bidú Arfer), 81 anos. Aldeia Mãe Tuxá, Rodelas/BA. Entrevista realizada no Território Tuxá Rodelas em 24/03//2018.

Maria das Dores dos Santos (Cacica Dorinha Pankará), 55 anos. Aldeia Cacaria; Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha/PE. Entrevista realizada na cidade de Floresta em 30/06/2019. Entrevista realizada na Aldeia Saquinho em 25/05/2019, Território Pankará.

Manoel Gonçalo da Silva (Neném), 57 anos. Aldeia Marrapé, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha/PE. Entrevista realizada na Aldeia Marrapé em 04/03/2018, Território Pankará; Entrevistas realizadas na cidade de Petrolina/PE em 21 e 22/04/19; Entrevista realizada na Aldeia Saquinho em 25/05/2019, Território Pankará.

Maria Luciete Lopes, 51 anos. Aldeia Laje, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha/PE. Entrevistas realizadas: Aldeia Brejinho em 25/05/2019 e no Terreiro Sagrado Gameleira em 30/06/2019, Território Pankará.

Pedro dos Santos (Pajé Pedro Limeira), 90 anos, Aldeia Cacaria/Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha/PE. Entrevista realizada na Aldeia Saquinho em 25/05/2019, Território Pankará.

ANEXO - Carta de Luiz Limeira¹⁹⁹

¹⁹⁹ Pai do Pajé Pedro Limeira e avô da Cacica Dorinha. Importante líder no processo de mobilização para o reconhecimento dos indígenas das Serras do Arapuá e Cacaria, entre a década de 1940 e 1960, a exemplo da carta reproduzida acima, escrita em 1949, evidenciando as perseguições que sofriam na Serra da Cacaria. Acompanhado por outros indígenas, foi a Rodelas, onde o chefe do PI encaminhou ao PI Atikum, para as devidas providências. Destacou também a localização do posto em Pernambuco, favorável ao reconhecimento indígena na Cacaria/Serra do Arapuá. Afirmou a importância da proteção na condição de indígenas diante dos poderosos, os “homens”.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Edivania Granja da Silva Oliveira

Data da defesa: 05/04/2022

Nome do Prof. (a) orientador (a): Maria Amélia Mascarenhas Dantes

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 25/04/2022

Maria Amélia Mascarenhas Dantes